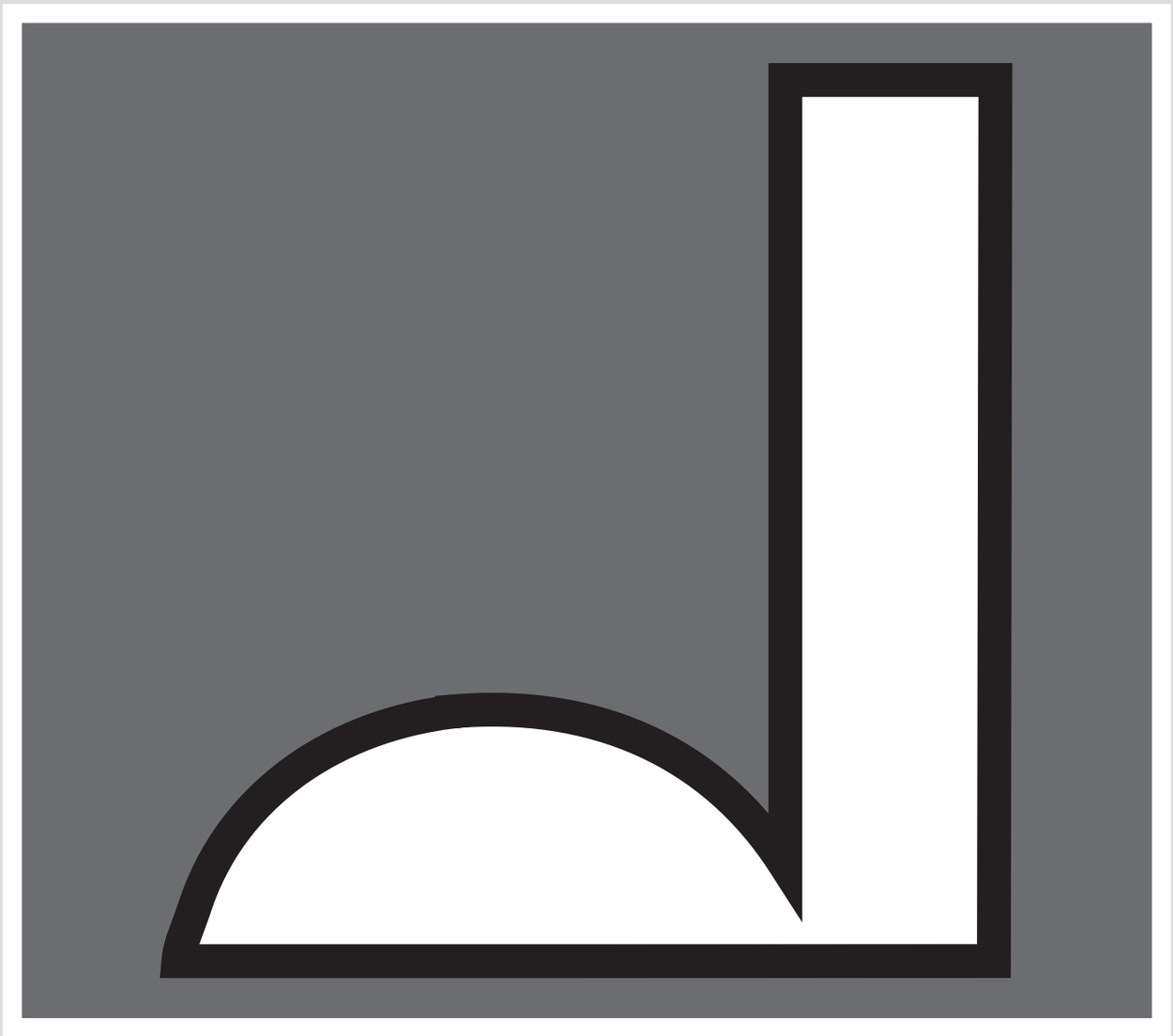
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 030 - TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria
(PMDB/PP) - 18

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp (6)
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 17

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Leomar Quintanilha (4,5,7)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1

Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 11

Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 3

João Ribeiro

Líder do PSB - 2

Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2

Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1

Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 28

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....

Líder do DEM - 14

José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2,9)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 14

Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 6

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – RESOLUÇÃO
Nº 4, de 2010 07066
2 – ATA DA 30ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE MARÇO DE 2010
2.1 – ABERTURA
2.2 – EXPEDIENTE
2.2.1 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa) – Registrando o transcurso, hoje, 15 de março, do aniversário do Senador Paulo Paim, tendo o Senador Papaléo Paes se associado à homenagem.
2.2.2 – Discursos do Expediente
SENADOR *PAULO PAIM* – Lembrança, por ocasião do transcurso hoje, 15 de março, do aniversário de 60 anos de S. Exª; balanço das atividades parlamentares desempenhadas até a presente data e agradecimentos a todos aqueles que interagiram com S. Exª em todos esses anos. 07068
SENADOR *FRANCISCO DORNELLES* – Manifestação sobre a constitucionalidade da proposta do Poder Executivo, de explorar o petróleo no sistema de partilha. Questionamento sobre o projeto que cria a Petrosal..... 07074
SENADOR *PAPALÉO PAES* – Análise do Programa de Aceleração do Crescimento –PAC, do Governo Federal, concluindo que este é muito mal gerido, tem feito muito pouco pelo País, e menos ainda pelo Amapá..... 07075
SENADOR *ALVARO DIAS* – Necessidade de comparecimento ao Senado Federal do Promotor José Carlos Blat para falar sobre denúncias de corrupção na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo – Bancoop, nas quais estaria envolvido o atual tesoureiro do PT, João Carlos Vaccari, segundo reportagem publicada pela revista **Veja** desta semana, intitulada "O Pedágio do PT". Destaque para o fato de que não se deve restringir o debate sobre a exploração do petróleo na camada pré-sal à questão dos *royalties*, criticando a pressa do governo na análise dessa questão. 07078
SENADOR *MÃO SANTA* – Comemoração, em 13 de março, da Batalha do Jenipapo, contexto em que se deu o processo emancipacionista e a adesão do Piauí ao governo do império do Brasil. Análise de diversos aspectos da democracia brasileira e referência às instituições políticas do País. 07081
SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Reflexão acerca desses 25 anos em que vivemos um processo da chamada redemocratização do país, aniversário que transcorre hoje, dia 15 de março..... 07186
SENADORA *MARISA SERRANO* – Registro de que a Prefeitura de Campo Grande/MS, na semana passada, aceitou o desafio de ser a primeira cidade brasileira a medir o impacto ambiental gerado pela ação humana. Parabéns à Câmara dos Deputados, que, na semana passada, depois de 19 anos de discussão, chegou a um denominador comum sobre as regras de gerenciamento, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos..... 07090
SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Registro do encaminhamento de expediente ao Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, colocando-se à disposição do Partido como opção para concorrer ao governo estadual. Homenagem ao cartunista Glauco Villas Boas, assassinado juntamente com seu filho Raoni, na sua residência, em Osasco – SP, na madrugada da última sexta-feira. 07093
2.2.3 – Leitura de requerimento
Nº 213, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Glauco Villas Boas e seu filho Raoni, mortos na última sexta-feira. 07097
2.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)
SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Lembrança dos 25 anos de redemocratização do País, com a posse, em 15 de março de 1985, de José Sarney na Presidência da República. Manifestação sobre a aplicação dos recursos resultantes da exploração do petróleo da camada pré-sal e os intensos debates que estão sendo travados em torno desse assunto. 07099
2.2.5 – Pareceres
Nº 153, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2009 (nº 1.588/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de*

Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia. 07101

Nº 154, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2009 (nº 1.583/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará*..... 07106

Nº 155, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2009 (nº 1.696/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.* 07111

Nº 156, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2009 (nº 1.711/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais*..... 07116

Nº 157, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2009 (nº 1.754/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão –ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.* 07121

Nº 158, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2009 (nº 1.778/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo.* 07126

Nº 159, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2009 (nº 1.782/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.*..... 07130

Nº 160, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 907, de 2009 (nº 1.715/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais.*..... 07134

Nº 161, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2009 (nº 1.731/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina*..... 07138

Nº 162, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2009 (nº 1.744/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná.* 07143

Nº 163, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 912, de 2009 (nº 1.746/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.*..... 07148

Nº 164, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2009 (nº 1.750/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo*..... 07154

Nº 165, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2009 (nº 333/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter – Adecom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão.* 07159

Nº 166, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2009 (nº 1.789/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*..... 07164

Nº 167, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2009 (nº 1.207/2008, na Câmara dos Deputados),

que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.* 07170

Nº 168, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2009 (nº 1.455/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 07175

Nº 169, de 2010, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2009 (nº 1.463/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 07180

Nº 170, de 2010, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 949, de 2009 (nº 1.485/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 07185

Nº 171, de 2010, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 950, de 2009 (nº 1.519/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.-ME, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.*..... 07190

Nº 172, de 2010, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2009 (nº 1.829/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo.*..... 07195

Nº 173, de 2010, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 973, de 2009 (nº 1.874/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.*..... 07200

Nº 174, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2009 (nº 1.901/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.*..... 07205

Nº 175, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2009 (nº 1.905/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.*..... 07209

Nº 176, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 978, de 2009 (nº 1.912/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.*..... 07214

Nº 177, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 979, de 2009 (nº 1.920/2009, na Câmara dos Deputados), que a*prova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo.* 07219

Nº 178, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2009 (nº 1.501/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais*..... 07224

Nº 179, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2009 (nº 1.503/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu –Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais. 07228

Nº 180, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2009 (nº 1.529/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos – ACDM, para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará..... 07232

Nº 181, de 2010, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2009 (nº 1.698/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Linea Sat Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.*..... 07237

Nº 182, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009 (nº 795/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.*..... 07242

Nº 183, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009 (nº 571/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.*..... 07256

Nº 184, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2009 (nº 1.738/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Tripartite entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo do Turismo no âmbito do Fórum de Diálogo Ibas, concluído em Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado/Governo do Ibas.*..... 07260

2.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 763, 854, 879, 883, 887, 893, 896, 907, 909, 910, 912, 913, 919, 924, 937, 947, 948, 949, 950, 966, 973, 975, 977, 978, 979, 987, 989, 991 e 995, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofício nº 10/2010, de 10 do corrente, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) 07265

2.2.7 – Mensagens do Presidente da República

Nº 69, de 2010 (nº 1.066/2009, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 40, de 2009-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal, da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de dezesseis milhões, trezentos e um mil e trezentos reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.140, de 21 de dezembro de 2009. 07265

Nº 70, de 2010 (nº 11/2010, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil Alves), que altera o art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal conferido ao cônjuge supérstite, quanto à nomeação do inventariante, sancionado e transformado na Lei nº 12.195, de 14 de janeiro de 2010..... 07265

Nº 71, de 2010 (nº 103/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia..... 07265

Nº 72, de 2010 (nº 104/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Marcel Fortuna Biato*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia. 07265

Nº 73, de 2010 (nº 105/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *João Carlos de Souza-Gomes*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai..... 07265

Nº 74, de 2010 (nº 106/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Maria Laura da Rocha*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Brasunesco). 07265

Nº 75, de 2010 (nº 107/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *José Eduardo Martins Felicio*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba. 07265

Nº 76, de 2010 (nº 108/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Ana Lucy Gentil Cabral Petersen*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola..... 07265

Nº 77, de 2010 (nº 109/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Mario Vilalva*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. 07266

Nº 78, de 2010 (nº 117/2010, na origem), restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009 (nº 5.916/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha, sancionado e transformado na Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010. 07483

2.2.8 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenham sido oferecidas emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009..... 07483

Encaminhamento de um exemplar do Relatório Final nº 1, de 2010-SF, às autoridades para as quais há recomendações como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 569, de 2009, do Senado Federal, com a finalidade de apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). 07483

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, aos Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004, 283, 429, 533, 445, de 2007; e 303, de 2009..... 07483

2.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da entrevista do Desembargador Dôglas Evangelista, do Tribunal de Justiça do Amapá, ao jornal **Diário do Amapá**, edição de 7 de março do corrente..... 07483

SENADOR *JARBAS VASCONCELOS* – Transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado "Gripe Suína, vale a pena se vacinar?", de autoria do médico Ney Cavalcanti, publicado no jornal **Folha de Pernambuco**, edição de 6 de março do corrente. 07485

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 16, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 07486

2.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2010

Suspende a execução do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Originária nº 499-5-DF.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de março de 2010. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

Ata da 30ª Sessão, Não Deliberativa em 15 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Papaléo Paes

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos, e encerra-se às 18 horas e 6 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, capital da República do Brasil.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 30ª Sessão Não Deliberativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Dia 15 de março de 2010, segunda-feira, 14 horas.

Esta é uma sessão não deliberativa, criada justamente para que os Senadores da República possam fazer os seus pronunciamentos mais demorados e suas teses mais prolixas, salvaguardando a sua representatividade. Isso vem resgatar a tradição dos grandes temas discutidos no Senado da República. Nesta Casa, oradores como Rui Barbosa, como Joaquim Nabuco, como Paulo Brossard, recentemente, no período ditatorial, passavam quase quatro horas na tribuna, o que foi diminuído sobremodo. Então, agora, às segundas e às sextas, essa equipe de Senadores resgatou o valor histórico do debate e das grandes teses do País.

Hoje é um dia especial. Atentai bem, Papaléo Paes! Vamos recordar. Em 1950, o Brasil perdeu a Copa. A Drª Cláudia Lyra não tinha nascido. Foi uma tristeza no Maracanã. O Brasil ganhava de todo mundo, de 9 a 0, de 10 a 1. Ademir da Guia. Mas, no final, 2 a 1 para o Uruguai. Um silêncio.

Mas 1950 é tido na história da humanidade como o ano santo, e tem suas razões para isso. Em compensação pelo fato de o Brasil não ter ganhado a taça, nasceu um dos filhos mais ilustres de nossa Pátria. Nascia, naquele bravo Rio Grande do Sul, lá da Guerra das Farroupilhas, dos Lanceiros Negros, o Estado que deu o maior número de Presidentes da República, esse filho ilustre, o Paulo Paim.

Hoje, a maneira de ele ser, a liderança de Paulo Paim fez com essa festa não fosse só dele, não fosse da sua família, não fosse do Rio Grande do Sul, não fosse só do Brasil, não fosse dos indefesos, dos trabalhadores, dos aposentados, mas fosse do mundo que luta por liberdade, por igualdade, por fraternidade, aquela que foi, vamos dizer, a maior luta na história da humanidade.

Então, quis Deus que eu presidisse esta sessão e traduzisse aqui a homenagem, os aplausos e o respeito a Paulo Paim, que completa 60 anos, um dos maiores valores da grandiosa história política de líderes do Rio Grande do Sul.

Que minhas palavras cheguem aos céus e a Deus, por meio do complexo de comunicação, das ondas sonoras da televisão, da rádio AM e FM e da Voz do Brasil: ó Deus, abençoe o Paim! Que ele continue aqui neste Parlamento a defender as grandes causas. Ele é a esperança dos aposentados, hoje, no Brasil.

Pela ordem, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim e todos os presentes aqui, quero dizer que o Senador Mão Santa já prestou uma grande homenagem ao nosso querido Senador Paulo Paim, historiando seu nascimento, sua cidade, seu Estado de nascimento, toda a importância do Senador Paulo Paim para o Rio Grande do Sul e, agora, para todo o Brasil.

Senador Mão Santa, realmente, o que V. Exª falou, o que V. Exª relatou merece o respeito de todos nós e o agradecimento desta Casa exatamente por estar homenageando este grande homem brasileiro, o Senador Paulo Paim, que não digo que nos surpreenda, absolutamente... No início, sim, porque nós sempre temos a imagem de que político tem uma personalidade adequada, adaptada ao título que recebe de político. Mas realmente sempre tive no Senador Paim uma grande referência de seriedade, competência, responsabilidade e probidade.

Então, Senador Mão Santa, quero que S. Exª, o Senador Paulo Paim, receba, com todo o carinho e sinceridade, estas minhas palavras, que não são fáceis nem baratas. São palavras muito caras, porque seu preço é a confiança que tenho em V. Exª, Senador Paim, e, mais ainda, a honra de conviver com V. Exª, um homem que só nos faz dar bons exemplos e permite que sua imagem traduza a imagem que representa realmente

um grande político. Pelo seu aniversário, V. Exª está de parabéns, extensivos à sua família. O Rio Grande do Sul e o Senado Federal estão de parabéns: o Rio Grande do Sul por tê-lo como um grande filho e o Senado por tê-lo como um grande político e Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscritos, mas determino que todos cedam a palavra ao aniversariante do Brasil, exemplo de sensibilidade, ética e trabalho na política do nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Paulo Paim, V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. Sei que Papaléo está ali, mas eu também estou munido de um discurso de S. Exª que levou, dessa tribuna, uma hora e trinta e seis minutos. De outra vez que ele vier jogar pedra aqui, eu, se estiver na Presidência, vou pedir permissão para ler o discurso dele todinho, para que ele confira no cronômetro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Papaléo, muito obrigado pelas palavras.

Senadores, Senadoras, funcionários do nosso Senado e todos aqueles que estão assistindo a TV Senado ou ouvindo a TV Senado, é uma satisfação, neste momento, estar aqui na tribuna.

Sr. Presidente, de fato, hoje, 15 de março, eu completo 60 anos. E ontem parei para escrever um pouco dessa minha caminhada. Quero, neste momento, dividir este momento da minha vida com vocês que estão, agora, me ouvindo ou me vendo pela TV Senado, com vocês que fizeram essa travessia comigo desde os anos 50.

Fico eu imaginando, como se fosse um filme, quantos brasileiros e brasileiras já fizeram aniversário este ano e quantos irão festejar sua data ao longo de 2010. Meus parabéns, feliz aniversário, não somente para mim, mas para todos os brasileiros.

É claro que aqui, Senador Mão Santa, por uma questão não só emotiva, de justiça, eu me lembro também de tantos amigos que já faleceram. Lembro-me do cantor Leonardo, para quem aqui fiz uma saudação e encaminhei voto de pesar pelo seu falecimento, muito recentemente. Enfim, foram tantos amigos e tantos que sequer conheci pessoalmente, mas que comigo, nessas décadas, de uma forma ou de outra, interagiram, com correspondência, com abraço, com caminhadas, ou mesmo pela TV, pelo rádio, pelos boletins, pelos jornais, enfim, no dia a dia.

Falo de brasileiros de todos os Estados. Agradeço a muitos dos Estados que me concederam o título de cidadão, mas claro que a maioria dos meus amigos está lá no meu querido Rio Grande do Sul.

Senador Mão Santa, pode parecer estranho para alguns, mas, ao olhar para o espelho, posso até não entender como o tempo passou tão depressa. Seis décadas, sessenta anos. Tenho consciência que foram sessenta anos muito bem vividos. Com alegrias? Claro, mas também com tristezas, com mágoas, com surpresas, dores. Mas a nossa mente registra tudo como se fosse passado um espaço de tempo muito pequeno. Percebo eu que nunca é tarde. O espelho conta a nossa história de erro e de acertos. Mas isso é bom, bom inclusive ao olhar o nosso corpo e perceber que as mudanças que só o tempo faz estão aí. Você olha para o seu corpo e percebe as transformações, percebe que aquele corpo que abriga o seu espírito já não tem o mesmo vigor de outrora e, daí, começa a passar o filme da vida, que registra cada uma das mudanças feitas pelo passar dos anos.

Senador Papaléo, neste momento, da tribuna, lembro da minha caminhada ainda menino, Senador Mão Santa, pescando, nadando. Eram lagos, eram rios, era jogando futebol, brincando pelas ruas noite adentro. Naquele tempo parecia que nada era perigoso.

Recordo as minhas mãos pequenas amassando barro na fábrica de vaso Bovo. Eu tinha oito para nove anos. Mais tarde, minha voz infantil gritava lá na feira livre: eu vendia frutas na barraca do Sr. Neri, em Porto Alegre, dos dez aos onze anos.

Lembro ainda de, eu guri, piá, quando, com doze anos, fiz um teste e passei no Senai. Lá fiz um curso técnico; depois, virei metalúrgico. Bons tempos aqueles de estudante. No Ginásio Noturno para Trabalhadores, com quinze anos, presidi o grêmio do Ginásio Noturno para Trabalhadores e, depois, do Ginásio Santa Catarina. Em seguida, passei pelo Cristovão. Depois, vejo-me com dezesseis anos gritando em passeatas para garantir a volta da democracia, a liberdade dos presos políticos, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, dos estudantes, e exigindo o fim da ditadura.

Mais tarde, vieram os filhos e os netos.

Recordo-me, com uma enorme saudade, do carinho que via meus pais trocarem, dos conselhos que me davam. Que saudade! Eles já faleceram.

Depois, vieram as disputas. Primeiro, a disputa sindical; depois, três mandatos de Deputado Federal, um deles como Constituinte, e, mais tarde, a chegada aqui ao Senado.

Lembro-me de muitos fatos da Assembléia Nacional Constituinte: da luta pelos aposentados, da luta em defesa dos discriminados, dos trabalhadores, dos direitos dos sem teto e dos sem terra, dos estudantes, das mulheres, da luta pela livre orientação sexual, pela

liberdade religiosa, pela liberdade sindical, pela educação e por recursos para a seguridade social, lutas que travo até hoje.

Confesso a todos que olho para este corpo de 60 anos e percebo que ele me foi fiel. Pregou-me alguns sustos – é verdadeiro, é claro –, mas suportou meus abusos, minha falta de cuidados. Às vezes dava sinal, mas eu, naquele momento, estava ocupado demais para dar atenção a ele.

Fico imaginando, neste momento, que você, idoso, com 60 anos ou mais, talvez tenha a mesma sensação. Quem sabe 60, 70, 80, 90 ou 100 anos. Não importa, ainda somos meninos sonhando em construir algo novo. Que bom que é assim! Mas também gosto de dizer que temos de andar com os pés no chão, viver o mundo real. Por isso, eu sei das dificuldades, do baixo valor das aposentadorias, da luta para pagar o aluguel, da luta pela casa própria, da falta do dinheiro até para alimentação, para comprar remédio, para pagar o plano de saúde, que você pagou durante uma vida e de que teve que desistir quando chegou aos 60 ou 70 anos, por causa do alto valor da prestação. Sei das dificuldades das casas dos idosos, dos centros de convivência, do tratamento indevido, sei do afastamento de muitos e muitos dos filhos que o idoso, às vezes, não vê há anos.

Sr. Presidente, eu gostaria de lhes dizer nesta oportunidade que não desistam. Sempre valerá a pena. A vida, por si só, brilha como um estrela. Mesmo quando a estrela se apaga, não é que ela desapareceu, ela fez a viagem para a eternidade. E ela, com certeza, foi guiada pela fé, a fé em Deus. É essa fé que irradia, que encanta, que nos leva ao mundo derradeiro da felicidade.

Faço 60 anos hoje, mas desde muito caminho ao lado desses homens que andam mais devagar, e as mulheres também. Essa foi, inclusive, a razão de ter apresentado e aprovado, por unanimidade, o Estatuto do Idoso. Hoje é lei. O Estatuto é um jovem de seis anos, uma criança. Nós o elaboramos pensando em melhorar a sua qualidade de vida.

A partir de hoje, eu também passo a ser considerado um idoso, mas posso garantir para vocês que meu coração e minha alma são portadores da mesma coragem, da mesma rebeldia de décadas atrás, quando eu estava lá, nos bancos escolares, brigando contra a ditadura.

Sou daqueles que diz que a alma não tem idade, ela apenas amadurece, vai ficando mais sábia, e isso, claro, é bom.

Aconteça o que acontecer, não deixem que somente o espelho do retrovisor conte a história da sua vida. Liguem também os faróis para que a luz projetada no horizonte ilumine os seus caminhos, porque o futuro é como o infinito, só a Deus pertence.

Continuo me sentindo um ser humano com capacidade, cheio de ideais, com muita vontade de fazer o melhor, fazer o melhor que posso, de contribuir para mudar aquilo que deve e pode ser mudado. Acredito que é assim que os idosos devem se sentir. E, por isso, combatemos diariamente e fazemos o bom combate contra qualquer tipo de discriminação.

Independentemente da idade ou de gênero, todos têm que ter o direito a um lugar ao sol. Sei o quanto vocês já lutaram e o quanto ainda podem pelear na busca de melhorar a qualidade de vida de todos nós – repito – independentemente da idade. Mesmo que fosse um único dia, ainda assim ele seria muito precioso e não deve ser desperdiçado.

Sei que os anos vão passando, a vista já não é a mesma – se eu tirar os óculos, claro que não vou ler com a mesma precisão –, mas, embora a vista já não seja a mesma e os passos da nossa caminhada estejam ficando mais lentos, estamos mais atentos. Os cabelos grisalhos são uma realidade. Muitos me dizem: "Paim, que bom, nós estamos entrando na idade do condor'. Claro que isso tem dupla interpretação: uma delas diz respeito à força da águia, à força do vento, à força das asas, à força da liberdade, da independência; mas a outra diz que a idade do condor é a idade das dores, a idade que nós passamos a sentir. Por isso, a idade do "com dor", a idade das dores. Mas tudo bem.

Eu digo: sou daquele que gosta de olhar as fotos, as fotos de um álbum, por mais antigo que ele seja, ou mesmo no computador; sejam as fotos de 50, 60, 100 anos atrás, lembrando-me dos meus avós, dos bisavós ou a foto de ontem. Vivo esse passado, mas podem ter certeza de que as imagens da minha mente, no presente, apontam para o futuro.

Meus amigos, olhem só quantas conquistas vivemos juntos. Construímos o Estatuto do Idoso, que hoje é lei, no Senado, depois de muitas vigílias, Senador Papaléo Paes, Senador Mão Santa, que estiveram conosco aqui, assim como tantos outros. Aprovamos alguns projetos importantes que quero aqui destacar para a nossa caminhada de vida. O PLS nº 672/2007 estabelece que todo idoso com pelo menos cem anos tem direito a um benefício no valor de dois salários mínimos – o benefício é a partir dos sessenta anos, e aquele que chegar aos cem anos terá direito não a um salário mínimo, mas a dois salários mínimos. O PLS nº 216/2007 permite que o trabalhador com mais de 60 anos de idade saque os recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP, e o PLS nº 302/2007 isenta o aposentado de sessenta anos por invalidez do exame médico pericial. Temos ainda o PLS nº 187,

de autoria do Senador César Borges, que todos nós defendemos e aprovamos, que garante que o Imposto de Renda com isenção seja, conforme manda o Estatuto, já a partir dos sessenta anos. E o que dizer aos nossos aposentados, que há tanto tempo aguardam a valorização dos seus benefícios? Salário mínimo, reposição de perdas. Por que não destacar o PLS nº 58, que atualiza as pensões e aposentadorias, também aprovado por unanimidade aqui no Senado, felizmente, por todos os Senadores, do qual tive a alegria de ser o autor, e o PLS nº 296, de 2003, que acaba, Senador Mão Santa, com o Fator Previdenciário. Tive a alegria de ser o autor desse projeto, e V. Exª foi o Relator.

Sr. Presidente, poderíamos falar que todos os anos temos estado juntos para tentar conseguir que os aposentados recebam o mesmo índice de reajuste concedido ao salário mínimo. Aprovamos aqui também, no Senado. Lá na Câmara é o PL nº 1, que aprovamos aqui por unanimidade, depois de o termos aprovado em todas as comissões. Espero que a Câmara acompanhe o Senado, aprove o PL nº 1, para que o aposentado receba 100% do PIB, como é dado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, todos esses projetos nasceram dessa energia que nos une, geração a geração. Nós temos coesão. Isso faz meu coração se sentir apertado de tanta alegria e, pode ter certeza, batendo mais forte.

Nós temos lutado sem cansar contra a violência praticada contra os idosos, contra o arrocho salarial imposto aos idosos e aos aposentados e pensionistas, contra a violência às mulheres, contra a violência às crianças, contra a violência que ataca nossa juventude.

Queremos valorizar o idoso no mercado de trabalho, se for essa a sua vontade ou necessidade. Temos lutado pela valorização da jovem mulher e da mulher idosa também. Temos estado juntos em diversas frentes de batalha.

Eu me sinto honrado por ter trilhado esse caminho com vocês. Sinto-me gratificado. Cheguei aos 60 anos, sou um idoso e, agora, somos um grupo da terceira idade, lutando juntos. Pertenço com orgulho a esse time de homens e mulheres de cabelos prateados – no meu caso, barba também prateada. Eu só peço a esses grandes moços que acreditem nos idosos, que escutem mais os conselhos dos idosos. Eu diria: amem o seu próximo que a vida os fará felizes.

Saibam como é bom olhar para trás e poder dizer: eu estive lá, na trincheira do bem, ao lado de todos, das crianças, dos adolescentes, dos jovens, daqueles da meia idade e dos idosos. É bom saber que essa é uma idade mais madura, mas não menos idealista. É a idade em que o tempo nos ensina como caminhar tranquilos na busca dos objetivos em que acreditamos, independentemente da época e do tempo.

Sessenta anos! Como é bom estar lutando pela PEC da Juventude! Como foi bom, naquele dia, Senador Mesquita, Senador Dornelles, ver as galerias lotadas! Eram 250 jovens. Fui à tribuna pedir apoio à PEC da Juventude, e todos os Senadores que aqui estavam disseram: "Nós aprovaremos a PEC da juventude", sob palmas das galerias.

Sr. Presidente, como é bom dizer que o Estatuto do Idoso, que hoje é lei, como eu dizia, melhorou a vida de 26 milhões de brasileiros! Como é bom lembrar do Estatuto da Igualdade Racial, que vai contemplar diretamente e indiretamente mais de cem milhões de brasileiros! Como é bom lembrar do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que beneficia 28 milhões de brasileiros! Todos, aqui encaminhamos, aqui aprovamos, estão na Câmara dos Deputados.

Registro, Sr. Presidente, que recebi hoje, no meu gabinete, a Associação dos Deficientes Auditivos, Pais, Amigos e Usuários de Implante Coclear – Adap. Deles, eu recebi um mimo, Senador Mão Santa. Recebi esse relógio e prometi usá-lo aqui, na tribuna, em homenagem a eles. É um simples relógio. Está escrito aqui Adap, a Associação dessas pessoas com deficiência. Eu o usarei com muito carinho, em homenagem a todas as pessoas com deficiência do nosso País.

Como é bom dizer que o Estatuto do Motorista, que eu estou construindo, dialogando com empresários e trabalhadores, está avançando e trará benefícios diretos e indiretos, eu diria, a todos os brasileiros! Ele vai tratar do transporte de cargas, como também do transporte de pessoas.

Como é bom lembrar a luta pela valorização do salário mínimo! Eu sempre disse, há anos, que se o salário mínimo ultrapassasse a barreira dos US$100, ele ia fortalecer o mercado interno e teríamos mais milhões de pessoas trabalhando, produzindo, recebendo e consumindo. E hoje o salário mínimo está na faixa dos US$300.

Como foi bom ter sido Relator da Comissão Mista, que aprovou o projeto de política para o salário mínimo, acompanhando o crescimento do PIB! Porque lá, nós já dizíamos que o aposentado deveria receber este mesmo percentual de reajuste: a inflação mais o PIB. Falo mais: lá, aprovamos a inflação e dobro do PIB, mas sabíamos que, na negociação, íamos terminar – e foi positivo e eu defendi – a inflação mais o PIB que levou o salário mínimo, hoje, para US$300.

Como é bom saber que o debate do pré-sal avança! A Senadora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini, me indicou como Relator do

Fundo Social do pré-sal. Com certeza, lá nós vamos destinar dinheiro para a Previdência. A Câmara já apontou e, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais... Porque tem que ser coerente com um projeto que apresentei há mais dois anos, em que eu dizia que no Fundo Social do pré-sal tem que haver recursos também para a Previdência, como adota a Dinamarca e outros Países. O Fundo contempla, pelo projeto original, infraestrutura, meio ambiente, educação e cultura. Entendo eu que tem que haver um quinto elemento: a Previdência, que vai contemplar 190 milhões de brasileiros.

Como é bom poder dizer para vocês que a CCJ já aprovou o Fundep, que é a PEC nº 24, de nossa autoria, que vai garantir um Fundo de investimento para o ensino técnico profissionalizante! E para esse não sai dinheiro do pré-sal, não é nenhuma nova contribuição para a sociedade. Ele vai trabalhar com dinheiro do FAT.

Como é bom dizer que, lá na CCJ, já aprovamos a PEC que desvincula a DRU da seguridade social, onde está saúde, assistência e previdência, e está pronta para ser votada aqui no plenário! Ela vai gerar cerca de R$50 bilhões para investimento em previdência, saúde e assistência.

Como é bom dizer para todos que já aprovamos na CCJ a PEC 50 que acaba com o voto secreto! Ela está pronta há mais de um ano para ser aprovada aqui no plenário do Senado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Senadores; vou passar em seguida para o Senador Geraldo Mesquita Júnior – e V. Exª faz o aparte no momento em que mais gostaria.

Como é bom ter essa relação que tenho – e quero dizer aqui da tribuna – com todos os Senadores e Senadoras, independentemente de partido político!

Como é bom este trabalho de interação com todos os Parlamentares desta Casa, buscando a construção de propostas que sejam de interesse do povo brasileiro!

E quero aqui dizer muito obrigado a todos, Senadoras e Senadores. Como foi importante para mim ter recebido o apoio de todos vocês naquele momento mais difícil da minha vida, quando um dos meus filhos estava entre a vida e a morte depois de onze operações, e todos, todos, independente de partido ligaram para mim. Hoje o meu filho está salvo, está concluindo o Curso de Direito e já está trabalhando.

Muito obrigado a todos, todos os Senadores e Senadoras.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Querido amigo Senador Paulo Paim, eu ia passar direto para a minha sala, mas percebi, na chegada, que V. Exª estava na tribuna e fiz questão de parar aqui para lhe fazer um aparte. V. Exª alinhavou, nesses últimos minutos, uma série de iniciativas suas e de alguns outros Parlamentares que poderão se constituir em benefícios para os trabalhadores brasileiros, para o povo brasileiro. Parabéns ao povo brasileiro, parabéns aos trabalhadores brasileiros! V. Exª – vamos usar aqui uma figura de linguagem – está na iminência de presentear os trabalhadores brasileiros, o povo brasileiro com alguns benefícios, como já o fez durante toda a sua vida de Parlamentar. Eu queria aqui me permitir o direito de lhe oferecer um presente hoje, já que hoje é seu aniversário. Eu estava pensando: o que uma pessoa da envergadura do Senador Paim poderia receber de um humilde companheiro dele? Ocorreu-me, Senador Paim, que o melhor presente que eu poderia lhe ofertar é uma declaração pública do meu reconhecimento a esta grande figura que V. Exª é, à sua retidão, à sua obstinação. Eu já falei reiteradas vezes, nesta Casa, referindo-me a V. Exª, que V. Exª é daqueles Parlamentares que não estão no Congresso Nacional defendendo coisas e, sim, defendendo causas, uma diferença fundamental. Como presente pelo seu aniversário, repito, reitero, quero lhe oferecer o meu pleno reconhecimento, a minha satisfação e a minha alegria de ter convivido esse tempo todo com V. Exª aqui, a pontinha de ciúme que eu tenho do povo gaúcho de ter um representante como V. Exª, ciúme positivo. Senador Paim, o convívio com V. Exª foi uma das gratas satisfações, um dos maiores prazeres que eu tive aqui nesta Casa. Estou lhe dizendo isso com absoluta sinceridade. V. Exª sabe disso e todos que me ouvem sabem disso também. Meus parabéns a V. Exª, extensivo a seus familiares muito queridos, a seu filho, que como V. Exª lembrou há pouco aqui, graças a Deus, se restabeleceu. Que Deus continue a iluminá-lo e a dar-lhe essa energia toda que V. Exª tem de, incansavelmente, diuturnamente, permanecer aqui no Congresso Nacional, brigando para que coisas boas aconteçam em prol do povo brasileiro. Meus parabéns ao povo gaúcho, que tem um representante como V. Exª aqui no Congresso Nacional e meus parabéns a V. Exª, essa pessoa iluminada, essa pessoa simples, humilde, mas de uma grandeza incomensurável. Um grande abraço e a amizade perene do seu companheiro aqui. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, nosso querido Senador do Acre, deixa eu dizer aqui da tribuna algo que talvez eu nunca tenha dito aos Senadores e Senadoras: Toninho do Diap, uma pessoa muito séria, que faz uma análise dos Parlamentares do Brasil, quando V. Exª se elegeu Senador, disse-me: "Paim, pode saber que você rece-

berá no Senado um grande lutador das causas sociais." Falava de V. Exª, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Toninho do Diap, fique tranquilo porque aquilo que você me disse, no dia a dia, eu comprovei que é mais do que verdadeiro. Esse, de fato, é um grande Senador de todo o povo brasileiro. Eu dou esse depoimento e estou trazendo e dividindo a responsabilidade com Toninho, que é um articulista político que tem feito aquele trabalho *Os Cabeças do Congresso Nacional.* Depois, consultando os 100 cabeças, escolhem os dez cabeças do Congresso. Esse depoimento Toninho me deu, eu nem o conhecia pessoalmente.

Eu quero aqui dizer, Toninho, que você está com a razão: Geraldo Mesquita Júnior é um grande Senador, foi relator de inúmeros projetos de minha autoria, inclusive aqueles que garantiram a política de salário mínimo. Muito obrigado, Senador, pelo seu depoimento.

Sr. Presidente, como é bom ainda olhar e saber que este mandato de Senador me fez dialogar com todos os setores da sociedade – com governantes, com empregados, com empregadores. Posso afirmar que, ao longo dessas décadas, tenho estabelecido uma política, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com todas as centrais – todas! –, com todas as confederações, com todas as federações, com todos os sindicatos, associações e comissões de trabalhadores, tanto da área pública e da área privada, como também do campo e da cidade.

Tenho dialogado também, sim, com os empresários de todos os setores da economia brasileira. Tenho combatido o *dumping*, fortalecendo a produção nacional com valor agregado e, consequentemente, gerando emprego, mas também sabendo valorizar a importância do setor exportador.

O fortalecimento do mercado interno é uma fonte de água cristalina que deve ser cuidada. Essa fonte é o símbolo da distribuição de renda. Ela pode e deve dar água a todos que tenham sede.

Cito com muito orgulho que, em um desses meus aniversários, Senador Geraldo Mesquita Júnior – lá no sul se faz uma festa, como será feita uma no Parque da Harmonia, no próximo domingo, no chamado Galpão Gaúcho, quando se encontrarão duas, três, quatro mil pessoas, dependendo do momento, pois essa é a expectativa para este fim de semana –, recebi uma charge do cartunista Aroeira, que me permitiu publicá-la como eu bem entendesse, se eu me identificasse com ela. Então, ele fez um mapa do Brasil com uma caricatura minha, em que estou falando: "Sou a favor do lucro. A favor do lucro para todos."

Por isso, tenho um projeto neste sentido no Congresso Nacional.

Enfim, como é bom dizer que estamos vivendo este bom momento do Brasil. O Brasil pode ser uma das cinco maiores economias do mundo. Como é bom dizer que estamos vivendo este momento! Acredito que isso trará benefícios para toda a nossa gente: para vocês, idosos, e vocês, jovens.

Aliás, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas. Nos últimos 40 anos, o número de brasileiros idosos quintuplicou, passando de 3 milhões em 1960 para 14 milhões em 2002. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2020, esse número chegará a 32 milhões. Daqui a dez anos, seremos 32 milhões de homens e mulheres com mais de 60 anos. Temos de estar preparados para esses números. Precisamos entender a bela caminhada dos nossos idosos, assegurando a eles melhores condições de vida. Essa é nossa luta.

Senhores, termino dizendo que não posso reclamar do presente nem dos presentes que Deus me deu. Vocês são um deles. Eu digo isso para vocês, porque me sinto orgulhoso de ter unido a minha voz às suas vozes.

E, juntos, estaremos todos chamando a sociedade para que tenha consciência sobre o processo de envelhecimento do nosso povo, da nossa gente.

Eu, Senador Geraldo Mesquita Júnior, escrevo alguns livros. Ao longo desses 60 anos que faço hoje, creio que escrevi uns dez livros. Mas aquele de que mais gosto é um livro de poesia que eu chamei *Política, Cumplicidade e Poesia*. E numa das poesias eu digo: "O idoso sonha com o que ainda pode realizar, pois ele está vivo, e muito vivo. E a cada novo sol ele sabe que há um ideal a comunicar, uma experiência de vida a espalhar."

Como idoso que passo a ser a partir de hoje, eu lhes digo: vamos seguir lutando juntos, estamos irmanados mais do que nunca.

Esta data é muito especial.

Eu me socorri da história e da Internet, para descobrir que eu pertenço, no calendário chinês, ao ano do Tigre, que significa muita luta, muita batalha e a expectativa de muitas vitórias para todos nós. O que diz a Internet sobre esse ano? As pessoas nascidas no ano do Tigre costumam ser generosas, corajosas, extremamente impulsivas e curiosas, mas também rebeldes, contestadoras e liberais. Na cultura chinesa, o ano do Tigre é sempre o ano de decisões, e no aspecto político, marcado como um período de mudanças sérias em todas as esferas da sociedade.

O ano de 2010 promete ser interessante em todos os aspectos e praticamente todos os signos do

zodíaco serão muito bem sucedidos, porém a situação financeira poderá ser relativamente instável.

Nesse aspecto, o ano do Tigre não será muito promissor, no entanto – por isso que falo tanto em fé –, espiritualmente, o ano será muito positivo pois os problemas de dinheiro serão facilmente superados pela fé.

Isso é tão verdadeiro que a força espiritual, digo eu, move montanhas. Vejam bem, o PIB deste ano foi praticamente zero. A projeção para o PIB do ano que vem é de ultrapassar os 6%. Ou seja, nós, que lutamos tanto para que o aumento do salário mínimo e dos aposentados acompanhe o PIB, poderemos ter um aumento real, em 2010, de 6%. Se conjugarmos o que diz a política do salário mínimo e dos aposentados, na minha ótica, poderemos ter um reajuste em torno de 12%, se os nossos projetos forem também aprovados na Câmara como aprovamos aqui no Senado por unanimidade.

Enfim, quero dizer muito obrigado a todos que se correspondem comigo ou que torcem para que as nossas propostas sejam aprovadas. Vocês é que me ensinaram a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Quero agradecer muito, mas muito mesmo, a todos os que estão interagindo comigo, contribuindo com os projetos: os 'twitteiros', o pessoal do Orkut, o pessoal do *blog,* os que assistem a "TV Paim" – na minha página, aparece uma televisãozinha onde falo com o nosso povo – os que contam a sua história e a relacionam com os meus projetos, com os nossos projetos; aos que enviam cartas, *e-mails,* Voz do Cidadão, os que telefonam, os que participam de pesquisa. Enfim, todos que fazem parte dessa grande interação. Se contarmos todos, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e o 0800 do Senado pode ajudar como depoimento, são milhões de pessoas que, ao longo desses oito anos, interagiram com a gente aqui no Senado.

Quero agradecer também aos que criaram ou estão criando comunidades e pequenos vídeos falando do nosso trabalho aqui no Senado da República. Tenho Deus no meu coração. É essa fé que guia a minha caminhada pela estrada da vida.

Meus amigos e amigas, idosos de todas as idades, para finalizar, quero lhes dizer que, se nós tivermos consciência de que a vida tem um tempo, saberemos também que cada minuto é precioso e que vivê-lo bem é a melhor proposta que podemos dar ao próprio tempo.

Vivam o melhor que puderem – é o que desejo a todos.

Meu abraço bem apertado, meu profundo respeito e carinho e minha promessa de seguir lutando com vocês por nossos direitos. É o que, neste final, eu gostaria de aqui deixar, de aqui dizer.

Olhem sempre com firmeza e com o coração aberto para o caminho que se estende à sua frente. Ele se abre para vocês, basta apenas que vocês façam o gesto de sorrir para ele, que, com certeza, vocês encontrarão o caminho da felicidade.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância. Sei que foram cinquenta minutos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pensei que fosse durar sessenta, um minuto para cada ano de vida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para dar exatamente os sessenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas estou aqui do lado do Francisco Dornelles, uma das figuras mais sábias do nosso País...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta. Ele nos ajudou muito na regulamentação de inúmeros direitos dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E me veio à mente um dos Prefeitos mais sábios do Brasil, do Nova Friburgo: Heródoto, que é o nome de um historiador. E ele é do Partido Social Cristão. Então, em um congresso de Prefeitos, do modelo administrativo do Partido Social Cristão, o partido que mais cresce no Brasil – seu genro está tomando posse, em Canoas, como Presidente. Fui lançar o Expedito Júnior agora, uma candidatura popular que vai dar um banho. E o Senador é do Partido Social Cristão. Mas o Heródoto, 84 anos, falou sobre a experiência de Prefeito. Foi quatro vezes prefeito. Heródoto diz assim: "Não tenho idade, eu tenho vida". E Paim tem uma vida dedicada ao próximo, servir ao próximo e amar o próximo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra Francisco Dornelles, essa figura extraordinária que traduz a grandeza deste Senado da República. Ele é o legítimo substituto de Tancredo Neves, que se imolou pela redemocratização e tinha tanta confiança neste homem. Digo isso para traduzir a grandeza que somos, o Senado da República.

Tancredo Neves, antes de se imolar e ir ao Céu, deu a chave do cofre do Brasil para ele, que foi Ministro da Fazenda. Agora não entendo muito como um homem do quilate de Francisco Dornelles, mineiro, eleito pelo Rio de Janeiro, Ministro da Fazenda, honrado, iguala-se a Rui Barbosa, Ministro do Trabalho por duas vezes... Eu vi em Genebra, na Suíça, a grandeza e a respeitabilidade deste homem. E ele é Presidente do Partido Popular. Geraldo Mesquita, acho que este

homem devia ser lançado a Presidente da República. É um dos maiores valores.

Com a palavra V. Exª pelo tempo que achar conveniente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, muito obrigado sempre pelas referências que V. Exª faz à minha pessoa, são muito generosas.

Antes de abordar o tema que me traz hoje a esta Casa, faço uma saudação ao Senador Paulo Paim, ratificando todas as palavras do meu querido amigo Senador Geraldo Mesquita.

V. Exª, Senador Paulo Paim, honraria o Senado de qualquer República do mundo pela sua competência, pelo seu patriotismo, pelo seu espírito público. Feliz o Estado que tem um Senador como V. Exª. Quero aqui hoje dizer que V. Exª, aos 60 anos, na realidade, faz, pelo seu vigor físico, 18 anos de idade e 400 de sabedoria por tudo que V. Exª tem demonstrado no Senado Federal.

Sr. Presidente, hoje chego à tribuna do Senado para abordar mudanças propostas pelo Poder Executivo no marco regulador do petróleo.

Sr. Presidente, nos anos 90, foi quebrado o monopólio do petróleo, ou seja, por meio de reforma constitucional a Petrobras que tinha o monopólio do petróleo perdeu esse monopólio, embora tendo continuado como uma empresa forte, importante e sendo o grande instrumento de desenvolvimento econômico, de política industrial, de política de comércio exterior, de política cultural do País.

O art. 176 da Constituição estabeleceu que o petróleo pode ser explorado por empresa privada mediante autorização ou concessão da União Federal. Ora, no momento em que o Governo envia agora uma proposta de mudança da legislação, ele adotou o sistema da partilha que não é nem concessão nem autorização. De modo que tenho inicialmente sérias dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta do Governo de explorar o petróleo por meio do sistema da partilha.

Mas queria entrar no mérito da questão, Sr. Presidente. Pelo sistema da concessão, houve um sucesso muito grande no País na exploração do petróleo. A produção de 900 mil barris em 1997 passou para praticamente 2 milhões diários no ano de 2008. E no sistema de concessão, a empresa que explorasse o campo de petróleo inicialmente pagava o que se podia chamar um bônus de assinatura. Ela fazia um lance e se, adquirisse o campo, ela pagava um bônus de assinatura que era a receita da União. Em seguida, ela pagava uma participação especial a União, Estados e Municípios, que era uma espécie de um imposto sobre o lucro obtido por ela na exploração do petróleo. Em terceiro lugar, ela pagava *royalties,* que era também destinado a União, Estados e Municípios. No período até 2008, eu quero dizer que, a título de *royalties* e participação especial, foram pagos R$177 bilhões.

O que acontece agora que eu acho estranho no regime da partilha? O bônus de assinatura que era variável no regime de concessão, ou seja, quanto menor o risco maior era o bônus, é fixo. A União vai fazer um bônus de assinatura fixo para ser pago pelas empresas que venham explorar o petróleo. A participação especial não existe, ou seja, as empresas que hoje no regime de concessão pagam a participação especial não vão pagar participação especial. As empresas vão pagar *royalties* como pagam hoje, mas os *royalties* serão ressarcidos, haverá o ressarcimento: o que a União receberá com uma mão vai devolver com a outra.

Sr. Presidente, acho que o Senado Federal deve fazer um exame mais profundo dessa matéria ou do desenho do projeto de partilha, porque está me parecendo que se montou um paraíso fiscal para as empresas produtoras de petróleo em detrimento da União, dos Estados e dos Municípios. Eu quero deixar bem claro: hoje, no regime de concessão, as empresas pagam um bônus de assinatura que varia de acordo com o risco do campo, será um bônus de assinatura fixo. Hoje, pagam participação especial, que é um imposto sobre o lucro que obtêm da exploração do petróleo. Não vão pagar nada. Hoje, pagam *royalties* à União, aos Estados e Municípios. Os *royalties* que vão pagar na partilha serão ressarcidos a elas pela União. Vão pagar com uma mão e receber com a outra. Este assunto tem de ser amplamente debatido pelo Senado Federal. O projeto que aqui chegou introduzindo a partilha é inconstitucional. Partilha não é autorização nem concessão. A Constituição só permite que empresa privada venha explorar petróleo no Brasil por meio de concessão ou de autorização, e não é o caso da partilha.

Sr. Presidente, também quero fazer referência ao projeto que cria a Petrosal. O regime que cria a Petrosal, esse projeto, agride a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo e a própria União. Ele retira da Petrobras algumas atribuições operacionais que essa grande empresa brasileira tem. Retira da Agência Nacional do Petróleo uma série de atribuições, principalmente no campo da regulamentação do setor, retira da própria União Federal alguns poderes no processo de tomada de decisão. Ainda que se admitisse o regime de partilha não haveria necessidade de criar-se mais uma estatal, a Petrosal. Acho que temos de examinar também a criação da Petrosal dentro do esquema dos artigos da Constituição (Da Ordem Econômica) que tratam e estabelecem condições para que sejam criadas empre-

sas estatais. A Petrosal, a meu ver, atinge e enfraquece a Petrobras, atinge a Agência Nacional do Petróleo, e tira poderes do próprio Governo Federal.

Eu queria dizer também, Sr. Presidente, que quando foi votada a Constituição de 1988, o ICMS, que é o imposto estatal, era cobrado na origem, ou seja, era cobrado no Estado produtor, onde está o estabelecimento que fabrica determinado bem; esse paga o ICMS. Houve uma exceção, para o petróleo. O Rio de Janeiro não cobra ICMS do petróleo produzido no seu território, na sua plataforma continental, no mar territorial. Não cobra. E não cobra porque a Constituição estabeleceu que, no caso do petróleo, o ICMS seria cobrado no Estado do consumo. Ora, o que ocorreu? A própria Constituição estabeleceu no art. 20 a possibilidade de os Estados – cujos territórios sejam afetados pela produção de petróleo e que tenham receitas oriundas do seu mar territorial, de sua plataforma continental – cobrarem *royalties* pela exploração do petróleo em conseqüência e em detrimento do que ocorre no seu território.

O Ministro Nelson Jobim, em julgamento do Supremo Tribunal, disse de forma muito clara no Mandado de Segurança 24.312, relatado pela ilustre Ministra Ellen Gracie: (assim falou o Ministro Nelson Jobim) "A propósito, cabe registrar, por ocasião deste julgamento, que o disposto no § 1º, art. 20 da Constituição, foi aprovado em conjunto com a norma contida no art. 155, item II, que isenta do ICMS as operações que destinem a outros Estados o petróleo e derivados".

Segundo o Ministro Jobim, durante o processo constituinte foi decidido retirar a incidência do ICMS na origem, no que se refere ao petróleo. Por essa razão, para contrabalançar, decidiu-se dar aos Estados produtores uma compensação financeira cobrada a título de participação especial de *royalties*.

A decisão tomada pela Câmara, Sr. Presidente, retira do Rio de Janeiro praticamente toda a competência para tributar o petróleo produzido em seu território ou em seu mar territorial. O Rio de Janeiro, mantida a decisão tomada na Câmara, vai receber 1,5% do que recebe atualmente. Será o caos! Vamos realmente ter aqui a inviabilidade de um Estado e de seus Municípios.

Sr. Presidente, entendo que é importante que o Senado discuta amplamente esse assunto. Em primeiro lugar, mergulhando no sistema da partilha, vendo o motivo ou a razão de estarmos transferindo recursos da União, dos Estados e Municípios para as empresas que vêm explorar petróleo. Em segundo lugar, vamos raciocinar, vamos discutir, vamos examinar as fórmulas do pré-sal. Não há sentido, ninguém pode aceitar que nós venhamos a estabelecer uma medida de forma retroativa. Queremos e entendemos importante discutir maior participação de todos os Estados e Municípios nos recursos do pré-sal, naquela riqueza que vier a ser explorada em função das novas pesquisas. Mas, fazer de forma retroativa, atingir situações jurídicas perfeitas e acabadas é uma situação que, estou certo, o Senado irá discutir e examinar, porque acredito que é importante que todos ganhem, mas ninguém deseja inviabilizar de forma definitiva, ferir mortalmente o Estado e os Municípios do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, estou certo e conto com cada Senador para discutir o assunto, para aprofundar o assunto, para entrar profundamente no problema do petróleo dentro do esquema pelo qual todos devem ganhar, mas o Rio de Janeiro não pode nem deve ser ferido mortalmente.

E quero dizer ainda que nós temos de pensar que, se algum sacrifício tiver de ser feito, não um sacrifício, mas se alguma modificação tiver de ser feita, essa teria de ser feita pela União, porque Estados e Municípios não vão cobrar a partir de agora a participação especial; praticamente não vão participar; os *royalties* são ressarcidos.

Então, nós temos de discutir dentro desses parâmetros o que vai ocorrer e encontrar uma solução para que todos possam ganhar para o futuro, sem que nenhum Estado seja inviabilizado, como ocorre em relação a essa emenda e o que ocorre se aplicado ao Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, consultando a lista de oradores, é o Senador Alvaro Dias. (*Pausa*.)

Ele cede? O AD cede? O inscrito é AD, Senador AD, Alvaro Dias, que vai ceder sua vez ao Senador Papaléo Paes. Mas aí ele tem de ser chamado, o Senador PP, Papaléo Paes, porque o político, no Brasil, é importante quando ele forma sigla: JK, ACM; e o Alvaro Dias já é conhecido como AD. Você ainda é o Papaléo.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, que representa do Estado do Amapá e o PSDB.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Como orador inscrito, quero agradecer a V. Exªs, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC PI) – V. Exª era o sexto. O AD era o quarto. O Pedro Simon está ausente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Ele abriu mão, como companheiro partidário que é.

O Senador Dornelles fez aqui um pronunciamento, como sempre, altamente técnico, competente. Re-

almente, Senador, esse assunto que V. Exª levantou aqui na tribuna é de extrema importância. E politicamente passou a ficar muito complicado depois que a Câmara aprovou o projeto. Ficou muito complicado. V. Exª tem toda a razão quando enquadra esse projeto como tendo grande indício de inconstitucionalidade. Isso aí tem que ser olhado com muita atenção.

Eu conversava, ainda há pouco, com o Senador Alvaro Dias. Politicamente, passou a ficar um caso muito complicado. Tem que haver, sim, um entendimento. Porque nós vemos a questão especificamente do Rio de Janeiro, do Espírito Santo. Isso aí foi um golpe muito grande naquilo que esses dois Estados, pelo menos, já tinham incluído em seus orçamentos, em seus programas de governo, em seus planos para o futuro. E, de repente, nós podemos passar a esses dois Estados grandes dificuldades para tentar recompor a perda que está prevista no projeto aprovado pelo Câmara.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, deixar os meus respeitos a V. Exª, que usa a tribuna realmente para nos esclarecer, para nos ensinar e para nos alertar em situações como essas, o que é muito importante.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho dois assuntos para falar. Um assunto é o que eu iria realmente desmembrar na minha última inscrição aqui na tribuna. E o outro realmente é para chamar a atenção para um fato que anda acontecendo no Brasil e acredito que muitos de nós nem percebem, quando deveríamos estar muito atentos diante da situação.

O que nós estamos vendo hoje em dia? Estamos vendo o País economicamente muito bem equilibrado e, de uma forma ou de outra, sem nenhum conflito que possa colocar em risco o quadro político do País, pelo menos aparentemente; o número de desempregados é muito grande, mas o País tenta fazer com que o desemprego diminua; e, fundamentalmente, o País vai submeter seus eleitores a mais um processo de votação que são as eleições gerais em outubro.

E, quando nós falamos em eleições gerais, Senador Mão Santa, nós temos de lembrar o que se passa principalmente aqui na América do Sul. A Venezuela apresenta um quadro político extremamente desagradável para todos nós que estamos acostumados a conviver com o a democracia, com um ditador no comando da nação, que passa pelas mesmas dificuldades por que Cuba passa hoje. E o Presidente do nosso País de beijos e abraços com o ditador venezuelano, de beijos e abraços com o ditador cubano.

Nosso Presidente esquece todo o seu passado quando visita Cuba e lá encontra presos políticos protestando contra a ditadura de Fidel Castro. Nosso Presidente, que é realmente o grande exemplo da luta contra a opressão por que o País passou a partir de 1964 e que durou vinte anos, realmente, esquece seu passado, vira as costas para aqueles presos políticos que estão protestando com greve de forme, e compara aquele movimento político em Cuba com os presos no Estado de São Paulo. É lamentável. Todos nós ficamos muito tristes. Ele olha com bons olhos o maior chefe político do Irã, um ditador; olha com bons olhos Hugo Chávez, um ditador; e olha com bons olhos Fidel Castro e seu irmão, ditadores.

Aqui, no País, começamos a ficar preocupados. Quando o Presidente tenta impor, de uma forma ou de outra, por meio do seu partido e, mais especificamente, da sua vontade, a candidatura de uma senhora que hoje é Ministra da Casa Civil, usando a máquina, a força, a potência do Governo a favor dessa senhora, ele está infringindo, com toda a certeza, o fundamento maior do processo democrático que é justamente a igualdade de condições entre aqueles que vão disputar um cargo político.

Isso nos preocupa bastante, principalmente porque a Justiça Eleitoral brasileira faz vista grossa; ela não acompanha com a seriedade, com a competência e com a honestidade com que deveria acompanhar esse processo, que é um processo democrático.

Enfim, as vistas grossas fazem com que o Presidente da República ponha debaixo do braço a sua candidata, use os palanques de obras oficiais para divulgar a sua candidata. Além disso, como sempre – eu não sei realmente como ele se encontra nesses momentos, emocionalmente falando –, faz descaso pela lei, descaso pelas outras forças democráticas que compõem, que formatam a democracia neste País. Enfim, o desrespeito é total. Dá a sensação de que o Senhor Presidente da República é um ditador enrustido, e que aquele passado que ele teve, quando inclusive foi preso, Senador Alvaro Dias, reverteu-se completamente contra a sua índole democrática e fez com que hoje ele se sinta o maior, o melhor, aquele que pode fazer e acontecer, que tudo está bonito, e usa a mídia para, cada vez mais, promover sua candidata de maneira totalmente contrária ao que a lei eleitoral manda.

Tudo isso, Senador Mão Santa, eu disse exatamente para lembrar que as revistas de circulação semanal do País, que falam sobre assuntos políticos, sobre o nosso dia a dia, estão cheias de notícias são importantes e que todos nós devemos acompanhar. E uma delas está aqui, é muito grave isso. Muito grave por quê? Porque isso envolve a alma e o coração do Partido dos Trabalhadores, a alma e o coração, que é exatamente todo o processo de alimentação do famigerado mensalão. Digo isso só para lembrar àqueles que já esqueceram que o mensalão do PT realmente foi e deve continuar sendo uma máquina poderosa

de suborno de consciência na Câmara Federal. Está aqui na *Veja* toda a elucidação desse processo, sob o título "O Pedágio do PT". Ela mostra aqui o grande idealizador e fabricador das propinas, que é o novo tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Essa matéria é importante e seria bom que todo brasileiro pudesse ler e entender o esquema de corrupção que existe por trás desse processo eleitoral de que o Partido dos Trabalhadores vai participar. Isso realmente é de assustar qualquer um. Isso nos assusta, Senador Alvaro Dias, porque é um esquema montado pelo Partido que está mandando, que tem o Presidente da República. E se Partido que tem o Presidente da República dá esses maus exemplos, isso realmente é de nos assustar. E assusta ainda mais o fato de o Presidente impor uma candidatura, quando o próprio Presidente não obedece às leis eleitorais do nosso País.

Então, vamos aqui abrir os olhos e ver a importância dessa reportagem para realmente relembrar e passar a olhar com responsabilidade a situação. Nós da Oposição, Senador Alvaro Dias, temos a obrigação de denunciar, porque o que realmente vemos na mídia é o pouco espaço que essas matérias importantes detêm.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, V. Exª aborda o assunto com muita oportunidade, sobretudo procurando chamar a atenção da população brasileira, porque estamos no processo eleitoral, estamos no ano eleitoral. Vamos ter um julgamento em outubro e não podemos ignorar que, principalmente para o eleitor, não há prescrição de crime algum. Esses são crimes já envelhecidos, porque a existência do mensalão não é de hoje: as providências adotadas pelo Ministério Público ainda estão sendo adotadas; o Supremo Tribunal Federal está ouvindo testemunhas para julgar os 40 denunciados. Mas a revista mostra que não basta julgar 40. Existem outros. Neste final de semana, houve dois fatos novos: a notícia da Revista *Veja* – depois, também vou à tribuna abordar essa questão – e a declaração do Presidente Lula. A *Folha de S.Paulo* divulgou que o Presidente Lula, respondendo a um interrogatório do Ministério Público, declarou, pela primeira vez, até desmentindo o que havia dito antes, como se dissesse: "Esqueçam o que eu disse, porque eu sabia, sim, do mensalão. Fui alertado sobre o mensalão." Então, esse é um fato da maior importância. Isso demonstra que a seleção de 40 mensaleiros é insuficiente. Essa seleção precisa ter novos convocados, ou seja, o número não é 40.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Vou aguardar seu pronunciamento, porque V. Exª tem mais detalhes para nos dar, uma vez que V. Exª acompanha isso de maneira minuciosa. Enquanto isso, Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República continua no processo de campanha com sua candidata. Ele coloca sua candidata debaixo do braço, vai para o palanque e usa uma sigla para fazer propaganda. Justamente o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, que é apresentado como remédio que irá resolver todos os problemas do povo brasileiro.

No entanto, Sr. Presidente, nós vemos outra coisa. Vemos um cenário em que são abandonados os Estados mais pobres do Brasil, e um desses Estados é o meu Estado, o Amapá. O Amapá tem sido vítima da incompetência dos executores do programa, em especial na área de saneamento básico, essencial para o desenvolvimento do meu Estado.

A propaganda oficial tem repetidamente afirmado que o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, é algo que nunca se viu na história brasileira. A Srª Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou durante o recente congresso do Partido dos Trabalhadores que "nunca antes na história houve um programa de investimento em infra-estrutura tão organizado, tão discutido e tão planejado como o PAC".

No entanto, uma mentira não se transforma em verdade depois de repetida mil vezes, Senador Mão Santa. Continua sendo mentira e assim será, porque diante de fatos não há argumentos.

O jornal *Folha de S.Paulo*, em sua edição do último dia 2 de março, afirmou literalmente que

> *o governo federal maquiou balanços oficiais para encobrir um mega-atraso nas principais obras do PAC. Três de cada quatro ações destacadas no primeiro balanço do programa não foram cumpridas no prazo original.*

Assim, se o projeto estava fora do cronograma, fez-se o quê? Ao contrário de corrigir os problemas de gerenciamento do projeto, dilatou-se o prazo.

Vejam o seguinte exemplo: linhas de transmissão de energia nos Estados do Amapá, Pará e Amazonas deveriam ser entregues em dezembro próximo. No entanto, o mau gerenciamento do programa empurrou o término do projeto para 2013.

Isso, enfatizo, não é um caso isolado. De 76 grandes obras do PAC, nada menos do que 75% sofreram atrasos na execução e, em média, os projetos estão atrasados um ano e meio.

O PAC não tem problemas apenas em sua execução. A própria concepção do programa é falha. No saneamento básico, a área que reputo como prioritária para o meu estado do Amapá e todos os estados da região Norte, os gerentes do programa mostram-se de uma falta de capacidade assustadora.

Uma política pública deve-se fundar na atenção aos mais necessitados. Quanto mais carentes, mais atenção deve receber a população. Os gerentes do PAC têm, todavia, violado essa regra fundamental da boa administração.

De acordo com o jornal Correio Braziliense do dia 7 de fevereiro último,

as unidades da Federação com os piores índices de coleta de esgoto, ou seja, abaixo de 20% são aquelas com os menores número de empreendimentos previstos pelo programa.

Isso afeta Amapá, Amazonas, Rondônia, Tocantins, Pará, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Sergipe e Piauí.

No caso específico do Amapá nenhum – repito, nenhum! – projeto de saneamento básico será entregue em 2010.!

O Ministério das Cidades alega que o atraso se justifica porque estaria faltando capacidade técnica para desenvolver os projetos do programa.

Ora, Srs. Senadores, os gerentes dos Ministérios deveriam, ao contrário de imputar culpas, oferecer treinamento e qualificação para os técnicos dos Estados.

Enfim, são desculpas, desculpas e mais desculpas.

Vejamos o que dizem os números:

Em relatórios com dados da execução orçamentária deste ano, somos informados de que há oito programas para o Estado do Amapá. Quatro de alçada do Dnit e quatro do Ministério das Cidades.

O total da dotação no orçamento é de 80 milhões de reais. Aí se pergunta, Sr. Presidente, qual o valor empenhado? Aí se responde e respondo agora: é zero. Nem um real foi alocado para os oito programas do Amapá.

E, em 2009, foram empenhados onze milhões, mas nenhum real foi liquidado.

Em suma, o PAC é muito mal gerido e não tem trazido benefícios para o Amapá e – não é incorreto afirmar – tem feito muito pouco pelo País, ao contrário do que alardeiam os marqueteiros da Casa Civil.

Conclamo, pois, a Casa Civil a deixar os interesses eleitoreiros de lado e partir para a real implantação de programas que favoreçam as camadas mais pobres da população brasileira.

Isso é o que se exige de gestores públicos que realmente querem o bem do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento do Senador Papaléo Paes, mostrando suas preocupações quanto ao excesso de propaganda das obras do PAC.

Convidamos, agora, para usar da palavra o orador inscrito, Senador Alvaro Dias, do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pode ser repetitivo, mas é necessário.

Durante o escândalo do mensalão, a revista *Veja* fez veicular 18 capas denunciando o escândalo. Nas duas últimas semanas, mais duas capas da revista apresentaram à Nação detalhes horrendos de escândalos da corrupção, que não começaram hoje, mas que percorrem um itinerário já de vários anos.

Na semana passada, o episódio da cooperativa dos bancários, a Bancoop, e nesta semana, um lance novo do escândalo do mensalão, aquele que foi considerado o maior escândalo de corrupção da história do nosso País, pelo menos da história contemporânea do nosso País.

Duas CPIs foram instaladas no Congresso Nacional: a CPI dos Correios, que aprofundou investigações, e a CPI do Mensalão, que foi a estratégia adotada exatamente para comprometer as funções que deveria exercitar a CPI dos Correios.

No mesmo período, simultaneamente, a CPI dos Bingos também trabalhava, investigava fatos do subterrâneo da Administração Pública nacional.

Neste final de semana, a revista *Veja* traz reportagem assinada por Alexandre Oltramari e Diego Escosteguy, sob o título *O Pedágio do PT* e traz à ordem do dia lances daquele que foi considerado um esquema complexo e sofisticado de corrupção, idealizado no Palácio do Planalto, em nome de um projeto de poder de longo prazo.

Aquele escândalo fez com que o Procurador-Geral da República, sóbrio, discreto, inteligente, ousado, Dr. Antônio Fernando, concluísse tratar-se de uma organização criminosa, denunciando quarenta dos principais envolvidos, já que a CPI dos Correios citou mais de cem nomes que poderiam ser denunciados pelo Ministério Público.

A revista traz mais um nome: o nome do tesoureiro do PT. O tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, artífice já do escândalo da Bancoop, foi citado, no esquema da delação premiada, pelo corretor Lúcio Funaro, investigado também pela CPI e denunciado pelo Ministério Público. Utilizando-se dos artifícios da delação premiada, apresentou ao Ministério Público fatos novos, que exigem providências novas. E a revista traz em detalhes. O Sr. João Vaccari Neto se constitui um elo perdido do "mensalão".

O corretor de câmbio Lúcio Funaro prestou seis depoimentos sigilosos à Procuradoria-Geral da República, nos quais narrou como funcionava a arrecadação de propina petista nos fundos de pensão: 'Ele (João Vaccari) cobra 12% de comissão para o partido'.

O novo tesoureiro do PT é uma peça mais fundamental do que parece nos esquemas de arrecadação financeira do partido. Investigado pelo promotor José Carlos Blat por suspeita de estelionato, apropriação indébita, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha no caso dos desvios da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), Vaccari é também personagem, ainda oculto, do maior e mais escandaloso caso de corrupção da história recente do Brasil: o mensalão – o milionário esquema de desvio de dinheiro público usado para abastecer campanhas eleitorais do PT e corromper Parlamentares no Congresso Nacional.

Mais adiante diz a matéria:

Ele parecia bagrinho no esquema. Pelo que se descobriu agora, é um peixão. Em 2003, enquanto cuidava das finanças da Bancoop, João Vaccari acumulava a função de administrador informal da relação entre o PT e os fundos de pensão das empresas estatais, bancos e corretoras. Ele tocava o negócio de uma maneira bem peculiar: cobrando propina. Propina que podia ser de 6%, de 10% ou até de 15%, dependendo do cliente e do tamanho do negócio. Uma investigação sigilosa da Procuradoria-Geral da República revela, porém, que 12% era o número mágico para o tesoureiro – o percentual do pedágio que ele fixava como comissão para quem estivesse interessado em se associar ao Partido para saquear os cofres públicos.

Enfim, Sr. Presidente, a matéria, essa reportagem traz os detalhes desse depoimento, o depoimento sigiloso que chegou ao conhecimento dos jornalistas. E nessa reportagem há, inclusive, *fac-símile* de cheques emitidos. Os cheques foram emitidos pela Bancoop.

Portanto, na matéria, nessa reportagem, há lances do mensalão, com as denúncias apresentadas sigilosamente, no depoimento concedido à Procuradoria-Geral da República, e há novos lances referentes a esse escândalo da Bancoop.

Quais são as providências que podemos adotar neste momento? Devemos ouvir, no Senado Federal, o Dr. José Carlos Blat. É fundamental que ele possa comparecer ao Senado para dar informações sobre o inquérito que preside já há três anos. Nesta semana, certamente, viabilizaremos o convite ao promotor, Dr. José Carlos Blat, que poderá dissertar aqui não apenas sobre esse episódio da Bancoop, mas também sobre o pedágio do PT em outro esquema de corrupção que foi o "mensalão".

Na quarta-feira, pretendemos ouvir, na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, cooperados que foram lesados nesse esquema de corrupção da Bancoop. Foram centenas de famílias prejudicadas. Os representantes dessas famílias virão ao Senado para colocar diante dos Srs. Senadores e diante de todo o País o drama que passaram a viver em função desse esquema de corrupção que foi liderado na Bancoop, segundo o promotor Dr. José Carlos Blat, por João Vaccari Neto, que é o tesoureiro do PT.

São providências preliminares, porque, certamente, como decorrência desses depoimentos, tanto do promotor, Dr. José Carlos Blat, quanto dos representantes dos cooperados da Bancoop, poderemos adotar novas iniciativas com o objetivo de contribuir para que esse escândalo que produz vítimas não seja mais um daqueles escândalos que permanecem insolúveis no País, estabelecendo a impunidade como regra que estimula a corrupção.

Pretendo, Sr. Presidente Papaléo Paes, sugerir ao nosso Partido, o PSDB, que providencie, através do departamento jurídico, uma nova representação dirigida ao Procurador-Geral da República. É fato que esse depoimento ocorre já no Ministério Público, mas eu creio que a nossa responsabilidade é valorizar essa ação do Ministério Público, é, sobretudo, estimular para que o fato tenha consequência, para que o Ministério Público, instaurando os procedimentos judiciários, possa aprofundar as investigações e reunir os instrumentos necessários para a responsabilização civil e criminal.

Creio que cabe uma representação pontual que diga respeito a esse episódio. Já que o Sr. João Vaccari Neto não foi ainda denunciado quando da denúncia dos 40 mensaleiros ao Supremo Tribunal Federal, creio que cabe à Oposição, sim – e mais do que ser uma atribuição espontânea da Oposição, é um dever –, esse dever de representar de forma oficial, a fim de que a responsabilidade do Ministério Público seja destacada.

Vamos sugerir, na reunião do nosso Partido de amanhã, essa providência. Imagino que a representação terá a utilidade de demonstrar que há instituições no País preocupadas em reduzir o impacto da impunidade sobre as aspirações da sociedade.

Essa indignação, Senador Mão Santa, que campeia pelo País é resultante sobretudo da impunidade. É evidente que a corrupção ocorre no mundo todo, mas temos dificuldades de encontrar uma outra nação onde a impunidade prevaleça da forma como tem prevalecido no Brasil. Os escândalos acabam na vala do esquecimento.

A imprensa, o jornalismo investigativo tem oferecido uma enorme contribuição para evitar que o esquecimento seja a festa dos desonestos, porque quem comemora o esquecimento é o desonesto. Não há dúvida de que os brasileiros que pagam impostos com dificuldade, que trabalham duro para sobreviver não se conformam diante da repetição de escândalos que vivemos no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não é com prazer que nós comparecemos quase que diariamente a esta tribuna para ressaltar a existência de novos escândalos no País. É com desprazer que o faço, porque gostaria de não ter de cumprir essa tarefa. Se somos poucos na Oposição, se as tribunas que se nos apresentam são limitadas, devemos utilizá-las da melhor forma possível para ecoar as aspirações da população e, sobretudo, para destacar a indignação das pessoas de bem deste País que não concordam que se estabeleça no Brasil o paraíso da corrupção.

Eu gostaria, antes de concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, de fazer referência a este assunto da atualidade, que é o debate do Congresso Nacional neste momento: o pré-sal. O que eu gostaria de dizer, preliminarmente, é que não podemos restringir o debate à questão dos *royalties*, esquecendo-nos de que esse debate exige uma postura de maturidade política e responsabilidade. É um debate que não pode cingir-se a um confronto de Oposição e Governo, porque não se trata de defender interesses do Governo ou da Oposição. A legislação que vamos aprovar no Congresso Nacional não estabelecerá normas, relativamente ao pré-sal, que deverão ser respeitadas por este Governo, até porque este Governo acaba. Quando estivermos concluindo esse processo, certamente este Governo estará nos seus últimos dias. Estamos legislando, portanto, para o futuro do País, não para este ou para aquele Governo.

Devemos ter tempo para o debate. O Governo está apressado, Senador Papaléo. Não há razão para tanta pressa. O pré-sal só passará a ser explorado daqui a alguns anos. Certamente, antes de 2016, nós não estaremos auferindo benefícios da exploração do pré-sal. Nós não temos condições também de dimensionar esse patrimônio. Qual o valor desse patrimônio continental? O Governo toma a reserva prevista como se fosse reserva aprovada e alardeia que descobrimos a solução para todos os problemas do País, como se essa fosse uma riqueza descomunal, desproporcional, agigantada, suficiente para resolver todos os problemas econômicos e sociais do povo brasileiro. É gerar uma falsa expectativa; expectativa do exagero. Não é discutir algo tão sério, tão importante para o futuro do País com a responsabilidade que se exige.

Alguns lances demonstram sobretudo que o Governo não está estudando de forma cuidadosa o assunto. Já ouvimos afirmações de governistas de que o modelo que se adota aqui é semelhante ao da Noruega, e isso está comprovado não ser verdadeiro.

Ainda agora, na tramitação dos projetos, há uma inversão. Chega à frente, no Senado Federal, para deliberação o projeto que diz respeito à criação de uma nova Estatal, a Petro-Sal, sem que esteja definido o sistema; se é sistema de concessão ou sistema de partilha. Esse é um pressuposto indispensável para se discutir a criação da Petro-Sal. Se não sabemos qual será o sistema adotado, como haveríamos de propor a instituição de uma empresa estatal para administrar a exploração?

Eu, ainda há pouco, conversava com o Senador Dornelles, que entende ser imprudência substituir o sistema de concessão, que tem oferecido à Petrobras resultados fantásticos, pelo sistema de partilha. Se mantivermos o sistema de concessão, o que justificaria a criação da Petro-Sal? Já no sistema de partilha, é discutível, pois entendemos que a Agência Nacional de Petróleo pode perfeitamente cumprir as atribuições que serão destinadas à Petro-Sal. A criação dessa nova estatal seria a subtração de prerrogativas hoje adquiridas pela Agência Nacional de Petróleo.

A discussão dos *royalties* se justifica porque os Parlamentares são representantes das unidades federativas e têm o dever de lutar pelos interesses das unidades que representam. Essa é a razão do destaque que se deu ao debate sobre a distribuição dos *royalties*. Os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e os representantes desses Estados se revoltam com a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados. Temos de aprofundar esse debate e buscar um entendimento no Senado.

Mas, Senador Papaléo, há razões que justificam a iniciativa do Deputado Ibsen Pinheiro. Quando se trata de pré-sal, trata-se de um patrimônio continental, encravado nas profundezas do mar. Este é um patrimônio do Brasil e não deste ou daquele Estado. O que devemos considerar, e vamos considerar, é o fato de que esta proposta aprovada pela Câmara diz respeito também ao pós-sal, inclusive a postos de petróleo já em exploração, e esses Estados produtores poderiam

arvorar-se no direito adquirido, poderiam sustentar a tese do direito adquirido.

É claro que temos de considerar os ônus que decorrem da exploração do petróleo para esses Estados. Temos que considerar a participação da União nesses benefícios. Caberia à União 50% desses benefícios ou o respeito à autonomia dos Estados e o princípio da isonomia nos levaria a discutir um percentual menor para a União a fim de que os Estados produtores pudessem ser aquinhoados com um valor superior aos demais? São questões que debateremos aqui no Senado Federal.

Mas o objetivo deste pronunciamento é chamar a atenção – modestamente, é evidente – para a importância do debate das outras questões. Não podemos ficar restritos à questão mais visível, que é a dos benefícios que decorrerão da exploração do pré-sal e que serão transferidos a todas as unidades da federação.

Esse projeto foi aprovado e prevalecendo o texto – nós já dissemos, 50% para a União e 50% distribuição equitativa entre todas as unidades da federação. Mas o debate é sobre o acessório e não sobre o essencial. Nós temos que considerar isso. É claro que eu vou ter que defender, e defenderei sempre, os interesses do meu Estado, o Paraná. Mas é preciso dizer que, nesta questão, discutir *royalty* é discutir o acessório. A discussão do essencial passa pelos outros projetos. Nós não podemos reduzir o debate à polêmica acessória. Temos de colocar na mesa da discussão essas questões primordiais, estratégicas, que estão sendo solenemente ignoradas, como a mudança do regime de concessão para partilha e a criação da estatal Petro-Sal. Essas são duas questões essenciais.

O Governo está abrindo mão de um regime que se mostrou amplamente exitoso para adotar um modelo que exigirá a mobilização de recursos da ordem de US$600 bilhões para a exploração das riquezas. Esse é um questionamento que não encontra resposta. O Governo tem US$600 bilhões para a exploração dessas riquezas? É evidente que não.

O lançamento do novo marco regulatório do pré-sal reviveu a apoteose tantas vezes patrocinada pelo Governo Federal. O Presidente Lula decretou que aquele dia representava um novo dia da independência para o Brasil. É o exagero do anúncio que gera a expectativa espetaculosa, que pode acabar em frustração.

O Governo tenta patentear essa descoberta – a descoberta e a exploração das reservas de petróleo na camada do pré-sal – e transformar o atual Governo no proprietário de uma conquista que é fruto de, pelo menos, três décadas de pesquisas. Desde o Presidente Geisel, no período autoritário, a Petrobras investia recursos volumosos na investigação, na pesquisa do pré-sal, e o próprio Presidente Itamar Franco teve, inclusive, a oportunidade de anunciar a descoberta. A ele chegaram informações suficientes para que montasse o palanque e anunciasse para o País a descoberta do pré-sal. Não o fez por responsabilidade, por entender que as pesquisas evoluíam e que seria melhor, em respeito ao povo brasileiro, aguardar o momento mais adequado para um anúncio com absoluta convicção da riqueza descoberta. Nem mesmo hoje há convicção sobre o valor desse patrimônio. No entanto, há muita precipitação.

Discutir esses projetos no Senado Federal em regime de urgência é imprudência descabida. A Oposição vai insistir e tentar convencer o Governo de que é melhor abrir mão desse regime de urgência para discutirmos uma legislação com responsabilidade. O objetivo – repito – não é adotar uma legislação para o Governo Lula. É buscar a legislação competente para o futuro do País. É isso que desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Mão Santa, sem prejuízo à ordem das inscrições. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta reunião de segunda-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que estão aqui no plenário e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, hoje é 15 de março.

O dia 13 de março é a data mais importante do Estado do Piauí e uma das mais importantes da história do Brasil. Sexta-feira estava no meu plano fazer uma homenagem a esse 13 de março. Eu fui a Rondônia, Senador AD, a convite daquele bravo Senador que foi sacado daqui, Expedito Júnior.

E há uma coisa sobre a qual temos que meditar, Papaléo. Nós não vivemos um momento bom na democracia. As instituições são muito novas, foram importadas da Europa, quase todas, Geraldo Mesquita Júnior, trazidas por Rui Barbosa. Instituições novas. Esse negócio de TRE, o Geraldo Mesquita, que é um dos mais puros homens da Justiça do nosso Brasil, temos que meditar sobre isso, Papaléo.

Bem aí na Argentina isso não existe. Eu fui observador do Senado nas últimas eleições da Cristina Kirchner. Geraldo Mesquita, lá não tem TRE não, e é uma democracia pujante, um povo participativo e um povo bravo. Interessante, lá a eleição é presidida pelo Ministro do Interior. Está na hora de um Ministro ter condições éticas e vergonha para cumprir a sua missão. Ele é Ministro daquele governo, mas ele é do País, é da democracia, é da ética. E quem preside mesmo, o órgão mais importante é o Correio, porque o Correio é que tem o sistema de comunicação, de juntar as províncias, os dados e tal. É lógico que tem os seus partidos, os fiscais, mas eu achei a coisa mais bonita do mundo. E eu, que representei o Brasil, fui entrevistado na televisão.

Papaléo Paes, no dia da eleição, eu achei bonito, Geraldo Mesquita, a Aeronáutica, a Marinha e o Exército, os oficiais todos. Não custa nada. Oficiais mesmo, eu andei com eles. O Correio faz o sistema de computar os votos e tal. E não tem TRE, e eles estão lá e a eleição é pura, participativa, o povo é bravo. Nos Estados Unidos, não tem. No Brasil, nós caímos nisso, e pode ter tido boa intenção, mas, Geraldo Mesquita, nós temos que meditar sobre isso. Primeiro, TRE e TSE não têm nome. Ele passa dois anos. Então ele vai ali, e ninguém sabe quem é. Com dois anos, muda.

A justiça é uma inspiração de Deus. A justiça, inspiração!

Deu Deus a Moisés as leis, o filho de Deus: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, serão fartos". Bem-aventurados os perseguidos da justiça, eles terão o reino do Céu. Eu nunca vi. É para meditar e estamos aqui: um Poder olhando para o outro, freando o outro. Esse é que é o equilíbrio, e eu estou, na qualidade de pai da Pátria, a advertir este País.

Nunca se viu tanta imoralidade. Isso não está direito. Eu vou apresentar um projeto de lei. Com esse negócio de dois anos, eles não têm nem nome, Geraldo. Ninguém conhece aquele TRE porque ele muda de dois em dois anos. É a OAB que indica não sei o quê, é o promotor. Dois anos!

O STF a gente conhece, até a compulsória, mas o TRE... Senador AD, preste atenção, mas ninguém conhece. Eles entram ali e já saem. Eles entram e saem. A justiça é uma inspiração divina, mas é feita por homens fracos. Alguns corruptos, alguns malandros.

Bastou uma CPI sair daqui, um bravo Senador, Antonio Carlos Magalhães, que nos mostrou os 'lalaus' da vida. Está uma brincadeira esse negócio de cassação. E nós somos direitos, nós prestamos, o Senado da República. Passou uma dessas mudanças que freava, mas foi ali para aquela Câmara Federal. O Luiz Inácio disse uma grande verdade, quando ele passou por lá: são trezentos picaretas!

Temos que recontar. Aqui teve um freio, houve uma mudança, um esboço, Geraldo Mesquita. Aquilo ali tem que ser analisado. Se é um prefeitinho, vai para a Assembleia Municipal. Se é um Governador do Estado, vem para cá. Para freá-los. Está uma imoralidade, uma indignidade, uma corrupção, uma comercialização de uma tal de indústria de liminar. Essa floresceu.

Tivemos aqui um Senador, um caso de R$ 27,00. Esse Expedito Júnior, eu votei contra a saída dele até o fim, fiquei resistindo. Mas o que se sabe é que é um rapaz de muito valor, muito brilho, professor de matemática. Interessante, Papaléo, que ele se casou com uma aluna que expulsou da aula. Acabaram se casando. Mas fez carreira de Vereador, Secretário de Município, três vezes Deputado Federal e Senador da República. Convivemos com ele aqui. Um gigante. Ele fez a sua luta pelo mototáxi, pela transposição dos salários dos ex-territórios, a luta pelo Beron. Aí, Papaléo, ele resolveu, confiando naquilo que é soberano no povo, lançar-se Governador do Estado.

E por que eu fui lá, AD? Sabe por que eu fui lá? Ele é do PSDB. Fez uma pesquisa sobre qual o melhor nome para compor. Eu queria compor era com você, AD. Você é que teria sido o meu candidato – está ouvindo Papaléo? O AD – Alvaro Dias. Marisa, aí ele botou os nomes dos que poderão ser candidatos a vice. Logicamente que ele tirou do extraordinário Governador de Minas, que disse que não vai.

Papaléo, sou muito gratificado e orgulhoso, a luta é reconhecida. O nosso nome, ô Alvaro Dias, deu 84%. E ele pediu que eu fosse, porque ele está fazendo o seu partido crescer. Ele iniciou numa campanha, não é conversa fiada, não, cem mil filiações. Ele largou tudo, negócio de governo, vice e tal, e se lançou naquilo que tem de ser soberano, e eu acho que é, o povo. E é candidato a Governador do Estado.

E o meu Partido, ô Alvaro Dias, que é o que mais cresce neste Brasil, no Piauí e lá, lançou o Senador, um rapaz extraordinário, um líder. Ele foi duas vezes Deputado Federal. Vocês que já o foram talvez o conheçam: Agnaldo Muniz, evangélico.

Eu sei que aí juntou, eu vi, ouvi aquilo que Ulysses disse: "Ouça a voz rouca do povo." Ele tem perspectiva invejável e fez seu partido crescer. Ele fez uma campanha de 100 mil filiações novas. Fui na capital e vi sua esposa, a Val, entregando as fichas e fui no interior, em Ji-Paraná, estive com o vice-prefeito, um cearense, Zé Otoniel, homem de luta e de trabalho, um brilhante líder, e vi que eles realmente vão atingir aquelas 100 mil filiações.

Queriam que eu ficasse por lá. Mas eu tinha um compromisso, o aniversário do neto. Esse negócio do TRE, Senador Papaléo Paes, não sei, aliás, começou no seu Estado, onde teve um problema.

Senador AD, Senador Geraldo Mesquita, Deus me permitiu, quando governei o Piauí, criar 78 Municípios. Governei aquele Estado por 6 anos, 10 meses e 6 dias. Fui prefeitinho e presidente do Conselho de Prefeitos. Era presidente executivo e tinha um presidente do Conselho, eu do Conselho e Júlio César. Conheço muitos prefeitos, centenas, milhares. O Piauí tem 224 cidades, 78 Deus me permitiu criar.

Papaléo, eu conheço muito prefeito. Eu quero é limpar a Justiça. Quando Cristo disse: "Bem-aventurados os perseguidos da justiça...", é porque ela é feita pelo homem. Olha, eu não entendo. Geraldo Mesquita, V. Exª – eu não estou satisfeito, não – V. Exª não pode... A política é que precisa de V. Exª. Eu estava bem aí na última vez que José Serra estava bem aí, e V. Exª sentou do lado dele. Eu tive um pensamento e não consegui realizá-lo. Eu digo: "Eu vou já subir ali e dizer pro José Serra que o homem mais digno que tem na política do Brasil é o nosso Geraldo Mesquita. Ele está sentado do seu lado". V. Exª, eu soube, não é candidato, mas V. Exª tem que ser. V. Exª não pode se omitir, V. Exª é aquilo que o Brasil espera da política: a ética, a decência, a vergonha, a firmeza e tal. Então eu ia dizer, eu sou muito franco, mas foi muito rápido, porque eu estava vendo como eu ia chegar. Eu ia chegar e dizer: "Ó José Serra..." Porque eu acho, eu entendo que o José Serra deva ser o próximo Presidente da República para salvar este País. Mas não deu certo, você foi muito rápido, não foi?

Mas eu quero lhe dizer que não entendo, e esse negócio de TRF, TSE... Papaléo, eu conheço muito prefeito, o melhor prefeito que vi do Piauí, cassado. Eu não entendo, eu não entendo, eu não entendo: o melhor prefeito que eu conheci, do Piauí, foi cassado, e dizem que é por dinheiro. Está todo mundo... Ulysses disse: "Ouça a voz rouca da rua". Eu estive lá, eu fui ser solidário.

E o mais imoral ainda, Geraldo Mesquita – oh Deus, eu vos agradeço... Normalmente, quando há um fato desses, o partido é solidário. Tão dependente do Partido do Governo, do Partido dos Trabalhadores, que tiraram o diretório dele. Tinha umas rádios e mandaram tirar. Este País está um negócio... O melhor prefeito que eu conheço. Ele foi Deputado Estadual, foi meu Secretário de Justiça, foi da Emater, foi Vereador da sua cidade e foi Prefeito. A primeira ganhou aperreado, por menos de 100 votos. Na sua reeleição, ganhou por quase três mil votos. Vou dizer só dois fatos: o time que mais engrandeceu o Piauí foi o da cidade de Barras quando o homem, prefeito, entrou no esporte. Rapaz, saiu disputando aí pelo Brasil. O lá da minha cidade de Parnaíba nunca fez uma história tão bela. Passei por lá na véspera do carnaval. É o Rio de Janeiro do Piauí. Bem melhor do que o carnaval da minha cidade, bem melhor do que o de Teresina, bem melhor do que o da praia para onde fui e fiquei com Adalgizinha. O único com uma educação. Foi o melhor prefeito. Aí, dizem, que numa uma passeata, uma prima dele deu gasolina.

Agora, o que rolou de dinheiro, o que rolou de sem-vergonhice, o que rolou de malandragem no meu Piauí; o Piauí sabe. E o pior – Ulysses tinha que ter morrido, o Tancredo, o Juscelino, o Ramez Tebet, até o próprio Alberto Silva e eu tinha que ter saído desse partido –: tomaram o diretório dele porque o PT... E eu fui lá e senti que ele está com o povo.

Ô Geraldo Mesquita, nós estamos... eu sou o pai da Pátria, eu sou um extraordinário Senador desta República. Todos os dias eu dedico um.... E eu tenho a humildade. Franklin Delano Roosevelt disse, ô Papaléo: "Todo mundo que eu vejo a mim é superior em alguma coisa e, nesse particular, eu procuro aprender".

Mas, Geraldo Mesquita, me explique o seguinte. Olha aí, essas cassações começam pela sua cidade. A juíza da cidade, uma mulher que eu não conheço, mas mulher, está ali a Marisa, mulher é mais correta, é mais direita, é mais decente, sempre foi ao longo das histórias. Olha na crucificação de Cristo, Papaléo, todos os homens falharam, estava lá a mulher, a Adalgisinha do...: Olha, não faça isso, a Verônica...". Então, ô Geraldo Mesquita, a juíza do Município, que acompanhou, mulher, diz o que estou dizendo, que o prefeito é bom, que isso é uma indignidade, que não ia... Eu não entendo.

Nós temos que meditar sobre isso. E atentai bem, é um... Quem pode dizer sou que sou Senador da República! É para um frear o outro... Ele não pode... Agora, qualquer coisa... Mas a juíza lá, que acompanhou... Mas, enfim, eu, vendo essas duas vitimas do modelo eleitoral que nós temos – mas o povo é soberano – e aprendi, Geraldo Mesquita, para ensinar para esses fuleiros que estão maculando a Justiça... Atentai bem, Monteiro Lobato nos ensinou, ensinou a minha geração. Eu sou é preparado, e muito preparado, não é conversa, não! Está vendo, professora Marisa, eu sou não é pouco não. Eu sou é muito! Passei anos da minha vida estudando e aprendendo.

E Monteiro Lobato, que nós todos da minha geração sabíamos, ele dizia, ô Marina – você é muito nova – no meu tempo lia, você não, o Monteiro Lobato. Ele dizia*: "*A fumaça vem do fogo, o governo vem do povo*"*. O Governo não está mais vindo do povo. São alguns

traquinos, uns três ou quatro, que derrubam milhares e milhares de votos!

Senador Geraldo Mesquita, depois eu quero ouvi-lo. Você é meu conselheiro! Estou aberto para você me orientar. Mas estou dizendo que eu vi o sentimento do povo. Eu vi uma cidade chorar! Uma cidade clamar! Uma cidade se envergonhar! Rapaz, aquilo cancela... Uns traquinos, três ou quatro dão um golpe aí, cancelam e tiram o direito de escolha de milhares e milhares de votos.

Ô AD, Senador AD, está preocupado? Isso aqui é importante. Nós fizemos isso aqui e a Câmara nem botou nessa reforma eleitoral. Só botou essas besteiras lá. Tiraram, mas nós incluímos isso. O Senado da República devia ter um freio. Mas, enfim, está lá. Então, eu vi, eu vi o povo chorar. Eu vi. Eu vi e não é mole. Tira-se o prefeito; tira-se o partido dele; prendem-se as rádios; coloca no Tribunal de Contas, no mesmo dia, as contas, que a gente sabe que é outro órgão por indicação política, em um massacre. E o pior – a voz do povo é a voz de Deus –, pode ir à cidade. Está aí, eu estou desafiando a Justiça. Faça uma pesquisa, escute o povo. Isso tudo foi por dinheiro. Dizem, é o povo quem diz.

Atentai bem. E aí tem. Como é aquela mensagem da CNBB? Dinheiro e Ética, não é? Não tem a nossa campanha da fraternidade, não é? Foi muito oportuna, não é, Dona Marisa? Não é a campanha da fraternidade Ética e Dinheiro? Pois é, mas eu aprendi no Livro de Deus que a sabedoria vale mais do que ouro e prata. Eu quero crer que nós devemos ter sabedoria, nós que fazemos a democracia: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Os Estados Unidos também não têm esse negócio de TRE e TSE, não. Esse negócio de dois anos... Eu não acredito. Ninguém sabe, nem ele passa e já saiu. Tem que alguma pessoa assumir. Eu acho correto o STJ. Ele até o fim, você sabe que quem é quem, tem personalidade e nome. Um negócio de dizer que você nem tem... Você é PP. Um negócio desses aí vai-se embora. Que negócio é esse? Está errado. Nós temos é que mudar. E o caso do debate é que começou.

Mas aí eu deixei de prestar a minha homenagem ao 13 de Março, que é muito importante, Papaléo.

Então, tem um livro do Senador Paulo Duque : "Peço a Palavra". Por bondade dele, ele colocou "Pela Ordem", que foi uma honra e um orgulho para mim e para o Piauí. Ele colocou: Oradores com quem ele se encantou. Eu não sei por que ele meteu o meu nome no meio do livro. Então, eu estou no meio de nomes como Rui Barbosa, o Senador Afonso Arinos, Otávio Magalhães, Plínio Salgado, Almir, Juscelino, Carlos Lacerda, Márcio Moreira Alves (aquele que queriam cassar), Paulo Brossard, Jarbas Passarinho, Pedro Simon, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Mão Santa, Getúlio Vargas, João Goulart. Então, ele colocou. E pediu um discurso meu.

Isso é importante para ver o significado e como eu represento o meu Estado com muito estoicismo, com muita grandeza, como grande é o Estado do Piauí. Porque ontem eu vi, em Barras, o povo... Barras! Barras! Barras, a cidade onde querem crucificar o Maninho Rego, o melhor Prefeito que eu conheci na minha vida. Eu queria apenas, sabe o que eu queria? Que essa Justiça me desse o direito de dizer que ele podia ser elegível. Eu sairia com o Maninho Rego e o elegeria Governador do Estado do Piauí. Ele ia ser um dos melhores.

Mas esse discurso... aí eu tirei um que ficasse, porque esse livro vai ser pesquisa de oradores para o resto da vida, o livro de Paulo Duque. "Peço a palavra pela ordem". Viu, Geraldo Mesquita? E coloquei o 13 de março. O Geraldo Mesquita viu aquele monumento da batalha. Ele conhece.

Discurso em 2003. Atentai bem! Em 2003, eu passei a mostrar para o País a importância da bravura, da história do piauiense na Batalha de Jenipapo, e todo ano eu faço isso. E hoje eu trouxe e serei velho. Não fiz sexta-feira, porque fui lá para o Expedito Júnior, mas hoje é dia 15 e trouxe um folheto que peço ao Papaléo Paes, que preside com a sua postura – parece o Auro de Moura Andrade, fisicamente. Papaléo, que peça ao Ednilson, o Deca, para distribuir o folheto para os Senadores e para os jornalistas. Um folheto muito bonito da Batalha de Jenipapo. O Geraldo Mesquita já foi lá, nos honrou e conhece o monumento. Está vendo? Sim!

Mas, então, 2003. Eu vou ler alguns trechos do que eu já fazia e coloquei aqui para que o Brasil saiba. Este Brasil só é grandão, grandão, pelo Piauí. D. João VI disse: Filho, fica com o Sul; eu vou ficar com o Norte. Para Portugal fazer o país Maranhão. Fomos nós que expulsamos os portugueses em batalha sangrenta.

E, antes, na cidade de Barras, onde se comete a maior ignomínia, a maior imoralidade, a maior indecência, deu um herói: Davi Caldas. Nós somos grandiosos, nós somos a gente mais brava, nesse Piauí. Papaléo, talvez o Brasil não saiba, mas foi até oportuno esse sacrifício, pois eu fui lá, na terra de Davi Caldas. Davi Caldas...

Teresina teve um jornal, Papaléo, chamado "A Ordem" e ele mudou o nome. Jornalista nascido em Barras, cidade do Maninho, que já deu cinco Governadores – e vamos preparar esse Maninho para ser o sexto, eu o conheço, esse julgamento foi errado, imoral, indigno, mas pode se corrigir. Está ouvindo, Geraldo

Mesquita? Ainda tem uns recursos aqui. A esperança é a última que morre, a esperança do povo de Barras. Perder a esperança é uma estupidez. O Apóstolo Paulo disse: é um pecado. O povo de Barras espera que essa Justiça tenha instantes de grandeza e dignidade e mande voltar o seu Prefeito, o seu querido líder, o seu maior líder, da terra de Davi Caldas. Atentai bem! Não é qualquer um, não. Davi Caldas pegou um jornal, Geraldo Mesquita, cujo nome era "A Ordem", em Teresina, e mudou o nome, botando "89". Lá da cidade de Maninho Rego, desse herói. Parece nome de cachaça, não é, AD? Oitenta e nove. Sabe o que era? Dezessete anos antes, para inspirar o Brasil, porque, em 1789, tinha se dado a proclamação: o povo nas ruas derrubou os reis, gritando "liberdade, igualdade, fraternidade", na França. E o Brasil adormecido.

Ele botou o nome do jornal do Piauí, em Teresina, de 89. Dezessete anos! Foi o profeta da República e simbolizou, estimulou, motivou e liderou este País. A nossa Proclamação foi em 15 de novembro de 1989, 100 anos depois! Então são coisas do Piauí. São coisas do piauiense não aceitar essa ignomínia que fizeram na cidade de Barras, essa vergonha. São coisas do Piauí! Está ali o Rui Barbosa, Geraldo Mesquita. Ó AD, ele ganhou as eleições em Teresina.

Então está aqui o nosso pronunciamento de 2003, contando essa sangrenta batalha. Eu queria dizer, então, que ela foi revivida e tão importante é que o Presidente Castello Branco, nordestino, tornou-a uma data nacional e é comemorada pelo Exército Brasileiro. E nós queremos render a nossa homenagem ao Prefeito daquela cidade, João Félix, descendente dos bravos. Nós perdemos a batalha, tínhamos que perder! Era o Exército de Portugal com Fidié, com canhões, e nós com pau de vassoura, faca, foice, as mulheres vendendo... Mas o português não pode voltar para Oeiras, o povo de Oeiras tomou o palácio e aí ele foi para o Maranhão, que era aliado de Portugal na formação desse novo país.

E essa homenagem, eu já pedi e se providenciou, está ali para a galeria, o folheto que descreve a Batalha do Jenipapo. Eu diria apenas o que disse Carlos Drummond de Andrade sobre o cemitério de lá, que passou ao ar livre, onde Alberto Silva fez um monumento. Ele diz:

No cemitério de Batalhão os mortos do Jenipapo
Não sofrem chuva nem solo telheiro os protege
Asa imóvel na ruína campeira
Carlos Drummond de Andrade.

E o poeta do Piauí, Clodoaldo Freitas, da Academia de Letras:

Combate do Jenipapo
Parda manhã de março, espessos nevoeiros
Cobrem o campo fatal de flores matizado.
Propaga o eco o som estrídulo e pausado
Das vozes de avançar em carga dos guerreiros.
Soa o clarim marcial num brado agudo e forte
Os bravos impelindo às fúrias do combate.
O tropel dos corcéis mais brusco torna o embate
Dos férreos batalhões marchando para a morte.
Povo do Piauí, vaqueiros ou soldados,
Quando a pátria de chama, aflita, nesses dias
Nessas horas fatais de transe desgraçados.
É que sabes mostra-te abnegado e valente
Se Fidié triunfou, tu, ao morrer, sabias
Que a nossa boa terra ficava independente.

Então esse é o verso do imortal Clodoaldo Freitas, com que quero saudar o dia 13 de março, significativo para o nosso Estado, com o aparte do extraordinário Senador AD, Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, primeiramente, quero dizer da minha admiração pelo fervor com que V. Exª defende o seu Estado, Piauí. É bonito ver a paixão com que fala do Piauí e dos piauienses. Parabéns! E já que V. Exª se refere a uma data importante, vou fazer referência à data de hoje, que está passando despercebida: 25 anos de redemocratização. Exatamente no dia 15 de março, há 25 anos, o Presidente Sarney assumia a Presidência da República, depois da trágica morte de Tancredo Neves, e nós comemoramos hoje 25 anos da redemocratização do País. Essa é uma data muito importante que permite a V. Exª estar na tribuna, debatendo os assuntos mais interessantes, e que nos permite, inclusive, como fiz há pouco, ir à tribuna para denunciar as mazelas da corrupção que afetam o Brasil, sem ameaças, sem censura e sem pressões de qualquer natureza, sem ameaça de cassação de mandato, com liberdade absoluta pelas liberdades democráticas restauradas de forma plena e absoluta. Portanto, é um dia a se comemorar, a se rememorar. Aproveito o discurso de V. Exª para registrar o fato.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Incorporo essa homenagem ao dia 15 de março. Comemorava o dia 13 de março, que foi fundamental para a Independência do Brasil, que não foi dada de pai para filho, não. Houve guerra. Houve batalha sangrenta. No Piauí, em março, e na Bahia, em julho. Então... Março é antes de julho. Quer dizer, houve uma bravura do povo piauiense, que aqui quero homenagear.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Parabéns a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita, como orador inscrito; em seguida, fará uso da palavra a Senadora Marisa Serrano, também como oradora inscrita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo, que preside esta sessão, Senadora Marisa, Srs. Senadores presentes, eu julguei que fosse passar batida aqui a data que bem lembrou o Senador Alvaro Dias há pouco. O discurso que a seguir vou proferir, Senador Alvaro Dias, em grande parte, é uma reflexão acerca desses 25 anos em que vivemos um processo da chamada redemocratização do País.

Eu creio que nossa democracia ainda claudica. Ultimamente se encontra fortemente ameaçada, porque o verdadeiro conluio que se torna cada vez mais consistente no nosso país entre o Poderes Executivos e o poder econômico faz com que nós nos afastemos cada vez mais dos padrões de democracia a que o povo brasileiro aspira.

Na verdade, Senador Alvaro Dias, nós estamos a caminho de instalarmos no Brasil uma verdadeira timocracia, que, como V. Exª sabe, é a forma de governo em que os cargos e as honrarias são conferidos aos mais ricos ou a seus prepostos. Mas, para chegar até lá, eu vou-me permitir fazer algumas considerações.

Com razoável frequência, temos comemorado aqui no Senado Federal, em sessões especiais ou reservando para esse fim o horário do Expediente, fatos relevantes do calendário cívico, cultural e político do nosso País. Na verdade, faz parte da nossa tradição, e creio que todos concordarão que se trata de praxe saudável com a qual tributamos a homenagem desta Casa a personalidades que ilustraram a literatura, as artes, a ciência e as datas e os fatos significativos da nossa evolução histórica.

Raramente, porém, nos detemos para analisar o papel da instituição a que pertencemos, ou até mesmo para avaliar a contribuição do Poder Legislativo para a construção e a consolidação do Estado democrático de direito, a despeito dos momentos de retrocesso que mancham nossa história política, como os quatro anos de Governo Provisório entre 1930 e 1934 e os oito anos do Estado Novo, entre 1937 e 1945, em que, dissolvido o Congresso, Senador Mão Santa, o manto do arbítrio cobriu o País. Isso sem falar no golpe militar de 1964.

No dia 26 de agosto deste ano, veremos transcorrer 190 anos da Revolução Liberal do Porto, em decorrência da qual foram convocadas, em Portugal, as Cortes Gerais e Constituintes Extraordinárias da Nação Portuguesa. O movimento que provocou, em 24 de abril de 1821, a volta de D. João VI a Portugal obrigou a entrega da Regência do Brasil ao seu primogênito, que, no ano seguinte, proclamou a Independência. Naquela Constituinte, teve assento a primeira representação parlamentar do Brasil, antes mesmo de nos tornarmos uma nação independente. Começa aí, Senador Presidente Mão Santa, o sistema representativo entre nós.

Em janeiro do próximo ano, portanto, quando se encerra esta 53ª Legislatura, terão decorrido os mesmos 190 anos da primeira eleição de caráter nacional em nosso País. O fato de essas 53 legislaturas significarem menos de duzentos anos se explica pela circunstância de a Constituição Republicana de 1891 ter fixado o mandato dos Deputados em três, e não mais em quatro anos, como no Império, e o dos Senadores em nove, pondo fim à vitaliciedade vigente no antigo regime. Temos, portanto, uma longa, ainda que conturbada, evolução política, interrompida pelos doze anos do ciclo de Vargas, dos quinze em que S. Exª exerceu o poder, até sua volta ao Governo em 1950. Vivemos, nesses quase dois séculos, deposições de Presidentes, como a de Washington Luís, em 1930, o suicídio do Presidente, em pleno exercício do poder, em 1954, e a supressão das eleições diretas para os cargos de Presidente da República, de Governadores, de Prefeitos das Capitais e dos Municípios considerados de interesse na segurança nacional. São medidas que vigoraram entre 1964 e 1989, além de intermitentes fechamentos do Congresso e da cassação de centenas de mandatos parlamentares, com a consequente suspensão dos direitos políticos de seus titulares por dez anos. Foram anos de arbítrio, Senador Paim, obscuridade e opressão, em que a primeira vítima, como sempre, foi a liberdade de expressão.

Esses 190 anos cobrem as vinte Legislaturas no Império, as quatorze durante a República Velha, duas, sendo uma incompleta, sob a Constituição de 1934, quatro e meia sob a República liberal de 1946, seis e meia sob o regime militar, e cinco e meia sob a Constituição vigente. São 35 legislaturas entre 1826 e 1930, e 18 de 1930 aos dias de hoje. Os números deixam claro o caráter conflituoso e conturbado dos últimos 70 anos, ante os 104 que separam a Primeira Legislatura, em 1826, da Revolução de 1930, que encerra um ciclo de nossa evolução política.

Nos 188 anos que hoje nos separam da fase gloriosa da Independência, o Brasil passou de colônia a país em desenvolvimento, situando-se entre as dez maiores economias do mundo. Nossas instituições amadureceram, Senador Mão Santa, consolidaram-se, experimentaram sucessivos avanços, modernizando-se e aprimorando-se para servir a seu povo. O aperfeiço-

amento do sistema eleitoral e partidário foi essencial para as mudanças que experimentamos. Em 1921, abordando o regime eleitoral dos cem anos anteriores, o notável homem público que foi Augusto Tavares de Lyra escreveu:

> *Quem estuda a nossa história política sabe bem que temos experimentado tudo, absurdamente tudo que se encontra na legislação dos povos cultos, para chegar à solução do problema eleitoral, que vem a ser alistamentos regulares, eleições reais, apurações verdadeiras; e que, sobre o voto, temos ensaiado todos os sistemas conhecidos, com exceção apenas do voto obrigatório, do voto proporcional e do voto das mulheres.*

Como se vê, Senador Mão Santa, o que em 1921 nos faltava já conquistamos. Temos alistamentos regulares, eleições reais e apurações rápidas, além de verdadeiras. Aquilo de que carecíamos naqueles idos, hoje, temos em sua plenitude. Somos o segundo maior eleitorado do mundo ocidental, inferior apenas ao dos Estados Unidos. Como lá o voto é facultativo, e aqui, obrigatório, temos, porém, o maior número de votantes do hemisfério. A despeito dos pequenos remendos feitos aqui e ali na legislação, as quatro leis que regulam o sistema eleitoral constituem um conjunto harmônico e razoavelmente duradouro de normas legais. Senão vejamos: o Código Eleitoral, de 1965; a Lei de Inelegibilidades, de 1990; a Lei dos Partidos, de 1995; e a Lei das Eleições, de 1997. O que não temos, Sr. Presidente, é o fim da influência da parceria dos Poderes Executivos e do poder econômico nas eleições, em que o uso e o abuso da máquina pública e a interferência do poder econômico, financiador de pleitos, de partidos e de candidatos, com propósitos inconfessáveis, tornaram-se rotineiros.

O resultado é que as eleições perderam o sentido de mobilização cívica da população, Senador Mão Santa, para se transformar num poderoso e maciço empreendimento econômico, dos mais ilegítimos e indecorosos que se tem notícia, a cada pleito.

O Ministério Público Eleitoral e a Justiça Eleitoral têm cumprido seu papel e sua destinação constitucional, com as ressalvas que V. Exª, mas faltam-lhes ainda, como recentemente alertou o Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, os mecanismos institucionais para conter os abusos e punir a influência deletéria que contamina o mais essencial dos instrumentos para a sobrevivência da democracia: eleições livres e competitivas.

Se, por um lado, temos contribuído para aumentar a legitimidade dos pleitos, continuamos a valer-nos, no Congresso, de regras que há muito já deveriam ter sido banidas da vida pública, depois de quase dois séculos de experiência parlamentar. A regra da maioria deixou de ser um paradigma da democracia, desde que, em 1896, o italiano Gaetano Mosca escreveu que, em todas as civilizações, das mais avançadas às que apenas chegaram aos preâmbulos da civilização, só existem duas classes: "a dos governantes e a dos governados. A primeira, sempre a menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e desfruta de todas as vantagens inerentes a ele". Essa constatação, Senador Mão Santa, simples e evidente por si mesma, mostra que, desde sempre, como até hoje, a democracia vem sendo, lastimavelmente, transformada no governo da minoria e não da maioria.

Como demonstrei no pronunciamento que denominei "A Constituição inacabada", feito um tempo atrás, temos um vasto instrumental tecnológico e humano à nossa disposição para o exercício de nossa missão, mas não temos como saber, por exemplo, que dispositivos do texto constitucional em vigor foram regulamentados e por via de que instrumentos legais.

Realmente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por trás desses quase dois séculos de vida parlamentar em nosso País, há mais falhas, deficiências e omissões do que pode aspirar nossa precária democracia. Basta lembrar que as doações para as campanhas eleitorais de 2006, no total de R$1,4 bilhão, dobraram, Senador Paim, no pleito seguinte, para R$2,8 bilhões. Como eu disse no início da nossa fala, um indicativo de que estamos nos afastando, cada vez mais, dos padrões de uma democracia para nos transformarmos numa autêntica timocracia, Senador Mão Santa, que, na verdade, é a forma de governo em que os cargos e honrarias são conferidos aos mais ricos e aos seus prepostos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Desculpe. Não é plutocracia?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Coincidentemente, sim. Mas existe um outro nome: timocracia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu saio daqui enriquecido, porque eu não sabia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Qual o porquê desse discurso, Senador Mão Santa?

Como eu disse no início, hoje estamos a 25 anos do início do processo de redemocratização, Senador Paim. E eu acho que tem que ser uma preocupação de todos nós. A gente não pode mais imaginar, no nosso País, que uma pessoa da bagagem política e parlamentar de um Senador Paim, por exemplo, que hoje

aniversaria, de repente possa ser alijado do processo eleitoral, porque o poder econômico, eventualmente, fala mais alto.

Esse risco, Senadora Marisa, estamos correndo no Brasil, a cada dia que passa, com mais intensidade. Como eu disse, está tomando corpo no nosso País, está se consolidando, está crescendo uma tendência a verdadeiros conluios entre os Poderes Executivos e o poder econômico, Senador Mão Santa. Há, inegavelmente, uma tendência a que esse conluio dite, cada vez mais, a forma dos acontecimentos, o objetivo da ascensão ao poder. Isso, desculpem-me, não podemos permitir. O povo brasileiro precisa abrir os olhos.

Aquelas pessoas que militam na política ainda com um sentimento de seriedade, de hombridade, de compromisso com a causa do povo brasileiro não podem permitir que isso tome mais corpo ainda. Do contrário, não sei aonde vamos parar.

Senadora Marisa, com muito prazer, concedo um aparte a V. Exª.

A Srª Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita. V. Exª faz uma digressão relembrando fatos históricos e chega ao momento, como o dia de hoje, em que nós comemoramos os 25 anos da redemocratização do País, uma data que tinha de ser mais bem comemorada, Senador Geraldo Mesquita, pois, afinal de contas, por ela muitos sofreram, todos trabalharam e, nesses vinte e cinco anos, nós provamos que é possível, sim, um país grande, às vezes desigual como o Brasil, passar uma época, pela primeira vez, em muitos anos, passar uma época de tranquilidade política. Mas, Senador Geraldo, V. Exª relembra algo que temos debatido nesta Casa: a necessidade de uma reforma política. A população brasileira nem acredita mais que isso possa acontecer. Há muito tempo que falamos que é necessário que tenhamos uma reforma política que possa reorganizar o sistema partidário no País. Tentamos trocar um pouco, mudar para o parlamentarismo, não deu certo. Estamos tateando, achando uma saída. Mas concordo com V. Exª que não dá para ficar como está. Todas as questões maiores de corrupção neste País, de corrupção política neste País, acontecem por causa de recursos financeiros, de dinheiro. O dinheiro está na raiz da maioria dos grandes problemas políticos que temos enfrentado ultimamente no País. Portanto, nada mais justo que a gente voltar a discutir uma reforma política que regule pelo menos o gasto do dinheiro nas campanhas políticas. Como V. Exª disse, está ficando impraticável. Hoje em dia, só quem tem dinheiro pode se candidatar. Aqueles que não têm dinheiro se candidatam sabendo que muito dificilmente poderão galgar uma cadeira na Assembléia Legislativa, no nosso caso este ano, na Câmara dos Deputados ou no Senado, não deixando de lado o Executivo. Portanto, quero parabenizar V. Exª pela fala e dizer que hoje é dia de respirarmos democracia. É um dia em que devemos pensar muito bem no nosso País, ver o quão importante é mantermos aquilo pelo que tantos lutaram neste País e a garantia da liberdade, da liberdade de consciência, da liberdade de expressão, da liberdade de ir e vir, da liberdade de um povo que é altaneiro e que tem lutado muito, desde a sua independência, para que essa democracia se consolide. Quero cumprimentá-lo e dizer que sou mais uma na sua carreira para fazermos com que essa reforma política finalmente aconteça neste País.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senadora Marisa. V. Exª tem razão. Hoje, ouvimos um pronunciamento do Senador Dornelles. A certa altura do seu pronunciamento, eu tomei um susto. Senador Paulo Paim, que será um dos relatores do Fundo Social, do projeto de partilha do pré-sal, eu me assustei com o que disse o Senador Dornelles. Segundo S. Exª, está previsto, nesse projeto de partilha – confesso que não tinha conhecimento, porque dei uma olhada rápida e superficial, para me reservar o direito de fazer uma análise mais profunda quando o projeto chegasse ao Senado –, que os *royalties* devidos pelas empresas exploradoras do petróleo serão, de certa forma, devolvidos a essas empresas. Olha, isso é uma coisa absolutamente preocupante. Eu não quero ser leviano. Quero ver isso, ler e me aprofundar nessa questão. Como eu disse, eu não quero ser leviano, mas isso me cheira a possibilidades extremamente negativas, com a perspectiva, lá na frente, de um caixa dois para campanhas eleitorais.

Como é que uma empresa deve *royalties*, paga, e depois é ressarcida, Senador Paim? Na minha cabeça, isso não cabe, a não ser que isso já seja um plano, lá para a frente, para que esse valor que está sendo pago e que será devolvido depois sirva para algum propósito escuso. Não consigo imaginar que possa haver uma justificativa plausível para esse trato de recursos que devem ser apropriados pela União, pelos Estados e pelos Municípios. É apenas uma reflexão a mais. E aproveito aqui a presença do Senador Paim, que será um dos relatores, para que a gente esteja atento a esse tipo de questão.

Senador Paim, com muito prazer, concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, parabéns pela reflexão que faz em defesa da democracia, casualmente em 15 de março, data em que nós nascemos, há sessenta anos. Quero dizer que o ponto em que V.Exª toca agora faz com que eu me lembre de um outro fato dessa mesma

data. Hoje, 15 de março, é o Dia Mundial de Defesa do Consumidor. Então, V. Exª fala muito bem. Como fica o consumidor se o dinheiro que ficou no Estado, pela explicação que deu V. Exª, fruto do percentual a que ele tinha direito, ele agora vai ter que devolver, pela fala que faz V.Exª?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não, quem trouxe essa informação foi o Senador Dornelles.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O Senador Dornelles, uma pessoa respeitadíssima nesta Casa...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com certeza.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...disse que a redação – eu também ouvi ele falar isso outro dia – deixa essa interpretação, que preocupa. Se nós vamos devolver para a empresa e os Estados aplicaram aquele dinheiro, por exemplo, na área social, alguém vai ter que pagar a conta, e é o consumidor que vai pagar a conta. Então, nós temos que ter essa preocupação. Falo com toda a tranquilidade. Eu ouvi, hoje, uma declaração do próprio Deputado Ibsen Pinheiro – está até na maioria dos jornais – dizendo que já admite a história do bode na sala. Mas eu conheço o Deputado Ibsen Pinheiro e confesso que tenho respeito por ele. Ele me deu a impressão de querer suscitar o debate para essa divisão que atenda, de uma forma ou de outra, todos os Municípios brasileiros no momento da divisão. E ele mesmo disse que a tendência é, no Senado, construir uma outra redação que tire, digamos, qualquer tipo de dúvida ou imperfeição da redação dada na Câmara dos Deputados. Eu acredito na capacidade de mediação e de entendimento que nós vamos construir aqui no Senado. Eu digo que, dificilmente, da forma que saiu de lá – e o nosso Estado é contemplado –, a emenda vai passar aqui. Seu Estado também deve ser contemplado. Mas a forma que saiu não está clara. É por isso que o próprio autor já fala de uma outra emenda que poderia ser construída aqui e que ele estaria disposto, inclusive, se convidado, a ajudar nessa construção. E digo a V. Exª que fiquei muito feliz, claro, quando a Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, me convocou para ser relator da questão específica do Fundo Social, fruto do resultado da arrecadação do pré-sal, para que um determinado percentual vá para o Fundo. E eu, naturalmente, tenho dito, pelo vínculo que V. Exª sabe que eu tenho com os aposentados e pensionistas, que acho que deveria entrar um percentual para a Previdência. Eu vou além: devia ser para a Seguridade Social, mas com um percentual claro do que vai para a Saúde, do que é pobreza e do que vai para a Previdência. A Câmara já sinalizou nesse sentido quando disse que 5% dos recursos desse Fundo irão para a Previdência. Foi aprovada por ampla maioria lá na Câmara dos Deputados. Então, eu diria que, se depender de mim, o meu relatório vai preservar, sim, a questão da Previdência. Nós, que falamos tanto nos benefícios de aposentados e pensionistas, não poderíamos ter outra posição, porque dizem que a Previdência hoje não tem problema, mas que poderá ter daqui a dez, quinze, vinte ou cinquenta anos. Bom, então a solução está aí. Se esse recurso só vai entrar mesmo na "boca do caixa" daqui a cinco ou dez anos, tudo bem. Nós não precisamos agora para a Previdência. Eu acho que até precisamos para a saúde, na minha avaliação, como outros entendem que é importante – e eu não discordo – que uma parte vá para a infraestrutura, para o meio ambiente, para a cultura e para a educação. Eu acho que tinha que haver uma parte para a Seguridade também. Olhe, eu não quero aqui ser leviano em dados e números. Eu tenho um dado que quem me passou foi a FUP – Federação Única dos Petroleiros. Eles falam que o faturamento do pré-sal poderá chegar a US$15 trilhões. Lucro líquido: US$5 trilhões. Então, é muito dinheiro! É muito dinheiro! Então, tenho certeza de que esse cuidado que nós vamos ter com esse tema apontará para uma construção que atenda a todos sem deixar, o que seria uma irresponsabilidade, de olhar com muito carinho os Estados produtores, porque todo mundo sabe o quanto afeta o meio ambiente essa extração. Então, nós temos que olhar com carinho também essa questão. Caso contrário, aí sim seria irresponsabilidade. Mas é legítimo que se pense de forma universal sobre esse tema. Por fim, quero cumprimentar V. Exª por esta data tão importante, que é hoje e que não está sendo tão lembrada, que é a do fortalecimento do processo democrático após 25 anos, e também quanto às campanhas. V. Exª é feliz. Falamos em tantas reformas! É por isso que muitos dizem, e com razão, que a reforma mais importante é a reforma política. Senão, aqueles que defendem as causas populares, os interesses – como V. Exª eu sei que defende e todos nós aqui defendemos – que V. Exª representa na tribuna, os interesses dos trabalhadores, dos assalariados, dos aposentados, dos discriminados, dos deficientes, dos micro, dos mega, dos pequenos empresários, produtores, que são quem alavanca este País, passarão a não ter representantes daqui há pouco aqui. Só haverá representantes dos grandes bancos, do sistema de banqueiro ou dos grandes grupos econômicos, que passarão a dar a palavra de ordem no Congresso Nacional, e isso é antidemocrático. É por isso que eu gostaria tanto de termos feito já a reforma política, inclusive no que se refere ao financiamento de

campanha. Porque alguns pensam: "no financiamento público de campanha, quem vai pagar a conta somos nós". Quem vai pagar a conta são vocês mesmos, em outras palavras, se não houver isso. Quando os grandes grupos econômicos financiam campanha dos seus prepostos, digamos, na vida pública, é porque eles terão retorno de bilhões, de trilhões, muito mais que o gasto que poderia ser feito para uma disputa igualitária, em que todos tivessem a mesma oportunidade. Eu sempre tenho dito – tenho certeza de que V. Exª também – que não há problema nenhum o debate, seja com quer for, em cima de ideias, propostas, na construção de um mundo com justiça social. Agora, eu também não tenho condições de – como diz o outro –, com R$100,00, enfrentar milhões ou bilhões de reais, como algumas campanhas apontam. Claro que, aí, é uma disputa desigual. Aí, o debate não é no campo das ideias, não é nas propostas, não é para mostrar quem você foi no passado, quem você é no presente e o que você aponta para fazer no futuro; é a proposta de quem tem mais condição financeira de fazer uma campanha milionária. Por isso, meus parabéns a V. Exª. Deus nos ajude que prevaleça o debate no campo das ideias e não no campo de quem tem mais ou menos dinheiro para investir na campanha. Parabéns a V. Exª.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador Paim. Eu digo que não só eu, mas todos os Parlamentares aqui deveremos estar tranquilos, como V. Exª disse, com a sua convocação para relator de um projeto tão importante como o do fundo, que V. Exª vai relatar. Tenho certeza absoluta de que V. Exª depositará toda sua sensibilidade e seu compromisso com o povo brasileiro na relatoria desse importante projeto.

Para finalizar – a Senadora Marisa já está agoniada ali – eu faria uma conclamação a todos nós: não permitamos que a política se transforme num empreendimento econômico no nosso País. Isso será cruel e fatal para esta democracia, que claudica e que estamos aí tentando fazer com que se fortaleça e se firme no nosso País.

Senador Mão Santa, muito obrigado, inclusive pela tolerância ao meu pronunciamento.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Marisa Serrano, do PSDB, que representa o Estado do Mato Grosso do Sul e as professoras do nosso Brasil.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É bom aqui poder representar uma classe tão vigorosa, tão importante, imprescindível como é a classe dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E que ganha tão pouco.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – E que ganha tão pouco. O piso nacional é de R$950,00...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não se conseguiu transformar em lei.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – E ainda acham que é muito. Alguns Estados ainda acham que é muito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não. Não existe. Foi um sonho, uma utopia, está parado. Isso não existe.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – É, mas há vários Estados que estão pagando os R$950,00, o que eu acho pouquíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas não é a lei do piso. Não existe a lei. Ela foi obstruída pelo Poder Judiciário.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – É verdade. Mas esta é uma luta que nós vamos continuar empreendendo: a luta pela educação.

Hoje quero falar de outra luta, a luta da questão ambiental, que este ano deve ganhar um grande avanço. Geralmente, em ano eleitoral, as pessoas querem debater as grandes questões nacionais, e essa é uma grande questão nacional que está posta e que tem de ser discutida por todos. Essa não é bandeira de uma pessoa só; é bandeira de todos aqueles que querem uma vida melhor, uma vida mais digna e um equilíbrio neste nosso grande País.

Portanto, acredito que todos, homens e mulheres que são conscientes, que são responsáveis, vão querer debater e colocar na agenda do nosso País uma questão que diz respeito ao nosso presente e ao nosso futuro, haja vista que não vamos discutir apenas o passado. Queremos discutir aquilo que há de vir e queremos, sim, um mundo melhor para todos nós para a sobrevivência da espécie no mundo, mas fazendo aqui a nossa parte, cuidando do nosso País.

Nós passamos daquela fase do progresso a qualquer preço. Houve uma época em que diziam que, no Brasil, o problema era fazer com que o País avançasse. Era qualquer coisa a favor do progresso, sem olhar para o nosso meio ambiente. Hoje em dia, não. Hoje em dia, o empresariado, os gestores públicos, todos querem discutir, preocupam-se e têm sempre em

mente a melhoria, o que pode ser feito para garantir a preservação do nosso meio ambiente.

Portanto, não podemos nos iludir com o discurso fácil ainda de alguns gestores neste País que dizem que o cuidado com o meio ambiente e com a qualidade de vida atrapalha o progresso. Eu já ouvi isso e tenho certeza de que muitos já ouviram que o cuidado com o meio ambiente e com a qualidade de vida da população atrapalha o progresso, que impede a geração de empregos, que impede o desenvolvimento social, que impede o crescimento econômico.

Não são coisas antagônicas cuidar do meio ambiente e garantir a sustentabilidade econômica do País. Nós sabemos hoje, e estudos científicos provam, que é possível conciliar ambas as coisas, principalmente se reduzirmos a ganância de alguns e a corrupção de muitos. Eu acho que, aí, sim, garantiremos realmente um meio ambiente que seja melhor para todos os brasileiros.

Nesse sentido, eu acho importante registrar aqui da tribuna uma iniciativa da organização não governamental WWF Brasil feita em parceria com a Prefeitura de Campo Grande, a capital do meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Na semana passada, a prefeitura aceitou o desafio de ser a primeira cidade brasileira a medir o impacto ambiental gerado pela ação humana. Isto é, aquilo que o homem faz qual é o impacto que gera no meio ambiente? Os hábitos dos moradores de Campo Grande serão avaliados pela metodologia conhecida como "Pegada Ecológica". O objetivo é calcular a geração e o destino de resíduos, o uso do transporte urbano, hábitos de alimentação do povo, consumo de água e energia e outros itens.

Eu não sei, Senador Paim, se V. Exª já tinha ouvido falar nessa metodologia chamada "Pegada Ecológica". A WWF está lançando isso, pela primeira vez, na minha cidade, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para avaliar o impacto que a mão do homem causa numa cidade. A "Pegada Ecológica" de Campo Grande deve transformar-se, portanto, numa onda positiva, melhorando o chamado desempenho ambiental da cidade.

A nossa cidade é uma cidade nova, relativamente nova, de largas avenidas, com boa qualidade de vida, pequena ainda e que, portanto, dá para ser esse laboratório que a gente quer. Como é que nós podemos fazer para garantir uma cidade limpa, uma cidade que possa oferecer uma boa qualidade de vida? Nós esperamos que os nossos governantes façam planos de gestão, focados na preservação e na recuperação ambiental. Isso para todos os gestores brasileiros. Mais de 5 mil prefeitos brasileiros têm que ter na cabeça que não podemos mais aceitar que a gestão de uma cidade se dê sem que se olhe, sem que se tenha em mente, a recuperação e a preservação do meio ambiente.

E, portanto, todos os Municípios têm que pensar mesmo naquilo que regula uma cidade, que é o Estatuto das Cidades e a Lei do Uso do Solo. Isso tem que ser amplamente discutido, pensando sempre no meio ambiente e na preservação para garantia da nossa vida e das vidas futuras.

E aí eu quero dar um parabéns à Câmara dos Deputados, que, na semana passada, Senador Mão Santa, depois de 19 anos de discussão – sabe o que são 19 anos de discussão?! –, chegaram a um denominador comum sobre as regras de gerenciamento, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos. E a discussão nesses 19 anos de uma política nacional de resíduos sólidos vai voltar aqui para o Senado, porque ela teve origem aqui. Imagine que, em 1989, o Senador Francisco Rollemberg, então do PFL de Sergipe, preparou um projeto justamente para garantir a lei do uso dos resíduos sólidos, da política nacional de resíduos sólidos no País. Ela passou por esta Casa, foi aprovada aqui e foi para a Câmara dos Deputados.

Dezenove anos depois ela é agora aprovada na Câmara dos Deputados e volta para o Senado, porque houve um substitutivo. As questões eram tantas, eram tantos projetos apensados que a Câmara achou por bem fazer um substitutivo e devolver ao Senado depois de dezenove anos.

Um mérito do texto, eu acredito, é compartilhar as responsabilidades do ciclo de vida dos produtos. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes terão que investir para colocar no mercado produtos recicláveis, inclusive as embalagens, e que gerem menor quantidade possível de lixo. Então, todos terão que cuidar mais.

E hoje, como é o dia do consumidor, nada mais justo do que estejamos falando sobre a garantia de que o consumidor tenha a palavra final e de que o consumidor que precisa consumir mas que quer manter o meio ambiente tenha as embalagens recicláveis, garantindo assim o reúso do lixo.

Outro ponto interessante dessa questão que foi discutida e analisada na Câmara dos Deputados, e que volta agora para o Senado, é a logística reversa. Eu queria explicar o que significa a logística reversa. Ela exige a implementação de medidas para recolher, reciclar e dar destinação ambientalmente correta às embalagens com produtos como agrotóxicos, pilhas, pneus, componentes eletroeletrônicos, baterias e outros. Então, não é só ter uma embalagem que produza menos lixo no nosso planeta, mas também a reutiliza-

ção e o uso, a reciclagem desses materiais, que são hoje tão nocivos à humanidade.

Ofereço um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Marisa Serrano, quero cumprimentar a senhora pelo depoimento que faz nessa linha do meio ambiente. Eu lhe confesso que recentemente estive no Rio Grande do Sul discutindo com estudantes que dedicam a sua vida quase que a essa área, a questão da defesa do meio ambiente, e eles me trouxeram um debate que achei muito rico. A ideia deles era que tínhamos que ter aqui no orçamento do Congresso uma linha universal e holística – é o termo que eles usaram –, que seria o orçamento sustentável em uma visão global, olhando o homem, olhando o meio ambiente e olhando as políticas sociais. Quando digo homem, naturalmente, estou falando de todos os seres vivos. Achei muito interessante esse debate que começa a ganhar corpo nas universidades, para que o nosso orçamento passe a ter essa visão que V. Exª está dando de que está havendo lá um plano piloto, eu diria, na cidade da qual a senhora discorre. Entendo que esse é o caminho. Ninguém tem dúvidas mais do que vem acontecendo. No meu Rio Grande do Sul mesmo, de repente é enchente para todo lado. Dali a uns meses, seca e uma seca mortal eliminando plantações e eliminando vidas, inclusive. E na enchente acontece a mesma coisa pela violência das águas. Os terremotos que vem acontecendo no mundo. V. Exª, outro dia, aprofundou muito bem o caso do Haiti, o caso recente do Chile e estamos vendo aqui no Brasil, em algumas cidades, os primeiros sinais, em alguns Estados, de terremoto. Então, o momento é esse, é de dedicarmos grande parte do orçamento, ou grande parte – não precisa ser esse o termo usado – ou pelo menos que o orçamento tenha o olhar também na defesa do meio ambiente, como sugere o pronunciamento de V. Exª. Meus cumprimentos. Cada vez mais, vamos ter que aprofundar esse debate, se quisermos efetivamente defender as vidas e, consequentemente, o meio ambiente. Meus cumprimentos.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigado, Senador Paim. V. Exª disse muito bem. É chegado o momento dos legisladores e a sociedade, acho que agora, com essa lei dos resíduos sólidos, que já vem tarde, estamos dando uma resposta à sociedade, dizendo que esta Casa, que o Congresso Nacional tem, sim, que se dedicar a essa questão. E essa lei que agora volta ao Senado é um dos motivos da nossa preocupação. E V. Exª disse muito bem. É bom que a gente possa dizer aos estudantes do Rio Grande do Sul que eles estão focados naquilo que é fundamental. O Orçamento tem que ter esse viés ecológico, tem que pensar no que será feito no País e se o meio ambiente vai ser preservado.

E é como eu disse há pouco: ninguém pode dizer que nós não podemos, que há uma dicotomia entre preservar o meio ambiente e desenvolver o País. Isso não existe. Há como conciliar as duas coisas. Garantir o desenvolvimento econômico do País, mas garantir também o meio ambiente, que é fundamental para que as pessoas possam ter uma vida saudável.

Quero dizer ainda a todos aqueles que nos ouvem e nos veem que, hoje, em Campo Grande, na Caixa Econômica Federal, foi assinado um convênio que para mim é muito importante. E para mim já é um caso recorrente falar em meio ambiente aqui da tribuna. Mas, hoje, quando foi assinado o convênio em Campo Grande, da Prefeitura Municipal e Caixa Econômica Federal, de um recurso da ANA (Agência Nacional de Águas) justamente para pensar no futuro.

Campo Grande, daqui a dez anos, pode ficar sem água, por quê? Porque o córrego, chamado Guariroba, que abastece Campo Grande, 51% do abastecimento da cidade é feito por esta APA. E ela está acabando, porque todo o manancial, toda a região está em terras de produtores de gado e que, claro, evidente, trabalham sem pensar na preservação e na conservação do solo. E a erosão vai tomando conta, e nós estamos acabando com o grande manancial que é, para Campo Grande, o córrego Guariroba.

E o que a Prefeitura pensou junto com a ANA, com a minha intervenção? Discutirmos uma forma de estancamos esse problema e resolvermos. E aí fomos buscar na ANA um projeto que lançou no ano passado, que se chama Produtor de Água. Já disse uma vez aqui – e as pessoas ficam preocupadas sem saber o que é produtor de água. – que o projeto Produtor de Água é o pagamento por serviços ambientais. É uma coisa nova no País. Campo Grande será a segunda cidade do País a garantir a produção de águas. É o pagamento por serviços ambientais para os produtores que se adequarem ambientalmente e aderirem ao programa, comprometendo-se em manter e conservar as intervenções realizadas no âmbito do programa, por meio do contrato específico, firmado com os produtores da bacia.

O que significa isso? Significa que os produtores rurais que moram naquela bacia, se eles cuidarem da bacia, se eles se programarem para preservar o meio ambiente daquela região, vão ganhar para isso.

Alguns dizem: é um absurdo um produtor ter que ganhar para preservar a nascente do rio. Mas é o que estão fazendo as grandes cidades do mundo: estão pagando para quem tiver na sua terra o manancial de água cuidar dela, porque ele não está cuidando ape-

nas para ele, ele vai cuidar para milhares de pessoas, às vezes milhões de pessoas.

Portanto, a ANA lançou, ano passo, o Projeto Produtor de Água justamente para pagar aqueles que garantam a qualidade da água que as cidades poderão obter. Esse é um projeto extremamente importante e que para a minha cidade, Campo Grande, vai ser fundamental. Não é para agora. O Prefeito não vai poder, talvez, nem ver o resultado disso. Mas o gestor público tem que ter essa visão do futuro, não é visão somente do presente, construir alguma coisa que tem que ser inaugurada agora porque tem que descerrar a fita, tem que fazer um discurso. A visão desse gestor do futuro de garantir que tenhamos água abundante nas cidades, garantir que os lixos sejam recicláveis, garantir que haja um futuro melhor para as futuras gerações, isso é fundamental. Esta é a visão que queremos dos nossos gestores públicos: uma visão não só para o momento, mas a visão de futuro que precisamos muito garantir para a nossa sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, a minha idéia hoje era justamente falar um pouco sobre essas questões. Falei aqui sobre duas questões que para Campo Grande, minha cidade, são fundamentais: uma é a Pegada Ecológica, que vai monitorar os usos e costumes da população da minha cidade, tendo em vista a recuperação e os projetos de políticas para o meio ambiente, e hoje, também, a preservação da água.

Sr. Presidente, segunda-feira que vem, dia 22, é o Dia Mundial da Água. Oxalá um país tão rico como o nosso, que tem água em abundância, possa pensar que a água é um bem infinito. Quantos e quantos países, principalmente da África e alguns da Ásia, sofrem com a falta de água, e nós aqui temos em abundancia! Oxalá a gente consiga preservar aquela que é a fonte da vida.

Eu disse esses dias que quando se pensa em ir para o espaço analisar um planeta, estudar um planeta, a primeira preocupação dos cientistas é ver se tem vestígios de água. Se houver vestígios de água é porque teve vida. A água é vida.

Oxalá as pessoas no nosso mundo, aqui no nosso País, em cada Município brasileiro ajudem a preservar o líquido mais precioso que significa justamente a vida.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Eduardo Suplicy é o orador convidado a usar da tribuna. Senador por São Paulo, do Partido dos Trabalhadores, entrou com documentos no Diretório Estadual Regional do seu Partido para candidatar-se a Governador do Estado. É uma das mais brilhantes vidas públicas do Partido dos Trabalhadores. Chega ao Senado da República com quase nove milhões de votos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

É fato que encaminhei, no dia 1º de março último, ao Presidente Edinho Silva, um número de assinaturas mais do que suficiente, pela norma que o próprio diretório estadual do Partido havia colocado. Assim, coloco-me à disposição do Partido para continuar com o trabalho sério que tenho procurado realizar, já que fui eleito até janeiro de 2015 Senador pelo Partido dos Trabalhadores de São Paulo. Ou então, se avaliarem que posso contribuir como candidato ao Governo do Estado de São Paulo, também será uma possibilidade.

O Presidente Edinho Silva informou-me que prefere que essa decisão seja tomada por meio de diálogo. Espero que esse diálogo se faça tanto com o Presidente Lula quanto com todos os Parlamentares, dirigentes do Partido, sobretudo levando em conta a opinião da militância, de todos os filiados e da própria população de São Paulo.

É nesse sentido que avalio que será próprio, antes de uma decisão conclusiva, que o Partido dos Trabalhadores tome conhecimento de pesquisas de opinião independentes, quer seja o Datafolha, o Vox Populi, o Ibope ou alguma instituição de pesquisa reconhecidamente independente, realizadas entre os eleitores de São Paulo, para vermos qual é, de fato, a melhor opção para ajudar a eleição do Partido dos Trabalhadores – a eleição da nossa Ministra Dilma Rousseff, que foi por todos, consensualmente, aclamada como a nossa candidata à Presidência. E também para que tenhamos o melhor resultado possível para o Governo do Estado de São Paulo, para o Senado, para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados.

Mas, hoje, Sr. Presidente, eu aqui quero prestar uma homenagem ao Glauco Villas-Boas, que tragicamente foi assassinado juntamente com o seu filho, Raoni – Glauco, de 53 anos, Raoni, de 25 anos – na madrugada de sexta para sábado último, na sua residência em Osasco. Glauco era um dos melhores chargistas, cartunistas, desenhistas da imprensa brasileira e trabalhava na *Folha de S.Paulo*.

Nos termos dos arts. 218, inc. VII, e 221 do Regimento Interno do Senado, requeiro a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Glauco Villas-Boas, aos 53 anos, morto na madrugada da última sexta-feira, dia 12 do corrente, juntamente com o seu filho Raoni, de 25 anos, bem como apresentação de condolências a sua mulher Beatriz Galvão e sua filha.

Geraldão, Geraldinho, Dona Marta, o Casal Neuras, Netão, Zé do Apocalipse, Edmar Bergman, Doy

Jorge, Zé Malária, Ficadinha, Faquinha, Nojinski, os Ets. Desde a última sexta-feira esses personagens choram a morte de Glauco Villas-Boas, um dos principais cartunistas da atualidade.

O jornalista José Hamilton Ribeiro, que dirigia o *Diário da Manhã* nos anos 70, foi quem retirou Glauco, paranaense nascido em Jandaia do Sul, da fila do vestibular para Engenharia e o jogou direto para as páginas do jornal, já com a tira Rei Magro e Dragolino. Era ali, em Ribeirão Preto, onde José Hamilton Ribeiro convidou Glauco para trabalhar.

Alguns anos mais tarde, em 1976, a premiação no Salão de Humor de Piracicaba abriu as portas do jovem cartunista para a grande imprensa. Em 1977, Glauco começou a publicar suas tiras esporadicamente na *Folha de S.Paulo*. Mais tarde, quando a *Folha* passou a dedicar espaço diário à nova geração de cartunistas brasileiros, Glauco passou a publicar ali as suas tiras.

Tive a oportunidade de conviver naquela época com Glauco, Angeli, Laerte, cartunistas da *Folha de S.Paulo, pois,* de 1976 a 1980, fui convidado por Cláudio Abramo, Otavio Frias, o pai, e por todos aqueles que trabalhavam na *Folha*; e, depois, convivi muito com Otavio Frias Filho, eu tive a alegria, a felicidade, de contribuir para esse que é um dos melhores jornais do Brasil. E, na oportunidade, havia um convívio excelente entre todos os jornalistas e cartunistas.

Muitas vezes, depois de realizar o meu trabalho na Fundação Getúlio Vargas, como professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, por volta das cinco, cinco e meia da tarde, me dirigia à *Folha*, onde ali trabalhava até dez e meia, onze horas, para ler tudo que se passava no âmbito da economia e contribuía com artigo, às vezes, três, quatro vezes por semana; às vezes, até para editoriais para a *Folha de S.Paulo*.

Esse foi um dos momentos mais significativos de minha vida de trabalho e que inclusive muito colaborou para que eu aqui estivesse, porque, quando já depois do primeiro ano de trabalho, em 1976, pouco após as eleições, aliás, na oportunidade das eleições de 1976, naquele ano, foi quando um grupo de amigos me procurou e me disse, pensando já nas eleições seguintes: "Olhe Eduardo, nós estávamos aqui pensando sobre quem poderia ser eleito deputado na próxima eleição". Foi então que me disseram: "Nós avaliamos que, como seus artigos na *Folha de S.Paulo* estão sendo muito lidos, será muito bom que você passe a defender as suas idéias no Parlamento". E, assim, sugeriram-me que eu me tornasse representante do povo. E foi então que procurei pessoas, tais como André Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Chopin Tavares de Lima, Alberto Goldman e outros, para saber o que era ser um Deputado Federal ou Estadual. Eu tinha filhos pequenos, avaliei que seria próprio começar sendo Deputado Estadual. Mas foi justamente com a ajuda entusiástica e o apoio de muitos dos jovens jornalistas e, inclusive, dos cartunistas da *Folha de S.Paulo* que fiz a minha primeira campanha e fui eleito Deputado Estadual, em 1978, pelo MDB. E Glauco foi uma das pessoas que, com Angeli, Laerte e outros, ajudaram-me naquela campanha.

Pois bem, quando o Glauco chegou a São Paulo se hospedou por nove meses no lendário apartamento de Henfil, na rua Itacolomi. Henfil que justamente nessa época era um amigo muito próximo meu, de Carlito Maia, e de tantos outros com quem tinha grande afinidade. Casual ou não, esse encontro foi fundamental para sua carreira. A agilidade do traço de Henfil, quase "caligráfico" – como destacava Jaguar –, e a liberdade no uso do espaço do cartum contagiaram *Los 3 Amigos*: Laerte, Angeli e Glauco.

"Estou falando com Deus, pensava, quando conheci o Henfil. Os *Fradinhos*, aquele traço todo solto, o uso do palavrão – o trabalho dele era um avanço muito grande", declarou Glauco numa entrevista.

A partir de 1977, iniciou sua colaboração com a *Folha de S.Paulo,* no momento em que o humor vivia o conflito entre a militância e a contestação da Esquerda. Ele reduzia a República a seus elementos mais infantis para revelar o *nonsense* de engravatados e congêneres. Suas charges – "cartuns editoriais!" – como bradaria o humorista Osmani Simanca na página de "Opinião" da *Folha,* vibravam nesse Olimpo dos palpiteiros do jornalismo. A surpresa da caricatura nascia do movimento, dos nervos. Geraldinho e Geraldão, Dona Marta, Zé do Apocalipse e Doy Jorge se metiam em tumultos vários, alguns deles animalescos – em diálogo e traço.

Músico, também tocava em bandas de *rock*. Para o público infantil, leitor do suplemento semanal *Folhinha*, criou o personagem Geraldinho, que era uma versão *light* (no traço e na temática) do seu personagem Geraldão.

Uma vez Glauco sonhou que a igreja que ele criou, a Céu de Maria, no Jaraguá, era invadida por pessoas que fugiam de São Paulo. No sonho, contou que as pessoas fugiam da cidade, desesperadas, por causa da violência, e ele temeu não ter como ajudá-las, pois eram muitas.

Relatou ainda esse sonho durante um ritual em 2000, no dia em que recebia e celebrava a iniciação de mais um grupo em sua igreja, na chamada cerimônia de "fardamento", quando os fiéis são oficialmente iniciados na doutrina.

Glauco ganhou o título de padrinho ao fundar a igreja Céu de Maria em meados dos anos 90, mas sua origem religiosa é muito anterior. Ele contava que teve a primeira epifania mística ao ler livros de Carlos Castañeda, escritor e guru de uma geração e autor, entre outras obras, do clássico "A Erva do Diabo". Definia Castañeda como grande marco em sua vida.

Com seu suor, da mulher Bia e dos filhos de ambos, a Céu de Maria cresceu e, em alguns rituais, reuniu mais de 300 pessoas, vindas de várias partes do mundo. Glauco, o padrinho, era querido e amável com todos e comandava os trabalhos no centro da igreja, sentado em um banquinho, acompanhando os cânticos com seu acordeon escuro.

Além de líder religioso, Glauco também era compositor e deixou para a doutrina que abraçou dois grandes hinários de fé, um conjunto de cânticos.

O cartunista Maurício de Sousa divulgou nota sobre a morte do cartunista Glauco e de seu filho Raoni: "O fato é tão chocante que nossa reação não pode ser medida em palavras, mas em um sentimento de dor, luta e desesperança (...). Apesar disso, nós sairemos do choque. E vamos encontrar caminhos, mesmo que sejam longos, demorados, para contermos essa onda de irracionalidade e desumanidade. Famílias bem formadas, educação, fé em Deus, justiça social serão alguns dos pontos por onde passará o caminho do respeito à vida. Vamos lutar para isso como tributo ao Glauco e ao Raoni", concluiu Maurício de Sousa, que com os personagens Mônica e outros, ainda recentemente, aqui estiveram, chamaram-nos atenção sobre como, por meio das histórias em quadrinhos, podemos contribuir para a transmissão de valores importantes e melhores para a educação de nossas crianças, bem como de todos nós adultos, seres humanos.

Para Ziraldo, que também é um dos maiores cartunistas brasileiros, a morte de Glauco é uma perda brutal: "A notícia me pegou na estrada, é uma coisa que deixa você meio chapado. É como perder um sobrinho. Vi esses quatro meninos – Glauco, Angeli, Laerte e Adão – começarem a vida. Sempre os tratei como filhos e tenho um carinho muito grande por todos eles. O Glauco, em específico, sempre foi a alegria da festa, a alegria dos salões. Tinha uma agilidade mental muito grande, era muito crítico, debochado –debochado num bom sentido, como uma qualidade, quase como uma ironia. (...) É uma perda brutal para todos nós, e fico com raiva e vergonha dessa violência. Demorará para passar. Há muito tempo não sentia uma dor tão grande".

Vejam como Glauco era tão importante para essas pessoas, como Maurício de Sousa, Ziraldo, Chico e Paulo Caruso, que são gigantes das nossas histórias em quadrinhos.

Já Chico Caruso ressaltou o espírito anárquico do cartunista Glauco: "suas charges eram muito engraçadas e jovens. Era surpreendente que fosse tão iconoclasta e ao mesmo tempo bispo de uma igreja".

Laerte, um dos três amigos, disse que "Glauco tinha um modo muito pessoal, particular de trabalhar que a gente costumava comparar com o Garrincha, o Jorge Ben, um trabalho intuitivo; o sujeito segue o próprio faro, a linha dele, o prazer de estar fazendo aquilo. O Glauco sempre trabalhou assim, não importa qual fosse o contexto".

Angeli, o outro amigo inseparável – e dos três um dos que mais proximidade tinha comigo, sobretudo naquela época em que trabalhei na *Folha* –, diz que fica difícil absorver os fatos. "As nossas vidas se entrelaçavam porque todas as fases do Glauco e as minhas não eram simplesmente de amigos ou colegas de trabalho. A gente dividiu coisas juntos, e tudo isso foi de uma forma tão criativa da parte dele e tão despretensiosa que fica a imagem de um grande homem. O humor dele era muito particular, era uma coisa dentro das limitações do Glauco. Ele criou uma coisa genial, não era o melhor desenhista do mundo, mas o desenho dele falava tudo o que ele queria. Foi uma situação trágica, situação de um psicopata, e justamente com o Glauco, que era um cara de bom humor, que fazia bem para os seus leitores. Eu achei que eu era até um sujeito frio em relação à morte, mas vejo que quando você olha o amigo ali... é uma situação assim de aperto mesmo".

Sérgio Dávila, Diretor-Executivo da *Folha de S.Paulo*, deu um depoimento muito bonito que tive a oportunidade de ver, acredito que na *Globo News* ou na *Folha Online,* na Internet. Ele disse: "Glauco é um pouco o rosto dessa Folha dos últimos 30 anos. Ele estava presente na página dois do jornal, uma das páginas mais importantes; ele estava presente diariamente na Ilustrada, um dos cadernos de maior peso do jornal. Ele criou essa galeria fantástica de personagens como quadrinista. Enfim, eu poderia ficar horas falando dos personagens que são muitos e já incorporados à Cultura Brasileira, à paulistana principalmente, e que influenciaram muitos outros quadrinistas que vieram depois dele. O Glauco era a antiviolência. Os quadrinhos dele passam esse lado mais menino, esse lado mais moleque, mas com qualidade, com uma crítica importante. Mas não tem violência, não abre chance para a violência. E ele foi vítima da violência. Isso é um tapa na cara de todos os leitores dele, de todos os fãs, de todas as pessoas que consumiam o trabalho dele, e também da cidade".

Como disse Rita Lee, o mundo agora vai ficar mais triste: "Sem as tirinhas de Glauco, a gente vai rir menos, pois 'Los Tres Amigos' ficam desfalcados"...

Quero ainda fazer uma reflexão aqui sobre a tragédia que se abateu sobre a família de Glauco, que deixou viúva, Beatriz Galvão, e sua filha e deixou sem um amigo essas pessoas todas cujos testemunhos aqui citei. E, sobretudo, os cartunistas, os desenhistas e os formuladores de histórias em quadrinho que o tinham como um exemplo, um amigo, uma luz.

O que terá feito esse rapaz relativamente jovem que, certamente tendo consumido não sei que tipo de drogas, perdeu a consciência de uma pessoa normal? Tanto é que, segundo testemunhas ali, chegou dizendo que era como que a reencarnação de Jesus Cristo, o que estava em contradição, porque Jesus Cristo nunca portou um revólver em suas mãos ou uma arma que pudesse ser utilizada para matar uma pessoa que, inclusive, havia sido seu companheiro na igreja que Glauco havia fundado, e, segundo as informações, esse Cadu era uma pessoa que havia frequentado aquela igreja.

É muito importante que, dessa tragédia, possamos tirar lições, sobretudo para que os jovens de hoje não enveredem, de forma alguma, pelo caminho da utilização de drogas, que os levam a situações de violência, a situações que causam tanto dano, tanta dor às suas próprias famílias, bem como às famílias de suas vítimas.

Eu quero enviar o meu abraço, os meus sentimentos de pesar à Beatriz Galvão, à sua filha e a todos os amigos, e transmitir ao Otávio Frias Filho, Diretor de Redação da *Folha*, o meu sentimento de pesar e a toda a comunidade dos que trabalham na *Folha de S.Paulo*. Nós pudemos perceber o quanto a morte de Glauco foi uma perda para a *Folha de S.Paulo*, para todos os jornalistas, para todos os desenhistas. Ele foi uma pessoa que soube tão bem honrar o seu trabalho, a sua família, a sua comunidade.

Sr. Presidente, assim encaminho à Mesa formalmente o requerimento e peço que seja considerado. Se não chegou ainda, eu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós aguardamos a formatização do documento.

A Mesa se associa ao pesar pela morte do cartunista Glauco, da *Folha de S.Paulo*, ao tempo em que adverte que dois Senadores querem assinar e dizer palavras também de pesar pelo falecimento do cartunista Glauco.

Estão pedindo participação o Senador Cristovam Buarque e o Senador Paulo Paim. Então concedemos um minuto para cada um.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Suplicy, eu o felicito por ter vindo à tribuna lembrar esse grande brasileiro que nos deu tanta alegria durante tantos anos. Quero dizer que, a partir do seu falecimento, mesmo que outros venham a substituí-lo, o Brasil ficou mais triste. E com mais vergonha. Mais triste pelo falecimento dele; e com mais vergonha pela maneira como ele foi morto. Fosse uma morte natural, nós ficaríamos igualmente tristes, mas não daria para sentir qualquer vergonha por sermos direta ou indiretamente responsáveis pela morte de qualquer pessoa que é assassinada neste País. O senhor trouxe a lembrança da tristeza da morte dele e trouxe também a lembrança da vergonha pela maneira como ele perdeu a vida. Eu creio que até em homenagem ao Glauco deveríamos lembrar aqui centenas de milhares de pessoas que, ao longo dos últimos anos, perderam a vida de forma brutal por causa de armas de fogo e armas brancas e paus, que são usados como forma de violência. Quero pedir que, em nome da tristeza que passamos a sentir por falta do trabalho artístico dele, trabalhemos mais para desarmar os brasileiros, especialmente os jovens, que continuam armados neste País como se estivéssemos em guerra uns contra os outros. Guerra dirigida por assaltos e guerras sem nenhum senso, como essa que aconteceu três dias atrás, ao ser tirada a vida desse grande artista. Vamos refletir um pouco sobre a nossa tristeza e a nossa vergonha: a tristeza da morte dele e a vergonha da forma como a morte dele chegou em uma sociedade armada e violenta como é a nossa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu incorporo as suas palavras e o seu sentimento, Senador Cristovam Buarque.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, vejo que seu tempo está sendo monitorado pelo Senador Mão Santa, mas eu quero me somar a sua fala na homenagem que V. Exª faz ao Glauco e a toda a família dele. Eu também fiquei chocadíssimo quando assisti, no fim de semana, pela TV, à matéria sobre o assassinato covarde não somente do Glauco, mas também de seu filho, o Raoni. Cada um deles recebeu quatro tiros. Segundo a viúva, o jovem, provavelmente sob o efeito de drogas, queria que o Glauco fosse até a casa da mãe dele para dizer que ele era Jesus Cristo. Veja o efeito das drogas! Eu, infelizmente, tenho que repetir que a droga invade a maioria dos lares brasileiros, do nosso País e ceifa a vida de homens de bem. Quero apenas me somar a V. Exª. Tenho o maior carinho pelos cartunistas. Hoje, da tribuna, eu falava

de um trabalho que recebi, gratuitamente, do Aroeira, um belíssimo trabalho que tenho usado em todos os meus materiais de divulgação do trabalho. Percebi que esse assassinato atingiu a todos...

(Interrupção do som).

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...aqueles que se comunicam com a população por meio do seu trabalho e, nesse caso específico, o trabalho do cartunista. Enfim, meus cumprimentos a V. Exª. Deixo aqui a nossa solidariedade. Fizemos questão de assinar juntos o requerimento de voto de pesar. Sei que isso é muito pouco; é quase nada. A fala de V. Exª da tribuna é um grito de alerta contra as drogas, porque foram as drogas que levaram esse jovem a assassinar covardemente tanto o pai quanto o filho. Tenho certeza que não foi por causa da religião que ele estava começando a praticar para se livrar das drogas. Não se livrou das drogas e ainda assassinou o Glauco e o filho dele, Raoni. Cumprimento V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ao mesmo tempo em que o cumprimento pelo seu aniversário de 60 anos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Outros Senadores já o cumprimentaram no início da tarde. Mas agradeço as suas palavras.

Que seja a morte de Glauco e de Raoni um grito de alerta, um sinal para todos os jovens do Brasil, no sentido de que parem de consumir drogas, drogas que podem levá-los à prática de crimes como o que infelicitou Glauco, Raoni e toda a família deles.

Meus cumprimentos também à *Folha de* S.*Paulo*, que, numa bonita homenagem a Glauco, no dia seguinte à morte dele, deixou a página de caricaturas em branco, apenas com o nome "Glauco".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa se associa ao voto de pesar pela morte do cartunista Glauco e de seu filho, que será encaminhado à família deles e ao jornal *Folha de S.Paulo*.

Aguardamos a documentação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) (*Fora do microfone.)* – Já está na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está aqui, José Roberto? (*Pausa*.) Pronto. Neste momento, determinamos que o nosso Secretário Executivo, Dr. João Pedro, providencie o encaminhamento do voto de pesar, requerido pelo Senador Eduardo Suplicy e apoiado pelos Senadores Cristovam, Paulo Paim e por nós, que representamos a Mesa Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 213, DE 2009

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, de Glauco Villas Boas, aos 53 anos, morto na madrugada da última sexta-feira, dia 12 do corrente, juntamente com seu filho, Raoni, de 25 anos; bem como apresentação de condolências a sua mulher, Beatriz Galvão e sua filha.

Justificação

Geraldão, Geraldinho, Dona Marta, Casal Neuras, Netão, Zé do Apocalipse, Edmar Bergmam, Doy Jorge, Zé Malaria, Ficadinha, Faquinha, Nojinsk, Ozetês. Desde a última sexta-feira, estes personagens choram a morte de Glauco Villas Boas, um dos principais cartunistas da atualidade.

Foi o jornalista José Hamilton Ribeiro, que dirigia o **Diário da Manhã** nos anos 70, quem tirou Glauco, paranaense nascido em Jandaia do Sul, da fila do vestibular para Engenharia e o jogou direto para as páginas do jornal, já com uma tira: "Rei Magro e Dragolino."

Alguns anos mais tarde, em 1976, a premiação no Salão de Humor de Piracicaba abriu as portas do jovem cartunista para a grande imprensa. Em 1977, época em que eu também trabalhava no jornal e o conheci, Glauco começou a publicar suas tiras esporadicamente na **Folha de S**.**Paulo**. Mais tarde, quando a Folha dedicou espaço diário à nova geração de cartunistas brasileiros, Glauco passou a publicar ali suas tiras.

Quando chegou a São Paulo, Glauco se hospedou por nove meses no lendário apartamento de Henfil na rua Itacolomi. Casual ou não, esse encontro foi fundamental para sua carreira. A agilidade do traço de Henfil, quase "caligráfico" – como destacava Jaguar –, e a liberdade no uso do espaço do cartum contagiaram "Los 3 Amigos" – Laerte, **Angeli** e Glauco. "Estou falando com Deus, pensava, quando conheci o Henfil. Os Fradinhos, aquele traço todo solto, o uso do palavrão – o trabalho dele era um avanço muito grande", declarou Glauco numa entrevista.

A partir de 1977, iniciou sua colaboração com **Folha de S.Paulo**, no momento em que o humor vivia o conflito entre a militância e a contestação da esquerda. Ele reduzia a República a seus elementos mais infantis, para revelar o "nonsense" de engravatados e congêneres. Suas charges – "cartuns editoriais!" – como bradaria o humorista Osmani Simanca – na

página de Opinião da Folha, vibravam nesse Olimpo dos palpiteiros do jornalismo. A surpresa da caricatura nascia do movimento, dos nervos. Geraldinho e Geraldão, Dona Marta, Zé do Apocalipse e Doy Jorge se metiam em tumultos vários, alguns deles animalescos – em diálogo e traço.

Músico, também tocava em bandas de rock. Para o público infantil, leitor do suplemento semanal Folhinha criou o personagem Geraldinho, que era uma versão light (no traço e na temática) do seu personagem Geraldão.

Uma vez Glauco sonhou que a igreja que ele criou, a Céu de Maria, no Jaraguá, era invadida por pessoas que fugiam de São Paulo. No sonho, contou que as pessoas fugiam da cidade desesperadas, por causa da violência, e ele temeu não ter como ajudá-las, pois eram muitas.

Relatou, ainda, esse sonho durante um ritual em 2000, no dia em que recebia e celebrava a iniciação de mais um grupo em sua igreja, na chamada cerimônia de "fardamento" – quando os fiéis são oficialmente iniciados na doutrina.

Glauco ganhou o título de padrinho ao fundar a igreja Céu de Maria em meados dos anos 90, mas sua origem religiosa é muito anterior. Ele contava que teve a primeira epifania mística ao ler livros de Carlos Castañeda, escritor e guru de uma geração, e autor entre outras obras do clássico "A Erva do Diabo." Definia Castañeda como o grande marco em sua vida.

Com seu suor, da mulher Bia e dos filhos de ambos, a Céu de Maria cresceu e, em alguns rituais, reuniu mais de 300 pessoa, vindas de várias partes do mundo. Glauco, o padrinho, era querido e amável com todos, e comandava os trabalhos no centro da igreja, sentado em um banquinho, acompanhando os cânticos com seu acordeom escuro.

Além de líder religioso, Glauco também era compositor e deixou para a doutrina que abraçou dois grandes hinários de fé, um conjunto de cânticos.

O cartunista Maurício de Sousa divulgou nota sobre a morte do cartunista Glauco e de seu filho Raoni: "O fato é tão chocante que nossa reação não pode ser medida em palavras, mas em um sentimento de dor, luto e desesperança. (...) Apesar disso, nós sairemos do choque. E vamos encontrar caminhos, mesmo que sejam longos, demorados, para contermos essa onda de irracionalidade e desumanidade. Famílias bem formadas, educação, fé em Deus, justiça social serão alguns dos pontos por onde passará o caminho do respeito à vida. Vamos lutar para isso como tributo ao Glauco e ao Raoni", concluiu Maurício de Sousa.

Para Ziraldo a morte de Glauco é uma perda brutal. "A notícia me pegou na estrada, é uma coisa que deixa você meio chapado. É como perder um sobrinho. Vi esses quatro meninos – Glauco, Angeli, Laerte e Adão – começarem a vida. Sempre os tratei como filhos e tenho um carinho muito grande por todos eles. O Glauco, em específico, sempre foi a alegria da festa, a alegria dos salões. Tinha uma agilidade mental muito grande, era muito crítico, debochado – debochado num bom sentido, como uma qualidade, quase como uma ironia. (...) É uma perda brutal para todos nós, e fico com raiva e vergonha dessa violência. Demorará para passar. Há muito tempo não sentia uma dor tão grande."

Já Chico Caruso ressaltou o espírito anárquico do cartunista, "suas charges eram muito engraçadas e jovens. Era surpreendente que fosse tão iconoclasta e ao mesmo tempo bispo de uma igreja".

Laerte, um dos 3 amigos, disse que "Glauco tinha um modo muito pessoal particular de trabalhar, que a gente costumava comparar com o Garrincha, o Jorge Ben, um trabalho intuitivo, o sujeito segue o próprio faro, a linha dele, o prazer de estar fazendo aquilo. O Glauco sempre trabalhou assim, não importa qual fosse o contexto".

Angeli, o outro amigo inseparável, disse que fica difícil absorver os fatos. "As nossas vidas se entrelaçavam porque todas as fases do Glauco e as minhas não eram simplesmente de amigos ou colegas de trabalho. A gente dividiu coisas juntos. E tudo isso foi de uma forma tão criativa da parte dele e tão despretensiosa que fica a imagem de um grande homem. O humor dele era muito particular, era uma coisa dentro das limitações do Glauco. Ele criou uma coisa genial, não era o melhor desenhista do mundo, mas o desenho dele falava tudo o que ele queria. Foi uma situação trágica, situação de um psicopata, e justamente com o Glauco que era um cara de bom humor, que fazia bem para os seus leitores. Eu achei que eu era até um sujeito frio em relação à morte, mas eu vejo que quando você olha o amigo ali... é uma situação assim de aperto mesmo".

Sérgio Dávila, diretor executivo da **Folha de S.Paulo** disse que Glauco "é um pouco o rosto dessa Folha dos últimos 30 anos. Ele estava presente na página dois do jornal, uma das páginas mais importantes; ele estava presente diariamente na ilustrada, um dos cadernos de maior peso do jornal. Ele criou essa galeria fantástica de personagens como quadrinista. Enfim eu poderia ficar horas falando dos personagens que são muitos e já incorporados à cultua brasileira, paulistana principalmente e, influenciaram muito outros quadrinistas que vieram depois dele. O Glauco era a antiviolência. Os quadrinhos dele passam esse lado mais menino, esse lado mais moleque, mas com

qualidade, com uma crítica importante. Mas não tem violência, não abre chance para a violência e ele foi vítima da violência. Isso é um tapa na cara de todos os leitores dele, de todos os fãs, de todas as pessoas que consumiam o trabalho dele, e também da cidade".

Como disse Rita Lee, o mundo agora vai ficar mais triste: "Sem as tirinhas de Glauco a gente vai rir menos pois 'Los Tres Amigos' ficam desfalcados"...

Sala das Sessões, 15 de março de 2010. – Senador **Eduardo Suplicy.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Agora, com muita satisfação, anuncio a palavra do Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal. E justamente quando em março, abril... Lembro que hoje é aniversário do renascer da democracia no Brasil, com a posse do Presidente José Sarney em 1985, há 25 anos, mas o mais importante... Há pouco eu olhava o livro do Diário de hoje e analisava a subcomissão, da qual o senhor faz parte, encarregada dos trabalhos em homenagem ao aniversário de Brasília.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Srªs e Srs. Senadores, é verdade que hoje deveria ser um dia pra gente falar desses 25 anos de democracia no Brasil. Nunca tivemos um período tão longo de democracia desde a redemocratização de 1945.

Entretanto, considero que foi uma democracia incompleta, porque essa democracia trouxe tudo que era preciso, praticamente, tendo em vista as liberdades, mas não fez as mudanças de prioridades que precisamos, Senador Eurípedes. E é nesse sentido, para não ficar aqui homenageando os 25 anos, que quero falar desse debate intenso dos últimos dias sobre os *royalties* do petróleo no Brasil.

Considero absolutamente natural a reação que o Rio de Janeiro está tendo neste momento em relação à perda de recursos financeiros que vai ocorrer sobre o Estado do Rio de Janeiro. É uma reação natural, Senador Paulo Paim. Qualquer Estado que organiza suas contas contando com certos recursos financeiros e esses recursos deixam de vir por uma mudança de lei tem toda razão de resistir, de indignar-se, de lutar contra.

Mas, ao mesmo tempo, quero insistir que estamos debatendo esse assunto relacionado com o petróleo de maneira absolutamente equivocada, porque nós estamos discutindo como distribuir os recursos dele advindos entre os Estados, e não como distribuí-los com o Brasil inteiro. Nós estamos discutindo como distribuí-los hoje, e não como distribuí-los ao longo de toda a vida. Nós estamos discutindo como gastar, e não como preservar a riqueza. A sensação que tenho – e esta é uma comparação que posso fazer - é como se um grupo de filhos recebessem uma herança e passassem a lutar entre si para ver quem recebia mais e "torrava" mais depressa a herança.

Nós estamos debatendo equivocadamente como distribuir para gastos o que é um capital. O petróleo é um capital natural que o Brasil recebeu, um capital, um patrimônio, uma riqueza. Transformar esse capital, esse patrimônio, essa riqueza em fluxo de gastos é um suicídio. Dentro de 25, 30, 40 anos, tempo que passa rapidamente na história de um país, esse petróleo terá acabado. Não há como esse petróleo voltar para debaixo da camada do pré-sal. Cada barril de petróleo queimado é um barril de petróleo destruído definitivamente, e a gente está perguntando como distribuí-lo hoje e gastá-lo.

Está errado! A discussão deve ser como usar, e não como distribuir o petróleo; como usá-lo corretamente, e não como distribuí-lo de maneira equivocada; como transformar o capital petróleo em um capital permanente. O capital petróleo é acabável, não é sustentável, é efêmero. Como fazê-lo permanente? Depois disso a gente discute como distribuí-lo entre cada brasileiro, entre cada Estado, entre cada Município.

E aí também se discute como não criar uma injustiça com o Rio de Janeiro, com o Espírito Santo, com São Paulo e com outros Estados, aos quais a natureza concedeu a sorte de serem os Estados onde está o petróleo. Trata-se de um petróleo que foi colocado lá há 200 milhões de anos, antes de o Brasil ser descoberto.

A pergunta é: como transformar um capital em outro capital? Essa é a primeira pergunta.

Não tenho dúvidas – e os países árabes descobriram isso depois de praticamente terem esgotado suas reservas – de que a única maneira, e não vejo outra, de transformar o capital petróleo em capital permanente é através da criação desta mais rica e permanente de todas as energias: o pensamento humano.

É a capacidade de inventar outras fontes de energia para substituir o petróleo. Até porque o petróleo é produto da inteligência humana. A lama que está lá embaixo veio, depois de milhões de anos, da transformação de fontes de carbono como árvores. Mas, para identificar, localizar onde está aquela reserva, foi a inteligência. Sem inteligência, não se descobre nada. Explorar aquele petróleo de lá do fundo do mar até a superfície foi a inteligência humana que fez. Transportar o petróleo de lá de onde ele está, na superfície, até o lugar onde estão as refinarias foi a inteligência hu-

mana que fez. Transformar o petróleo, dentro de uma refinaria, em combustível, porque o petróleo bruto não serve, foi a inteligência que fez. É o conhecimento que é a verdadeira fonte de energia. O petróleo é uma lama. A gente tem que transformar esse petróleo, que é um capital natural, em um capital conhecimento, um capital permanente. Essa é a primeira colocação.

Não vamos discutir como gastar o petróleo. Vamos discutir como transformar o petróleo, que é um capital bruto na natureza, em um capital refinado na inteligência humana, na engenharia, na ciência. E a maneira de fazer isso é usar a renda que o petróleo pode gerar em um fluxo permanente de conhecimento; é transformar o capital que se esgota em um fluxo permanente – porque o conhecimento, a ciência e a tecnologia, que vêm da educação, se renovam permanentemente. Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa é como distribuir isso entre as unidades da Federação e até mesmo entre as pessoas do Brasil.

Dois anos atrás, o Senador Tasso Jereissati e eu demos entrada em um projeto aqui que visava transformar o capital petróleo em um fundo de capital ....

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – .... dinheiro que... Eu queria, Senador Mão Santa, continuar. Mas está sem som.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas o som está ligado. Deu defeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Além disso, o senhor tocou depois de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não fui eu. É a tecnologia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não está funcionando? Vamos suspender? Se eu for para o outro microfone, haverá som? Eu continuo amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Zezinho, vê se a TV tem imagem e som.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Se tiver TV....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não está sendo transmitido o som na televisão? (*Pausa.*) O nosso Secretário está informando que temos um problema técnico.

Lamento informar que houve um defeito técnico, apesar da competência da Secretária Executiva.

Coloco em votação se encerramos a sessão ou aguardamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Aguardamos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Por decisão da maioria dos Senadores presentes, vou encerrar a sessão, mas garantindo, na primeira oportunidade, a palavra a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, neste extraordinário Senado da República.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 153, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2009 (nº 1.588/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Jovem de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 763, de 2009 (nº 1.588, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Sistema Jovem de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que

seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

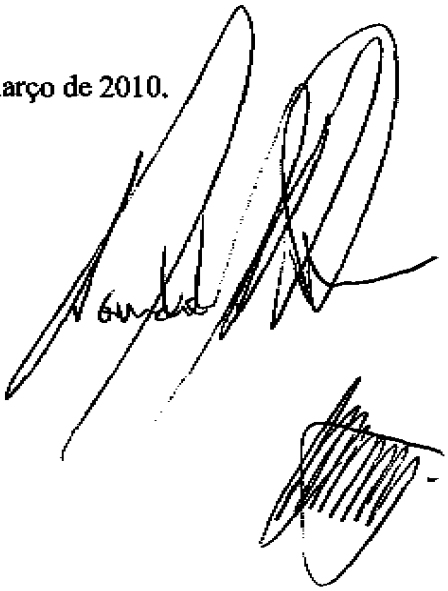
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

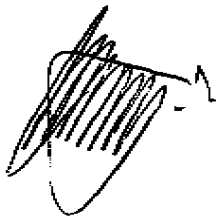
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 763, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Sistema Jovem de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.



, Presidente

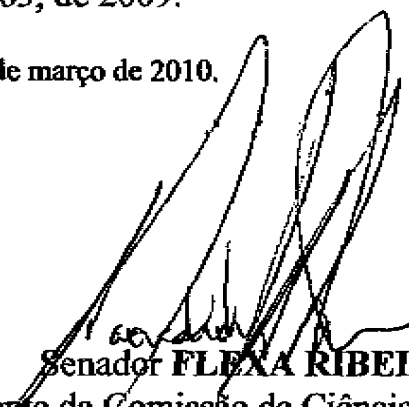


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 763 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(SENADOR FLEXA RIBEIRO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP RELATOR	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL — PDS Nº 763, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE	X			
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO	X			
GERSON CAMATA	X			
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS	X			
CÍCERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO				
SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ				

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
JOÃO RIBEIRO				
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GEOVANI BORGES				
VAGO				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: – ABS: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 154, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2009 (nº 1.583/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüências modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

RELATOR "AD HOC": Senador GILBERTO GOELLNER

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 854, de 2009 (nº 1.583, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Três Climas Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 854, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Três Climas Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

RELATOR "AD HOC": Senador GILBERTO GOELLNER

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto Decreto Legislativo nº 854, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 854, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER** AD HOC
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA RELATOR	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 854, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 155, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2009 (nº 1.696/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 879, de 2009 (nº 1.696, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 879, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 879, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Bilac para o Desenvolvimento Cultural, Social e Artístico* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bilac, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 879, de 2009.

Sala das Comissões 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 879, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 879, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 156, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2009 (nº 1.711/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 883, de 2009 (nº 1.711, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 883, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 883, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de Abre Campo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 883, DE 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 653, DE 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 883, DE 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 **SIM:** 12 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 157, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2009 (nº 1.754/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão - ACCR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 887, de 2009 (nº 1.754, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão - ACCR* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 887, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 887, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cruziliense de Radiodifusão – ACCR* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzília, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 887, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 887, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 158, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2009 (nº 1.778/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 893, de 2009 (nº 1.778, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 893, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 893, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Apoio Social do Município de Barra do Chapéu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Chapéu, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 893, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(SENADOR FLEXA RIBEIRO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO** RELATOR
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 893/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA *MINORIA (DEM E PSDB)*	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 **SIM:** 12 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/03/2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 159, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2009 (nº 1.782/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização a Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 896, de 2009 (nº 1.782, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 896, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 896, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 836, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 896, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 160, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 907, de 2009 (nº 1.715/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Barroso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 907, de 2009 (nº 1.715, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos de Barroso* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 907, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 907, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos de Barroso* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 907, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 507, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (SENADOR FLEXA RIBEIRO)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO** RELATOR
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 907, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 161, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2009 (nº 1.731/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 909, de 2009 (nº 1.731, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

28100.22730

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática *opinar* acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de *constitucionalidade, juridicidade* e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 909, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 909, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização

à *Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iomerê, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 909, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 909, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 15 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 162, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2009 (nº 1.744/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 910, de 2009 (nº 1.744, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 910, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 910, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Uniflor* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uniflor, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 910, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.
PDS n.º 910, de 2009
Fls. 136

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 910, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 163, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 912, de 2009 (nº 1.746/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 912, de 2009 (nº 1.746, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 912, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Beija-Flor*

Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2010.

(Senador Lobão Filho)

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 912, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 912/09 NA REUNIÃO DE 10/10/2010
OS SENHORES SENADORES:

(Sen. Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO (Vice-Presidente, no exercício da Presidência)	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO (RELATOR)	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 912 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
ELENA RIBEIRO	X				PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 03 / 2010

SENADOR LOBÃO FILHO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

PARECER
Nº 164, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2009 (nº 1.750/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo..

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 913, de 2009 (nº 1.750, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 913, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 913, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vera Cruz* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 913, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE RELATOR	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 913, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 165, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2009 (nº 333/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter - ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Sóter, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 919, de 2009 (nº 333, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter - ADECOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 919, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 919, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Município de São João do Sóter - ADECOM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sóter, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

Senador Wellington Salgado de Oliveira
Relator ad hoc

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 919, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA AD HOC	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO RELATOR (ASSINA SEM VOTO)	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 919, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 166, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2009 (nº 1.789/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 924, de 2009 (nº 1.789, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Televisão Atalaia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 924, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Televisão Atalaia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 924, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 924, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI RELATOR	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 924, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 167, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2009 (nº 1.207/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 937, de 2009 (nº 1.207, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 937, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 937, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT)* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 937, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 937, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 937, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EPRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 168, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2009 (nº 1.455/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 947, de 2009 (nº 1.455, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 947, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 947, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Cultural e Comunitária Nossa Senhora do Caravágio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anta Gorda, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 947, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 947, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 947, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 169, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2009 (nº 1.463/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 948, de 2009 (nº 1.463, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 948, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 948, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Dois Mil para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Roque Gonzales* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 948, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (FLEXA RIBEIRO)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 948, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 170, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 949, de 2009 (nº 1.485/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 949, de 2009 (nº 1.485, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 949, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 949, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 945, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 949, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: -

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 171, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 950, de 2009 (nº 1.519/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 950, de 2009 (nº 1.519, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.-ME* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 950, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Cultura de Arvorezinha Ltda.-ME* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 950, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 950, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 950, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 172, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2009 (nº 1.829/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 966, de 2009 (nº 1.829, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 966, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 966, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Radiofônica de Moradores de Nova Brasília* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Lindemberg, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 966, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE RELATOR	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 966, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 **SIM:** 12 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** L

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 173, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 973, de 2009 (nº 1.874/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 973, de 2009 (nº 1.874, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para

serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 973, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 973, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunica
Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Pro
Decreto Legislativo nº 973, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 973, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Sen. Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS RELATOR
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 973, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 174, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2009 (nº 1.901/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 975, de 2009 (nº 1.901, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 975, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 975, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Difusão Comunitária Boas Novas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

Sala das Comissões, , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 975, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 975, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 975, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 175, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2009 (nº 1.905/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 977, de 2009 (nº 1.905, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Social de Muniz Freire* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de

distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 977, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 977, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Social de Muniz Freire* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 977, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 977, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE RELATOR	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 977, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 176, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 978, de 2009 (nº 1.912/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 978, de 2009 (nº 1.912, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Cristã* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 978, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 978, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Cristã* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

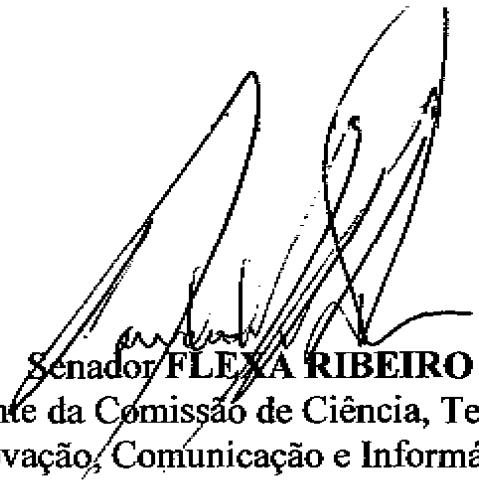
Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presid

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 978, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 978, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (SENADOR FLEXA RIBEIRO)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE RELATOR	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 978, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 177, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 979, de 2009 (nº 1.920/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 979, de 2009 (nº 1.920, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 979, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 979, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiaçu, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

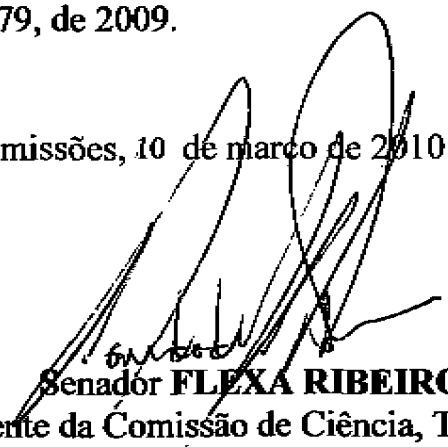
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 979, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 979, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 979, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 178, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2009 (nº 1.501/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária a cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 987, de 2009 (nº 1.501, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 987, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 987, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 987, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 987, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS Nº 987, de 2009.**

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 179, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2009 (nº 1.503/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 989, de 2009 (nº 1.503, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu – Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 989, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 989, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avaí* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avaí, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 989, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 989, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. PAPALÉO PAES
SÉRGIO GUERRA	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 989, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 180, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2009 (nº 1.529/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **EFRAIM MORAIS**

RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 991, de 2009 (nº 1.529, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 991, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 991, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação*

Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010

, Presidente

, Relator

Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 991, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 991, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de março de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS RELATOR	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO** AD HOC
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 991, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 **SIM:** 11 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, 10 de março de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 181, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2009 (nº 1.698/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Linea Sat Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **GERSON CAMATA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 995, de 2009 (nº 1.698, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Linea Sat Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a

vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 995, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Linea Sat Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 995, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de março de 2010.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 995, de 2009 NA REUNIÃO DE 10/03/2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senadora Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GEBSON CAMATA RELATOR	**3. GEOVANI BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. VAGO**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. PAPALÉO PAES**
SÉRGIO GUERRA	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

...LOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PDS Nº 995, de 2009.**

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE	X				FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO	X				ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS	X				KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					PAPALÉO PAES				
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 **SIM:** 12 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** – **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, 10/03/2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER
Nº 182, DE 2010

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009 (nº 795/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.

RELATOR: Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009 (PDC nº 795, de 2008, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 1º de outubro de 2009, após passar pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 58, de 14 de fevereiro de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos conjunta da Casa Civil, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 285, de 9 de outubro de 2007 (EMI Nº 00285 MRE/MTE/MPOG).

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho cuida das relações de trabalho na administração pública, mormente no que diz respeito ao direito de organização. Prevê, assim, garantias às organizações de trabalhadores da administração pública, parâmetros para a fixação e negociação das condições de trabalho, para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos. A Recomendação nº 159, por seu turno, visa a garantir parâmetros objetivos e pré-estabelecidos para a eventual existência de direitos preferenciais ou exclusivos a determinadas organizações de trabalhadores; a previsão legal acerca dos indivíduos ou órgãos competentes para negociar em nome da autoridade pública e seus procedimentos de negociação, bem como sobre procedimentos outros que não a negociação para a fixação das condições de trabalho e o período de vigência e procedimento de término, renovação ou revisão dos acordos pactuados.

A maior parte dos dispositivos da Convenção e da Recomendação já se encontra espelhada no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo no que tange aos direitos de representação dos empregados públicos, o qual, ao contrário, é inúmeras vezes lacunoso, em face dos instrumentos internacionais que se propõem aprovar, ao se referir aos servidores públicos.

Assim os arts. 4º e 5º da Convenção encontram similar nos arts. 5º, 8º e 37, VI, da Constituição Federal - CF, que conferem garantias à liberdade de associação e sindicalização, contra a ingerência das autoridades públicas na criação e nas atividades de associações e sindicatos. O art. 6º da Recomendação ecoa no art. 8º, II, da CF, e no art. 543, §2º, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e em algumas leis estaduais, porém não na Lei nº 8.112/90, o que sugere que o Legislativo deve complementá-la no tocante a garantir aos representantes das organizações reconhecidas de trabalhadores da Administração Pública o exercício de suas funções de representação de forma eficaz, possivelmente, com a redução de uma carga horária semanal ou mesmo com a dispensa de suas funções institucionais enquanto à frente do sindicato.

O art. 7º da Recomendação é igualmente cortejado pela legislação nacional no que tange aos empregados públicos, ao permitir o direito de greve e a participação em colegiados dos órgãos públicos em que os interesses

trabalhistas estão em questão. A legislação pátria é lacunosa quanto ao exercício de greve dos servidores públicos o que, por força da aprovação desta Recomendação, deverá ser sanado. Essa mesma falha compromete a extensão do artigo 8° também para os servidores públicos, uma vez que ficam comprometidas a mediação, a conciliação e a arbitragem em vista da falta de disciplina clara sobre o direito de greve. As relações entre servidores e o Estado são estatutárias, não permitindo falar em conciliação, ao menos, se tomada no sentido de conciliação judicial. O problema aqui, sobretudo em questões que digam respeito a salários, é que a remuneração dos servidores (e suas condições de trabalho) são fixadas em lei, não podendo ser objeto de simples negociação entre a autoridade administrativa e os servidores. O art. 240 da Lei n. 8.112, de 1990, previu o direito à negociação coletiva, em alínea que foi vetada pelo Presidente da República. As razões do veto expõem de forma clara o raciocínio acima desenvolvido. O link para as razões é este:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Mensagem_Veto/anterior_98/Vep898-90.pdf

O texto da convenção fala em negociação, mediação, conciliação, mas faz a ressalva de que a solução de conflitos deve ser buscada de "maneira adequada às condições nacionais". Parece-me que essa ressalva abre espaço para a fixação de outros mecanismos, como os vigentes para servidores hoje. Como é o Judiciário quem resolve os conflitos entre servidores e o Estado, as garantias de "imparcialidade e independência" estão presentes. Se o conflito envolver discussões remuneratórias, não há outra solução além da política de se aprovar nova lei salarial.

Vê-se, portanto, plena compatibilidade dos atos ora em apreço com a legislação pátria relativa ao objeto em debate, o direito de organização, estando suas complementações ao ordenamento jurídico nacional em consonância com a evolução normativa e jurisprudencial na matéria. Sobretudo, a matéria é de inegável mérito para o desenvolvimento das relações internacionais brasileiras, porquanto instrumento de harmonização normativa que vem a incrementar os padrões de proteção internacional conferidos aos trabalhadores.

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009, alterado da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRE

Art. 1º Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009, a seguinte redação:

Art. 2º .....

I - a expressão "pessoas empregadas pelas autoridades públicas", constante do item 1 do artigo 1 da Convenção nº 151, de 1978, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública, mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quanto os servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no plano federal, e os servidores públicos, nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação especifica de cada um desses entes federativos;"

Sala da Comissão, 4 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 819, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), com a seguinte emenda de redação:

EMENDA nº 1 – CRE

Art. 1º Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo nº 819, de 2009, a seguinte redação:

Art. 2º .....

I - a expressão "pessoas empregadas pelas autoridades públicas", constante do item 1 do artigo 1 da Convenção nº 151, de 1978, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública, mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, quanto os servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no plano federal, e os servidores públicos, nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos;"

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Roberto Cavalcanti (Presidente em exercício), Eduardo Suplicy, João Pedro, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Fernando Collor, Geovani Borges, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 04 de março de 2010.



Senador ROBERTO CAVALCANTI

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 819, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 03 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

TITULARES	SUPLENTES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR ROBERTO CAVALCANTI	
RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GEOVANI BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PEL SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

<P

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; (Regulamento).

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo)

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS

~~Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.~~

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)

.....

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

.....

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

.....

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....

Art. 240. .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) de negociação coletiva;

e) de ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal.

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 543 - O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

.....

§ 2º - Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da emprêsa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere êste artigo. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

.....

PARECER
Nº 183, DE 2010

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009 (nº 571/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.

RELATOR; Senador **ROMERO JUCÁ**

RELATOR "AD HOC": Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009 (PDC nº 571, de 2008, na origem, que resulta da Mensagem nº 911, de 2007), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Caracas, em 30 de dezembro de 2005.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Educação e Cultura, da Comissão de Viação e Transportes. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 8 de outubro de 2009.

O tratado veio ao Senado Federal, onde foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 20 de outubro de 2009 e a este Relator no dia 30 subsequente, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos (EM Nº 00269 MRE COCIT-DAM II-DAI-PAIN-BRAS-VENE) assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o acordo constitui *marco importante para combater o tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, particularmente o contrabando de armas e munições e o narcotráfico.*

II – ANÁLISE

O acordo, versado em sete artigos, impõe o intercâmbio de informações de caráter estratégico-operacional, o treinamento técnico ou operacional especializados, fornecimento de equipamentos e recursos humanos para serem empregados em programas específicos na área mencionada anteriormente, mútua assistência técnica e exercícios e operações sujeitas à legislação de cada país, com vistas a alcançar os objetivos colimados no acordo.

O artigo III impõe que as Forças Aéreas das partes estabelecerão programas de trabalho cobrindo períodos de dois anos e contemplarão objetivos, metas mensuráveis específicas e um cronograma para execução do acordo. Determina também que os tributos de importação ou taxas aos quais possam estar sujeitos os materiais e equipamentos fornecidos no âmbito deste Acordo e sua execução serão de exclusiva responsabilidade do governo recipiendário, que tomará as medidas apropriadas para sua liberação.

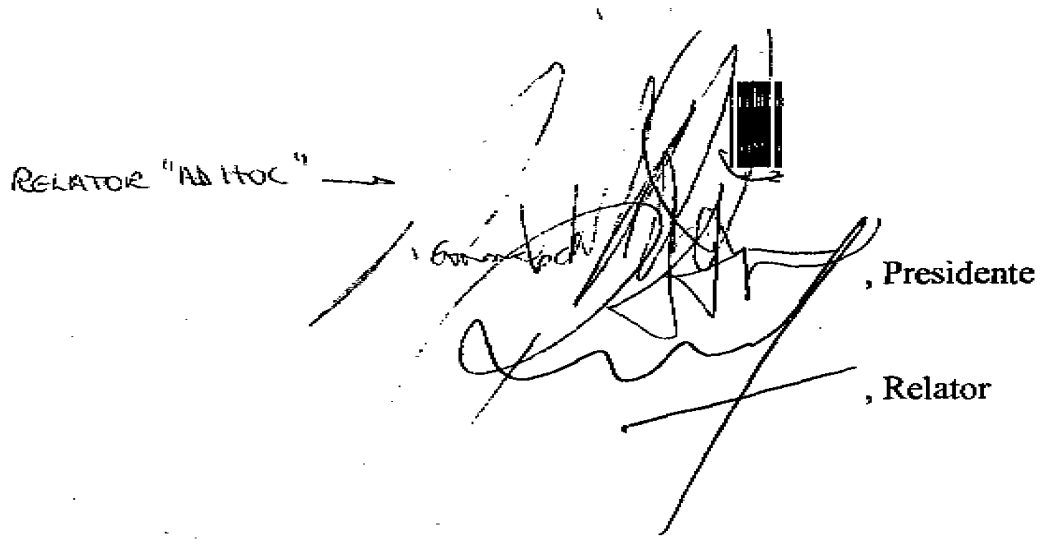
Periodicamente, as partes se reunião para avaliar a eficácia dos programas de trabalho, fazer recomendações aos respectivos Governos e examinar quaisquer questões relativas à implementação do acordo.

Trata-se, portanto, de ato internacional de objetivos meritórios e oportunos, cujos termos não extrapolam o objeto da cooperação.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto estarem observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009.

Sala da Comissão, 4 de março de 2010.



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 840, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório apresentado na Reunião Ordinária de 10 de dezembro de 2009 pelo Senador Flexa Ribeiro, Relator *ad hoc*, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 840, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Geraldo Mesquita Júnior (Presidente em exercício), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Fernando Collor, Geovani Borges, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 04 de março de 2010.

Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE,
no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 840, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 03 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR "AD HOC": SENADOR FLEXA RIBEIRO	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GEOVANI BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

PARECER
Nº 184, DE 2010

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2009 (nº 1.738/2009, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo Tripartite entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Índia e o Governo das República da África do Sul sobre Cooperação no Campo do Turismo no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS, concluído em Nova Delhi, em 15 de outubro de 2008, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado/Governo do IBAS.

RELATOR: Senador **FERNANDO COLLOR**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2009, que resulta da Mensagem nº 11, de 13 de janeiro de 2009, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição, para apreciação do acordo em epígrafe.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Turismo e Desporto. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 8 de outubro de 2009.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no dia 21 de outubro de 2009 e a este Relator no dia 30 subsequente, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, e que acompanha a Mensagem Presidencial (EM nº 00462 MRE DIBAS/DFT/DAI- PAIN-BAS), de 4 de dezembro de 2008, *o escopo precípuo do instrumento é promover maior entendimento recíproco entre os três países com vistas à intensificação dos fluxos de turistas*.

II – ANÁLISE

O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, conhecido por IBAS, foi instituído em 2003 pela Declaração de Brasília. Consiste em mecanismo de concertação entre três países emergentes, potências médias, que têm em comum o fato de serem democracias multiétnicas e multiculturais e de terem perspectivas semelhantes quanto a vários temas da agenda internacional.

Dos dezesseis grupos de trabalho criados para tratar dos temas de interesse comum, um deles se dedica especificamente à questão do turismo. Não obstante, até o momento, essa área ainda não tinha sido contemplada com ato de qualquer natureza que fundasse as diretrizes da cooperação.

O acordo ora em apreço, de composição singela, versado em apenas quatorze artigos, traz previstos mecanismos e compromissos usuais de cooperação, condizentes com o estímulo recíproco do turismo. Dentre tais mecanismos e compromissos, estão a troca de informações, o desenvolvimento de atividades promocionais conjuntas, o intercâmbio de especialistas e funcionários das áreas turísticas, o estímulo para a participação em feiras de viagens e turismos, a facilitação da importação e exportação de documentos, materiais publicitários, filmes, materiais de exposição e outros correlacionados ao tema do turismo, o desenvolvimento de recursos humanos, a participação em convenções, conferências, exposições, simpósios e reuniões internacionais temáticas e a busca pelo tratamento comum em relação às atividades turísticas, sob inspiração da Organização Mundial do Turismo (UNWTO) e tendo em vista a implementação do Código de Ética Global do Turismo.

Trata-se, portanto, de acordo que traz em si diretrizes de cooperação, marco fundador para as atividades vindouras que concretizarão seus altos propósitos, que, a nosso sentir, são de todo meritórios, não apenas pela repercussão direta no plano estrito do turismo. Eis que a concertação política trilateral ganha densidade a partir da maior integração e familiaridade entre os países, não apenas no plano da política, mas também a partir da integração entre os seus povos, o que é indubitavelmente facilitado com a proximidade facultada pelo turismo recíproco.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto estarem observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2009.

Sala da Comissão, 4 de março de 2010.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 846, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Fernando Collor, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 846, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Geraldo Mesquita Júnior (Presidente em exercício), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Fernando Collor, Geovani Borges, Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 04 de março de 2010.

Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

no exercício da Presidência.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 846, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04 / 03 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR: SENADOR Fernando Collor	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GEOVANI BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 10, de 2010**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 763, 854, 879, 883, 887, 893, 896, 907, 909, 910, 912, 913, 919, 924, 937, 947, 948, 949, 950, 966, 973, 975, 977, 978, 979, 987, 989, 991 e 995, de 2010.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 10/2010 – CCT

Brasília, 10 de março de 2010

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos: nºs 763, 854, 879, 883, 887, 893, 896, 907, 909, 910, 912, 913, 919, 924, 937, 947, 948, 949, 950, 966, 973, 975, 977, 978, 979, 987, 989, 991 e 995 de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– **Nº 69, de 2010** (nº 1.066/2009, na origem), de 21 de dezembro de 2009, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 40, de 2009-CN, de iniciativa do Presidente da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal, da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de dezesseis milhões, trezentos e um mil e trezentos reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Vigente, sancionado e transformado na Lei nº 12.140, de 21 de dezembro de 2009; e

– **Nº 70, de 2010** (nº 11/2010, na origem), de 14 de janeiro de 2010, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007 (nº 1.399/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil Alves), que altera o art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para assegurar ao companheiro sobrevivente o mesmo tratamento legal conferido ao cônjuge supérstite, quanto à nomeação do inventariante, sancionado e transformado na Lei nº 12.195, de 14 de janeiro de 2010.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens do Presidente da República:

– **Nº 71, de 2010** (nº 103/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia;

– **Nº 72, de 2010** (nº 104/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Marcel Fortuna Biato, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia;

– **Nº 73, de 2010** (nº 105/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor João Carlos de Souza-Gomes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai;

– **Nº 74, de 2010** (nº 106/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Maria Laura da Rocha, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Brasunesco);

– **Nº 75, de 2010** (nº 107/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Eduardo Martins Felicio, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba;

– **Nº 76, de 2010** (nº 108/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores,

para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola; e

– **Nº 77, de 2010** (nº 109/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mario Vilalva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

São as seguintes as Mensagens:

MENSAGEM
Nº 71, DE 2010
(nº 103/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, *inciso* IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de *dezembro* de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Os méritos do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM No 00073 MRE /DP/AFEPA/G-/APES

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

00001.001458/2010-56

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO poderá ser nomeado também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Lituânia.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO*
CPF.: 43479545734
ID.: 6462 MRE

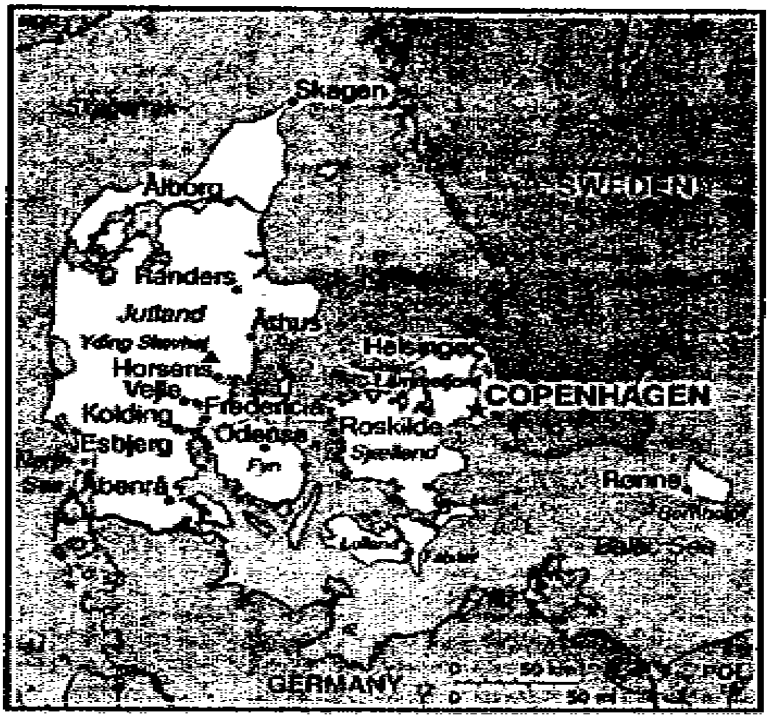
18/08/1950	Filho de Gerardo Majella Mello Mourão e de Léa de Barros Carvalho e Mello Mourão, nasce em 18 de agosto, em Ipueiras/CE
20/12/1975	IRBr, concurso direto
06/02/1976	Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
29/03/1976	Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
22/06/1978	Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo Secretário
01/03/1979	Segundo Secretário, por merecimento, em 1º de março
05/03/1979	XIII Sessão do Grupo Intergovernamental de Oleaginosas da FAO, Roma, Chefe de delegação
07/03/1979	XIV Sessão do Grupo Intergovernamental de Fibras Duras da FAO, Roma, Chefe de delegação
04/04/1979	VII Sessão do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar da FAO, Roma, Chefe de delegação
07/06/1981	CAD - IRBR
10/06/1981	Embaixada em Argel, Segundo Secretário e Encarregado de Negócios
13/06/1983	Embaixada em Londres, Segundo e Primeiro Secretário
21/12/1983	Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de dezembro
03/03/1987	Instituto Rio Branco, Coordenador de Ensino, substituto, e Diretor, substituto
16/06/1988	Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho
04/07/1988	Instituto Rio Branco, Coordenador de Ensino
20/04/1990	Embaixada em Londres, Conselheiro
06/06/1991	CAE - IRBR, A Revolução de 1817 e a História Diplomática do Brasil
11/10/1993	Embaixada em Assunção, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
20/12/1993	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
05/05/1996	A Revolução de 1817 e a História do Brasil, Editora Itatiaia, Belo Horizonte
28/08/1996	Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
06/07/2001	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
08/10/2004	Secretaria-Geral, Assessor Especial
18/10/2004	Embaixada em Porto Principe, Enviado Especial para assuntos da MINUSTAH em missão transitória
19/08/2005	Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor
15/12/2005	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
30/12/2005	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de dezembro
19/04/2006	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
06/12/2006	Departamento do México, América Central e Caribe, Diretor
02/05/2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA I

INFORMAÇÃO SOBRE O REINO DA DINAMARCA





FEVEREIRO DE 2010

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS 3

PERFIS BIOGRÁFICOS 4

POLÍTICA INTERNA 6

POLÍTICA EXTERNA 7

ECONOMIA 10

RELAÇÕES COM O BRASIL 12

ANEXOS 17

ATOS BILATERAIS 17

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA DINAMARCA 18

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 19

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Reino da Dinamarca
Capital:	Copenhague
Área:	O território é comparável aos da Suíça ou Bélgica e ocupa área de 43.094 km2, excluindo as Ilhas Faroe e a Groenlândia.
População (julho/2009 – est.):	5.500.510
Idioma:	Dinamarquês, faroense, groenlandês (um dialeto inuíte) e alemão (uma pequena minoria). O inglês é a segunda língua predominante.
Principais religiões:	Evangélica Luterana (95%), Católica Romana e Protestantismo (3%), Muçulmana (2%).
Sistema político:	Parlamentarismo unicameral, dentro de uma monarquia constitucional.
Chefe de Estado:	Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Lars Løkke Rasmussen (desde 5 de abril de 2009)
Chanceler:	Per Stig Møller (MP - Partido Conservador)
PIB (2009, EIU)	US$ 319,8 bilhões
PIB "per capita" (2009, EIU)	US$ 58.145
Unidade monetária:	Coroa Dinamarquesa (DKK)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) – *Fonte MDIC/SECEX*

Brasil→ Dinamarca	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Intercâmbio	**316,27**	**389,20**	**487,49**	**636,83**	**777,01**	**608,98 (-21,6%)**
Exportações	128,15	151,91	219,95	279,49	320,30	257,82 (-19,5%)
Importações	188,12	237,29	267,54	357,34	456,71	351,16 (-23,1%)
Saldo	-59,97	-85,38	-47,59	-77,85	-136,41	-93,33

PERFIS BIOGRÁFICOS

MARGRETHE II
Rainha da Dinamarca



Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 16 de abril de 1940, em Amalienborg, filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid.

Casou-se em 1967 com o diplomata francês Henri-Marie-Jean-André, Conde de Laborde de Monpezat, hoje Príncipe Henrik. São filhos do casal o Príncipe Herdeiro Frederik (nascido em 1968) e o Príncipe Joachim (nascido em 1969).

Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Integra o Conselho de Estado desde 1958 e é Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas.

A Rainha Margarete II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciência Política na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na London School of Economics. A Rainha costuma dedicar-se, além das tarefas de Estado, à pintura, artes gráficas, ilustração de livros e criação de cenários para teatro. Teve participação ativa nos trabalhos de restauração do Palácio Amalienborg.

Visitou o Brasil em 1999, na primeira visita dinamarquesa ao país no nível de Chefe de Estado, acompanhada do Príncipe Consorte Henrik e do Príncipe Herdeiro Frederik.

LARS LØKKE RASMUSSEN
Primeiro-Ministro



- Nasceu em 15/05/1964. Casado com Sólrun Løkke Rasmussen, 2 filhos.
- Mestrado em Direito pela Universidade de Copenhague, 1992.
- 1986-1990: Membro do Conselho-Geral do Partido Liberal.
- 1994: Membro da Jurisdição Eleitoral da Província de Frederiksborg.
- 1994-1997: Primeiro Vice-Prefeito e Presidente do Comércio, Indústria e do Comitê de Saúde.
- 1986-1997: Membro do Conselho Municipal de "Græsted-Gilleleje".
- 1990-1994: Presidente do Comitê de Criança e Cultura.
- 1998: Vice-Presidente do Partido Liberal.
- 1998-2001: Prefeito da Província de Frederiksborg.
- 2001-2007: Ministro do Interior e da Saúde.
- 2007-2009: Ministro de Finanças
- Desde abril de 2009: Primeiro-Ministro da Dinamarca.

PER STIG MØLLER
Ministro das Relações Exteriores



- Nasceu em 1942. Filho do ex-Ministro de Finanças Poul Møller e da jornalista Lis Møller, dois ex-Deputados.
- Formado em Literatura Comparativa pela Universidade de Copenhagen (1967). Ph.D em 1973.
- 1984: Deputado pelo Partido Conservador Dinamarquês.
- 1985-1989 e 1993-1998: Membro do Comitê Executivo do Partido Conservador Dinamarquês.
- 1990-1993: Ministro do Meio-Ambiente no Governo de Poul Schlüter.
- 1994-2001: Membro do Comitê de Política Externa.
- 1997-1998: Presidente do Partido Conservador Dinamarquês.
- 1998-2001: Porta-voz da Política Externa.
- Desde 2001: Ministro dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA INTERNA

A política dinamarquesa é marcada hoje por coalizão de centro-direita liderada pelo Partido Liberal (Venstre) na Dinamarca. Vale lembrar que o país foi dirigido pelo Partido Social-Democrata (S) ao longo de quase todo o século XX, desde as eleições de 1924 até as de 2001, quando o Venstre conseguiu reunir uma coalizão de minoria.

A Dinamarca conta com um sistema político multipartidário, no qual, desde 1909, nenhum partido conseguiu obter a maioria isoladamente. Apenas quatro gabinetes contaram com a maioria no Parlamento, o "Folketing", desde a Segunda Guerra Mundial. O atual governo, composto por uma coalização minoritária de centro-direita entre o Partido Liberal (V) e o Partido Conservador Popular (KF), foi reeleito para um terceiro mandato em novembro de 2007. Desde que assumiu o governo em 2001, a coalizão se sustenta com o apoio de um partido de extrema direita, o Partido do Povo Dinamarquês (DF), para obter a maioria.

Esse crescimento é precisamente o fato mais importante da política dinamarquesa nos últimos anos. Avalia-se que a posição do DF como fiel da balança na coalizão governista tem gerado um endurecimento das posições com relação a refugiados e imigrantes. Por outro lado, o governo, ao beneficiar-se de um apoio parlamentar estável, sente-se livre para seguir sua própria agenda, que inclui um programa de privatizações, terceirização de serviços públicos, reforma das leis trabalhistas e redução de impostos.

O Primeiro-Ministro Lars Løkke Rasmussen busca, nesse contexto, manter o apoio popular ao seu governo em meio a uma profunda recessão, com desemprego em alta e pressão crescente sobre o Estado do bem-estar social. Adicionalmente, o Governo também vem enfrentando uma oposição mais organizada. As eleições locais de novembro 2009 ratificaram a consolidação de uma coalizão alternativa.

A oposição já vinha ganhando terreno lentamente ao longo do ano de 2009, mas nas últimas pesquisas revelou um salto significativo.

POLÍTICA EXTERNA

O Governo liberal-conservador que assumiu o poder em novembro de 2001 imprimiu um estilo distinto à condução da política externa, marcado por um maior alinhamento com os Estados Unidos e um menor interesse relativo no engajamento tradicional nos projetos de ajuda ao desenvolvimento. Ao lado da questão da imigração, a política externa tem sido um dos maiores diferenciais da atual administração liberal-conservadora.

A política externa do Governo do ex-Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen teve como marca, inicialmente, o contraste entre um movimento de contração e um movimento de envolvimento militar externo, tendo como ponto de partida os conflitos no Afeganistão e no Iraque, apresentado como crescente ativismo no plano internacional.

O ex-Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen justificou essa política de maior protagonismo pela necessidade de a Dinamarca participar ativamente da "consolidação da ordem internacional", não se abstendo, quando necessário, de "participar militarmente para prevenir conflitos e manter a paz". É exemplo dessa política também a postulação da Dinamarca para o Conselho de Segurança (2005/2006), assim como para a presidência do Comitê Anti-Terrorismo.

A crise internacional provocada pela publicação de caricaturas do Profeta Maomé pelo diário "Jyllands Post" foi um sinal de alarme que despertou o Governo e a opinião pública, causando perplexidade, e gerou subitamente a percepção contrária da necessidade premente da multiplicação dos contatos externos, sobretudo em países islâmicos. Inscreve-se neste contexto, além da reabertura das Embaixadas em Buenos Aires e Camberra, a abertura de uma série de postos diplomáticos, consulares e escritórios comerciais em vários pontos do Oriente Médio.

Os desafios da globalização - com o surgimento de novos atores não-estatais, a propagação da informação além fronteiras, a dicotomia livre comércio-protecionismo, pobreza, meio ambiente e saúde - condicionam os objetivos da política externa dinamarquesa. Destaque-se a necessidade da Dinamarca voltar-se aos países da Ásia como parceiros, aliados, clientes, e, eventualmente, concorrentes.

O Brasil e a América Latina são considerados pelo Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca como áreas de crescente importância para a política externa dinamarquesa. A região mais recentemente ganhou maior relevo na diplomacia dinamarquesa após a visita do ex-Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil e à Argentina, em abril de 2007, e à elaboração de uma "nova estratégia" para a região, lançada em setembro do mesmo ano pelo Chanceler Stig Møller.

A Dinamarca tem priorizado as relações com os Estados Unidos. Dada sua frágil posição geográfica e o temor da ameaça terrorista, Copenhague entende que o reforço de sua segurança passa necessariamente por uma relação privilegiada com Washington. Nesse contexto insere-se a ênfase no relacionamento com a OTAN e a participação na guerra do Afeganistão, que tem sido foco de preocupação para o país. Registre-se que o atual Secretário-Geral da OTAN é o ex-Primeiro Ministro Anders Fogh Rasmussen.

A Dinamarca mantém uma aliança com os EUA para fins de segurança e defesa. Nesse sentido, o governo dispôs-se a enviar contingente ao Afeganistão, composto principalmente de tropas de elite e aviões de combate. O Governo anunciou que a Dinamarca contribuiria com cerca de US$ 60 milhões, em cinco anos, para o combate à pobreza e para a reconstrução do Afeganistão. O Governo dinamarquês também apoiou sem restrições a postura unilateral do Governo Bush de intervir militarmente no Iraque, com o objetivo de eliminar as supostas armas de destruição em massa naquele país.

A participação, ou não, da Dinamarca nas iniciativas relacionadas à União Européia são encaradas de maneira muito pragmática, de acordo com o os interesses concretos da política externa dinamarquesa.

No que diz respeito às negociações Mercosul-UE, a Dinamarca não participa diretamente do processo negociador, conduzido por Bruxelas. Reconhece que ainda existem dificuldades, mas favorece, em Bruxelas, a negociação em curso. Acredita, no que tange a produtos agrícolas, que "uma melhor oferta européia estaria na dependência de melhor oferta do Mercosul em outras áreas, notadamente produtos industriais". Refere-se explicitamente, em vários documentos oficiais, aos países do Mercosul como economias protegidas por altas barreiras.

Já com o mundo islâmico, houve ruídos de comunicação no relacionamento da Dinamarca com os países muçulmanos com a publicação propositalmente provocadora, em setembro de 2005, de caricaturas do Profeta Maomé pelo jornal "Jyllands-Posten", o que provocou uma crise nas relações da Dinamarca com os países muçulmanos.

A questão do conturbado relacionamento da Dinamarca com países muçulmanos insere-se no quadro mais amplo do tema migratório no país e na Europa em geral. No caso da Dinamarca, o Partido do Povo Dinamarquês, agremiação parte da coalizão governista, vem conduzindo campanha contra a imigração e contra a integração de muçulmanos na sociedade local. Houve um aumento da tensão no final de 2009, com a tentativa de homicidio ao autor das caricaturas. A sociedade local reagiu com o aumento da sensação de insegurança perante a ameaça terrorista, cobrando das estruturas governamentais, notadamente do serviço secreto (PET) maior eficência na questão de garantir a segurança e a ordem na Dinamarca.

No plano multilareal, a Dinamarca organizou a COP-15 do Clima, em dezembro de 2009. Houve decepção geral com o desenrolar das negociações da Cúpula e com o documento apresentado como base para a declaração final.

Já no que concerne à reforma do CSNU, o ex-Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Petersen, manifestou o apoio dinamarquês aos membros do G-4 como membros permanentes do CSNU. A Dinamarca co-patrocinou em 2005 o projeto de resolução do G-4 e, desde então, em renovadas gestões do G-4, tem reiterado esse apoio.

ECONOMIA

A economia dinamarquesa está enfrentando uma das mais longas e profundas recessões da sua história. Com uma economia pequena e aberta, a Dinamarca foi fortemente atingida pela queda do comércio que se seguiu à crise financeira internacional. Além disso, o país vem igualmente tentando se ajustar ao estouro da bolha imobiliária, que se formou entre 2004 e 2007.

Os números da economia dinamarquesa para o ano de 2009 são bastante duros. Estima-se que o PIB tenha se contraído entre 5 e 6% em 2009. Além disso, com uma expectativa de crescimento de 1,6% ao ano nos próximos 10 anos, a Dinamarca ocupa atualmente o 27° lugar (último) entre os países da União Européia quanto a expectativas de crescimento do PIB.

O consumo privado também caiu no ano passado. Registrou-se em 2009 o maior retrocesso no consumo desde meados dos anos 1980. Segundo dados oficiais, o setor varejista apresentou queda de 4,5%. O ano de 2009 também registrou número recorde de pedidos de falência, cerca de 500, um aumento de 35% em relação a 2008. O nível de utilização da capacidade instalada em 2009 também foi o mais baixo desde que a série começou a ser colecionada, nos anos 1980. Segundo estimativas da "Statistiks Danmark", o ano de 2010 será ainda mais difícil para o consumo e a produção do país.

Os índices mais alarmantes, contudo, são os de desemprego. Segundo as estimativas oficiais, a Dinamarca vive a sua pior crise de emprego dos últimos 40 anos. Para um país acostumado a taxas relativamente baixas de desemprego (2,8%

em 2007 e 1,8% em 2008), o aumento, recém divulgado, a 4,2% em outubro de 2009 é visto como muito preocupante pela sociedade local. Já o nível de empregos, por sua vez, teria caído duas vezes mais que o nível de desemprego em 2009, o que levou analistas locais a batizar a conjuntura atual de "a crise do emprego".

A queda mais marcante no nível de emprego teria sido observada no setor de construção civil. O número de construções novas, que em 2005 chegou a 33.500, teria chegado a não mais que 12.000 em 2009, ou seja, uma queda equivalente a aproximadamente um terço ao ano. Se a tendência permanecer, estima-se que serão iniciados somente 10.000 novos projetos de construção, ao ano, em 2010 e 2011. As perdas no setor têm acumulado 50 bilhões de coroas dinamarquesas (cerca de US$ 9,3 bilhões) e o número de desempregados no setor chega a 45.000 pessoas, o dobro do número de postos de trabalho criados durante o período de alta conjuntura de 2004 a 2007. Grande parte dos recém desempregados no setor seriam estrangeiros, principalmente do Leste europeu, que, devido à crise estariam retornando a seus países de origem.

Diante desse cenário complexo, o principal desafio para a Dinamarca é voltar a crescer. A recuperação do crescimento, contudo, esbarra em dois problemas estruturais: falta de competitividade e baixa produtividade. Os salários e os encargos públicos no país são pesados, e as empresas devem arcar com eles e ainda assim competir em escala global. Além disso, o pesado e protetor "Estado do Bem-estar Social", com seus inúmeros benefícios e estímulos à aposentadoria antecipada, diminui artificialmente o escopo da população economicamente ativa e a impede de trabalhar um número de horas médio compatível com os padrões internacionais. Como conseqüência disso, os trabalhadores dinamarqueses não têm produzido o suficiente para cobrir os seus custos.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações bilaterais, tradicionalmente caracterizadas por atmosfera de cordialidade e crescente interesse mútuo, atingiram, nos últimos anos, uma dinâmica inédita na história dos dois países. Registraram-se, ao todo, 4 visitas em nível de Chefes de Estado e Governo, sendo três do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague e uma do ex-Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil. Entrementes, houve uma série de encontros em nível ministerial e empresarial.

Em 2007, ocorreu a primeira visita ao Brasil de um Primeiro-Ministro da Dinamarca. Anders Fogh Rasmussen esteve no país em abril. No mesmo ano, ocorreu a primeira visita de um Presidente da República à Dinamarca, com a viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro. Na primeira ocasião, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e, na segunda, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Energia Renovável.

Na referida visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram realizados uma série de eventos empresariais, nos quais foram identificadas várias possibilidades de parcerias entre os dois países nos setores de biocombustíveis, biotecnologia, energia, indústria naval, insumos para a indústria alimentícia e máquinas e equipamentos. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entra a empresa dinamarquesa Novozymes e o Centro Tecnológico da Cana-de-Açúcar (CTC), para o desenvolvimento conjunto de tecnologias relacionadas ao etanol.

Entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2009, o Secretário Especial de Portos da Presiência da República, Ministro Pedro Brito, realizou visita de trabalho à Dinamarca, acompanhado do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Sr. Fernando Fialho. A referida visita mostrou-se

importante oportunidade de divulgação das perspectivas brasileiras para as áreas de dragagem e modernização de portos, revelando novas oportunidades de cooperação no setor.

Entre os dias 31 de setembro e 03 de outubro de 2009 o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou novamente a Dinamarca para a eleição que levou à escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016. O Senhor Presidente da República veio acompanhado do Ministro dos Esportes, Orlando Silva, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e do Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. A delegação foi composta, igualmente, por personalidades tais como Pelé, Paulo Coelho, Carlos Nuzman e Guga, entre outros.

No plano bilateral, a Delegação Presidencial brasileira foi recebida pelo Primeiro-Ministro Lars Løkke Rasmussen para reunião de trabalho no Palácio de Christiansborg. A intensa presença do Brasil e a vitória da cidade do Rio de Janeiro conferiram grande exposição do país para a população, cujos efeitos continuarão a ser sentidos por anos a seguir. O episódio contribuiu também para solidificar de maneira definitiva uma imagem positiva e construtiva do Brasil perante a Dinamarca.

Entre os dias 16 e 19 de dezembro de 2009, o Senhor Presidente da República voltou à Dinamarca para participar da COP-15. O Senhor Presidente da República veio acompanhado da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Ministro do Meio-Ambiente, Carlos Minc, e do Ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende.

Além da Delegação Presidencial, estiveram presentes ao evento incontáveis autoridades e personalidades, do setor público e privado brasileiro, somando mais de 800 pessoas. Entre eles, destacam-se o Governador de São Paulo, José Serra, os nove Governadores da região amazônica, além de membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas Federal, Estadual e Municipal.

Some-se a isso, a ampla divulgação de promoção comercial realizada no Espaço Brasil no Bella Center. A ocasião mostrou-se oportunidade ímpar para que autoridades, entidades de classe e empresários brasileiros pudessem encontrar suas contrapartes locais, criando ambiente inédito para a troca de experiências e identificação de oportunidades e interesses comuns a ambos os países.

Essas quatro visitas em período de três anos elevaram o relacionamento bilateral a níveis inéditos. O trabalho de divulgação do Brasil, aliado aos inúmeros contatos realizados e à solidificação do novo papel do país no cenário internacional gerou enorme massa crítica para o relacionamento bilateral, cujos efeitos, sem dúvida alguma, continuarão a ser sentidos nos anos vindouros.

No plano do relacionamento comercial, a Dinamarca apresenta-se como um mercado distante e de acesso complexo ao exportador brasileiro. Atribui-se tal circunstância, do lado dinamarquês, à situação específica do mercado local, de dimensões circunscritas e fortemente atrelado à UE. Da Alemanha, país com o qual a Dinamarca sempre manteve vínculos comerciais estreitos, provêm produtos oriundos de outros países, inclusive brasileiros, comercializados na Dinamarca mas não diretamente importados do Brasil.

Diante disso, o montante do fluxo do comércio bilateral ainda está aquém das possibilidades de ambos os países. Em 2009, o intercâmbio comercial com a Dinamarca representou 0,22% do total do intercâmbio brasileiro, e 0,96% do intercâmbio com a União Européia. Por outro lado, de janeiro a outubro de 2009 o Brasil representou apenas 0,37% das importações e 0,44% das exportações da Dinamarca.

Nos últimos anos, o comércio bilateral tem sido deficitário para o Brasil. Havia, contudo, um crescimento constante do fluxo comercial, da ordem de 20% ao ano, nos últimos cinco anos. Entretanto, a crise financeira internacional provocou sério impacto no comércio entre os dois países. Segundo dados do MDIC, o fluxo comercial bilateral alcançou US$ 608,9865 milhões em 2009 (-

21,62% em comparação com 2008), com US$ 257,826 milhões de exportações brasileiras (-20,0%) e US$ 351,160 milhões de importações (-23,0%) provenientes da Dinamarca. O déficit acumulado em 2009 em favor do Dinamarca foi de US$ 93,334 milhões.

Verifica-se que as exportações brasileiras para a Dinamarca mostram predominância de produtos básicos (óleo e resíduos de soja, café, fumo, peles e couro, carne de boi e de frango, madeira e açúcar). Alguns produtos industrializados constam da pauta, com destaque para medicamentos e autopeças.

As vendas dinamarquesas ao Brasil concentram-se em industrializados (insulina e outros medicamentos, máquinas e insumos para a indústria alimentícia, reatores, motores para embarcações, válvulas, termostatos, instrumentos óticos, aparelhos contra surdez e instrumentos de precisão para uso hospitalar). Muitas das exportações dinamarquesas são realizadas no contexto da atuação de empresas deste país com investimentos no Brasil.

Com um mercado de pouco mais de cinco milhões de pessoas e população com hábitos de consumo austeros, a Dinamarca não se vem mostrando, ainda, como um destino ideal para os produtos industrializados brasileiros, em virtude principalmente da forte concorrência de fornecedores tradicionais, do elevado grau tecnológico de sua indústria e da alta sofisticação dos bens de consumo demandados.

Já na parte de investimentos, tem limitado os investimentos da Dinamarca no Brasil o caráter cauteloso do investidor dinamarquês, que, por sua vez, relaciona-se com as características do parque industrial do País, constituído majoritariamente (80%) por pequenas e médias empresas. Segundo dados do Banco Central, em 2007 e 2008 os investimentos diretos da Dinamarca no Brasil somaram, respectivamente, US$ 119,25 e 169,87 milhões. Já em 2009, entre janeiro e abril, ingressaram US$ 13,43 milhões em investimentos dinamarqueses no Brasil. A maior parte desse valor concentra-se nas áreas de extração de petróleo

e gás natural e fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial do lado brasileiro, a partir de 2004 a Dinamarca se juntou ao grupo de maiores receptores de investimentos brasileiros.

A Dinamarca é um mercado de proporções reduzidas marcado por nível de renda dos mais altos da Europa e alto nível de exigência. O interesse do empresariado brasileiro tem sido restrito e pontual: em lugar de grandes missões comerciais, a presença de empresários brasileiros tem-se limitado a visitas de pequenos grupos de setores específicos (têxteis, sisal, etc).

Subsistem, contudo, algumas áreas que podem ser exploradas no relacionamento comercial entre os dois países. Uma delas é a área de portos, cujo interesse mútuo ficou bem demonstrado na visita do Secretário Especial de Portos da Presidência da República, Pedro Brito, em janeiro de 2009. Outra área de grande interesse são biocombustíveis e biotecnologia. A posição da administração "Venstre" sobre biocombustíveis tem sido marcada por certo ceticismo que, contudo, não parece encontrar ressonância no setor privado. Exemplo disso, são os investimentos que a empresa Novozymes vem realizando no Brasil, como os acordos firmados com o CTC, com a UNICA e com a Braskem, este último para a produção de plástico e têxteis a partir da cana-de-açúcar. Cite-se também o interesse das empresas Inbicon e Vestas, líderes no setor de bioenergia e energia eólica respectivamente, em trabalhar com o Brasil. Há, igualmente, grande interesse na área de exploração "offshore", dadas as descobertas do pré-sal. Nesse quesito, destaca-se o interesse da Mærsk, maior empresa do país, que em novembro de 2009 anunciou a nova política da empresa de privilegiar os negócios com os mercados emergentes, em particular o Brasil.

ANEXOS
Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Convenção de Arbitragem.	27/11/1911	12/01/1916	12030	19/04/1916
Acordo sobre Malas Diplomáticas.	29/04/1929	01/05/1929		
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais.	05/08/1932	05/08/1932		
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes.	21/07/1953	21/07/1953		
Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S.	12/05/1956	12/05/1956		
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	25/02/1966	27/12/1966	60866	16/06/1967
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	26/09/1969	66237	19/02/1970
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	18/03/1969		
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional.	29/03/1972	29/03/1972		
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	16/01/1974		
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	27/08/1974	05/12/1974	75106	20/12/1974
Troca de Notas determinando a entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos.	17/12/1976	17/12/1976		
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	05/02/1979	05/02/1979		
Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975.	30/10/1979	30/10/1979		
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	09/06/1986	20/12/1989	98657	21/12/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/03/1994	09/12/1995	1743	08/12/1995
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança de Clima e de Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.	25/4/2007	25/4/2007		
Memorando de Entendimento na área de Energias Renováveis e Eficiência Energética	13/09/2007	18/9/2009	647	18/09/2009

Cronologia Histórica da Dinamarca

700- Começa o processo de unificação do País sob poder real central
987- O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo
1350- A Peste Negra dizimou a população e provocou fortes mudanças econômicas e sociais
1397- Foi estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margarete I
1523- Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa
1814- Fim da união da Dinamarca e da Noruega
1536- A Dinamarca adota a reforma luterana
1629- Fracasso de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia. Perdeu as províncias ao leste do estreio de Oresund
1661- A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário
1801 e 1807- Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas
1863- Bismarck declara guerra à Dinamarca que derrotada cede três ducados à Alemanha
1914- A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial
1940- O país procura manter sua neutralidade após a eclosão da II Guerra Mundial
1940- A Alemanha invade a Dinamarca
1940- Partido Social Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha
1943- Resistência popular a essa colaboração, com apoio externo britânico, terminou por solapar as bases de convivência com o regime nazista
1945- Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado
1945- Foi convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas
1945- Se tornou membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade
1948- Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o País iniciou programa de modernização da agricultura
1950- Inicia o desenvolvimento do parque industrial
1960- É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da "sociedade do bem estar", difundido em toda a Escandinávia
1972- Rainha Margarete II ocupa o trono dinamarquês
1973- Adesão à União Européia
2000- Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
2001- Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro
2005- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito
2006- Primeiro-Ministro Rasmussen anuncia ambicioso programa para assegurar a auto-suficiência da Dinamarca em matéria energética

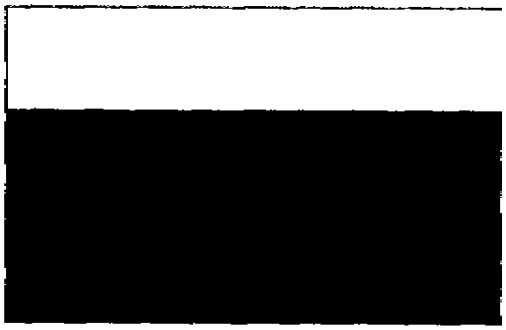
2006- Controvérsia provocada pela publicação de charges do profeta Maomé
2007- Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque
2009- Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a direção da OTAN
2009- Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro

Cronologia das Relações Bilaterais

1829 – Abertura da Legação do Brasil em Copenhague
1911 - Convenção de Arbitragem
1966 - Acordo Básico de Cooperação Técnica
1969 - Acordo sobre Transportes Aéreos
1974 - Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda
1979 - Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial
1986 - Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica
1999 - Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado
2002 - Visita do então Vice-Presidente da República Marco Maciel à Dinamarca, em maio, seguida por uma missão empresarial
2002 - Visita de missão comercial brasileira à Dinamarca chefiada pelo Senhor Diretor Geral do DPR, no mês de maio
2003 - Inauguração no Museu Arken de Arte Moderna de Exposição sobre as obras do Arquiteto Oscar Niemeyer
2003 - Por iniciativa da Varig e apoio da Embaixada, realizou-se em Copenhague "Seminário sobre Turismo no Brasil", com a participação de autoridades estaduais e hotéis brasileiros
2005 - Missão empresarial brasileira do Setor de petróleo e gás, visitando várias empresas dinamarquesas, por iniciativa e a convite da Confederação das Indústrias da Dinamarca
2006 - Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho
2007 – assinatura do Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e Memorando de Entendimento na Área de Energias Renováveis e Eficiência Energética.
2007 - Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril
2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro
2008 – Visita ao Brasil do Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa, Ulrik Federspiel, em janeiro.
2009 – Visita à Dinamarca do Secretário Especial de Portos da Presidência da República, Ministro Pedro Brito, em janeiro.
2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro, para as eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009 - Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro, para participar da COP-15.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II

RELAÇÕES BRASIL-LITUÂNIA





BRASÍLIA, FEVEREIRO DE 2010

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Lituânia
CAPITAL	Vilnius
MAIORES CIDADES	Vilnius, Kaunas, Klaipėda
ÁREA	65.300 km²
POPULAÇÃO	3.555.179
IDIOMAS	lituano (oficial), russo, outros
PRINCIPAIS RELIGIÕES	católicos (79%), ortodoxos russos (4,1%), outros (17%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Dalia Grybauskaité
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Andrius Kubilius
MNE (INTERINA)	Rasa Juknevicienė
PIB real (2008)	USD 47,30 bilhões
PIB PPP (2008)	USD 63,62 bilhões
PIB "per capita" (2008)	USD 14.086
PIB "per capita" PPP (2008)	USD 18.946
EMBAIXADOR NO BRASIL	Vaclovas Salkauskas (designado)

ESTADO ATUAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Lituânia durante o período de independência daquele país, nas décadas de 20 e 30, tendo mesmo assinado acordos comerciais e de extradição.

Em 1991, o Brasil decidiu reconhecer a independência da Lituânia e restabelecer relações diplomáticas com aquele país. Depois de contatos realizados através da Embaixada do Brasil em Moscou, e de receber visita de missão lituana chefiada pelo Vice-Presidente Bromislovas Kuzmickas, decidiu o Governo brasileiro enviar missão exploratória à Lituânia, que cobriu também os outros dois países bálticos. Chefiada pela Embaixadora Thereza Quintella, a missão chegou a Vilnius no dia 03 de novembro, tendo mantido entrevistas com as principais autoridades lituanas, em particular o Ministro das Relações Exteriores, Algirdas Saugardas; o Presidente do Conselho Supremo (Parlamento), Vitautas Landsbergis; o Vice-Presidente Bromislovas Kuzmickas; e o vice-Ministro da Economia, Orvydas Sekmokas. A missão manteve contato, também, com integrantes da comunidade lituano-brasileira ali residentes.

Por Decreto de 05/02/93, foi criada a Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague. A Embaixada da Lituânia em Buenos Aires acumula a representação em Brasília.

Em março de 1996, o então Presidente da Lituânia, Algirdas Brazauskas, visitou o Brasil, em viagem que incluiu ainda a Argentina, o Uruguai e a Venezuela. Em novembro de 2002, o Chanceler Celso Lafer realizou visita de trabalho à Lituânia. Manteve, na oportunidade, encontro com o Presidente Valdas Adamkus. O Chefe de Estado lituano lembrou o apoio do Brasil, em 1939, quando manteve acreditado o Embaixador lituano no Brasil, apesar da ocupação do país pela ex-União Soviética, em atitude que qualificou de corajosa. Opinou o Presidente Adamkus que a visita do Chanceler brasileiro representava excelente oportunidade para relançar os laços de cooperação entre os dois países, nas

áreas econômica, cultural e científica. Nesse contexto, acrescentou que a pretendida adesão do país à União Européia abriria novos espaços para a Lituânia alargar sua cooperação internacional. O Chanceler brasileiro reiterou convite ao Presidente Adamkus para que visitasse oficialmente o Brasil, no espírito de dinamização das relações bilaterais, tirando-se proveito do fato de que havia agora uma nova Lituânia, capaz de aproveitar o leque de oportunidades que se abririam após sua adesão à União Européia.

Em julho de 2008, o Presidente Valdas Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. O segmento da visita ao Brasil incluiu passagens por Brasília e por São Paulo. Em Brasília, cumpriu programa oficial e avisou-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com os Presidentes do Senado e da Câmara e do STF. Em São Paulo, proferiu palestra na FAAP, inaugurou seminário empresarial na FIESP, abriu exposições e manteve encontros com a comunidade de descendentes de lituanos.

Em 13 de maio de 2009, à margem da Reunião Ministerial União-Européia – Grupo do Rio, em Praga, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, manteve encontro bilateral com sua homóloga lituana, a Subsecretária do MNE da Lituânia, Senhora Asta Skaisgiryte Liauskiene. Em 12 de outubro do mesmo ano, a Diretora do Departamento da Europa, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, manteve reunião de consultas políticas em Vilnius com a Diretora do Departamento da América Latina do MNE lituano, Lina Antanaviciene.

Na esfera do relacionamento bilateral, destacam-se os seguintes instrumentos bilaterais: Acordo de isenção de vistos, assinado em 2002 e que entrou em vigor em 13 de janeiro de 2009, após aprovação do Congresso brasileiro e promulgação do decreto presidencial correspondente. Esse era acordo muito aguardado pelos lituanos, que o haviam aprovado em 2003 e, depois da adesão à UE, aboliram unilateralmente a exigência de vistas para brasileiros; Acordo de Cooperação Cultural, assinado pelos Presidentes Lula e Adamkus, durante a visita ao Brasil em julho de 2008, aprovado pelo Congresso Nacional em janeiro de 2010. Encontram-se em negociação acordo sobre matéria penal e acordo sobre transferência de presos, além de um Memorando de Entendimento oficializando o mecanismo de Consultas Políticas bilaterais.

Relações Bilaterais: Comércio

O comércio bilateral ainda é incipiente, mas tem demonstrado dinamismo e mais do que quadruplicou nos últimos quatro anos. Em 2009, contrariando a tendência verificada nas trocas com outros países do leste europeu, as exportações do Brasil para a Lituânia apresentaram crescimento expressivo. As importações, contudo, voltaram aos baixos níveis anteriores, após o salto de 2008. No lado das exportações, predominaram, em 2009, os seguintes itens, pela ordem: soja, tabaco, café solúvel, couros, arroz, madeira e eletrodos de carvão. O pico de exportações de 2007 se explica pela exportação de avião no valor de US$ 25 milhões. Pelo lado das importações brasileiras, é de notar, sobre uma base muito restrita, é certo, o acréscimo substancial em 2008, representado essencialmente por dois itens: insumos para fertilizantes e óleos lubrificantes. Em 2009, insumos para fertilizantes representaram 72% do valor total das importações brasileiras da Lituânia, que sofreram expressiva queda em relação ao ano anterior.

Embora em patamar ainda muito reduzido, é inegável o grande potencial para a exploração de oportunidades comerciais em ambos os sentidos, para o que se faz necessário um maior conhecimento mútuo.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → LITUÂNIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	13,8	24,6	50,2	41,5	71,5	117,8	179,3
Exportações	11,8	24,2	45,1	40,6	69,8	61,4	176,0
Importações	2,0	0,4	5,1	0,9	1,7	56,4	3,3
Saldo	9,8	23,8	40,0	39,7	68,1	4,9	172,7

POLÍTICA INTERNA

Desde a independência da URSS, a paisagem política na Lituânia tem apresentado características bastante similares àquelas que têm marcado o jogo político nos chamados "países em transição", sem tradição de vida político-partidária, nem experiência de democracia representativa. A tarefa é complexa e resume-se, em essência, à criação de um Estado e de suas instituições e agências.

Assim como nas demais nações que passam por processos semelhantes, as principais forças políticas em jogo na Lituânia país são: i) uma esquerda pós-comunista ainda forte, que atualizou sua doutrina e se beneficia da militância partidária tradicional e dos movimentos comunitários de base; ii) um movimento de centro-direita baseado em personalidades e, portanto, sujeito a fragmentações e a altos e baixos; iii) uma considerável parcela do eleitorado inclinada ao voto populista.

A exemplo dos pleitos anteriores, as eleições parlamentares de outubro de 2008 resultaram em derrota da coalizão no poder, desta feita liderada pela social democracia de Gediminas Kirkilas e que foi vítima, sobretudo, de uma economia crescentemente estagnada. Voltaram ao poder os partidos conservadores tradicionais. A União da Pátria/Democracia Cristã obteve o maior número de votos (e 45 dos 171 assentos do Seimas) e formou uma coligação com o recém-criado Partido da Ressurreição Nacional, integrado por celebridades (16 assentos), o Movimento Liberal da Lituânia (11 assentos) e a União Liberal e Centrista (8 assentos). Os social democratas foram individualmente o segundo partido mais votado, com 25 assentos, mas foram excluídos do Gabinete, assim como os partidos de caráter mais populista, que tiveram desempenho bem aquém do esperado: o Ordem e Justiça, do ex-Presidente impedido Rolandas Paksas, obteve 15 assentos, e o Partido Trabalhista ficou com modestos 10 assentos.

O novo gabinete, liderado pelo Primeiro Ministro Andrius Kubilius, da União da Pátria/Democracia Cristã, tomou posse em dezembro de 2008. A nova legislatura deverá continuar a ser marcada por divisões ideológicas e pelas demandas populistas. A despeito de a nova coalizão deter maioria relativamente confortável, deverá ser uma parceria instável, na visão da maioria dos analistas, em razão de pelo menos dois fatores: a) uma crise econômica que se anuncia como bastante severa, com queda do PIB de possivelmente dois dígitos em 2009 e crescimento negativo também em 2010; b) o Partido da Ressurreição Nacional, segundo mais importante dentro da coalizão, é uma incógnita e elemento de incerteza nas discussões e execução do programa de governo.

Em 12 de julho de 2009, assumiu o cargo a Presidenta a Senhora Dalia Grybauskaite, eleita, em 17 de maio, no primeiro turno, com votação elevada e inédita, na

Lituânia, de 69% dos votos. O segundo colocado no pleito, o social democrata Algirdas Butkevicius, não ultrapassou percentual de 11,7%, ao passo que nenhum dos demais candidatos atingiu sequer 5% dos sufrágios. Ex-Ministra das Finanças entre 2001 e 2004 e, até recentemente, comissária européia de orçamento e planejamento, Dalia Grybauskaite afirmou haver tomado a decisão de deixar Bruxelas e de declarar-se candidata após as demonstrações públicas ocorridas em Vilnius, em 16 de janeiro de 2009, e das difíceis perspectivas da Lituânia frente à crise econômica mundial. Grybauskaite sucedeu a Valdas Adamkus, eleito em 1998 e reeleito em 2004.

Conhecida em seu país pela singularidade de ser faixa preta em uma das modalidades de artes marciais orientais, bem como pela firmeza de ação, revelada e confirmada em duros embates durante 2007 e 2008 com o Gabinete liderado pelo Primeiro Ministro Gediminas Kirkilas, a ex-comissária européia disputou o pleito como candidata independente, embora contasse com o apoio do Primeiro Ministro Andrius Kubilius e dos partidos que integram a atual coalizão de centro-direita. O Presidente Valdas Adamkus, outra das poucas figuras ao mesmo tempo populares e respeitadas no país, deixa o cargo após cumprir dois mandatos sucessivos, sem haver apoiado qualquer dos candidatos ao pleito presidencial. Curiosamente, num ambiente caracterizado por alto grau de descrença da cidadania na classe política, parte da confiança inspirada tanto por Valdas Adamkus como por Dalia Grybauskaite vem da percepção de que seriam nomes reconhecidos no exterior: Adamkus, como resultado de vários anos vividos nos EUA; no caso de Grybauskaite, pela experiência adquirida em Bruxelas.

Ambos, no entanto, parecem ter conceitos diferentes sobre o papel que lhes cabe cumprir no cenário lituano. No exercício da Presidência, Valdas Adamkus limitou-se essencialmente a questões de política internacional e de defesa, às quais a constituição lituana reserva claro e amplo espaço ao Chefe de Estado, privando-se de entrar em debates internos e com isto guardando igualmente para si o papel de árbitro último da cena política durante as crises provocadas pela instabilidade quase permanente das coalizões parlamentares. Grybauskaite, de perfil mais tecnocrata voltado para questões econômicas e de personalidade aparentemente mais predisposta ao embate, dá mostras de que terá um papel interno comparativamente maior. Recentemente, declarou à imprensa que "o clichê consagrado no país reza que o Primeiro Ministro se ocupa dos assuntos

domésticos, ao passo que o Presidente deveria lidar apenas com a política externa. No entanto, a Constituição dá ao Chefe de Estado poderes de atuação adequados também na área interna, e quem quer se eleja Presidente deverá dar maior atenção aos assuntos internos". O fato de que ela conta com apoio do Primeiro Ministro Andrius Kubilius e de que ambos partilham a mesma tendência política conservadora poderá abrir-lhe, de fato, maior espaço para a condução dos rumos do país durante o atual momento de severa crise econômica. O risco é o de que, ao abrir mão do distanciamento dos temas de política interna e ao eventualmente tomar partido em crises políticas, possa ver-se mais vulnerável a ataques da oposição

POLÍTICA EXTERNA

União Européia

Em maio de 2004, a Lituânia ingressou oficialmente na União Européia e vem desde então adotando todos os passos com vistas à plena integração. A Lituânia aderiu ao espaço de Schengen a partir de janeiro de 2008. Foi um dos primeiros países a reconhecer a independência do Kosovo, bem como a ter o Tratado de Lisboa ratificado pelo Parlamento. A Lituânia pretende elevar os padrões econômicos do país aos níveis prevalescentes no restante da União, por intermédio da utilização dos fundos de assistência proporcionados pela União Européia, em pacote negociado para cobrir o período 2007-2013.

Em julho de 2004, a Lituânia juntou-se ao mecanismo conjunto de câmbio do Banco Central Europeu, com paridade de 3,4528 litas por euro, como primeiro passo para adoção da moeda européia. Nesse sentido, a Lituânia encaminhou à Comissão da União Européia em Bruxelas requerimento de avaliação para juntar-se à zona do euro. O resultado da avaliação pela Comissão foi desfavorável, em virtude do desempenho da inflação lituana, de 2,7%, em fevereiro de 2006 (o teto anual estabelecido pelo Tratado de Maastricht é 2,63 por cento). A aceleração da inflação nos anos mais recentes obriga a Lituânia a adiar, por ora, a adoção do euro.

Rússia

Nas relações com a Rússia, a Lituânia busca consolidar e fortalecer a confiança mútua. São, nas palavras dos próprios diplomatas lituanos, relações delicadas, não só pelo passado de dominação, mas também pela realidade ameaçadora de vizinho poderoso, imprevisível e, desde Putin, bastante assertivo. À Rússia desagradou, por exemplo, a admissão dos Estados Bálticos na OTAN, e Moscou expressa grande relutância quanto à instalação de base militares de outras potências naqueles países. Em contraste, a Rússia não se manifestou contrária à integração desses países na União Européia.

No caso da Lituânia, tema delicado é o do enclave russo de Kaliningrado (ex-Prússia Oriental), com cerca de 1 milhão e meio de habitantes, cujas comunicações com a Rússia passam por 400 km de território lituano. A entrada da Lituânia na União Européia tornou necessário arranjo especial para o trânsito de pessoas em seu território que seja compatível com as regras de Schengen. O trânsito em questão inclui também o de natureza militar. Depois de árduas negociações durante a presidência dinamarquesa da União Européia, no segundo semestre de 2002, um acordo preliminar foi finalmente alcançado para o estabelecimento de mecanismos para facilitar o trânsito. O acordo foi assinado em Moscou, em 20 de junho de 2003. Os mecanismos do acordo prevêem a concessão de documentos especiais de viagem para os cidadãos russos em trânsito pela Lituânia. Complementarmente, a Lituânia e a Rússia firmaram acordo para a deportação dos cidadãos de um país que estiver residindo ilegalmente no outro.

A queda do Presidente Rolandas Paksas e a eleição de Valdas Adamkus significaria um compasso de espera em projetos bilaterais mais estreitos de integração com a Rússia. As prioridades do Presidente Adamkus estão no Ocidente, no que descreveu como "uma visão da Lituânia como centro da cooperação regional, conectada à Europa por infra-estruturas eficientes de transporte e energia".

A Lituânia tem criticado a Rússia e Alemanha pela opção de construir um gasoduto entre os dois países que evita o território da Letônia, Lituânia e Polônia, usando rota, ecologicamente mais arriscada e tecnicamente mais complexa, que passa pelo fundo do Mar Báltico.

Em abril de 2008, a Lituânia bloqueou, isoladamente, acordo de cooperação entra a União Européia a Rússia com a finalidade de lograr incluir, na pauta de demandas da Bruxelas, alguns temas contenciosos de seu relacionamento bilateral com Moscou, tais como desbloqueio do oleoduto até Maizeikiai e cooperação judicial da parte da Rússia no esclarecimento de violência contra lituanos em alguns episódios durante a independência e outros mais recentes, como o desaparecimento de empresário lituano em Kaliningrado. A obstinação lituana causou surpresa em Bruxelas e grande irritação em Moscou.

Cooperação nórdico-báltica

A relação com os demais países bálticos é dimensão importante da política externa lituana, mais no campo da retórica do que na conquista de resultados expressivos. Grande parte da cooperação intra-báltica acabou sendo absorvida por Bruxelas após a adesão dos três países. Os países bálticos vêm desenvolvendo processo de cooperação nas áreas de energia, transporte, proteção ao meio-ambiente, promoção do comércio, coordenação em assuntos judiciais e de imigração, cultura, educação e tecnologia da informação. Mecanismos de cooperação com os países nórdicos foram estabelecidos nessas mesmas áreas.

Na área de energia, existe o projeto comum de construção na Lituânia de uma nova central nuclear. Existe ainda a expectativa de que a Polônia participe do Projeto, estimado em 3 bilhões de euros, e que será financiado pelos países participantes, com possíveis aportes da União Européia. As companhias de energia dos três países completaram os estudos de viabilidade. Estima-se que a região báltica poderá experimentar sério déficit de energia, a partir de 2015, caso a nova central não venha a ser construída

Leste europeu

A Lituânia adota política pragmática em relação a Belarus, com as relações bilaterais prosseguindo normalmente, no entendimento de que não há eleições livres naquele país, e de que constitui aspiração da Lituânia ter um vizinho livre e democrático e com economia de mercado. Por outro lado, o ex-Presidente Valdas Adamkus prestou

intenso apoio diplomático por ocasião da Revolução Laranja na Ucrânia em dezembro-janeiro 2004-2005. A Lituânia apóia a entrada da Ucrânia como membro da OTAN.

A Lituânia reclamou a retirada de tropas russas da Moldávia, durante reunião da OTAN, em Bruxelas, em principios do mês de dezembro de 2005. Em agosto de 2005, o então Presidente Valdas Adamkus participou na Criméia de encontro com os Chefes de Estado da Polônia, Geórgia e Ucrânia, quando formaram uma aliança, por iniciativa dos Presidentes da Ucrânia, Victor Yushchenko, e da Geórgia, Mikhail Saakashvili, destinada a promover a integração econômica e a democratização no Leste europeu. Adamkus assinalou na ocasião estar convencido de que "somente uma cooperação estreita entre nossos países poderá ajudar a Ucrânia e a Geórgia e, certamente, outros países, a prosseguirem no rumo das reformas, democracia e bem-estar econômico". Adamkus assinalou ainda que o grupo deve manter encontros em base regular. Em vista da relação tensa, sobretudo no plano da retórica, que esses países mantêm com a Rússia, os observadores especulam que o agrupamento, denominado 'Community of Democratic Choice – CDC", e que deverá reunir todos os países das regiões báltica e do Mar Negro objetiva, de modo subjacente, a contrabalançar a influência russa na Região.

Por fim, Adamkus teve papel protagônico, em 2008, nos acontecimentos nas províncias separatistas da Geórgia, sempre em defesa da Geórgia e contra a Rússia.

OTAN

A Lituânia aderiu à OTAN em março de 2004. A adesão à Aliança insere-se dentro dos objetivos da política de defesa e segurança da Lituânia, tal como estabelecidos pela "Estratégia Nacional de Segurança": a preservação da soberania e da integridade territorial; a manutenção da segurança e da ordem internas; a preservação da democracia, da segurança econômica da população e a preservação do meio ambiente. A colaboração ativa com a coalizão internacional contra o terrorismo também faz parte dos objetivos maiores da atuação externa do país.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Lituânia passou nos últimos vinte anos por profundo processo de modificações em sua economia no bojo da transição à economia de mercado. Em 1990, a composição do PIB tinha a seguinte composição: agricultura, 27,1 %; indústria, 30,9 %; e Serviços, 42,1 %. Em 2007, os percentuais eram respectivamente: agricultura, 4.5 %; indústria, 32,4 %; serviços, 62,7 %. Verifica-se assim perda significativa da importância relativa do setor agrícola e enorme avanço do setor de serviços, que corresponde à crescente urbanização da população e aos investimentos estrangeiros, concentrados em serviços.

O setor industrial da Lituânia sofreu brutal contração após a desestruturação da economia soviética: entre 1992/93, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando e, entre 2000/06, cresceu em média 10% ao ano. Muitas indústrias são orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas-ferramenta, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos.

O setor rural encontra-se ainda em fase de transição e de regularização da propriedade fundiária após a descoletivização. A área utilizada eleva-se a 3,5 milhões de hectares. As principais safras são de grãos (cereais de inverno e de primavera e grãos leguminosos), representando 45% do total da área plantada, e pastagem diversas, com 44,4% do total. Cerca de 30% do território da Lituânia é coberto por florestas, notadamente pinheiros, que representam importante recurso natural.

Depois de experimentar período recessivo de 1990 a 1994, em que se registraram taxas negativas de crescimento, o PIB, calculado a preços constantes de 1995, passou a crescer de modo consistentemente, triplicando entre 1998 e 2007. Em 2002, foi registrado expressivo crescimento de 6,7 por cento, contra 6,5 por cento e 4 por cento, respectivamente em 2001 e 2000. Em 2003, com 9%, o ritmo de crescimento acentuou-se, permanecendo estável e ainda em níveis elevados nos anos subsequentes, com 7,3%, em 2004, e 7,6%, em 2005. Em 2006 e 2007, o crescimento continuou no mesmo ritmo

elevado, tendo alcançado respectivamente 7,4% e 8,8%. Em 2008, houve crescimento de apenas 3,7%, mas já com tendência de declínio acentuado no último trimestre.

As estimativas para 2009 e 2010 são cada vez mais sombrias e apontam crescimento negativo de respectivamente 15% e 4,5%. No primeiro trimestre de 2009, o PIB contraiu-se 13,9% em relação ao mesmo período de 2008. O desemprego, que estava em 4, 8% em 2008, alcançou 11,9% ao final do primeiro trimestre de 2009. A inflação deve baixar de 11% em 2008 para 5,5% em 2009 e 6% em 2010. A alta taxa de inflação é o principal obstáculo à entrada do país na zona do euro.

A economia continua a receber estímulos de uma política fiscal deficitária (1,2% do PIB), dos investimentos estrangeiros e da injeção de fundos estruturais da União Européia, aplicados principalmente em projetos de transporte, conservação de energia, ciência e educação. Os setores da economia com maior crescimento são os de comunicações, finanças, construção e transportes, todos com taxas anuais de expansão superior a 10%. Apesar dos resultados auspiciosos, há preocupação com alguns impactos sociais do crescimento, concentrado na capital Vilnius e na cidade portuária de Klaipeda. Os ganhos da expansão econômica não estão chegando de modo uniforme a todo o país.

Investimentos

O estoque de investimentos estrangeiros na Lituânia tem-se mantido em patamares elevados nos últimos anos. Em 2008, atingiu perto de US$ 12,1 bilhões, contra US$ 12,5 bilhões em 2007, US$ 10,9 bilhões em 2006, US$ 8,2 bilhões em 2005, US$ 6,3 bilhões em 2004, US$ 5,0 bilhões em 2003 e US$ 4,0 bilhões, em 2002. Em 2009, contudo, análises preliminares indicam queda no IED em razão da crise financeira internacional. Os principais países investidores na Lituânia são a Polônia, a Dinamarca e a Suécia. Estônia, a Alemanha e os EUA figuram também entre os principais investidores. Os setores beneficiados pelos investimentos estrangeiros são refino de petróleo, indústria manufatureira, intermediação financeira, comércio e comunicações.

Comércio

O comércio exterior é importante fator de estímulo ao crescimento da economia. Cerca de dois terços das exportações destinaram-se, em 2009, a países da União Européia e outros 22% para os países da Comunidade dos Estados Independentes. Os principais países importadores de produtos lituanos em 2007 foram: Rússia, Letônia, Alemanha, Estônia e Polônia. Nota-se, portanto, que a integração econômico-comercial com a Rússia e estados independentes da ex-União Soviètica ainda é expressiva 18 anos após a independência. Os principais países fornecedores da Lituânia em 2009 foram Rússia, Alemanha, Polônia e Letônia.

A análise do balanço de pagamentos demonstra déficits nas transações comerciais, e saldos positivos na conta de serviços, os quais, no entanto, não têm sido suficientes para produzir superávits em conta corrente. Desde 1993, a balança comercial tem apresentado déficits devido ao aumento das importações de bens de capital e de consumo. Os déficits têm sido cobertos, em cerca de 50%, por investimentos estrangeiros diretos e fundos da União Européia. Nessas condições, o acúmulo de dívidas no curto prazo preocupa de certa forma, uma vez que, diante de uma conjuntura internacional de profunda crise econômica, as reservas podem não ser suficientes para o serviço da dívida. Mesmo diante dessa fragilidade, a Lituânia não requisitou empréstimo ao FMI durante a crise financeira de 2008-9.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS FATOS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

1931 – Brasil e Lituânia estabelecem relações pela primeira vez. O Brasil nunca reconheceu a anexação da Lituânia pela União Soviética, em 1940.

1991 - Brasil reconhece a independência e estabelece relações diplomáticas com a Lituânia; missão exploratória chefiada pela Embaixadora Thereza Quintella.

1993 – Criação da Embaixada do Brasil para a Lituânia, cumulativa com Copenhague.

1996 – Visita do Presidente Algirdas Brazauskas ao Brasil.

2002 – Visita de trabalho do Chanceler Celso Lafer a Vilnius.

2008 – Visita do Presidente Valdas Adamkus ao Brasil

ATOS INTERNACIONAIS BILATERAIS EM VIGOR

- Tratado de Extradição - assinado em 28/09/1937, em vigor desde 19/06/1939;

- Acordo, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos entre Brasil e Lituânia - assinado em 04/11/2002, em vigor desde 25/10/08;

Em ratificação:

- Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica - assinado em 16/07/2008, notificado pelo Brasil em 06/01/10

Aviso nº 126 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca, e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 72, DE 2010
(nº 104/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Os méritos do Senhor Marcel Fortuna Biato que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM No 00074 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G/APES

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCEL FORTUNA BIATO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCEL FORTUNA BIATO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCEL FORTUNA BIATO*
CPF.: 186.157.241-72
ID.: 7557 MRE

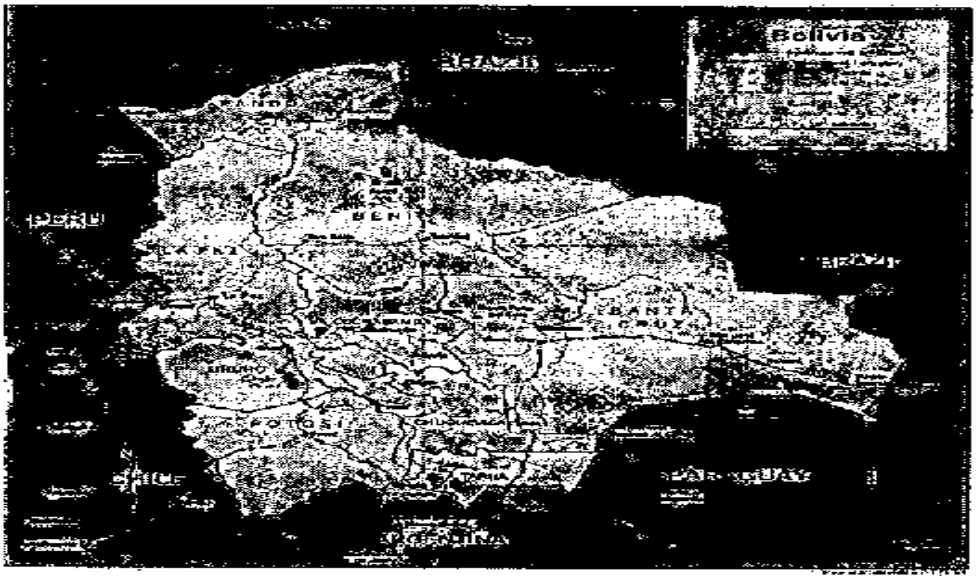
17/11/1958	Filho de Oswaldo Biato e Néa Fortuna Biato, nasce em 17 de novembro, em Buenos Aires, Argentina (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Consituição de 1946)
18/01/1980	CPCD - IRBr
15/12/1981	Terceiro Secretário em 15 de dezembro
17/12/1981	Divisão da América Meridional-I, assistente
29/06/1984	Segundo Secretário em 29 de junho
18/05/1987	Embaixada em Londres, Segundo Secretário
15/05/1988	CAD-IRBr
15/02/1990	Mestrado em Sociologia Política pela London School of Economics, Londres/UK
03/06/1990	Embaixada em Berlim Oriental, Segundo Secretário em missão transitória
15/11/1990	Consulado-Geral em Berlim, Segundo Secretário e Primeiro Secretário
20/12/1991	Primeiro Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro
21/02/1994	Departamento das Américas, assessor
04/05/1995	Divisão da América Meridional II, assessor
14/07/1995	Ordem do Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavalheiro
15/06/1996	O Conflito Peru-Equador, in Parcerias Estratégicas, Brasília
01/07/1996	Ordem da Palma, Suriname, Oficial
21/07/1997	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
24/12/1997	Conselheiro, por merecimento,em 24 de dezembro
16/09/1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
27/04/1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
09/08/1999	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
21/05/2001	CAE - IRBr, O Processo de Paz Equador-Peru e a Solução Pacífica das Controvérsias
15/06/2001	O Brasil e o Tribunal Penal Internacional, in Política Externa, FUNAG, Brasília
17/01/2003	Presidência da República, Assessoria Especial, Conselheiro
19/12/2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 19 de dezembro
05/09/2006	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
14/09/2006	Embaixada em Havana em missão transitória (6 meses)
23/02/2007	Presidência da República, Assessoria Especial, Chefe
29/06/2007	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de junho
01/07/2007	Qué está Brasil haciendo por la gobernabilidad global?, in Nueva Sociedad n. 210, Buenos Aires

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL – I
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL - II

BRASIL – BOLÍVIA

INFORMAÇÕES SOBRE A BOLÍVIA



Índice

Dados básicos 3
Relações bilaterais 4
Temas da agenda bilateral 5
Projeto "Hacia el Norte" 5
San Ignacio de Moxos – Villa Tunari 5
Corredor Rodoviário Inter-oceânico 6
Tratores e Equipamentos Agrícolas 6
Comércio bilateral 7
Preferências tarifárias para têxteis 7
Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) 8
Petrobras: Processo de Nacionalização de Hidrocarbonetos 8
Novos Contratos de Exploração 8
Preço do Gás 9
Volume de Gás 9
Novos Investimentos 10
Pólo Gás-Químico 10
Defesa 11
Defesa Civil 11
Combate ao Narcotráfico 11
Regularização Migratória 12
Brasileiros na Faixa de Fronteira 12
Acordo Relativo à Gratuidade de Vistos para Estudantes 13
Comitês de Fronteira 13
Cooperação Técnica Bilateral 14
TV Digital 14
Cooperação Industrial 14
Lítio e exploração do Salar de Uyuni 15
Economia e comércio 15
Economia 15
Comércio 17
Política interna 17
Política externa 19
Estados Unidos 20
Venezuela 20
Chile 21
Peru 21
Argentina 22
Paraguai 22
Uruguai 23
Colômbia 23
Anexos 24
Cronologia das relações bilaterais 24
Cronologia histórica 25
Dados Econômico-Comerciais 27

Dados básicos

NOME OFICIAL:	Estado Plurinacional da Bolívia
CAPITAL:	La Paz (sede do governo) e Sucre (constitucional)
ÁREA:	1.098.581 km²
POPULAÇÃO (2009):	10,2 milhões de habitantes (estimativa)
IDIOMAS:	Espanhol, quéchua e aimará
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica, protestante, panteísta
SISTEMA POLÍTICO:	República unitária e presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Evo Juan Morales Ayma
CHANCELER:	David Choquehuanca
PIB (2009 - estimado)	US$ 17,8 bilhões
PIB PPP	US$ 44,05 bilhões
PIB "per capita"	US$ 1.768
PIB "per capita" **PPP**	US$ 4.541
UNIDADE MONETÁRIA:	Boliviano: Bs$7,07 / US$1 (27/1/10)
ENCARREGADA DE NEGÓCIOS DA BOLÍVIA NO BRASIL:	Conselheira Maria Cristina Linale Urioste de Aparicio
EMBAIXADOR DO BRASIL NA BOLÍVIA:	Frederico Cezar de Araújo

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → BOLÍVIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (Jan-Dez)
Intercâmbio	**1.253**	**1.575**	**2.150**	**2.452**	**3.994**	**2.569**
Exportações	540	585	702	851	1.136	919
Importações	713	990	1.448	1.601	2.858	1.650
Saldo	-173	-405	-746	-750	-1.722	-731

Relações bilaterais

O Governo brasileiro tem procurado ampliar parceria estratégica com a Bolívia, país com o qual o Brasil tem a maior fronteira, 3.423 km. O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia. A Bolívia é o único país da América do Sul que mantém um saldo comercial com o Brasil. O superávit boliviano se deve às vendas de gás, que representaram, em 2009, 96,5% das exportações ao Brasil.

Na área energética, o relacionamento bilateral viu-se temporariamente afetado pela decisão boliviana de implementar a nova Lei Geral de Hidrocarbonetos em maio de 2006. Essa lei majorou a carga tributária sobre a produção dos campos de gás operados pela Petrobras e outras empresas e nacionalizou duas refinarias de propriedade da empresa estatal brasileira. A nacionalização das refinarias não afetou as vendas de gás ao mercado brasileiro.

Nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2007, o Presidente Morales fez visita de Estado ao Brasil. Os Presidentes Lula e Morales lançaram uma "parceria estratégica". Firmaram-se acordos de cooperação e acordo para a construção, com recursos brasileiros, de ponte sobre o rio Mamoré, entre as cidades fronteiriças de Guajará-Mirim e Guayaramerín.

Em 17 de dezembro de 2007, o Presidente Lula fez visita de Estado a La Paz, oportunidade em que foram assinados diversos acordos de cooperação.

De 12 a 14 de fevereiro de 2008, o Vice-Presidente Alvaro García Linera visitou o Brasil. Nessa ocasião, foram examinados temas relacionados com o financiamento brasileiro ao projeto "Hacia el Norte" e o encontro trilateral (Brasil-Bolívia-Argentina) sobre fornecimento prioritário de gás boliviano.

Em 18 de julho de 2008, o Presidente Lula realizou visita a Riberalta, na Amazônia boliviana, ocasião em que foi firmado protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque, de 510 km, parte integrante do Projeto viário "Hacia el Norte".

Em setembro de 2008, o Presidente Morales participou de Encontro Quadripartite em Manaus, promovido pelo Presidente Lula e acompanhado dos Chefes de Estado de Venezuela e Equador. Na ocasião, foi discutida a implementação de um eixo de desenvolvimento entre La Paz e a capital do estado do Amazonas.

Em 15 de janeiro de 2009, os Presidentes mantiveram novo encontro bilateral, desta vez na fronteira entre os dois países em Puerto Suárez/Ladário. No encontro, trataram de questões relativas à integração regional, especialmente no que se refere à infra-estrutura.

O último encontro presidencial ocorreu em 22 de agosto de 2009, na cidade de Villa Tunari, Departamento de Cochabamba. Na ocasião, foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San Ignacio de Moxos – Villa Tunari, de 306 km.

Além de comparecer a eventos regionais e multilaterais na Bolívia, o Ministro Celso Amorim realizou, desde 2003, sete visitas a La Paz. Em abril de 2006, o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, chefiou missão de alto nível do Governo brasileiro a La Paz, com o objetivo de reforçar a cooperação bilateral.

O Chanceler boliviano, por seu turno, realizou duas visitas a Brasília, em dezembro de 2006 e em março de 2009.

O Governo brasileiro foi representado pelo Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, nas cerimônias de posse para o segundo mandato do Presidente Evo Morales, nos dias 21 e 22 de janeiro de 2010.

Temas da agenda bilateral

Projeto "Hacia el Norte"

O projeto prevê a construção de diversos trechos rodoviários de ligação entre La Paz e os Departamentos de Pando e Beni, no norte da Bolívia. Prevê também interconexão com a Rodovia Interoceânica no Peru e com a malha rodoviária brasileira, a partir de Guajará-Mirim, em Rondônia. O projeto atenderá a mais de um terço da área geográfica da Bolívia.

Foi apontado pelo Governo boliviano como projeto prioritário para participação brasileira o trecho de Rurenabaque-Riberalta – corresponde à Rota F8 da Rede Fundamental, com 510 km de extensão, com custo de US$ 230 milhões. A estrada conta com desenho final e projeto executivo, realizados com financiamento dinamarquês. Foi dividida em quatro trechos: Rurrenabaque – Santa Rosa (96 km), Santa Rosa – Austrália (169 km), Austrália – El Chorro (168 km) e El Chorro – Riberalta (75 km). O Governo boliviano solicitou financiamento brasileiro para os quatro trechos da estrada, incluindo um trecho com financiamento concessional.

Os três primeiros, no valor de US$ 199 milhões, serão financiados, pelo BNDES, com prazo de vinte anos para repagamento e com quatro anos de carência. O quarto trecho, que contará com financiamento concessional, pelo PROEX, foi orçado em US$ 31 milhões, com vinte anos para repagamento e com cinco anos de carência. A operação terá garantia do Convênio de Créditos Recíprocos da ALADI (CCR). O financiamento brasileiro para a estrada Rurrenabaque-Riberalta foi aprovado pela CAMEX em 3 de julho de 2008 e formalizado em 18 de julho, por ocasião de visita presidencial a Riberalta.

Em julho de 2009, a Bolívia solicitou a prorrogação dos termos de financiamento brasileiro para os dois conjuntos de trechos. Em sua LXVI Reunião, realizada no dia 26 de agosto, o Conselho de Ministros da CAMEX decidiu pela extensão do prazo de utilização de financiamentos brasileiros aos dois conjuntos de trechos até 28 de junho de 2010.

O projeto "Hacia El Norte" contempla, ainda, um segundo trecho, de 337 km, entre El Chorro e Porvenir, com custo de US$ 230 milhões. A aprovação do financiamento brasileiro para o trecho está pendente da apresentação, pela Bolívia, dos estudos preliminares da obra.

San Ignacio de Moxos – Villa Tunari

Em setembro de 2008, em Manaus, os Presidentes decidiram iniciar a discussão de novos projetos rodoviários de interesse para a Bolívia. Foi apresentada como prioritária a construção da Rodovia San Ignacio de Moxos–Villa Tunari (306 km). A obra foi adjudicada à OAS.

As autoridades bolivianas aceitaram a aplicação das condições de mercado do BNDES. Em março de 2009, o COFIG aprovou a cobertura do Seguro de Crédito à Exportação, dentro do CCR, para o financiamento no valor de US$ 332 milhões, equivalentes a 100% das exportações da OAS, para a construção da rodovia.

Protocolo de Financiamento foi assinado em 22 de agosto, por ocasião de encontro dos Presidentes Lula e Morales, em Villa Tunari. A OAS poderá iniciar a execução dos estudos ambientais, serviços de topografia, sondagens de pontes e construção de acampamentos tão logo sejam finalizados os trâmites internos bolivianos necessários para o início do financiamento.

Corredor Rodoviário Inter-oceânico

Os Presidentes Lula, Bachelet e Morales firmaram, em 16 dezembro de 2007, Declaração Presidencial Tripartite (Bolívia-Brasil-Chile), em La Paz, em que decidiram concretizar conexão interoceânica entre os três países por meio de uma rota totalmente pavimentada, que permitirá trafegar entre os portos de Arica e Iquique, no Chile, e o porto de Santos, no Brasil.

Foram realizados dois encontros trilaterais sobre o corredor interoceânico (Campo Grande, em 4.7.2008; e Cochabamba, em 4.7.2009), para divulgar o corredor e discutir seu funcionamento. Participaram representantes das chancelarias e das áreas de transporte, aduana, imigração, controle sanitário e turismo, bem como autoridades locais e associações e empresas operadoras de transporte de carga e de passageiros. No próximo encontro trilateral, a realizar-se no primeiro trimestre de 2010, serão discutidos aspectos técnicos de transporte de carga.

No território brasileiro, todos os trechos do corredor estão concluídos e são operáveis. No Chile, há ainda três trechos em fase de conclusão, no total de 33 km, sendo dois previstos para março de 2010 e um para setembro de 2010.

No território boliviano, ainda estão pendentes:

- na ligação com o Brasil, dois trechos entre Santa Cruz de la Sierra e Puerto Suarez, totalizando 207 km, que deverão estar finalizados em março de 2011 (125 km Paraíso – El Tinto e 82 km El Tinto – San Jose); e
- na ligação com o Chile, o trecho de Toledo a Ancaravi (56 km), que ainda não foi contratado e somente estará pronto no final de 2011.

Tratores e Equipamentos Agrícolas

O Presidente Morales solicitou, no início de 2006, financiamento para aquisição de 300 tratores e outros equipamentos agrícolas para o programa "Municípios Produtivos".

Em 23 de outubro de 2007, o Conselho de Ministros da CAMEX aprovou financiamento via PROEX, no valor de US$ 35 milhões, com juros de 2% ao ano, vinte anos de prazo para o pagamento e cinco anos de carência. O Convênio de Financiamento Brasil-Bolívia foi assinado em novembro de 2007 e entrou em vigor em 4 de março de 2009, com validade de 12 meses.

O acordo foi aprovado pelo Congresso boliviano, e a ANFAVEA encaminhou lista de preços dos tratores e implementos agrícolas a serem fornecidos por exportadores brasileiros, no âmbito do Convênio de Crédito, no valor de US$ 35 milhões.

Até o momento, foram realizadas três licitações para a utilização do financiamento. O resultado do primeiro edital, divulgado em junho de 2009, contempla 200 tratores e 20 colheitadeiras auto-propulsadas, no valor de US$ 13,6 milhões. O do segundo, divulgado em julho de 2009, contempla 400 tratores e 200 motocultivadores (tratores de um eixo), no valor de US$ 14,3 milhões. O do terceiro, divulgado em dezembro de 2009, contempla 20 colheitadeiras e 20 semeadeiras, no valor de US$ 2,8 milhões. A Bolívia pretende realizar uma quarta licitação para o uso do saldo do crédito, no valor de US$ 4,3 milhões.

Comércio bilateral

Em 2008, o intercâmbio comercial Brasil – Bolívia, segundo dados do MDIC, atingiu US$ 3.993 milhões, dos quais US$ 1.135 milhão correspondeu a exportações brasileiras e US$ 2.858 milhões corresponderam a importações provenientes da Bolívia.

Em 2009, as exportações do Brasil para a Bolívia somaram US$ 919,23 milhões (-19% em relação a 2008) e nossas importações, US$ 1.649,7 milhões (-42,3% em relação a 2008), de acordo com o MDIC.

Houve progressivo aumento do superávit da balança comercial boliviana com o Brasil entre 2002 e 2008. Em 2002, registrou-se superávit brasileiro de US$ 24,7 milhões. Em 2008, a Bolívia obteve superávit de US$ 1,7 bilhão.

No comércio bilateral, combustíveis, óleos e ceras minerais respondem, em média, por 96% da pauta exportadora boliviana para o Brasil. Em função da queda dos preços internacionais e da demanda brasileira por esses produtos em 2009, o superávit boliviano no comércio bilateral diminuiu para US$ 731 milhões no ano passado.

Preferências tarifárias para têxteis

Com a suspensão das preferências do *Andean Trade Promotion and Drug Act* (ATPDEA) dos EUA, o Governo boliviano solicitou a abertura do mercado dos países vizinhos para produtos que faziam antes parte do conjunto de exportações para os EUA. Por ocasião da reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Sauípe, em 16 de dezembro de 2008, os quatro países membros do bloco e a Venezuela firmaram Declaração pela qual reconheceram a necessidade de assumir medidas emergenciais concretas e se comprometeram a absorver até US$ 30 milhões em exportações bolivianas no ano de 2009.

Brasil e Bolívia firmaram, em 2 de junho de 2009, na ALADI, o 15.º Protocolo Adicional ao "Acordo Regional de Abertura de Mercados em Favor da Bolívia" (Acordo Regional N.º 1), por meio do qual o Brasil concede preferências tarifárias para o equivalente a US$ 21 milhões em exportações bolivianas, por um ano, de 48 produtos têxteis selecionados, dando cumprimento à declaração feita por ocasião da Cúpula do MERCOSUL de dezembro de 2008. O Protocolo foi internalizado ao ordenamento jurídico brasileiro em 20 de agosto de 2009, por meio do Decreto n º 6.943.

Em agosto último, a agência boliviana de promoção de exportações (*Promueve Bolivia*) e a Embaixada da Bolívia organizaram uma rodada de negócios específica para

o setor têxtil, em São Paulo, como forma de estimular o uso das preferências tarifárias concedidas no plano bilateral. O Governo brasileiro está planejando, para o primeiro semestre de 2010, a realização de uma nova rodada de negócios com o mesmo fim.

Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)

Foi assinado, em 18 de novembro de 2003, em Brasília, Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Brasil e a Bolívia, com o objetivo de aumentar as exportações bolivianas para o Brasil e os investimentos brasileiros na Bolívia. Para concretizar as metas do Programa, foi instituído o Grupo Executivo de Trabalho (GET), que é dirigido pelas Chancelarias. O GET se reuniu pela primeira vez em Santa Cruz de la Sierra, de 8 a 9 de março de 2004. Em 27 de agosto de 2008, foi realizada, em La Paz, a 2ª reunião do GET. Entre outras demandas, a Bolívia solicitou ao Brasil a elaboração de três estudos de mercado sobre a oferta exportável da Bolívia. Em janeiro de 2009, foram entregues à Bolívia estudos do mercado brasileiro para "cebolas", "batatas" e "calças, bermudas e shorts de algodão" produzidas na Bolívia.

Realizou-se em São Paulo, em 24 de março de 2009, nas instalações da FIESP, a I Rodada de Negócios Brasil-Bolívia. O transporte de empresários de El Alto e Santa Cruz foi feito com apoio da FAB. Participaram 44 empresas brasileiras e 43 bolivianas que, ao longo do dia, realizaram 205 reuniões. A Rodada resultou em 19 propostas de negócios com volume total de US$ 2,7milhões, assim distribuídos:

- Alimentos (quínua, amaranto e palmitos): US$ 148.600;
- Vestuário (principalmente calças "jeans"): US$ 2.528.000;
- Cerâmicas: US$ 60.000.

Petrobras: Processo de Nacionalização de Hidrocarbonetos

O Governo da Bolívia publicou, em 1° de maio de 2006, o Decreto Supremo nº 28.701, com o propósito de implementar a nova Lei de Hidrocarbonetos, aprovada pelo Congresso em maio de 2005. O Decreto majorou a carga tributária por seis meses de 50% para 82% sobre o valor anual da produção dos maiores campos gasíferos, o que atingiu os campos operados pela Petrobras em San Alberto e San Antonio. Também expropriou o controle das duas refinarias da Petrobras (Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz de la Sierra, e Gualberto Villarroel, em Cochabamba).

Em maio de 2006, a Petrobras controlava 47,3% das reservas de gás do país, era responsável pelo pagamento de 25% dos impostos e por cerca de mais de 30% das exportações bolivianas. No dia 10 daquele mesmo mês, reunião do então Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do Presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, com as autoridades bolivianas, em La Paz, marcou o início de negociações bilaterais à luz do processo de nacionalização do setor de hidrocarbonetos.

Novos Contratos de Exploração

A Petrobras firmou com a YPFB, em 19 de outubro de 2006, sete novos Contratos de Exploração para os campos de gás operados pela empresa brasileira. Os contratos, válidos por 30 anos, estabeleceram carga tributária variável de 70% a 80%,

que é inferior ao valor estipulado pelo Decreto de Nacionalização de 1º de maio de 2006.

A Petrobras garantiu condições mínimas de fluxo de caixa e rentabilidade econômica de cerca de 15% na exploração de gás na Bolívia. A empresa brasileira manteve o direito de continuar contabilizando como ativo as reservas de gás exploradas na Bolívia e continuou a explorar os campos de San Alberto, San Antonio, Colpa, Caranda, Rio Hondo, Monteagudo, Ingre e Irenda. Essas áreas correspondem a mais de 75% de extração do gás natural na Bolívia e quase a totalidade de sua exportação para o Brasil. O direito exploratório dos campos varia de 22 a 36 anos, sendo que os de San Alberto e de San Antonio são de 30 anos, contados a partir de novembro de 2006.

As atividades de exploração, prospecção e extração do gás têm caráter de contrato de risco, não de prestação de serviço. A Petrobras entrega o gás para a YPFB no ponto de fiscalização. A YPFB se responsabiliza pela distribuição, transporte e venda do gás para os mercados interno e externo.

Preço do Gás

O contrato de compra e venda (*Gas Supply Agreement,* GSA), de 1996, não foi modificado. O preço do gás continua sendo determinado em função do preço ponderado de uma cesta de óleos combustíveis, com reajustes trimestrais.

Os Governos brasileiro e boliviano acordaram, em fevereiro de 2007, manter inalterados os volumes e a fórmula do preço de venda do gás boliviano para o Brasil. Dentro do marco do GSA, o preço do milhão de BTUs passou de US$ 3,7, no princípio de 2007, para US$ 5,6 no primeiro trimestre de 2010. A partir de 1º de setembro de 2007, o Brasil passou a receber 31 milhões de m^3/dia através do Gasbol – até então, recebia 28 milhões de m^3/dia.

Em 14 de fevereiro de 2007, acordou-se, durante a visita do Presidente Morales a Brasília, que a Petrobras passaria a remunerar a YPFB pelas frações de hidrocarbonetos líquidos do gás natural vendidas ao Brasil com poder calorífero acima de 8900 kcal/m^3. O preço adicional que a Petrobras pagaria por esses componentes seria acordado mediante fórmula a ser mutuamente negociada com base em cotações internacionais.

Em visita do Presidente Lula a La Paz, em 17 de dezembro de 2007, acordou-se que a Petrobras pagará à YPFB entre US$ 100 milhões e US$ 180 milhões ao ano pelos líquidos nobres. Para o período de maio a dezembro de 2007, a Petrobras concordou em pagar US$ 100 milhões pelos líquidos nobres. Esse compromisso foi formalizado em 18 de dezembro de 2009, com a assinatura do Aditivo 4 ao GSA pelos presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e da YPFB, Carlos Villegas.

Volume de Gás

O volume de gás importado pela Petrobras durante 2009 sofreu oscilações que causaram transtornos ao setor energético boliviano. De um total de 31 milhões de m^3/dia recebidos desde setembro de 2007, a Petrobras reduziu o volume importado para 19 milhões de m^3/dia, em janeiro de 2009. A redução ocorreu em virtude de orientação do Operador Nacional do Sistema (ONS) para o desligamento das centrais termelétricas no país, à luz dos altos indices pluviométricos verificados.

Com a redução abrupta da demanda brasileira, a produção boliviana de gás natural também foi reduzida, diminuindo a capacidade de extração e refino dos líquidos associados. Como conseqüência, ficou prejudicado o abastecimento de gasolina e óleo diesel ao mercado interno.

De acordo com cláusula *take-or-pay* do GSA, a Petrobras deve importar um volume médio mensal mínimo e um volume médio anual mínimo de gás. Na impossibilidade do consumo dos volumes médios mínimos estabelecidos, a Petrobras deve pagar como se os tivesse importado. No mês, o volume médio mínimo contratual é de 19 milhões de m^3/dia; no ano, é de 24 milhões de m^3/dia.

O consumo, que chegou a aumentar em alguns momentos do ano de 2009 – como na primeira semana de maio, em que a Petrobras importou, em média, 29 milhões de milhões de m^3/dia – voltou a cair. Na passagem de 2009 para 2010, o Brasil recebia 16 milhões de m^3 diários.

O aumento do consumo do gás natural boliviano depende do ONS.

Novos Investimentos

A Bolivia precisa de novos investimentos na área de exploração de gás. A produção atual de 39 milhões de m^3/dia não é suficiente para atender a demanda de abastecimento do mercado interno, de 6 milhões de m^3/dia; das exportações para o Brasil (Gasbol), de 19-24 milhões de m^3/dia; e para a Argentina, previstas para até 27,7 milhões de m^3/dia.

Na visita presidencial de 17 de dezembro de 2007, a Petrobras se comprometeu a realizar novos investimentos da ordem de US$ 750 milhões a US$ 1 bilhão até 2012, juntamente com seus sócios na Bolívia.

A Petrobras está investindo na perfuração de novos poços no bloco San Alberto. Trabalhos para perfuração de um novo poço foram iniciados em novembro último. A perfuração de outro poço, que deve entrar em produção até junho de 2010, foi concluída. No bloco San Antonio, a Petrobras espera iniciar a perfuração de um poço em fevereiro e de um outro em maio.

Os investimentos da Petrobras na Bolívia foram da ordem de US$ 70 milhões em 2008 e de US$ 90 milhões em 2009. Para 2010, a Petrobras projeta investir pouco mais de US$ 90 milhões.

Pólo Gás-Químico

Em 17 de dezembro de 2007, Braskem e YPFB firmaram Memorando de Entendimento para examinar a possibilidade de construir projeto gás-químico, no Departamento de Tarija. O projeto previa, originalmente, sua entrada em operação a partir de 2011.

Em 16 de janeiro de 2009, os Presidentes Lula e Evo Morales e o executivo Marcelo Odebrecht conversaram, em Puerto Suárez, sobre a retomada de estudos para implantação de um pólo gás-químico na região daquela cidade boliviana, no Departamento de Santa Cruz.

Motivado pelo projeto de criação de uma indústria petroquímica na Bolívia, o Vice-Ministro de Hidrocarbonetos, Willian Donaire, realizou visita ao Brasil entre os dias 11 e 17 de julho de 2009. Cumpriu ampla agenda nas cidades de Rio de Janeiro,

onde visitou as instalações da Quattor (ex-Rio Polímeros; atualmente em processo de aquisição pela Braskem), foi recebido por representantes da Petrobras, manteve encontro com representantes da ANP, e entrevistou-se com autoridades do BNDES. Ademais, deslocou-se a Porto Alegre, onde visitou planta petroquímica da empresa Braskem e foi a São Paulo, onde foi recebido, na sede da Braskem, por representantes daquela empresa e da Odebrecht.

Os entendimentos com vistas à viabilização dos projetos para o pólo gás-químico ainda estão em curso. Petrobras e Braskem são as duas principais empresas brasileiras envolvidas. Há a possibilidade de que, aprovados os projetos, parte do financiamento seja concedida pelo BNDES.

Defesa

O Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado pelo Brasil e Bolívia em fevereiro de 2007, tramita na Câmara dos Deputados brasileira.

Em encontro bilateral, realizado em dezembro de 2008, à margem da Cúpula do Sauípe, o Presidente Lula instruiu o Ministro da Defesa a analisar a possibilidade de cessão de 4 helicópteros, para ações de combate ao narcotráfico pelas Forças Armadas bolivianas. Em outubro de 2009, Poder Executivo apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei autorizando a doação de 4 helicópteros (modelo UH-1H) da FAB à Bolívia. O projeto de lei tramita naquela casa.

Defesa Civil

Na visita do Presidente Lula a La Paz em 17 de dezembro de 2007, acordou-se programa específico de cooperação na área de defesa civil. Em agosto de 2009, o Brasil apresentou proposta de Memorando de Entendimento nessa área, segundo o qual se desenvolveria trabalho conjunto para prevenir e reduzir desastres naturais e provocados pela ação humana, bem como se fortaleceria a coordenação bilateral da resposta a situações de possível risco humanitário na região. O Memorando foi assinado por ocasião do último encontro presidencial, em Villa Tunari, em 22 de agosto de 2009.

Combate ao Narcotráfico

A cooperação entre Brasil e Bolívia para o combate ao narcotráfico intensificou-se desde a decisão do Presidente Evo Morales de suspender, em 1° de novembro de 2008, por prazo indefinido, as atividades da *Drug Enforcement Administration* (DEA) na Bolívia.

Em novembro de 2008, o Ministro da Justiça do Brasil, Tarso Genro, e o então Ministro de Governo da Bolívia, Alfredo Rada, reuniram-se em Porto Alegre, ocasião em que assinaram nota conjunta que lançou as bases para a futura cooperação entre os dois países no combate ao narcotráfico.

Em fevereiro de 2009 foi realizado encontro entre representantes da Polícia Federal (PF) e da Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN), em Campo Grande, para tratar da cooperação entre as forças. Na oportunidade, as instituições firmaram o "Termo de Estratégia de Cooperação Policial" para o ano de 2009, documento que contempla plano de operacional de curto prazo, por meio do qual as forças policiais brasileira e boliviana planejam executar ações de combate ao crime

organizado, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas. No mês seguinte, foi realizada a VI COMISTA sobre drogas e temas conexos, para revisar as ações dos dois países e identificar meios de avançar na cooperação.

Regularização Migratória

Cerca de 5 mil brasileiros vivem em situação migratória irregular na Bolívia, dos quais aproximadamente 3 mil nos Departamentos de Beni e Pando. De acordo com autoridades bolivianas, vivem no Brasil cerca de 120 mil bolivianos, que trabalham principalmente em confecções têxteis na cidade de São Paulo.

Durante a vigência do Acordo de Regularização Migratória (setembro de 2005 a setembro de 2009), mais de 50 mil bolivianos foram regularizados no Brasil, enquanto a morosa burocracia boliviana só foi capaz de regularizar 163 processos.

Com o término da vigência do Acordo bilateral, em 16 de setembro último, e a entrada em vigor, em outubro, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile – que é mais flexível e proporciona maiores vantagens do que o acordo bilateral –, realizou-se, no dia 30 de outubro, reunião entre autoridades dos dois países. Na reunião, acordaram-se as exigências recíprocas de documentação de cada país para o cumprimento do acordo. Iniciaram-se, igualmente, conversações com vistas a equacionar a situação dos cidadãos de cada país que haviam dado entrada em seus pedidos de residência/permanência ao abrigo do Acordo bilateral.

Brasileiros na Faixa de Fronteira

Além de famílias de médios e grandes proprietários rurais brasileiros no Departamento de Santa Cruz, que respondem por mais de 60% da produção de soja da Bolívia, há também famílias, na região fronteiriça nos Departamentos de Pando e Beni (fronteira com Acre e Rondônia), que se dedicam a atividades extrativistas e à pequena agricultura.

Muitos desses brasileiros residentes no Pando e no Beni ocupam terras na faixa de fronteira de 50 km, cuja propriedade ou posse por estrangeiros é inconstitucional.

Após negociações entre os Governos dos dois países, em 14 de outubro de 2008, foi assinado Instrumento Executivo pelo qual o Escritório Regional para o Cone Sul da Organização Internacional de Migrações (OIM) desenvolveria e coordenaria a execução dos projetos de reassentamento, bem como administraria recursos na ordem de R$ 20 milhões, disponibilizados pelo Governo brasileiro.

Em paralelo, o Governo boliviano avançou seu plano de assentar cerca de 4 mil famílias potosinas na faixa de fronteira e em terras devolutas no Pando. Em 2009, aproximadamente duas mil famílias potosinas foram transladadas.

Em meados de 2009, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou que as famílias brasileiras residentes na faixa de fronteira boliviana teriam a opção de serem reassentadas em território brasileiro.

A propósito do reassentamento das famílias brasileiras, o Presidente Evo Morales afirmou, no último encontro presidencial (Villa Tunari, 22 de agosto de 2009), que a Bolívia daria todas as garantias e o tempo suficiente.

O Itamaraty abriu Consulado Sazonal na região de Puerto Evo Morales/Plácido de Castro, em 1º de outubro, como forma de garantir maior presença do MRE em região que concentra grande número de famílias brasileiras residentes na faixa de fronteira.

Uma das tarefas desempenhadas pelo Consulado Sazonal foi a realização de consulta a 560 famílias de nacionais brasileiros sobre a preferência no reassentamento em território boliviano, fora da faixa de fronteira, ou no brasileiro. Das famílias consultadas, apenas 5 manifestaram o desejo de serem reassentadas na Bolívia.

Com base nos cronogramas do MDA/INCRA e OIM, serão renegociados prazos com o Governo da Bolívia, bem como eventual remanejamento dos recursos disponibilizados pelo Governo brasileiro.

Para o Governo brasileiro, é importante que o deslocamento das famílias seja feita de forma ordenada e humanitária, seja como inicialmente previsto, para novas propriedades no interior da Bolívia, seja para terras brasileiras.

Acordo Relativo à Gratuidade de Vistos para Estudantes

Autoridades bolivianas na área migratória não vinham observando o Acordo Bilateral Relativo à Gratuidade de Vistos em Passaportes de Estudantes, assinado em 29 de junho de 1939, com cobranças que oneravam os estudantes em cerca de US$ 500 para cada renovação.

Após série de gestões do Itamaraty, as autoridades bolivianas reconheceram, no final de outubro, que a cobrança é indevida e que deveria ser combatida.

De acordo com informação do Consulado-Geral do Brasil em Santa Cruz, o Escritório Regional da *Dirección Nacional de Migraciones* (DINAMIG) na cidade foi orientado a agir em conformidade com as disposições do Acordo.

Comitês de Fronteira

Os Comitês de Fronteira Boliviano-Brasileiros foram criados em março de 1997, por meio de Acordo por Troca de Notas, em La Paz. Inicialmente planejados para operar nas localidades fronteiriças de Cobija-Brasiléia-Epitaciolândia, Guayaramerín-Guajará-Mirim e Puerto Suárez-Corumbá, sem prejuízo de outras localidades em que se julgue conveniente também fazê-los funcionar, os Comitês de Fronteira devem, conforme o Acordo, "atuar como instâncias prévias, seja do Grupo de Cooperação Consular bilateral, seja da Subcomissão de Cooperação Fronteiriça da Comissão Mista Permanente de Coordenação Brasil-Bolívia, de forma a buscar resolver, no âmbito local, quando legalmente habilitados para tanto, questões do interesse das suas respectivas comunidades fronteiriças".

Até o momento, reuniram-se os seguintes Comitês de Fronteira: Brasiléia-Epitaciolância-Cobija (3 vezes), Cáceres-San Matias (1 vez), Guajará-Mirim-Guayramerin (3 vezes) e Corumbá- Puerto Suárez- (1 vez). A última reunião de Comitê de Fronteira foi realizada em 2005.

Por ocasião da última visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca, em 12 de março de 2009, os Chanceleres do Brasil e da Bolívia acordaram convocar Reunião bilateral sobre Desenvolvimento Fronteiriço, com o objetivo de elaborar Plano de Ação que oriente os trabalhos dos Comitês de Fronteira.

A convocação da reunião depende da conclusão dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI) sobre Integração Fronteiriça, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional, que deverá finalizar a elaboração de Plano para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira em março de 2010.

Cooperação Técnica Bilateral

Atualmente estão em execução os seguintes projetos de cooperação de técnica, cujo orçamento total é de aproximadamente US$ 1,82 milhão:

- Plano de Ação para o Fortalecimento Técnico e Institucional do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia;
- Apoio ao Programa Multissetorial Desnutrição Zero;
- Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos e Intercâmbio Técnico em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para Agricultura Familiar/Campesina e Reforma Agrária;
- Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar na Bolívia;
- Fortalecimento da Gestão Pública Florestal;
- Fortalecimento da Oferta da Educação Indígena na Bolívia e no Brasil;
- Fortalecimento do Sistema de Sementes do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF);
- Apoio à Implementação de Banco de Leite Materno;
- Fortalecimento da Atenção Integral e Vigilância Epidemiológica em DST/HIV/AIDS na Bolívia; e
- Fortalecimento da Capacidade Institucional do Ministério da Saúde e Esportes da Bolívia em Sistemas de Vigilância em Saúde Ambiental.

Estão sendo negociados outros 11 projetos de cooperação, dentre os quais o "Centro de Formação Profissional Brasil – Bolívia", a ser executado pelo SENAI e com orçamento previsto de US$ 3,78 milhões.

TV Digital

O Brasil espera que a Bolívia venha a escolher o ISDB-T com inovações brasileiras, assim como fizeram a Argentina, o Chile, o Peru e a Venezuela, levando em conta suas vantagens técnicas em relação aos demais sistemas (o norte-americano ATSC, o europeu DVB e o chinês DTMB), como a mobilidade gratuita e a interatividade (que permite a execução de projetos de inclusão digital, como telemedicina e tele-educação).

Cooperação Industrial

Em março de 2009, foi realizada missão da ABDI a La Paz, oportunidade em que o Governo boliviano apresentou suas expectativas de cooperação, que se concentram nas áreas de pecuária, processamento de carnes, têxtil, sucroalcooleiro, madeireiro e de produção de vidros planos. O Presidente da ABDI afirmou que tão logo os projetos bolivianos estejam preparados, poderá ser organizada visita ao Brasil, para avançar na cooperação. A missão boliviana poderia visitar a EMBRAPA e empresas brasileiras do setor.

Lítio e exploração do Salar de Uyuni

Depois do gás natural, o lítio apresenta o potencial de conferir à economia boliviana novo eixo de integração, com capacidade para imprimir forte impulso ao desenvolvimento do país. Detentora de entre 63 e 87% das reservas conhecidas de lítio do planeta, concentradas no Salar de Uyuni, a Bolívia poderá se inserir na economia mundial por meio de conexão com os setores e indústrias que dependem do lítio em seus processos produtivos para a produção de baterias de alto rendimento. Ao contrário dos ciclos exportadores primários, como no caso do estanho e do próprio gás natural, a Bolívia pretende usar o lítio de modo estratégico, beneficiando-o, agregando-lhe valor e atraindo investimentos para seu território.

Pelas regras divulgadas pelo Governo boliviano para exploração dos recursos evaporíticos do Salar de Uyuni, as patentes relativas à exploração e industrialização do lítio serão de propriedade do Estado, mesmo aquelas que sejam descobertas fora do país, por parceiros do projeto. A regra vale também para outros recursos do Salar, como o boro e o potássio.

Em agosto de 2009, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério de Metalurgia da Bolívia assinaram "Memorando de Entendimento em Matéria de Pesquisa e Desenvolvimento de Processos para a Industrialização dos Recursos Evaporíticos do Salar de Uyuni", que prevê treinamento e capacitação de técnicos bolivianos para o aproveitamento tecnológico e industrial dos elementos presentes nas jazidas bolivianas do Salar.

O Brasil enviou delegação a Foro Científico sobre o lítio e outros recursos, promovido pelo Governo da Bolívia no período de 29 de outubro a 1° de novembro de 2009. Na ocasião, foi apresentado o plano do governo boliviano para a exploração dos recursos evaporíticos, com duas fases de implementação. A primeira, já em andamento, consistiria na produção de carbonato de Lítio por uma fábrica-piloto localizada no Salar, empreendimento inteiramente estatal. A segunda etapa, prevista para começar este ano, seria a efetiva industrialização do lítio, contando com a participação de empresas privadas estrangeiras até 2013, quando então o Estado boliviano assumiria todo o ciclo produtivo.

O Governo brasileiro estuda formas de viabilizar a cooperação bilateral com vistas à exploração e industrialização dos recursos do Salar de Uyuni.

Economia e comércio

Economia

A Bolívia detém a mais baixa renda "per capita" real da América do Sul. A estrutura econômica boliviana é modesta, pouco diversificada e com vocação monoprodutora (prata e estanho, no passado; gás natural, hoje). Apesar de a região oriental boliviana ser importante exportadora de oleaginosas, o país importa grande parcela de suas necessidades de produtos alimentícios.

O PIB boliviano vem crescendo desde 2002, sempre acima dos 4%. Em 2008, o PIB da Bolívia alcançou US$ 17,2 bilhões, com crescimento real de 6% em relação ao

ano anterior. O PIB *per capita* cresceu de US$ 883, em 2002; para US$ 1.768, em 2008. Em 2009, estima-se que o PIB boliviano tenha alcançado US$ 17,8 bilhões.

O Estado boliviano aumentou de 6% para mais de 20% sua participação no PIB do país, especialmente pelas estatizações. Em maio de 2006, o Governo boliviano nacionalizou o setor de hidrocarbonetos. Em janeiro de 2007, estatizou a empresa francesa "Aguas de Ilimani S.A.", concessionária dos serviços de água e saneamento de La Paz. No mesmo mês, anunciou a nacionalização da maior empresa de telefonia da Bolívia, a ENTEL, de capitais italianos. Nacionalizou também a empresa mineradora suíça Vinto. Anunciou a possibilidade de nacionalizar empresas de mineração, metalurgia e transportes de trens, de capitais norte-americanos, japoneses e chilenos.

A dívida pública boliviana vem sendo reduzida gradativamente em anos recentes. O FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento cancelaram parcialmente a dívida boliviana com esses organismos. O Brasil firmou, em 2004, acordo com a Bolívia para o perdão da dívida bilateral no valor de US$ 52 milhões. A dívida externa total boliviana foi reduzida de US$ 6,2 bilhões, em 2004, para US$ 4,5 bilhões, em 2008, e a Bolívia deixou de pertencer ao grupo dos países altamente endividados ("HIPC"). Em setembro de 2009, a Espanha assinou acordo com a Bolívia, prevendo o perdão de 60% do valor total da dívida boliviana e o depósito dos 40% restantes em fundo binacional para financiamento de projetos de desenvolvimento e redução da pobreza.

Impactos da Crise Econômica Internacional na Bolívia. A partir de outubro de 2008, os preços das *commodities* começaram a cair, devido à crise financeira internacional, o que prejudicou momentaneamente a economia boliviana, ainda largamente dependente dessas exportações.

Os efeitos da crise são perceptíveis no setor de hidrocarbonetos, o mais importante do país, que responde por aproximadamente 52% das exportações bolivianas (média entre 2006 e 2008), e é diretamente dependente da demanda de gás para o mercado brasileiro e de seu preço de venda (as vendas de gás, de janeiro a junho de 2009, foram responsáveis por 50% do total de ingressos do setor público boliviano, segundo informação do Banco Central Boliviano – BCB). Em função da queda da demanda e dos preços internacionais do gás natural, as exportações bolivianas do produto, no período de janeiro a novembro de 2009, retrairam 18% em termos de volume e 36% em termos de valor exportado (em dólares), em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Não obstante, conforme o *Informe de Actividades – Gestión 2009*, do BCB, mesmo no contexto da crise econômica internacional, a Bolívia obteve resultados econômicos positivos em 2009. A Bolívia fechou o ano com superávit fiscal e na conta corrente da balança de pagamentos. As reservas do país atingiram volume recorde em 4 de dezembro de 2009: US$ 8,8 bilhões (em 29 de dezembro: US$ 8,65 bilhões – US$ 900 milhões a mais do que em 2008). Os ativos externos superaram os passivos pelo segundo ano consecutivo, estando o país, portanto, em posição de credor externo líquido. A inflação em 2009 foi a mais baixa dos últimos 50 anos: 0,26%. Além disso, a economia boliviana cresceu 3,7% – menos do que vinha crescendo entre 2006 e 2008, mas, ainda assim, o crescimento mais alto da América Latina, de acordo com autoridades monetárias bolivianas.

O BCB explica o bom desempenho da economia boliviana em 2009 por três fatores. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao período pré-crise, informa que "as condições em que se encontrava a economia podem caracterizar-se por uma baixa vulnerabilidade externa, fiscal e financeira, como resultado de um manejo adequado e prudente das políticas macroeconômicas e um aproveitamento do contexto externo favorável dos três últimos anos". Em segundo lugar, enaltece a aplicação de políticas macroeconômicas anticíclicas, tanto por parte do Governo, como por parte do BCB. Por fim, reconhece a importância da "recuperação das economias emergentes, que se traduziu em uma recuperação mais rápida do que a esperada dos preços das matérias primas que o país exporta. Assim, a partir do segundo trimestre e até o fim do ano, as cotações se recuperaram, alcançando níveis de fins de 2007 e princípios de 2008".

Comércio

Em 2009, de acordo com dados preliminares do *Instituto Nacional de Estadística* (INE), as exportações bolivianas globais registraram cerca de US$ 5,3 bilhões, valor 23,3% menor ao recorde histórico registrado em 2008 (US$ 6,9 bilhões). O gás, principal produto vendido pela Bolívia ao resto do mundo, diminuiu sua participação nas exportações bolivianas de 45%, em 2008, para 37,7%, em 2009, em função da diminuição das exportações do produto ao Brasil, o principal parceiro comercial da Bolívia. A pauta de exportações boliviana, muito concentrada, limita as alternativas para maior dinamismo econômico do país e o põe em relação de fragilidade no mercado internacional.

As importações também diminuíram em 2009: somaram US$ 4,4 bilhões, cifra 12% menor ao recorde histórico registrado em 2008 (US$ 5 bilhões). A pauta de importação boliviana é diversa: caldeiras, máquinas e equipamentos mecânicos, automóveis e combustíveis até cereais, tanantes, preparações alimentícias são importados pelo país.

Em 2009, os principais países de destino dos produtos bolivianos foram Brasil (31,5%), Coréia do Sul (9,3%), Argentina (8,2%), Estados Unidos (7,7%) e Venezuela (5,7%). Os principais provedores do mercado boliviano foram Brasil (17,6%), Argentina (13,9%), Estados Unidos (13,2%), China (8,4%) e Peru (7,2%).

Política interna

Evo Morales (Movimiento Al Socialismo – MAS) foi eleito Presidente da República, pela primeira vez, em dezembro de 2005 com cerca de 54% dos votos. Ao eleger-se, comprometeu-se a iniciar uma "Revolução Democrática e Cultural". Na cerimônia de posse, prometeu "refundar" o país com base em uma nova Constituição.

Durante o primeiro mandato de Morales, as iniciativas do Governo tendentes à "refundação" do país sofreram, contudo, forte resistência no Senado boliviano, de maioria oposicionista – ao contrário da Câmara –, e nos Departamentos da "Meia Lua" (Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija), Cochabamba e Chiquisaca (que, somados aos anteriores, integram a "Meia Lua ampliada").

O cenário de polarização também se fez presente durante os trabalhos da Assembléia Constituinte (AC), eleita em julho de 2006 e instalada no mês seguinte. O

MAS obteve 53,7% dos assentos da AC, número suficiente para aprovar decisões, mas longe da maioria de dois terços (dos constituintes presentes) necessária para aprovação do projeto da nova Constituição.

O projeto de Constituição Política do Estado (CPE) foi aprovado em dezembro de 2007. A oposição acusou o Governo de impedir o ingresso e voto de seus representantes na sessão que aprovou o projeto.

Em gesto de rejeição ao projeto da CPE, a oposição dos Departamentos da "Meia Lua" optou por acelerar o processo de adoção de seus próprios "estatutos autonômicos", iniciando grave crise política.

Diante da ausência de progresso nas tentativas de retomar o diálogo, o Governo decidiu pedir a ação de países amigos (Brasil, Argentina e Colômbia). O Ministro Celso Amorim visitou La Paz e Santa Cruz de la Sierra, entre 4 e 6 de abril de 2008, e manteve encontros com o Presidente Evo Morales e o Vice-Presidente García Linera, com as principais lideranças de partidos de oposição e de Santa Cruz e representantes da sociedade civil.

O diálogo não avançou em função da polarização resultante das campanhas pró e contra a autonomia nos Departamentos da "Meia Lua". Os Estatutos Autonômicos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija foram aprovados por ampla maioria pelas respectivas populações nos meses de maio e junho de 2008. O Governo não reconheceu os referendos e buscou desqualificar o resultado, mas os quatro Departamentos viram-se fortalecidos com a vitória e o respaldo popular para o projeto autonômico. As autoridades de Santa Cruz iniciaram a implementação do Estatuto.

Na primeira semana de setembro de 2008, grupos oposicionistas da região da "Meia Lua" iniciaram uma série de manifestações e protestos. Manifestantes decidiram fechar a fronteira com o Brasil e atacar instalações que transportavam gás ao Brasil e à Argentina. No Oriente, opositores do Governo iniciaram a invasão de prédios públicos e de representações do Governo central. No Pando, foram registradas cerca de 20 mortes em enfrentamentos civis. As ações de violência e intimidação foram repudiadas pela comunidade internacional (Governos da região, UNASUL, Comunidade Andina, União Européia, OEA, ONU).

Foram estabelecidas três Comissões para acompanhar a crise política na Bolívia. Na noite de 16 de setembro, Governo e oposição estabeleceram um pré-acordo, que previa o tratamento de todos os temas que opunham as partes. O processo de diálogo foi acompanhado pela comunidade internacional, inclusive por comissão criada um dia antes em Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado da UNASUL, em Santiago.

Apesar de todos os esforços, as mesas técnicas de negociação não lograram solucionar o impasse político, que acabou sendo encaminhado ao Congresso. Na iminência de um cerco por manifestantes do MAS à cidade de Santa Cruz de la Sierra, em 20 de outubro de 2008, parlamentares do Governo e da oposição chegaram a um acordo para aprovar a lei de convocação do referendo sobre a nova Constituição. Para isso, o Presidente Morales aceitou reduzir seu mandato em um ano e, em caso de vitória nas eleições de 2009, não se candidatar à reeleição em 2014.

No que se refere às autonomias, foram feitas algumas concessões, mas a Bolívia segue sendo um Estado unitário. Das 90 competências reivindicadas pelos "Prefectos" dos Departamentos autonomistas, apenas 36 foram concedidas. Foram reconhecidos a

autonomia departamental e os estatutos autonômicos, desde que se compatibilizem com o texto constitucional. Foi introduzida a possibilidade de que as Assembléias Departamentais legislem conjuntamente com o Congresso Nacional em certas matérias. Foram estabelecidos 3 níveis de autonomia, de igual hierarquia constitucional: departamental, indígena e municipal.

A nova CPE foi enfim aprovada por referendo realizado em 25 de janeiro de 2009, com 61,43% dos votos. O "não" venceu nos Departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. A promulgação ocorreu duas semanas depois.

Aprovada a nova CPE, as atenções foram transferidas para o debate em torno da aprovação do projeto governista de novo regime eleitoral para as eleições gerais de dezembro de 2009.

A nova lei eleitoral foi aprovada em abril de 2009, após semana de intensos debates entre governistas e oposicionistas em sessão conjunta do Congresso Nacional e realização de greve de fome pelo Presidente Evo Morales. A nova lei eleitoral satisfez os principais interesses de governistas e oposicionistas. As eleições presidenciais e legislativas, além de referendos autonômicos foram confirmadas para o dia 6 de dezembro. As eleições departamentais e municipais ficaram agendadas para abril de 2010.

O Presidente Evo Morales e seu Vice, Álvaro García Linera, concorreram à reeleição pelo MAS e foram reeleitos com 64,2% dos votos válidos, obtendo expressiva vitória em 6 dos 9 Departamentos e quebrando a hegemonia opositora na "meia-lua" oriental. Ademais, o MAS conquistou dois terços da Assembléia Legislativa, assegurando ao segundo mandato de Morales, iniciado em 22 de janeiro de 2010, a capacidade de aprovar virtualmente qualquer projeto de lei ou emenda constitucional.

De acordo com os observadores internacionais presentes – entre eles, do Mercosul, da União Européia e do Centro Carter - as eleições gerais transcorreram de forma pacífica e ordenada. Candidatos derrotados da oposição não protestaram contra os resultados divulgados.

O Presidente Evo Morales foi empossado para o segundo mandato no último dia 22 de janeiro.

Política externa

O processo de mudanças implementadas pelo Governo Evo Morales no âmbito doméstico se reflete também na política externa. Suas principais parcerias passaram por revisão.

Na América do Sul, afora o relacionamento com o Brasil, a maior aproximação se deu com a Venezuela. As relações com Uruguai e Paraguai também vem sendo fortalecidas, sobretudo depois do relançamento, em outubro de 2008, do URUPABOL, mecanismo de coordenação política que reúne Bolívia e esses dois países. Em outubro de 2009, foi anunciado acordo para a construção de gasoduto unindo os três países.

Além disso, o Governo Morales vem estreitando os laços com o Equador, desde a posse do Presidente Correa. A situação com outros membros da Comunidade Andina de Nações (CAN) é delicada, especialmente após a insistência de Peru e Colômbia de negociarem acordos de livre-comércio com EUA e a União Européia (UE).

Por outro lado, as relações com os EUA passam por franca deterioração.

Paralelamente à revisão das principais parcerias, o Governo boliviano procura fortalecer novas parcerias. Inclui-se, nesse objetivo, a busca de cooperação com o Irã. Da mesma forma, a Bolívia estabeleceu relações diplomáticas com a Líbia.

No mesmo contexto, insere-se a aproximação com a Rússia, que em 2009 resultou na assinatura de acordos de cooperação nas áreas de defesa, energia e combate ao narcotráfico e na oficialização de pedido do Governo boliviano de crédito à Federação Russa para reequipamento das forças armadas bolivianas, no valor de US$ 100 milhões.

Estados Unidos

Em setembro de 2008, os EUA anunciaram a suspensão da Bolívia, a partir de dezembro do mesmo ano, dos benefícios do programa norte-americano de incentivo às importações andinas (*Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* –ATPDEA). Conforme alegado pelos EUA, a suspensão foi resultado da má vontade boliviana em cooperar na luta contra o narcotráfico e da inexistência de uma política convincente do Estado nessa área. Governo boliviano criticou a decisão como "medida política", que buscava retaliar a Bolívia pela decisão de expulsar o Embaixador dos EUA naquele país, Philip Goldberg, tomada dias antes de seu anúncio.

Em 1º de novembro de 2008, o Presidente Evo Morales anunciou "a decisão pessoal" de suspender por prazo indefinido as atividades da DEA (*Drug Enforcement Administration*) na Bolívia.

Como tentativa bilateral no sentido de "reconfigurar" a relação entre os dois países, foi realizada reunião entre o Chanceler David Choquehuanca e a Secretária de Estado Hillary Clinton à margem da V Cúpula das Américas (Port-of-Spain, 17-18 de abril de 2009). Os esforços empreendidos no sentido da reconfiguração das relações não resultaram na renovação das preferências comerciais do ATPDEA. O Presidente Obama decidiu, em nota publicada no dia 30 de junho de 2009, que a Bolívia não preenchia os requisitos exigidos em lei para ser elegível aos benefícios do ATPDEA.

Em setembro de 2009, o Governo norte-americano decidiu "descertificar" a Bolívia e sua política de combate às drogas, pelo segundo ano consecutivo. Em desdobramento à decisão, o Presidente Morales determinou o cancelamento de pelo menos dois importantes projetos da Agência de Cooperação Norte-Americana (USAID): a) projeto para a criação de Centros Integrados de Justiça e b) projeto para o Fortalecimento de Instituições Democráticas.

Altas autoridades estadunidenses e bolivianas iniciaram, em outubro de 2009, negociações para a assinatura de um "acordo marco de respeito mútuo", com vistas ao restabelecimento da normalidade das relações bilaterais.

Venezuela

Em abril de 2006, a Bolívia aderiu ao "Acordo para a Aplicação da Alternativa Bolivariana para os Povos de nossa América - ALBA" e ao "Tratado de Comércio entre os Povos (TCP)". A ALBA foi firmada em 2004 entre Venezuela, Cuba e Nicarágua. O Acordo estipula a convergência de posições políticas dos seus países signatários sobre assuntos internacionais e uma série de iniciativas de cooperação. O Governo

venezuelano tem financiado diversos projetos na Bolívia, bem como prestado assistência técnica em diversas áreas, como telecomunicações e transportes. Além disso, Venezuela e Bolívia se engajam em diversas iniciativas comuns, especialmente no campo energético.

Chile

Bolívia e Chile não mantêm relações diplomáticas desde março de 1978. O principal tema bilateral é o pleito boliviano de recuperar o acesso ao Pacífico. Em julho de 2006, os Presidentes Morales e Bachelet acordaram examinar uma agenda bilateral "sem exclusões", de 13 pontos, contemplando a questão marítima e a do uso do Rio Silala, além de aspectos relacionados com desenvolvimento de confiança mútua, integração física e fronteiriça, combate ao narcotráfico, educação e cultura. O Chile tem manifestado a disposição de examinar formas de acesso condicionado da Bolívia ao Pacífico. Eventuais avanços no tratamento da matéria pelo Governo chileno devem depender, no entanto, da resolução do contencioso sobre limites marítimos que enfrenta com o Peru no âmbito da Corte Internacional de Justiça.

O Presidente Evo Morales propôs, em 6 de agosto de 2006, o restabelecimento de relações diplomáticas com o Chile, sem condicioná-lo à questão do acesso ao mar. A proposta foi recebida com cautela pelo Governo chileno. Em junho de 2008, os dois países assinaram acordo de defesa, o primeiro desde a Guerra do Pacífico. Pelo acordo, os dois países se comprometeram a "trocar informações em matéria de defesa e de operações de paz", desenvolver uma cooperação "de interesse mútuo" na indústria bélica e manter canais oficiais de diálogo sobre o tema. No mesmo mês, o Chile fez um gesto de aproximação à Bolívia ao autorizar o livre trânsito de mercadorias do vizinho pelo porto de Iquique.

Peru

As relações entre a Bolívia e o Peru têm sido afetadas por uma série de controvérsias diplomáticas desde 2006, ano em que o Presidente Morales criticou a assinatura de Tratado de Livre Comércio (TLC) entre o Peru e os EUA. Em resposta, em setembro daquele ano, o então Presidente Alejandro Toledo chegou a chamar seu Embaixador em La Paz para consultas.

Em junho de 2008, surgiram novas divergências entre os dois países no âmbito da Comunidade Andina. O Peru buscava acordo para modificar a Decisão 486, referente a propriedade intelectual, de modo a permitir a implementação do TLC que firmou com os EUA. Colômbia e Equador apoiaram a posição peruana, mas La Paz mostrou-se inflexível.

Novo atrito surgiu com a decisão peruana de negociar bilateralmente acordo de livre-comércio com a UE, deixando de lado a CAN. O Governo boliviano lamentou "que alguns governos queiram fragmentar a CAN" e teceu novas críticas ao Governo do Presidente Alan García.

Em 30 de junho de 2008, o Embaixador do Peru foi chamado de volta a seu país para consultas. A decisão peruana ocorreu após o Presidente Morales ter denunciado suposta construção de base militar norte-americana no Peru e haver exortado os

peruanos a impedi-lo. A situação normalizou-se após conversa mantida pelos Chanceleres Choquehuanca e García Belaunde em 8 de julho.

Em maio de 2009, o Presidente Evo Morales teceu duras críticas ao seu homólogo peruano em função da concessão de asilo a Jorge Torres, que foi Ministro do Desenvolvimento Econômico do ex-Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada e que está sendo indiciado na Bolívia por crime de lesa-humanidade. Em agosto, Morales voltou a acusar peruanos de envolvimento em atentados cometidos na Bolívia.

Em entrevista concedida pelo Presidente García ao diário chileno "La Tercera", em 23 de agosto, o mandatário peruano insinuou que Chile e Bolívia teriam entendimentos secretos sobre a questão da saída boliviana ao mar. O Presidente Morales rechaçou a existência de acordo secreto.

Apesar das relações políticas cada vez mais difíceis entre La Paz e Lima, as tensões não têm comprometido as relações bilaterais. O comércio exterior boliviano com o Peru registrou, em 2008, mais de 625 milhões de dólares, um acréscimo de quase 30% em comparação com o ano anterior.

Argentina

Durante sua visita a Buenos Aires em 29 de junho de 2006, o Presidente Morales assinou com o então Presidente Néstor Kirchner Convênio Marco para Venda de Gás Natural e Realização de Projetos de Integração Energética. Na ocasião, a Argentina concordou com a pré-condição de não reexportar gás boliviano ao Chile. O Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre a YPFB e a "Energía Argentina Sociedad Anónima" (ENARSA), de 19 de outubro de 2006, detalhou os termos do fornecimento: preço inicial de US$ 5 por milhão de BTU; volume de 7,7 milhões de m^3 por dia, podendo chegar a 27,7 milhões de m^3 por dia até 2026. Atualmente, Argentina vem recebendo entre 2 e 4 milhões de m^3/dia. Para 2010, o Vice-Ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Willian Donaire, projetou a venda de 5 a 7 milhões de m^3/dia.

Bolívia e Argentina negociam adendo ao contrato de compra e venda de gás que estabelecerá as cláusulas *deliver-or-pay* e *take-or-pay*, não previstas no contrato original.

Paraguai

O Chanceler e o Ministro da Defesa paraguaios visitaram La Paz em março de 2007, ocasião em se firmaram acordos de cooperação, incluindo um mecanismo permanente de diálogo na área de defesa. Trata-se do primeiro acordo de defesa bilateral desde a Guerra do Chaco (1932-35). Decidiu-se também impulsionar a navegação na hidrovia Paraguai-Paraná.

Junto com o Uruguai, Bolívia e Paraguai decidiram recriar o URUPABOL, projeto de associação trilateral que teve vigência entre 1963 e 1976. Em 30 de outubro de 2008, os Chanceleres dos três países emitiram Declaração, à margem da Cúpula Ibero-Americana em El Salvador, em que se reinstituiu o mecanismo. Além da maior coordenação política, a Declaração menciona a intenção dos três países de promover projetos específicos de integração, nas seguintes áreas: "Facilidades portuarias y mejoramiento de vías navegables; Fomento de la Hidrovía Paraná - Paraguay (Puerto

Cáceres-Puerto Nueva Palmira); Proyectos de integración física; Proyectos de integración energética (electricidad, gasoductos)".

Evo Morales participou da posse de Fernando Lugo, em agosto de 2008; recebeu visita do Presidente paraguaio, em dezembro de 2008, em cerimônia para celebrar a erradicação do analfabetismo na Bolívia; e esteve no Paraguai no feriado de comemoração do fim da Guerra do Chaco, em 12 de junho último.

Em 27 de abril, em cerimônia em Buenos Aires com a presença dos Presidentes Cristina Kirchner, Evo Morales e Fernando Lugo, foi apresentado a *Memória Final dos Trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites entre Bolívia e Paraguai, estabelecida pelo Tratado de Paz, Amizade e Limites* que pôs fim à Guerra do Chaco.

A última reunião do mecanismo 2+2 (Chanceleres e Ministros da Defesa) ocorreu em Assunção, no último dia 10 de setembro. Na oportunidade, o Ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca e o Ministro da Defesa, Walker San Miguel, prestaram esclarecimentos aos seus homólogos paraguaios sobre os planos de reequipamento das Forças Armadas bolivianas. Ao final do encontro, a parte paraguaia salientou o bom momento das relações com a Bolívia e manifestou estar plenamente satisfeita com os esclarecimentos prestados.

Uruguai

Em 13 de julho, o Presidente Evo Morales realizou visita de poucas horas ao Uruguai. Os temas de maior destaque foram o interesse da Bolívia na utilização dos serviços portuários uruguaios e eventuais exportações de gás para o Uruguai. Com relação ao URUPABOL, os Presidentes Morales e Vázquez reiteraram o interesse em impulsionar o mecanismo "como parte del proceso de integración subregional, y de potenciar la integración física, energética, de transportes y servicios logísticos entre Bolivia, Paraguay y Uruguay".

Colômbia

Em passagem por La Paz, em 4 de agosto, o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, não conseguiu lograr apoio nem simpatia do governo boliviano em relação à negociação que mantém com Washington para uso norte-americano de bases militares na Colômbia. Após o encontro, o Presidente Evo Morales informou à imprensa que transmitira ao seu homólogo colombiano dura reprovação às negociações que o governo Uribe mantém com os EUA em torno das bases militares na Colômbia.

Anexos

Cronologia das relações bilaterais

- 1825: Mato Grosso incorpora a província de Chiquitos. D. Pedro I declara o ato nulo.
- 1867: Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum.
- 1872: Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago.
- 1879: Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro.
- 1887: Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que todavia não é aprovado.
- 1899: Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre.
- 1902: Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e arrendamento ao norte-americano Bolivian Syndicate).
- 1903: *Modus vivendi* sobre o Acre é assinado com a Bolivia para cessação das hostilidades.
- 1903: Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré.
- 1912: Inaugurada a ferrovia Madeira-Mamoré.
- 1958: Acordos do Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica).
- 1969: Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai).
- 1973: Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP).
- 1984: Presidente Figueiredo vai a Santa Cruz, em 1ª viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia.
- 1992: Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km.
- 1996: Área de Livre Comércio entre o Mercosul e Bolívia.
- 1996: Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia.
- 17/10/2003: Ministro Celso Amorim visita La Paz, à frente de uma Missão Brasileira de Cooperação.
- 2004: Referendo boliviano decide nacionalizar setor de hidrocarbonetos.
- 2004: Acordo de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios.
- 07/2004: Visita Presidencial a Santa Cruz de La Sierra, em que se firma acordo bilateral de perdão da dívida boliviana bilateral no valor atual de US$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia. Nenhum projeto chegou a ser financiado.
- 15/08/2005: Ministro Celso Amorim faz visita a La Paz, em apoio a transição política conduzida pelo então Presidente Eduardo Rodríguez. Acordo, por troca de Notas, sobre regularização Migratória.
- 13/01/2006: Visita do Presidente-eleito Evo Morales ao Brasil.
- 1º/05/2006: Bolívia regulamenta nacionalização do setor de hidrocarbonetos.
- 10/05/2006: Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos.
- 22/05/2006: Ministro Celso Amorim visita La Paz. Criam-se GTs sobre questões agrárias e migratórias.
- 18/12/2006: Ministro das Relações Exteriores e Cultos, David Choquehuanca, visita o Brasil.
- 14/02/2007: Visita de Estado do Presidente Evo Morales ao Brasil.
- 08/2007: Chanceler Choquehuanca visita o Brasil para tratar das usinas no Rio Madeira.
- 17/12/2007: Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia.
- 12-14/02/2008: Visita do Vice-Presidente García Linera e do Ministro Carlos Villegas a Brasília.
- 28/03/2008: o Governo boliviano convida o Brasil a integrar "Grupo de Países Amigos da Bolívia", com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição.
- 04-06/04/2008: Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra, em que manteve contatos com o Presidente Morales, o Vice-Presidente Linera e o MNE Choquehuanca, lideranças de oposição e representantes da sociedade civil, no contexto do processo de facilitação do diálogo promovido pelo "Grupo de Países Amigos da Bolívia".

- 22/05/2008: Na véspera da Reunião Extraordinária de Cúpula da UNASUL, em Brasília, Ministro Celso Amorim recebe o Chanceler David Choquehuanca, em encontro que tratou prioritariamente da situação interna boliviana.
- 18/07/2008: O Presidente Lula visita Riberalta, na Amazônia boliviana, ocasião em que foi firmado protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque, de 510 km, parte integrante do Projeto viário "Hacia el Norte".
- 30/09/2008: O Presidente Lula mantém reunião bilateral com o Presidente Morales, à margem do encontro quadripartite de Manaus, do qual participaram também a Venezuela e o Equador.
- 17/12/2008: O Presidente Lula reúne-se bilateralmente com o Presidente Morales, à margem da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em Sauípe.
- 15/1/2009: Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam Encontro de Fronteira, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguram dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundam as discussões sobre infra-estrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral.
- 11/03/2009: Realizada, em Brasília, Reunião de Alto Nível sobre os Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira
- 12/03/2009: Ministro David Choquehuanca visita o Brasil.
- 16/07/2009: Ministro Celso Amorim visita La Paz por ocasião da comemoração do Bicentenário da Gesta Libertária.
- 22/08/2009: Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam encontro bilateral em Villa Tunari, ocasião em que foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San Ignácio de Moxos – Villa Tunari, de 306 km.

Cronologia histórica

- 1561: Fundação do povoado de Santa Cruz de La Sierra.
- 1561: Território boliviano do "Alto Peru" é incorporado ao Vice-Reinado do Peru. Sede em Lima.
- 1780: Rebelião de Tupac Amaru II, líder indígena.
- 1825: Declaração de Independência da Bolívia.
- 1879: Início da Guerra do Pacífico.
- 1884: Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico.
- 1903: A região do Acre é vendida ao Brasil (Tratado de Petrópolis).
- 1932 – 1935: Guerra do Chaco. A Bolívia é derrotada pelo Paraguai.
- 1951: Victor Paz Estenssoro é eleito presidente.
- 1952: Revolução de 1952 promovida pelo MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario).
- 1952: Início da reforma agrária na Bolívia. Fortalecem-se os sindicatos.
- 1964: Junta militar derruba o Presidente Paz Estenssoro.
- 1969: Morte do Presidente René Barrientos. Agrava-se a instabilidade política na Bolívia.
- 1971: General Hugo Bánzer Suárez toma o poder, suspende eleições e extingue partidos políticos.
- 1978: Renúncia de Hugo Bánzer inicia novo período de golpes de Estado.
- 1980: Elege-se presidente Hernán Siles Zuazo. Segue-se golpe do Gal. Luiz Garcia Meza.
- 1981: Meza é deposto, acusado de ligações com o narcotráfico.
- 1982: Siles Zuazo assume o poder.
- 1985: Paz Estenssoro vence eleições. Adota plano econômico ortodoxo e enfrenta sindicatos.
- 1989: Nenhum candidato obtém maioria nas eleições. Congresso escolhe Jaime Paz Zamora.
- 1993: Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR, vence eleições.
- 1996: Bolívia e Brasil acordam construir um gasoduto da Bolívia para o Brasil.
- 1996: Bolívia torna-se membro associado do Mercosul.
- 1997: Hugo Bánzer retorna ao poder nas eleições gerais.
- 1999: Início do funcionamento do gasoduto GASBOL.
- 2001: Hugo Bánzer, com câncer, renuncia à Presidência.

- 2002: Congresso escolhe Sánchez de Lozada no 2° turno das eleições presidenciais. No 1° turno, Lozada obtivera 22,5% dos votos válidos, e o sindicalista cocaleiro, Evo Morales, 20,9%.
- 2003: "Guerra do gás". Em 17 de outubro, Lozada renuncia. Assume o Vice, Carlos Mesa.
- 2005: Referendo popular aprova nova lei que prevê a nacionalização dos hidrocarbonetos.
- 2005: Em 18 de dezembro, Evo Morales (Movimiento al Socialismo) vence no 1° turno das eleições presidencais (53,74% dos votos válidos).
- 2006 : Evo Morales toma posse em 22 de janeiro.
- 2006: Efetivada em 1° de maio a nacionalização dos hidrocarbonetos. É a 3ª na história boliviana.
- 2006: Bolívia adere à ALBA (Venezuela e Cuba). Cresce influência venezuelana na Bolívia.
- 2006: MAS conquista em 2 de julho 50,71% das cadeiras da Assembléia Constituinte.
- 2006: Iniciam-se os trabalhos da Assembléia em 15 de agosto.
- 2006: MAS vence em contagem nacional referendo sobre autonomias (56% dos votos). Departamentos opositores da "Meia Lua" votam, porém, a favor da autonomia.
- 2007: Em outubro, oposição critica repasse para fundo previdenciário de 30% do imposto sobre gás destinado originalmente aos Departamentos.
- 2007: Repressão em novembro a protestos em Sucre contra a aprovação da nova Constituição causam três mortes.
- 2007: Em 16 de dezembro, parlamentares do MAS aprovam nova Constituição.
- 2007: No mesmo dia, Departamentos opositores da "Meia Lua" anuncia Cartas Autonômicas.
- 2008: Governo central anuncia referendos sobre nova constituição; reeleição presidencial indefinida; limite de concentração de terras; e confirmação do Presidente e Governadores.
- 2008: Início em janeiro de entendimentos entre Presidente Morales e Governadores oposicionistas.
- 2008: Entre maio e junho os Departamentos da meia-lua realizam seus referendos autonômicos, com ampla vitória do "sim".
- 2008: Em 10 de agosto é realizado o referendo revogatório dos mandatos de Presidente, Vice-Presidente e Prefectos. Morales é confirmado no cargo com 67,4%. Os Prefectos da meia-lua também são confirmados com votações expressivas.
- 2008: Em 28 de agosto o Presidente Morales emite decreto supremo, convocando os referendo de aprovação constitucional e dirimidor. A oposição inicia violentos protestos.
- 2008: Em outubro é alcançado acordo congressual entre Governo e oposição, que modificou 144 artigos da CPE e convocou os referendos para 25 de janeiro.
- 2009: Em 25 de janeiro, são realizados os referendos constitucional e dirimidor. A nova Constituição é aprovada com 61,4% dos votos.
- 2009: Em 6 de dezembro, são realizadas eleições gerais para Presidente e Vice-Presidente do Estado Plurinacional, Deputados e Senadores. Evo Morales é reeleito com 64,2% dos votos válidos. O MAS obtém mais de dois terços dos assentos da Assembléia Legislativa.
- 2010: Em 22 de janeiro, Evo Morales toma posse para o segundo mandato.

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BOLÍVIA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Estado Plurinacional de Bolívia
Superfície	1.098.581 Km²
Localização	América do Sul
Capital	La Paz
Principais cidades	La Paz, Santa Cruz, Cochabamba, Potosí, El Alto, Tarija, Oruro, Sucre
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US$ 18,2 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US$ 1.838
Moeda	Boliviano

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009(1)
População (em milhões de habitantes)	9,2	9,4	9,5	9,7	9,9
Densidade demográfica (hab/Km²)	8,4	8,6	8,6	8,8	9,0
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	9,5	11,4	13,1	16,6	18,2
Crescimento real do PIB (%)	4,5	4,7	4,6	6,1	3,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,9	3,0	11,7	11,8	1,0
Reservas internacionais (US$ bilhões)	1,8	3,2	5,3	7,7	8,6
Dívida Externa Total (US$ bilhões) (2)	6,9	5,8	4,9	5,3	4,8
Câmbio (Bs / US$)	8,04	7,99	7,64	7,07	7,07

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.
(1) Estimativa EIU.
(2) 2008: estimativa

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2006	2007	2008(1)
A. Balança comercial (líquido - fob)	**1.243**	**1.216**	**1.807**
Exportações	3.875	4.458	6.448
Importações	2.632	3.243	4.641
B. Serviços (líquido)	**-350**	**-401**	**-539**
Receita	477	499	500
Despesa	827	900	1.039
C. Renda (líquido)	**-398**	**-489**	**-537**
Receita	235	370	348
Despesa	633	859	883
D. Transferências unilaterais (líquido)	**822**	**1.266**	**1.284**
E. Transações correntes (A+B+C+D)	**1.317**	**1.591**	**2.015**
F. Conta de capitais (líquido)	**1.813**	**1.180**	**10**
G. Conta financeira (líquido)	**-1.586**	**-795**	**277**
Investimentos diretos (líquido)	278	363	510
Portfólio (líquido)	25	-30	-208
Outros	-1.891	-1.128	-25
H. Erros e Omissões	**-103**	**-112**	**-103**
I. Saldo (E+F+G+H)	**1.439**	**1.864**	**2.199**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD December 2009.
(1) Última posição disponível em 19/1/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR [1] (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 [2]
Exportações (fob)	2.254	2.240	3.084	3.485	6.764	2.557
Importações (cif)	1.888	2.343	2.544	3.122	4.246	1.769
Balança comercial	366	-103	540	363	1.508	788
Intercâmbio Comercial	4.142	4.583	5.628	6.607	10.000	4.326

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2009

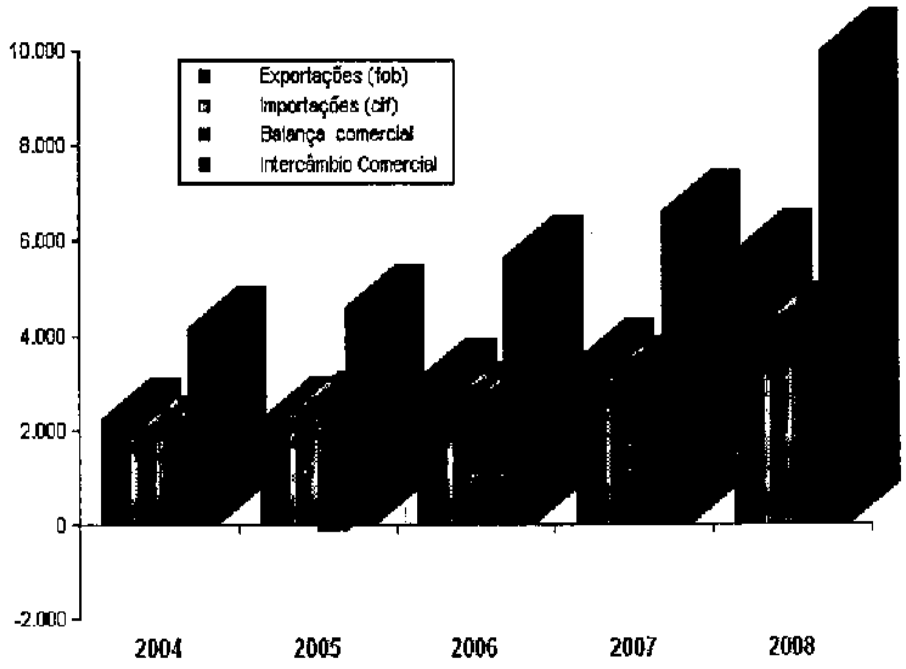
[1] Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes fontes, modalidades de moeda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

[2] Janeiro-junho

[3] Última posição disponível em 09/09/09

COMÉRCIO EXTERIOR DA BOLÍVIA
2004 - 2008

(US$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2009

DIREÇÃO DO COMERCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES								
Brasil	*1.448*	*47,0%*	*1.601*	*45,9%*	*3.455*	*60,1%*	*1.678*	*65,6%*
Estados Unidos	343	11,1%	343	9,8%	478	8,3%	187	7,3%
Japão	174	5,6%	264	7,6%	236	4,1%	75	2,9%
Colômbia	107	3,5%	130	3,7%	208	3,6%	88	3,4%
República da Coréia	147	4,8%	165	4,7%	184	3,2%	83	3,2%
Peru	123	4,0%	143	4,1%	183	2,8%	62	2,4%
China	43	1,4%	51	1,5%	140	2,4%	38	1,5%
Argentina	293	9,5%	201	5,8%	135	2,4%	59	2,3%
Canadá	43	1,4%	101	2,9%	72	1,3%	34	1,3%
Espanha	20	0,7%	25	0,7%	69	1,2%	15	0,6%
Chile	53	1,7%	52	1,5%	68	1,2%	27	1,0%
Países Baixos	38	1,2%	48	1,3%	68	1,2%	30	1,2%
Belgica	7	0,2%	37	1,1%	67	1,2%	21	0,8%
México	39	1,3%	59	1,7%	55	0,9%	24	0,9%
Itália	31	1,0%	38	1,1%	50	0,8%	19	0,6%
Alemanha	24	0,8%	24	0,7%	49	0,8%	12	0,5%
SUBTOTAL	2.934	95,2%	3.280	94,1%	5.498	95,6%	2.452	95,9%
DEMAIS PAÍSES	150	4,8%	205	5,9%	256	4,4%	105	4,1%
TOTAL GERAL	3.084	100,0%	3.485	100,0%	5.754	100,0%	2.557	100,0%
IMPORTAÇÕES								
Brasil	*763*	*30,0%*	*936*	*30,0%*	*1.249*	*29,4%*	*516*	*28,8%*
Argentina	410	16,4%	510	16,3%	667	15,7%	279	15,6%
Estados Unidos	237	9,3%	305	9,8%	428	10,1%	200	11,3%
Chile	315	12,4%	330	10,6%	387	9,1%	177	10,0%
Peru	210	8,3%	255	8,2%	281	6,8%	116	6,5%
China	64	2,5%	106	3,4%	196	4,6%	60	3,4%
Japão	44	1,7%	70	2,2%	115	2,7%	38	2,1%
Colômbia	64	2,5%	72	2,3%	112	2,6%	50	2,8%
México	39	1,5%	53	1,7%	112	2,6%	51	2,9%
Alemanha	71	2,8%	76	2,4%	88	2,0%	32	1,8%
Espanha	28	1,1%	43	1,4%	56	1,3%	23	1,3%
Indonésia	2	0,1%	2	0,1%	47	1,1%	16	0,9%
SUBTOTAL	2.266	88,6%	2.758	88,4%	3.746	88,2%	1.550	87,6%
DEMAIS PAÍSES	289	11,4%	364	11,6%	500	11,8%	219	12,4%
TOTAL GERAL	2.544	100,0%	3.122	100,0%	4.246	100,0%	1.769	100,0%

Elaborado pela MP/SEPRE/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2008

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008

(1) Preliminar

(2) Última posição disponível em 10/03/2010

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008[1]	Part.% no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.092	59,1%
Minérios, escórias e cinzas	420	8,0%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, alimentos p/ animais	338	6,5%
Estanho e suas obras	239	4,6%
Gorduras e óleos vegetais ou animais	229	4,4%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	125	2,4%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	108	2,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	101	1,9%
Subtotal	**4.652**	**88,9%**
Demais Produtos	**580**	**11,1%**
Total Geral	**5.232**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	554	17,3%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	308	9,6%
Ferro fundido, ferro e aço	247	7,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	227	7,1%
Plásticos e suas obras	179	5,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	167	5,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	132	4,1%
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	116	3,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	88	2,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	75	2,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	68	2,1%
Borracha e suas obras	64	2,0%
Cereais	51	1,6%
Produtos farmacêuticos	50	1,6%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria/toucador	50	1,6%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos	48	1,5%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	40	1,3%
Produtos químicos inorgânicos	40	1,3%
Alumínio e suas obras	40	1,3%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	38	1,2%
Subtotal	**2.583**	**80,8%**
Demais Produtos	**615**	**19,2%**
Total Geral	**3.198**	**100,0%**

Elaborado pela ARE/EPRDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/TRADEMAP.

A Bolívia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) última posição disponível em 10/01/2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA[1] (US$ mil, fob)	2004	2005	2007	2008	2009
Exportações	585.253	701.602	850.719	1.135.668	919.232
Variação em relação ao ano anterior	8,3%	19,9%	21,3%	33,5%	-19,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	2,8%	2,6%	2,7%	3,0%	3,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%
Importações	989.774	1.448.228	1.601.146	2.857.880	1.649.751
Variação em relação ao ano anterior	38,7%	46,3%	10,6%	78,5%	-42,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	9,2%	9,7%	8,6%	11,0%	8,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,3%	1,6%	1,3%	1,7%	1,3%
Intercâmbio Comercial	1.575.027	2.149.830	2.451.859	3.993.448	2.568.983
Variação em relação ao ano anterior	25,6%	36,5%	14,0%	62,9%	-35,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	4,9%	5,2%	4,8%	6,4%	5,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,9%	0,9%	1,1%	0,9%
Saldo Comercial	-404.521	-746.626	-750.433	-1.722.312	-730.519

Elaborado pela ARE/EPRDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

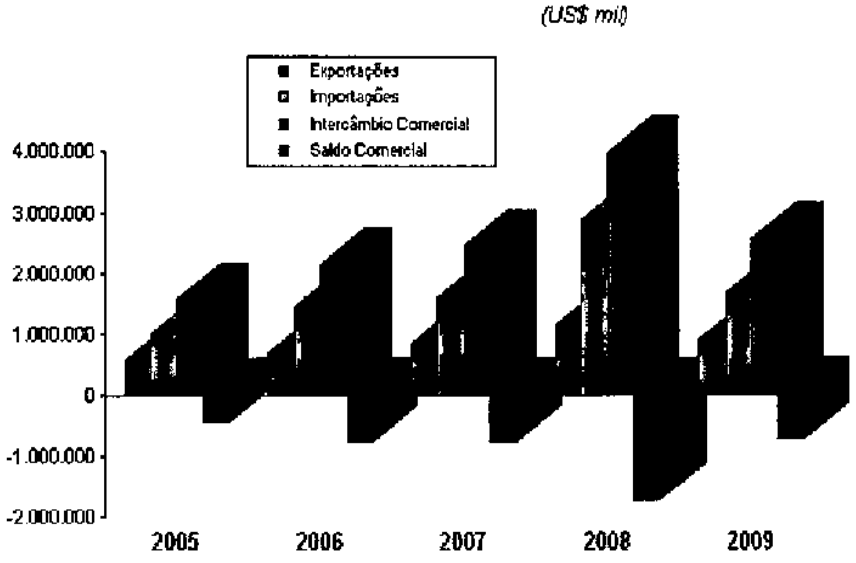
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA[1] (US$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	685.253	701.602	860.713	1.135.568	919.232
Variação em relação ao ano anterior	6,3%	19,9%	21,3%	33,5%	-19,1%
Part.(%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	2,8%	2,8%	2,7%	3,0%	3,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,5%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%
Importações	989.774	1.448.228	1.601.146	2.857.880	1.649.751
Variação em relação ao ano anterior	38,7%	46,3%	10,6%	78,5%	-42,3%
Part.(%) no total das importações brasileiras da América do Sul	9,2%	9,7%	8,8%	11,9%	9,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,3%	1,6%	1,3%	1,7%	1,3%
Intercâmbio Comercial	1.675.027	2.149.830	2.461.859	3.993.448	2.568.983
Variação em relação ao ano anterior	25,8%	36,5%	14,0%	62,2%	-35,7%
Part.(%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	4,9%	5,2%	4,8%	6,4%	5,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,8%	0,9%	0,9%	1,1%	0,9%
Saldo Comercial	-304.521	-746.626	-740.433	-1.722.312	-730.519

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA
2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA (US$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	126.473	14,9%	178.408	15,7%	139.476	15,2%
Colheras-debulhadoras	2.586	0,3%	4.054	0,4%	6.727	0,7%
Outras máquinas e aparelhos para colheita	3.157	0,4%	8.524	0,8%	6.346	0,7%
Congeladores (freezers) tipo cofre, capacidade <= 800L	4.002	0,5%	5.710	0,5%	5.900	0,6%
Máquinas para aglomerar/moldar combustíveis minerais sólidos	668	0,1%	1.530	0,1%	4.814	0,5%
Ferro fundido, ferro e aço	97.016	11,4%	180.586	15,9%	95.914	10,4%
Barras de ferro/aço, laminadas a quente, dentadas	54.108	6,4%	82.380	7,3%	58.589	6,4%
Outras barras de ferro/aço não ligado, carbono <=0,60%	8.923	0,8%	10.160	0,9%	6.323	0,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	58.500	6,9%	66.210	5,8%	64.825	7,1%
Outros condutores elétr para tensão<= 80V	11.788	1,4%	15.993	1,4%	14.626	1,6%
Transformador de dielétrico líquido, pot<=650KVA	8.154	1,0%	6.460	0,6%	5.485	0,6%
Outras pilhas elétricas de dióxido de manganês	5.607	0,7%	5.402	0,5%	5.200	0,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	17.240	2,0%	56.455	5,0%	55.970	6,1%
Óleo diesel	9.541	1,1%	38.149	3,5%	23.697	2,6%
Outras gasolinas	149	0,0%	222	0,0%	11.108	1,2%
Plásticos e suas obras	62.083	7,3%	68.644	6,0%	50.537	5,5%
Outros polietilenos sem carga em formas primárias	20.677	2,4%	19.188	1,7%	14.712	1,6%
Polipropileno sem carga, em forma primária	10.283	1,2%	12.365	1,1%	8.442	0,9%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	39.982	4,7%	66.371	5,8%	45.341	4,9%
Outros tratores	15.236	1,8%	28.212	2,5%	13.646	1,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	35.330	4,2%	53.720	4,7%	43.017	4,7%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	33.931	4,0%	45.005	4,0%	33.746	3,7%
Produtos diversos das indústrias químicas	20.106	2,4%	29.097	2,6%	32.708	3,6%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	24.762	2,9%	30.007	2,6%	28.825	3,1%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	20.247	2,4%	25.500	2,2%	25.557	2,8%
Alumínio e suas obras	23.142	2,7%	29.871	2,6%	17.086	1,9%
Borracha e suas obras	28.418	3,3%	24.222	2,1%	15.752	1,7%
Obras diversas	5.416	0,6%	5.737	0,5%	15.605	1,7%
Algodão	19.815	2,3%	19.951	1,8%	15.014	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	7.252	0,9%	9.959	0,9%	13.977	1,5%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	4.873	0,6%	6.917	0,6%	12.987	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	9.133	1,1%	11.829	1,0%	12.885	1,4%
Ferramentas, artefatos de cutelaria de metais comuns	9.658	1,1%	11.789	1,0%	12.626	1,4%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	10.196	1,2%	12.649	1,1%	10.455	1,1%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	6.771	0,8%	9.273	0,8%	10.028	1,1%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	8.628	1,0%	8.296	0,7%	8.853	0,9%
Subtotal	669.271	78,7%	950.505	83,7%	760.898	82,8%
Demais Produtos	181.442	21,3%	185.063	16,3%	158.344	17,2%
TOTAL GERAL	850.713	100,0%	1.135.568	100,0%	919.232	100,0%

Elaborado pelo MRE/DERAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BOLÍVIA (US$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.537.426	96,0%	2.771.893	97,0%	1.592.144	96,6%
Gás natural no estado gasoso	1.472.177	91,9%	2.677.167	93,7%	1.591.347	96,5%
Cera de petróleo microcristalina	0	0,0%	0	0,0%	786	0,0%
Óleos brutos de petróleo	61.621	3,8%	92.302	3,2%	0	0,0%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, comestíveis	10.112	0,6%	30.329	1,1%	17.178	1,0%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento	8.054	0,5%	6.071	0,2%	10.685	0,6%
Minérios, escórias e cinzas	1.634	0,1%	845	0,0%	7.899	0,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	5.198	0,3%	5.836	0,2%	3.891	0,2%
Estanho e suas obras	20.601	1,3%	15.046	0,5%	3.353	0,2%
Subtotal	1.583.025	98,9%	2.830.022	99,0%	1.635.150	99,1%
Demais Produtos	18.121	1,1%	27.858	1,0%	14.601	0,9%
TOTAL GERAL	1.601.146	100,0%	2.857.880	100,0%	1.649.751	100,0%

Elaborado pelo MRE/DERAC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

Aviso nº 127 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 73, DE 2010
(nº 105/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.

Os méritos do Senhor João Carlos de Souza-Gomes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM No 00076 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-APES

Brasília, 26 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES*
CPF.: 23000554734
ID.: 5339 MRE

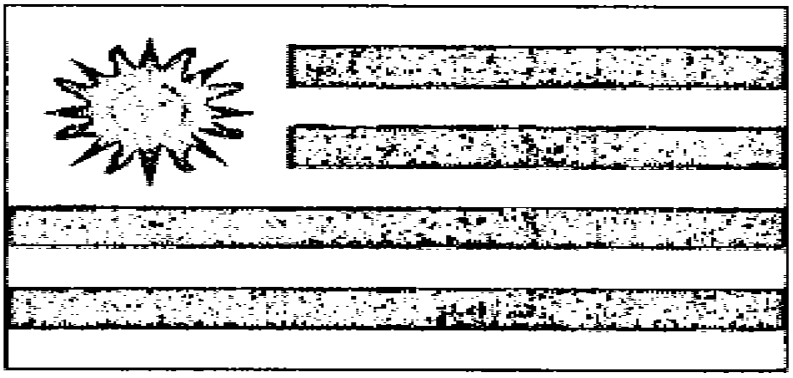
16/11/1948	Filho de Jayme de Souza-Gomes e Maria Conceição Aranha de Souza-Gomes, nasce em 16 de novembro, em Madri, Espanha (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II da Constituição de 1946)
02/04/1973	CPCD - IRBr
21/11/1974	Terceiro Secretário em 21 de novembro
22/11/1974	Divisão das Nações Unidas, assistente e Chefe, interino
15/12/1974	Direito pela Universidade do Estado da Guanabara
03/05/1976	Departamento de Organismos Internacionais, assistente e Chefe de Gabinete
11/11/1977	Secretaria de Assuntos Legislativos, assistente e Chefe
12/06/1978	Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de junho
22/03/1979	Secretaria-Geral, Coordenadoria de Projetos Especiais, assessor e Chefe
25/05/1979	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
26/06/1980	Primeiro Secretário, por merecimento, em 26 de junho
16/08/1980	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
28/08/1980	Embaixada em Paramaribo, Encarregado de Negócios em missão transitória
17/09/1980	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
15/07/1981	Ordem da Águia Asteca, México, Insígnia
16/03/1982	Ordem de Palma, Suriname, Cavaleiro
13/04/1983	Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios em missão transitória
15/07/1985	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor e Chefe de Gabinete
20/09/1985	Divisão de Arquivo e Documentação, Chefe
04/11/1985	Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Primeiro Secretário, Conselheiro e Encarregado da Delegação
01/07/1986	Conselheiro, por merecimento, em 1º de julho
07/11/1989	Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Geral
28/11/1990	CAE - IRBr, A Retirada Norte-Americana da UNESCO, no Contexto dos Principais Aspectos da Crise da Organização
18/06/1991	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de junho
01/11/1991	Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral
18/10/1993	Escritório Financeiro em Nova York, Chefe
03/07/1997	Embaixada em São José, Costa Rica, Embaixador
29/06/1999	Ministro de Primeira Classe em 29 de junho
14/08/2000	Assessoria de Relações com o Congresso, Chefe
25/09/2001	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
25/03/2003	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
23/06/2003	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe
01/10/2003	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

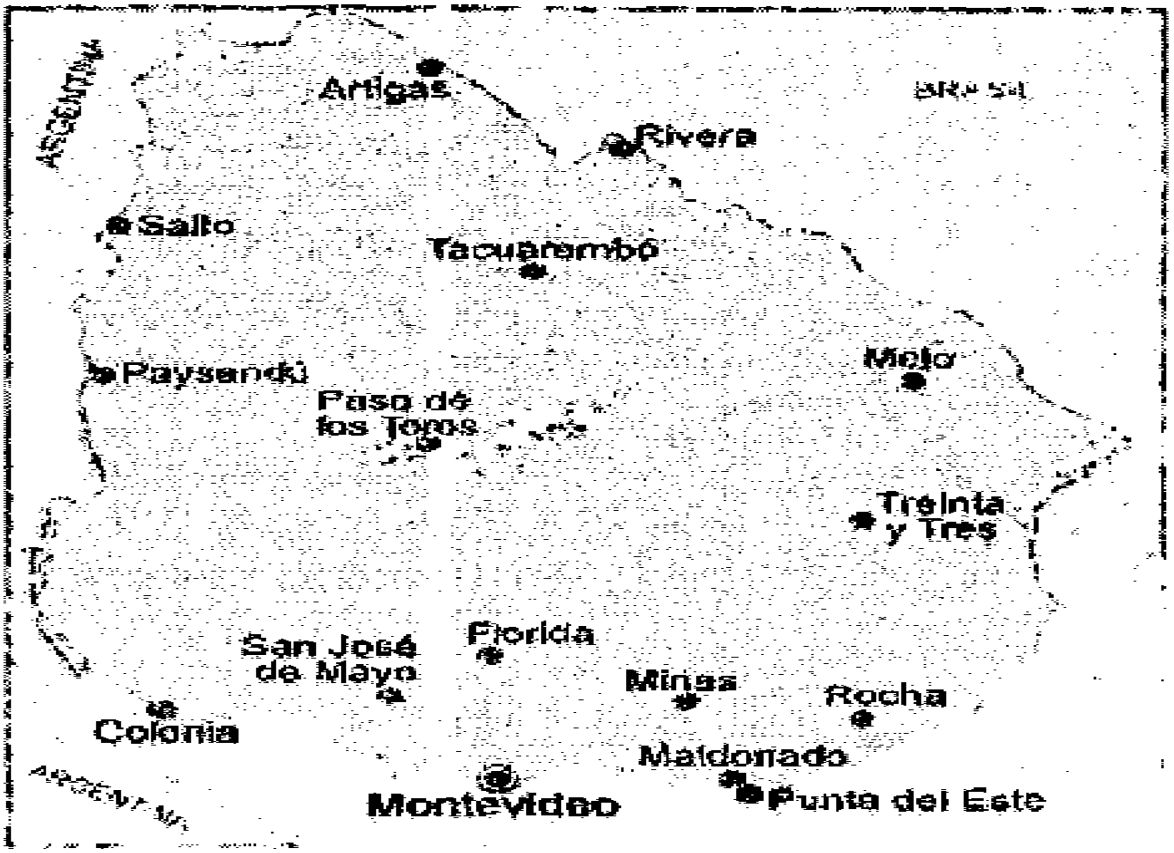
20/10/2003	Ordem de Orange, Países Baixos, Cavaleiro
17/11/2003	Embaixada em Caracas, Embaixador
01/01/2004	30ª Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe, Caracas, Chefe de Delegação
15/02/2008	Orden del Libertador Símon Bolívar, Gran Cordón
01/03/2008	Delegação do Brasil junto à UNESCO, Delegado Permanente
17/04/2008	179a Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, Chefe de Delegação
17/10/2008	180a Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, Chefe de Delegação
18/12/2008	8ª Reunião do Grupo de Alto Nível sobre Educação Para Todos, Oslo, Chefe de Delegação
25/03/2009	2ª Sessão Extraordinária do Comitê Intergovernamental para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, Chefe de Delegação
29/04/2009	Ordem da Inconfidência de Minas Gerais, Grão-Colar
30/04/2009	181a Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, Chefe de Delegação
25/06/2009	25ª Sessão da Assembléia da COI, Paris, Chefe de Delegação
30/06/2009	33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, Sevilha, Chefe de Delegação
23/09/2009	182a Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, Paris, Chefe de Delegação
23/10/2009	35a Sessão da Conferência-Geral da UNESCO, Paris, Chefe de Delegação

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DA AMÉRICA DO SUL
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL I
DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL I

URUGUAI





ÍNDICE

DADOS BÁSICOS 4
PERFIL BIOGRÁFICO 5
POLÍTICA INTERNA 6
POLÍTICA EXTERNA 7
RELAÇÕES COM A AMÉRICA DO SUL 7
Relações com a Argentina 7
Relações com o Paraguai 8
Relações com a Venezuela 9
Relações com o Chile 9
Mercosul 10
UNASUL 10
RELAÇÕES COM OUTROS PAÍSES 10
Relações com os Estados Unidos 10
Relações com países europeus 11
Relações com a China 11
RELAÇÕES MULTILATERAIS 12
Nações Unidas 12
Organização Mundial do Comércio (OMC) 12
ECONOMIA 13
COMÉRCIO EXTERIOR 13
RELACIONAMENTO BILATERAL 14
TEMAS DA AGENDA BILATERAL 15
Cooperação técnica bilateral 15
Energia 15
Projetos de Infra-estrutura 16
Investimentos Brasileiros no Uruguai 17
COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA 18
Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço 18
Acordo para Acesso Recíproco aos Serviços de Saúde na Fronteira 18
Comissões da Lagoa Mirim (CLM) e da Bacia do Rio Quaraí 18
Meio Ambiente e Saneamento 18
Cooperação na Área de Assistência Humanitária e Defesa Civil 19
Cooperação na Área Previdenciária 19
Comitê de Intendentes e Prefeitos 19
Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral 20
Acordo Automotivo Brasil-Uruguai 20
Circulação de bens na fronteira 20
Exportações por Envios Postais para Pequenas e Micro Empresas 21
ANEXO – INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS 22

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Oriental do Uruguai
Capital	Montevidéu
Área	176.220 km^2 (pouco menor que o estado do Paraná)
População (2009)	3,3 milhões de habitantes
Idioma	Espanhol
Principais religiões	Católica romana 66%, protestante 2%, judaica 1%, outros 31%
Sistema político	República Presidencialista
Chefe de Estado e de Governo	Tabaré Ramón Vázquez Rosas
Chanceler	Pedro Vaz Ramela
Embaixador do Uruguai em Brasília	Embaixador Carlos Amorín
Embaixador do Brasil em Montevidéu	Embaixador José Eduardo M. Felicio
PIB (2009, estimativa EIU)	US$ 32,8 bilhões
PIB "per capita" (2009, estim. EIU)	US$ 9.752
PIB PPP (2009, estim. EIU)	US$ 42,86 bilhões
PIB PPP "per capita" (2009, estim.EIU)	US$ 12.989
Unidade monetária (média 2009)	Peso: $19,85 / US$ 1

Intercâmbio comercial Brasil – Uruguai (US$ milhões, FOB)
Fonte MDIC/SECEX

Brasil → Uruguai	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	897,38	943,66	1.193,43	1.346,79	1.630,82	2.074,82	2.662,32	2.600,424 (-2,3%)
Exportações	412,54	405,79	670,58	853,13	1.012,59	1.288,44	1.644,12	1.360,078 (-17,3%)
Importações	484,84	537,86	522,85	493,65	618,22	786,38	1.018,19	1.240,346 (21,8%)
Saldo	-72,30	-132,07	147,72	359,48	394,37	502,05	625,92	119,732

PERFIL BIOGRÁFICO

Presidente Tabaré Ramón Vázquez Rosas

- Nasceu em Montevidéu, em 17 de janeiro de 1940. Casado, tem três filhos.
- Graduou-se pela Faculdade de Medicina da *Universidad de la República* em 1969, especializando-se em oncologia e radioterapia.
- Filiou-se ao Partido Socialista (PS), em meados dos anos 80. Está atualmente sem partido, após desfiliar-se da agremiação em dezembro de 2008.
- Intendente de Montevidéu pela Frente Ampla, em 1989 (primeira administração de esquerda da capital).
- Proclamado Presidente da Frente Ampla em 1996.
- Candidato a Presidente pela Frente Ampla em 1994, obteve 30,6% dos votos. Em 1999, venceu o primeiro turno com 40,11% e foi derrotado no segundo pelo *colorado* Jorge Batlle.
- Em 31 de outubro de 2004, foi eleito Presidente da República, pela coalizão Encontro Progressista – Frente Ampla – Nova Maioria (EP-FA-NM), com 50,45% dos votos no primeiro turno. Tomou posse em março de 2005.
- Mesmo no exercício da Presidência, não abandonou a prática profissional da Medicina.

Chanceler Pedro Vaz Ramela

- Nascido em Rocha, em 1963.
- Divorciado, três filhos.
- Doutor em Direito e Ciências Sociais. Advogado e professor, ingressou na Chancelaria uruguaia em 1989.
- Foi Diretor de Relações Econômicas Bilaterais e Sub-diretor Geral Adjunto para Assuntos Econômicos Internacionais.
- Foi Embaixador do Uruguai no Brasil de 2005 a 2008.
- Antes de tomar posse como Chanceler, atuou como Vice-Ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

POLÍTICA INTERNA

O Senador José Mujica Cordano, candidato da Frente Ampla (FA), foi eleito Presidente após ter vencido o segundo turno das eleições, ocorridas no dia 29 de novembro de 2009, com 53% dos votos, contra 43% de Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional.

Quanto ao Congresso, a Frente Ampla conseguiu 16 das 30 bancas nas eleições para o Senado, continuando, portanto, a ter maioria nas duas Casas. O Vice-Presidente da República, Danilo Astori, será, em conformidade com a Constituição uruguaia, o Presidente do Senado e o trigésimo-primeiro Senador. O gabinete será composto por membros pertencentes à Frente Ampla ou ligados à coalizão, apesar de conjecturas anteriores sobre a possível participação de membros da oposição.

Mujica (74 anos), que inicialmente descartava concorrer à Presidência, não somente foi o pré-candidato vitorioso no congresso da FA em 2008, como terminou por ser escolhido candidato único da coalizão à Presidência, nas de internas de junho de 2009. O senador tupamaro, ex-guerrilheiro e preso político, mostrou grande popularidade junto a setores expressivos da população e da FA. O cientista político Adolfo Garcé, para quem o triunfo de Mujica representa uma "revolución plebeya" na Frente, considera que o senador tupamaro "aplicó exitosamente una receta que ya existía" e que havia sido utilizada na década de 90: "Vázquez le ganó la lucha por la sucesión a Astori corriéndolo por la izquierda. Mujica hizo otro tanto y derrotó al candidato del presidente [Danilo Astori] con la propia receta de Vázquez".

O Plano de Governo 2010-2014 da Frente Ampla, lançado em maio passado, está organizado em seis grandes eixos temáticos: Uruguai Produtivo, Uruguai Inovador, Uruguai Social, Uruguai Cultural, Uruguai Democrático e Uruguai Integrado. O programa representa uma síntese das posições e propostas dos diferentes grupos que compõem a coalizão e deve servir de referência fundamental. Note-se, a esse respeito, que o Presidente Tabaré Vázquez declarou, em diferentes momentos do seu mandato, que governava tendo a Constituição em uma mão e o Programa na outra. Destacam-se, dentro dos elementos do Programa, o papel do Estado como indutor da atividade econômica, a convocação de uma Assembléia Constituinte, a criação de um Frigorífico Nacional, e o processo de inserção internacional do país baseado no reforço das estruturas sul-americanas, como o MERCOSUL e a UNASUL.

O Presidente eleito também observou que a convocação de uma Convenção Constituinte, prevista na Constituição, constitui um "mecanismo imensamente democrático" e necessitaria, para ser viável, do acordo de dois ou três grandes partidos ("ninguno lo va a sacar por sí mismo"). Por essas razões, sublinhou, não tem nenhum sentido as críticas e a preocupação que a oposição tem expressado com relação à proposta.

Nas próximas semanas, o cenário doméstico deve ser marcado pela definição dos candidatos à "Intendência" de Montevidéu, que há 20 anos é administrada pela Frente Ampla.

Direitos Humanos

Em 2009, quando se completaram 24 anos do retorno do Uruguai à democracia, foi proferida a primeira sentença condenatória de militares e policiais por violações aos direitos humanos durante a ditadura no país. Isto deu ensejo à discussão acerca da anulação da "Lei de Caducidade", que foi submetida a plebiscito, mas não obteve maioria (proposta da anulação da Lei contou com o apoio de 48% da população).

POLÍTICA EXTERNA

Dois temas destacaram-se na agenda externa do Uruguai nos últimos anos: i) o diferendo com a Argentina em torno da construção da fábrica de celulose da Botnia em Fray Bentos e o bloqueio, por ambientalistas argentinos, das pontes que unem os dois países, e ii) e o modelo de inserção internacional do país. No âmbito regional, o Governo Tabaré Vázquez incentivou a integração sul-americana, procurando, paralelamente, diversificar os mercados para exportações uruguaias.

Quanto à busca de novos mercados para os produtos uruguaios, destacam-se as viagens do Presidente Vázquez ao Chile (abril de 2007), aos Emirados Árabes Unidos e Catar (maio de 2007), à Nova Zelândia, Malásia, Índia e Vietnã (novembro de 2007), ao Panamá, Cuba e México (junho de 2008), à Suíça, Coréia e Israel (agosto de 2008), à Arábia Saudita (dezembro de 2008), à China (março de 2009), quando reconheceu o status da China como economia de mercado, e ao Japão (dezembro de 2009).

Essa tendência deve manter-se, uma vez que José Mujica já declarou à imprensa que o Uruguai pretende buscar preferências comerciais nos grandes mercados, com ênfase na China e no Japão.

O ex-Chanceler Gonzalo Fernández se reuniu, em março de 2009, com os principais partidos políticos locais para apresentar duas prioridades da política externa: a ampliação da plataforma continental para 350 milhas e a postulação do país a assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no período 2016-2017.

RELAÇÕES COM A AMÉRICA DO SUL

Relações com a Argentina

A Argentina pediu a suspensão das obras de instalação de duas fábricas de celulose no Uruguai pelas empresas européias ENCE e BOTNIA, alegando risco de danos ambientais. Desde o final de 2005, manifestantes argentinos ("assembleístas") têm periodicamente bloqueado as pontes entre os dois países como forma de pressão. O Uruguai ressalta que o diferendo não se resume à questão do bloqueio de pontes, mas também ao não cumprimento, por parte de Buenos Aires, de sua obrigação de dragar o canal de Martín García, fundamental

para viabilizar os portos uruguaios da hidrovia Paraná- Paraguai, e de sua recusa em permitir que o Uruguai o dragasse por conta própria. Os dois países vêm recorrendo a tribunais internacionais desde então e espera-se para maio o parecer final da Corte Internacional de Justiça sobre o tema.

O Uruguai opôs-se formalmente à eventual designação do ex-Presidente argentino, Néstor Kirchner, como Secretário-Geral da UNASUL. A justificativa foi a de que o Uruguai não poderia apoiar um dirigente que teria contribuído para acirrar a disputa relacionada à questão das "papeleras" e o bloqueio de pontes.

Com a eleição de José Mujica para a presidência uruguaia, espera-se que as relações bilaterais entre Argentina e Uruguai entrem em uma nova fase. Acredita-se que a questão das "papeleras" também sofra impacto positivo com o novo arranjo político.

Em janeiro de 2010, o presidente eleito Mujica reuniu-se com a Presidente argentina em Buenos Aires. Reafirmou-se a orientação de "encapsular" as questões da "papeleira" Botnia e do bloqueio da ponte internacional Libertador General San Martín, para que não contaminem o restante da agenda bilateral. Foi proposta a criação de comissão negociadora bilateral para tratar de temas como gás, energia e navegação no Rio Uruguai. Foi tratado, também, o tema da construção de usina de regaseificação em Montevidéu, pelas estatais uruguaias ANCAP (Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Portland) e UTE (Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas) e pela argentina ENARSA (Energía Argentina S.A.). A planta permitiria importar gás liquefeito a ser destinado tanto ao consumo interno do Uruguai quanto à exportação para a Argentina. Ao retornar da Argentina, Mujica indicou que já escolhera os integrantes uruguaios da comissão negociadora, mas que ainda não divulgaria os nomes. Ademais, declarou que, a respeito da questão da fábrica de celulose Botnia e do bloqueio da ponte General San Martín, deverá esperar o pronunciamento da Corte Internacional de Justiça.

Relações com o Paraguai

A decisão do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, de promover aproximação com o Uruguai foi anunciada no próprio dia de sua vitória eleitoral, quando manifestou a intenção de fazer um "gobierno à la uruguaya", em alusão à maneira como o Presidente Tabaré Vázquez conduz uma administração que busca o consenso entre todas as correntes da Frente Ampla, mediante reuniões semanais com seus líderes. O presidente uruguaio é, para o presidente Lugo, uma espécie de modelo de líder progressista moderado.

Em 2008, o então Presidente-eleito Fernando Lugo viajou a Montevidéu para discutir com o Presidente Vázquez a possibilidade de assinatura de acordo para a exportação, ao Uruguai, de energia elétrica produzida pela usina argentino-paraguaia de Yacyretá. Os Presidentes mantiveram conversas preliminares sobre a possibilidade de ressurgir uma relação entre Uruguai, Paraguai e Bolívia como houve no passado, talvez mediante algum acordo de associação estratégica, em clara alusão ao URUPABOL.

O tema do ressurgimento do URUPABOL voltou a ser tratado como um mecanismo flexível de consultas políticas que permita a consideração de temas de interesse particular dos três países. De acordo com o Palácio Santos, sede da Chancelaria uruguaia, os Chanceleres concordaram em discutir a oficialização dessa iniciativa em uma próxima reunião internacional, por meio de declaração conjunta. Durante a recente visita de Vázquez ao Paraguai, em 2009, o Presidente uruguaio demonstrou-se favorável ao relançamento do URUPABOL, mas afirmando que isso não implicaria deixar o MERCOSUL de lado.

Ainda em 2009, realizou-se em Assunção a primeira reunião de coordenadores do URUPABOL, com a presença dos vice-chanceleres, em que houve reafirmação do comprometimento com a integração sub-regional e análise dos avanços da construção do gasoduto URUPABOL, projeto de mais de 3 bilhões de dólares que deve beneficiar o Uruguai, em termos de fornecimento de energia, além de oferecer uma saída pelo mar para o gás boliviano. Foi abordada ainda a importância do acesso a portos marítimos e de impulsionar a hidrovia Paraguai-Paraná.

Relações com a Venezuela

Em visita a Montevidéu em 2007, o Presidente Chávez buscou aprofundar a cooperação econômico-comercial, sobretudo na área de energia, bem como assegurar o apoio uruguaio para o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Durante a visita, foram assinados três memorandos de entendimento entre a estatal petrolífera uruguaia ANCAP e a PDVSA nas seguintes áreas: a) a exploração, juntamente com a Energia Argentina Sociedade Anônima (ENARSA), das reservas de petróleo da Bacia do Orinoco e a implantação no Uruguai de uma refinaria de óleos pesados; b) a aquisição de 25% das ações da empresa estatal *Alcoholes de Uruguay*, de forma a subsidiar a produção de açúcar e álcool no norte do país; c) a criação de empresa mista para promover a comercialização do coque venezuelano e do clinquer (principal componente do cimento) uruguaio.

Em 2008, a ANCAP e a PDVSA firmaram acordo para avaliar atividades de produção, refino e comercialização de petróleo de um bloco da faixa do Orinoco. Estabeleceu-se comissão técnica como passo prévio para a constituição de uma empresa mista, à qual se poderia somar uma terceira, já que o montante de investimentos será demasiado alto para ser suportado pela ANCAP.

Atualmente, a estatal uruguaia ANCAP deve à venezuelana PDVSA US$ 500 milhões, a serem pagos em 17 anos. O presidente Hugo Chávez propôs novo acordo para saldar dívida, mas nada foi formalizado até o momento.

Relações com o Chile

O então Ministro das Relações Exteriores do Chile, Mariano Fernández, manteve reunião de trabalho com o então Chanceler Gonzalo Fernández, em 2009, no Palácio Santos. A reunião inscreveu-se no contexto dos contatos que ambos os países mantêm no marco do Acordo de Associação Estratégica, firmado em 2008.

Os dois Chanceleres qualificaram de "excelente" o estado das relações bilaterais, o que se reflete nas visitas do Presidente Tabaré Vázquez ao Chile, em 2007, e da Presidente Michelle Bachelet ao Uruguai, em 2008, assim como na VIII Reunião de Consultas Bilaterais Uruguai-Chile (Montevidéu, 2009).

Os dois Chanceleres também analisaram, no âmbito da agenda da UNASUL, envolvimento de suas futuras atividades. O representante uruguaio reconheceu o importante trabalho efetuado pelo Chile no exercício da PPT-UNASUL, assim como a constituição dos Conselhos Sul-Americanos de Saúde e de Defesa. As duas autoridades anunciaram, ainda, a pronta assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação em Matéria de Atenção a Comunidades Nacionais no Exterior.

Mercosul

O Uruguai busca, no âmbito do MERCOSUL, o mercado ampliado de Brasil e Argentina como fator de atração de investimentos. As declarações recentes do Presidente-eleito José Mujica apontam para um engajamento uruguaio ainda maior nas negociações do MERCOSUL.

Entretanto, há reclamações pontuais do país em relação ao bloco: dificuldades de acesso ao mercado dos sócios maiores (barreiras não-tarifárias); a políticas de incentivo que causariam distorções na alocação de investimentos e à impossibilidade de negociar individualmente acordos de livre comércio com outros países.

UNASUL

O Senado uruguaio ratificou, em setembro de 2009, o Projeto de Lei (PL) que aprova o Tratado Constitutivo da UNASUL. Todos os senadores da Frente Ampla, partido do Governo, votaram a favor do Projeto, ao passo que alguns senadores dos Partidos Colorado e Nacional expressaram oposição ao texto. O Projeto de Lei seguiu para a Câmara dos Deputados.

RELAÇÕES COM OUTROS PAÍSES

Relações com os Estados Unidos

Em 2007, o então Presidente George Bush visitou o Uruguai, onde manteve reuniões de trabalho com Vázquez e a maioria dos Ministros, o que gerou expectativa de se avançar nas negociações de um Tratado de Livre Comércio (TLC), tema que atualmente encontra-se "congelado".

Em mensagem a Barack Obama por sua vitória, em 2008, o Presidente Tabaré Vázquez afirmou confiar que "durante su gestión presidencial se fortalecerán más aún la amistad, las relaciones diplomáticas, el intercambio comercial, la cooperación científica y el diálogo cultural entre Estados Unidos y Uruguay

No que diz respeito à cooperação militar, ela ocorre por meio do "Office of Defense Cooperation", localizado na Embaixada americana em Montevidéu, e que possui contato direto com as FA uruguaias, buscando implementar programas de cooperação e de assistência oferecidos pelos EUA ao Uruguai, com o objetivo de modernizar e profissionalizar tropas e promover relações institucionais entre ambas as Forças. Atualmente esses programas se limitam a cursos oferecidos a oficiais uruguaios, geralmente ministrados nos EUA.

Relações com países europeus

Os investimentos na área de papel e celulose constituem aspecto relevante do relacionamento econômico-comercial do Uruguai com os países europeus. A empresa espanhola ENCE obteve licença ambiental para iniciar a construção de sua fábrica de celulose no Departamento de Colônia, às margens do Rio da Prata (investimento de cerca de US$ 1,2 bilhão, dos quais US$ 500 milhões já teriam sido desembolsados).

Com relação à instalação da fábrica de celulose da Portucel, em fins de agosto passado, o Governo uruguaio assinou *memorandum* de entendimento com a empresa com vistas ao estabelecimento de unidades com capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas/ano. O investimento português poderá ficar entre US$ 4 e 6 bilhões, superando o da fábrica instalada pela empresa finlandesa Botnia e tornando-se o maior investimento da história do Uruguai.

A empresa finlandesa Stora Enso anunciou investimentos na área de papel e celulose no montante de US$ 1,2 bilhão, na região central do país, às margens do Rio Negro. A região é servida por boas rodovias e uma ferrovia precária. A Stora Enso possui 70 mil hectares de terra no Uruguai, mas terá de ampliar sua base florestal, pois só dispõe de 12 mil hectares plantados, ao contrário das outras empresas que, aparentemente, já vinham investindo neste setor há mais tempo. O Presidente eleito José Mujica expressou, recentemente, opinião desfavorável à instalação de fábrica da Stora Enso em Fray Bentos.

Em dezembro de 2009, a União Européia retirou as restrições à importação de produtos pesqueiros do Uruguai, que agora é considerado um dos países de ponta na matéria.

Relações com a China

O comércio bilateral tem se destacado como tema predominante nas relações entre Uruguai e China. O Presidente Tabaré Vázquez visitou a China, em março de 2009, e reconheceu o status da China como economia de mercado, além de buscar atrair investimentos para a prospecção de gás e petróleo na plataforma continental no Uruguai. O Vice-Ministro de Comércio da República Popular da China, Zhong Shan, visitou Montevidéu, em agosto do mesmo ano, para passar em revista as relações comerciais bilaterais e discutir formas de aprofundar a cooperação sino-uruguaia já existente, além de propiciar foro para a assinatura de acordos entre os setores privados chineses e uruguaios. Acredita-se que a mudança de Presidente

não alterará esse cenário, tendo em vista que José Mujica já declarou à imprensa que o Uruguai deve buscar preferências comerciais nos grandes mercados, com ênfase na China e no Japão.

Os acordos comerciais sobre madeira, lã, carne e peixe assinados em agosto de 2009, por ocasião da visita do Vice-Ministro de Comércio chinês, envolvem trocas de mais de US$ 100 milhões, demonstrando a possibilidade de crescimento comercial bilateral a despeito do contexto da crise econômica internacional. Foi noticiado recentemente que a empresa chinesa "China Three Gorges" teria interesse em empreender amplos projetos de infra-estrutura no país.

Dentre os principais produtos importados pelo Uruguai da China, figuram maquinários diversos, veículos automotores, tratores e autopeças. O Uruguai exporta majoritariamente lã, tecidos e frutos oleaginosos.

RELAÇÕES MULTILATERAIS

Nações Unidas

No tocante à Reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Uruguai apóia o projeto do G-4. Nas eleições que ocorreram na 62ª Assembléia Geral, em 2007, Brasil e Uruguai foram eleitos para o ECOSOC, mandato 2008-2010.

A participação em operações de paz da ONU tem sido privilegiada pela política externa uruguaia e constitui objeto de reconhecimento internacional. Internamente, a participação ativa nas operações de paz é tida como elemento central para as políticas de capacitação e reequipamento das Forças Armadas uruguaias, bem como para o incentivo financeiro às tropas. Calcula-se que cerca de 30% de seus efetivos estejam permanentemente envolvidos em operações de paz, seja no terreno, seja em treinamento.

O Uruguai contribui, atualmente, para 11 operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com um total de 2.538 militares (tropas), observadores militares e policiais. O maior contingente de tropas (1.320) do país está hoje na Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). Ressalte-se, igualmente, a participação uruguaia na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH), onde estão 1.136 militares e 7 policiais.

O Uruguai foi o coordenador do Grupo de Amigos do Haiti para o ano de 2009, nas Nações Unidas. O país expressou grande interesse em desempenhar essa tarefa, como parte de um esforço para fortalecer sua posição política nas discussões sobre operações de manutenção da paz.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Com relação à Rodada Doha, o ex-Chanceler Fernández afirmou que "vamos acompañar Brasil hasta el último aliento para salvar la Ronda". Fernández acrescentou que é preciso contar com um plano alternativo para o caso de as negociações não avançarem, citando como exemplo a negociação MERCOSUL – União Européia.

ECONOMIA

Espera-se que os aumentos nos gastos públicos observados em 2009, parte de um esforço de mitigação dos efeitos da crise financeira internacional, dêem lugar à preocupação em reduzir o déficit fiscal em 2010-11. A dívida pública uruguaia é estimada em 51,9% do PIB de 2009 e, juntamente com o objetivo de crescimento do PIB, deve ser tema central da política econômica do governo Mujica.

O Banco Central del Uruguay vai manter as metas inflacionárias entre 3% e 7% em 2010, e tendo em vista as pressões inflacionárias recentes, a expectativa é de uma política restritiva, tendo em vista a crescente oferta de crédito no setor privado desde abril de 2009.

Uma vez que o Brasil, principal comprador e fornecedor do Uruguai, emergiu positivamente do cenário de crise, a expectativa é de que o Uruguai acompanhe a tendência do País e apresente crescimento do PIB em 3% para 2010 e 2011, revertendo o pequeno desaceleramento de 0,5% observado em 2009. O Uruguai tem resistido bem aos efeitos da crise, tanto pelo forte intercâmbio com o Brasil quanto pelo crescimento doméstico, o que leva a expectativas bastante otimistas de queda da taxa de desemprego e crescimento do consumo no setor privado.

Em 2010, espera-se aumento das exportações uruguaias em até 5%, acompanhando o crescimento de 1,2% observado em 2009. Entretanto, o aumento das importações, que voltarão a crescer depois de forte queda em 2009, deverá manter as contas do setor externo uruguaio no negativo.

Em termos produtivos, a agricultura tem se recuperado da longa estiagem que afligiu o Uruguai desde o início de 2009, e deve ter seu crescimento estimulado pelo aumento das áreas cultivadas e pelos preços internacionais estáveis das *commodities*.

Após quatro anos de valorização do peso uruguaio frente ao dólar, os meses de agosto a dezembro de 2008 registraram depreciação nominal de 24%. Em 2009, essa depreciação chegou a alcançar 17,48%. Espera-se um crescente enfraquecimento do peso frente ao dólar, com a relação cambial estimada em 23 pesos uruguaios para 1 dólar em 2010.

COMÉRCIO EXTERIOR

Desde 2006, o Brasil tem sido o principal comprador de bens do Uruguai. As exportações uruguaias para o Brasil cresceram, no ano passado, 21,8% e atingiram US$ 1,2 bilhão (US$ 1 bilhão em 2008). O segundo mercado para os produtos

uruguaios foi a China, responsável por 7,6% das vendas totais, enquanto a Argentina ficou na terceira posição, com 7,6% do comércio. Os EUA caíram para a oitava posição. A tendência é de manutenção deste quadro em 2010, tendo em vista a importância da participação brasileira no volume comercializado pelo Uruguai.

O intercâmbio bilateral entre Brasil e Uruguai em 2009 ficou em patamar similar ao de 2008, que somou US$ 2,6 bilhões. A expectativa é de crescimento no comércio bilateral, acompanhando as boas previsões econômicas para ambos os países. As exportações brasileiras para o país vizinho, em 2009, foram de US$ 1.360.078 milhões, enquanto as importações provenientes do Uruguai alcançaram US$ 1.240.346 milhões, o que resultou em saldo positivo para o Brasil de US$ 119,732 milhões, valor superior ao observado em 2008, de US$ 72 milhões.

RELACIONAMENTO BILATERAL

Os constantes encontros entre autoridades dos dois países refletem a importância que possui o relacionamento bilateral para Brasil e Uruguai. Em 2007, o Presidente Lula visitou o Uruguai; em 2008, os Chanceleres se encontraram duas vezes, enquanto os Presidentes mantiveram encontro particular às margens das cúpulas de Sauípe; em 2009, outro encontro de Chanceleres para preparar a visita do Presidente Vázquez, em março do mesmo ano.

O último encontro entre os Presidentes teve como foco questões bilaterais como o fornecimento emergencial de energia elétrica, além do projeto de linha de transmissão elétrica no FOCEM, e de temas financeiros e comerciais.

Os mandatários avaliaram, também, a situação política e econômica, tanto no Brasil e no Uruguai, quanto regional. Os Presidentes discutiram medidas levadas a cabo pelos dois países para enfrentar a crise financeira internacional e declararam preocupação com a adoção de medidas protecionistas pela Argentina.

Durante a visita, foram assinados três acordos: (1) um Adendo ao memorando de entendimento de 2006 entre os Ministérios da área de energia, em função dos progressos que deve assegurar à viabilização do projeto de interconexão elétrica Brasil-Uruguai; (2) Ajuste complementar de cooperação técnica para treinamento em português instrumental para policiais rodoviários do Uruguai, iniciativa que se insere nos esforços de integração na área de fronteira e de uma melhor interação entre autoridades e cidadão de ambos os países; e (3) Acordo de Serviços Aéreos, que permitirá aumentar as freqüências aéreas entre os dois países.

Em setembro de 2009, houve reunião dos Vice-Chanceleres no âmbito do Mecanismo de Consultas e Concertação Política, em que o tema predominante foi o projeto de interconexão elétrica San Carlos-Candiota e seu financiamento no FOCEM, além de discussões sobre a dupla cobrança da TEC e o acordo MERCOSUL-UE.

TEMAS DA AGENDA BILATERAL

Cooperação técnica bilateral

O Brasil possui inúmeros projetos de cooperação bilateral técnica com o Uruguai, centrados em educação, saúde, segurança e comunicação.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou, em maio de 2009, missão multidisciplinar a Montevidéu. Na oportunidade, foram assinados os instrumentos discriminados a seguir:
a) projeto "Capacitação em Português como Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio - Polícia Rodoviária".
b) projeto "Fortalecimento do Ensino Técnico na Área de Meio Ambiente" e respectivo ajuste complementar, para fornecer aos profissionais uruguaios conhecimentos de gestão de conservação ambiental, com enfoque na região de fronteira;
c) projeto "Fortalecimento das Políticas de Enfrentamento da Epidemia de HIV/AIDS no Uruguai" e o ajuste complementar correlato; e
d) projeto "Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai" e respectivo ajuste complementar, que propõe o fortalecimento da área de hemoterapia neste país, por meio da transferência de conhecimentos técnicos e da capacitação de profissionais.

Cooperação Militar

Foi cedido, em 2006, pela Marinha do Brasil à Armada do Uruguai um helicóptero Esquilo. O helicóptero não está operando, por falta de recursos para manutenção. A revisão poderia custar de R$ 1 a 1,5 milhão. Em 14 de abril de 2009, Tabaré Vasquez enviou ao Presidente Lula carta solicitando apoio técnico para a realização da manutenção do helicóptero. Ainda não houve desdobramentos da carta.

Energia

(a) Interconexão elétrica e fornecimento emergencial: O Uruguai atribui grande prioridade à linha de interconexão elétrica entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (RS) e submeteu projeto de financiamento pelo FOCEM, que consumiria três anos dos recursos para projetos uruguaios (US$ 83 milhões). O projeto completo estaria orçado em US$ 259 milhões.

A Unidade Técnica FOCEM/Secretaria do MERCOSUL apresentou parecer segundo o qual o projeto do Uruguai de interconexão elétrica com o Brasil é considerado técnica e financeiramente viável.

O Uruguai atravessou recentemente um período de forte seca, que vem estrangulando sua oferta energética desde o final de 2008. Em janeiro de 2009, o

Presidente Vázquez pediu ao Presidente Lula ajuda na forma de exportação de energia elétrica em caráter emergencial. Por determinação do Senhor Presidente da República, o Ministério de Minas e Energia propôs acordo com validade de fevereiro a abril de 2009 para a exportação de até 500MW de energia elétrica para o Uruguai. Ainda que o estrangulamento energético tenha se amainado, o Uruguai solicitou que o fornecimento emergencial continuasse disponível em 2010.

Criou-se um GT sobre Interconexão Elétrica Brasil - Uruguai, com participação do MME, UTE, Eletrobrás, Eletrosul e de representantes das Chancelarias dos dois países. Além de ter produzido um Memorando de Entendimento sobre intercâmbio de energia elétrica de origem hidráulica na modalidade "com devolução", o GT decidiu que, no início de 2010, a UTE realizará leilão piloto de pequena quantidade de energia, para averiguar se isto pode reduzir o custo da eletricidade que o Uruguai importa do Brasil.

Quanto à interconexão elétrica, ficou definido que a linha de transmissão em território brasileiro (60km) será construída pela Eletrosul. A UTE pagará taxas à Eletrosul pelo uso exclusivo da linha e poderá adquirir eletricidade no mercado brasileiro por intermédio de agente de comercialização de sua livre escolha. O projeto de investimento por parte da Eletrosul (da ordem de U$110 milhões) e as minutas de contratos entre UTE e Eletrosul serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Eletrobrás.

A ELETROBRÁS também irá estabelecer escritório em Montevidéu, no mesmo prédio em que se encontram as representações do BB e do BNDES, como parte do processo de internacionalização da companhia.

Projetos de Infra-estrutura

(a) Reforma da Ponte Barão de Mauá e Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão: O Brasil cobrirá os custos da recuperação da Ponte Mauá e o custo do projeto executivo da segunda ponte. O Ministério dos Transportes aventou a possibilidade de que o Brasil assuma o custo total da construção da nova Ponte (R$ 35 milhões). O Acordo sobre a segunda ponte sobre o Rio Jaguarão entrou em vigor 2009.

O consórcio constituído pelas empresas Azambuja Engenharia e Geotecnia Ltda e Patrimonium Arquitetura e Restauro Ltda venceu a licitação para reforma da ponte Mauá, e o projeto executivo encontra-se em fase de elaboração de relatórios. O projeto da nova ponte será desenvolvido pela empresa ENECON, do Rio Grande do Sul. A empresa já iniciou os trabalhos de confecção do projeto executivo, para os quais obteve concessão do governo uruguaio para fazer medições *in loco*.

A última reunião da Comissão Mista da Segunda Ponte e do Grupo Técnico sobre a Reforma da Ponte Mauá ocorreu em 10 de dezembro de 2009. Acordou-se quanto ao regulamento da Comissão Mista e à necessidade de definir a divisão do espaço do Centro Unificado de Fronteira.

(b) Hidrovia da Lagoa Mirim: O Governo uruguaio celebrou contrato com a empresa *Timonsur S.A.* para construção do terminal de cargas de La Charqueada,

no Rio Cebollatí. Em 2009, houve evento de lançamento da pedra fundamental de construção do terminal, com a presença do Presidente Tabaré e ministros; na ocasião, foi feita leitura de mensagem do Presidente Lula sobre o terminal e sua importância para a Lagoa Mirim.

Os recursos para revitalização do Porto de Santa Vitória do Palmar, da ordem de R$ 10 milhões, estão sendo pleiteados pela Prefeitura de Santa Vitória do Palmar e pelo Projeto da Hidrovia junto ao Governo Federal. A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e o Ministério dos Transportes dispõem de recursos para a dragagem do Canal de São Gonçalo. A Marinha do Brasil, a pedido do Itamaraty, preparou minuta de protocolo de navegação, regulando o transporte fluvial e lacustre na Bacia da Lagoa Mirim. Por ocasião da VI Reunião da Nova Agenda de Cooperação Fronteirça, no dia 10 de junho de 2009, em Porto Alegre, foi entregue à contraparte uruguaia minuta de Acordo para a Reativação da Hidrovia da Lagoa Mirim. Na ocasião, também ficou acordada a realização de reunião bilateral em, Brasília, no dia 13 de julho de 2009, para coordenar os esforços de implementação da Hidrovia; entretanto, por dificuldades na conciliação de datas, a reunião ainda não foi realizada. É grande a importância de se retomar o processo negociador, particularmente pela comemoração da efeméride dos 100 anos da assinatura do "Tratado Relativo às Fronteiras na Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão e o Comércio e a Navegação nessas Paragens", em outubro de 2009.

Investimentos Brasileiros no Uruguai

Há alguns projetos importantes de investimentos brasileiros no Uruguai ainda em análise, como o projeto da Vale do porto de La Agraciada, em Soriano, para escoar minério de ferro da mina de Corumbá, e a possibilidade de adesão do Uruguai ao sistema de pagamento em moedas locais, já em vigor com a Argentina. Outros investimentos de empresas brasileiras que tem sido bem-sucedidos no Uruguai estão no setor de frigoríficos, de malte e cerveja, de arroz, de siderurgia e financeiro.

Quanto a gás e combustíveis, a Petrobrás detém 55% do capital da empresa Conecta S.A., que tem a exclusividade na distribuição de gás no interior do país. Além disso, a Petrobrás possui o controle acionário (66%) da distribuidora de gás na capital, Montevideo Gas. Também possui ativos da Companhia Shell no Uruguai, que representam 22% da distribuição de combustíveis derivados do petróleo no Uruguai.

Em 2009, a empresa anunciou investimentos de US$ 100 milhões nos próximos cinco anos, destinados, principalmente, à expansão da rede de postos de gasolina e à ampliação da cobertura das empresas Conecta e Montevideo Gas. A empresa estuda ainda investimentos em energia renovável, biocombustíveis e indústria de asfalto.

O consórcio com a participação da Petrobrás (40% de participação), da unidade argentina da companhia espanhola Repsol, a YPF (40%), e da portuguesa GALP Energia (20%), ganhou licitação para prospecção e exploração de petróleo em dois blocos na plataforma continental uruguaia, na altura de Punta del Este. A

assinatura do contrato que formaliza a adjudicação ao consórcio deve ocorrer em 2010, mas ainda não há data prevista para o início das atividades.

A Petrobras também tem demonstrado interesse em participar da construção de usina de regaseificação em Montevidéu. Uruguai e Argentina assinaram memorando sobre o tema em 2007, que ainda não produziu efeitos concretos.

COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA

Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço

Entre os dias 09 e 10 de junho de 2009, ocorreu em Porto Alegre a VI Reunião de Alto Nível da Nova Agenda. A grande inovação trazida nesta VI edição do encontro foi a adoção de uma nova sistemática de acompanhamento das atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Saneamento e Cooperação Jurídica e Policial. A VII Reunião deverá acontecer em Montevidéu em 2011.

Acordo para Acesso Recíproco aos Serviços de Saúde na Fronteira

No Uruguai, o texto do Ajuste Complementar já foi aprovado, tendo o Uruguai "cumprido com os requisitos constitucionais para que o Estado uruguaio possa obrigar-se por essa classe de instrumentos internacionais". Ele foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 08/12/09 e entrou em vigor em 18/01/10.

Comissões da Lagoa Mirim (CLM) e da Bacia do Rio Quaraí

Realizou-se, em 4 e 5 de agosto de 2008, em Montevidéu, a 112.ª Reunião da CLM. Os principais resultados foram a constituição de três GTs: um para impulsionar a implementação da Hidrovia da Lagoa Mirim; outro para resolver problemas de saneamento urbano na região banhada pelas águas da Bacia e o último para tratar do manejo sustentável dos recursos pesqueiros da região. A 1ª reunião do GT de Pesca da CLM foi realizada em Pelotas, em 3 de março de 2009. A Comissão do Rio Quaraí, por sua vez, continua sem reunir-se.

Meio Ambiente e Saneamento

A I Reunião do GT sobre Saneamento, no âmbito da CLM, foi realizada no dia 20 de novembro de 2008, na cidade de Aceguá. Discute-se também a implementação do Projeto Aceguá-Aceguá de saneamento integrado (originário da empresa uruguaia "Obras Sanitarias del Estado"/OSE) e do Projeto sanitário de Barra do Quaraí e sua compatibilização com o sistema de Bella Unión.

O Ministério da Integração Nacional comprometeu-se a convocar reunião do GT de Saneamento com dois objetivos principais: a) definir plano de trabalho e cronograma que inclua eventual escolha de responsável pela reformulação do projeto, em consulta com CORSAN, OSE e outros atores relevantes; e b) definir

com o lado uruguaio quem seria o responsável pela execução do projeto no Uruguai.

Cooperação na Área de Assistência Humanitária e Defesa Civil

O tema foi objeto de discussões no âmbito do GT de Cooperação Policial e Judicial da VI RAN da Nova Agenda, ocorrida em PoA, entre os dias 09 e 10 de junho de 2009. No dia 26 de junho, foi submetida à Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional, minuta de acordo que, em princípio, contempla as principais intenções que aquela Secretaria desejaria ter como balizas para a cooperação bilateral em assistência humanitária e defesa civil.

Cooperação na Área Previdenciária

O Presidente do "Banco de Previsión Social" do Uruguai (BPS, homólogo do Instituto Nacional de Previdência Social do Brasil), Ernesto Múrro participou da VIII Reunião de Coordenação Consular, realizada em 26 de março de 2009, em Montevidéu. Na ocasião, o Dr. Murro sublinhou a relação institucional entre o BPS e os órgãos previdenciários brasileiros.

Referiu-se, entre outros temas, à Resolução de 19/11/2008, por meio da qual nacionais brasileiros titulares de documento especial de fronteiriço podem ser registrados no BPS. A Resolução garante todos os direitos "de atividade e de passividade" (acesso a saúde, seguros-desemprego, aposentadorias, etc.) dos trabalhadores e seus dependentes.

Comitê de Intendentes e Prefeitos

Ocorreu reunião extraordinária do Comitê à margem da VI Reunião de Alto Nível da Nova Agenda, em 9 e 10 de junho de 2009, em Porto Alegre. A reunião se confirmou como foro de atração política para a temática fronteiriça. Com atendimento de público inédito, a reunião contou com a participação de inúmeras autoridades municipais e federais, demonstrando a importância política que os governos centrais conferem à integração fronteiriça.

Criação de Escolas Técnicas Binacionais

Em conformidade com o acordo assinado em 2005, foi aprovada, na reunião entre autoridades brasileiras e uruguaias em Santana do Livramento, a criação de cursos presenciais nas seguintes áreas e localidades: Meio Ambiente em Rivera; Informática em Livramento, Chui, Santa Vitória do Palmar, Quarai e Jaguarão; Energias Alternativas em Artigas; Bio-combustível em Barra do Quarai; Técnico em Comércio em Rio Branco; e Automação Industrial em Jaguarão. Ficou acordado também a criação de grupos para discussões técnicas detalhadas de cada curso, como por exemplo carga horária, currículo, duração etc.

O acordo para a criação de Escolas e/ou Institutos Técnicos Binacionais encontra-se em exame simultâneo na CREDN, CCJC e CEC na Câmara dos Deputados.

Banco de Dados Fronteiriço

O "Ministerio del Desarrollo Social" (MIDES) e Ministério da Integração Nacional assinaram memorando de entendimento para desenvolver um banco de dados fronteiriço. A compilação de dados seria feita por parcerias com acadêmicos, governos e instituições privadas, com financiamento do FOCEM.

Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral

Realizou-se, em Montevidéu, em 23 de novembro de 2009, a 12ª Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Uruguai. A delegação brasileira mencionou a queda registrada em 2009 nas exportações brasileiras para o mundo, em geral, e para o Uruguai, em particular, reflexo da crise econômica iniciada em 2008. Para 2010, espera-se uma retomada das vendas ao exterior, embora o prognóstico para os mercados norte-americano e europeu ainda seja incerto. Nesse contexto, é desejável o incremento da parceria com países da América do Sul.

Acordo Automotivo Brasil-Uruguai

Foram concluídas, no dia 26 de junho de 2008, em Brasília, as negociações de acordo automotivo bilateral Brasil-Uruguai. O acordo entrou em vigor em 31 de julho de 2008, após sua protocolização pela SG-ALADI. Um exemplo bem-sucedido foi a associação entre a Kia Motors do Brasil e a Nordex para a produção do caminhão leve modelo "Bongo" no Uruguai, em abril de 2009.

Circulação de bens na fronteira

O Uruguai relacionou os seguintes problemas enfrentados pelos seus exportadores para o Brasil: 1) excessiva burocracia nos trâmites aduaneiros; 2) falta de coordenação nos horários de funcionamento dos postos de fiscalização brasileiros e uruguaios; 3) falta de pessoal nos órgãos de fiscalização fronteiriça do lado brasileiro — Receita Federal, Polícia Federal, ANVISA, MAPA e IBAMA; 4) falta de interconexão das bases de dados das Receitas e Polícias de ambos os países; 5) necessidade de interligação eletrônica nos postos de fronteira e de harmonização dos procedimentos de fiscalização e controle; 6) ainda não foram instaladas as Áreas de Controle Integrado. O Uruguai tampouco conseguiu assegurar os investimentos para implantação de Áreas de Controle Integrado nos passos fronteiriços.

Exportações por Envios Postais para Pequenas e Micro Empresas

O *Programa Exporta Fácil Uruguai*, viabilizado pelos Correios do Brasil, foi lançado ao público em Montevidéu, no dia 9 de março de 2009, e está disponível, inicialmente, nas cidades de Colônia, Paysandú e Montevidéu, devendo ser próxima e paulatinamente expandido até alcançar cerca de 90 pontos da malha postal uruguaia. Poderão utilizar a versão uruguaia do Exporta Fácil as empresas formalmente estabelecidas e registradas na Dinapyme, para exportações de pacotes de até 30kg e valor inferior a US$ 3.500 por exportação.

ANEXO - INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS URUGUAI

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Oriental do Uruguai
Superfície	176.220 Km²
Localização	Sudeste da América do Sul
Capital	Montevidéu
Principais cidades	Montevidéu, Salto, Paysandú, Las Piedras, Ciudad de la Costa, Rivera, Maldonado
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US$ 32,8 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US$ 9.752
Moeda	Peso

Elaborado pela MDIC/SECEX/DEINT - Divisão de Informação Comercial, com dados do Banco Central do Uruguai, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
População (em milhões de habitantes)	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3
Densidade demográfica (hab/km²)	18,7	18,7	18,7	18,7	18,7
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	17,4	20,0	24,3	32,2	32,8
Crescimento real do PIB (%)	6,6	4,6	7,6	8,9	0,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,9	6,4	8,5	9,2	5,9
Reservas internacionais (US$ bilhões)	3,1	3,1	4,1	6,4	7,9
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	14,4	11,2	12,4	12,8	12,8
Câmbio (Ps / US$)	24,15	24,45	21,53	54,36	19,65

Elaborado pela MDIC/SECEX/DEINT - Divisão de Informação Comercial, com dados do Banco Central do Uruguai, Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.

(1) Estimativa EIU

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2006	2007	2008
A. Balança comercial (fob)	498,0	555,0	1.554,6
Exportações	4.400	5.043	7.100
Importações	4.898	5.598	8.654
B. Serviços (líquido)	488	683	743
Receita	1.387	1.807	2.158
Despesa	979	1.124	1.414
C. Renda (líquido)	-428	-386	-454
Receita	742	885	811
Despesa	1.170	1.271	1.265
D. Transferências unilaterais (líquido)	126	137	146
E. Transações correntes (A+B+C+D)	192	91	1.114
F. Conta de capitais (líquido)	7	4	8
G. Conta financeira (líquido)	2.936	1.687	3.275
Investimentos diretos (líquido)	1.494	1.140	2.049
Portfólio (líquido)	1.687	1.114	253
Outros	-245	-567	1.482
H. Erros e Omissões	183	604	72
I. Saldo (E+F+G+H)	2.368	1.886	2.233

Elaborado pela MRE/DEPROC - Divisão de Informação Comercial, com dados por base no Banco do FMI, Direction of Trade Statistics, CEIC, outubro 2009.

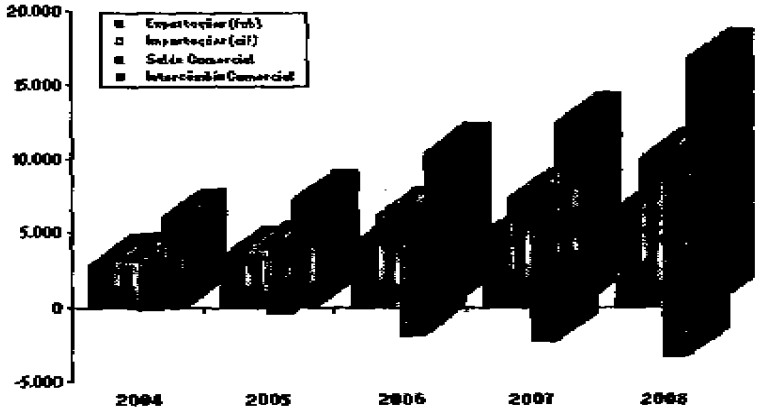
(1) Última versão disponível em 10/08/2009.

COMÉRCIO EXTERIOR* (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
Exportações (fob)	2.930	3.493	4.239	5.031	6.690	2.832
Importações (cif)	3.119	3.879	6.159	7.396	10.076	3.922
Saldo Comercial	-189	-476	-1.920	-2.365	-3.386	-1.090
Intercâmbio Comercial	6.049	7.282	10.398	12.427	16.766	6.754

Elaborado pela MRE/DEPROC - Divisão de Informação Comercial, com dados por base no Banco do FMI, Direction of Trade Statistics, CEIC, outubro 2009.

COMÉRCIO EXTERIOR DO URUGUAI
2004 - 2008

(US$ milhões)



Elaborado pela MRE/DEPROC - Divisão de Informação Comercial, com dados por base no Banco do FMI, Direction of Trade Statistics, CEIC, outubro 2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total	2009 (1)	% do total
EXPORTAÇÕES (fob)								
Brasil	618	14,6%	786	15,6%	1.249	18,7%	626	22,7%
China	245	5,8%	311	6,2%	566	8,5%	214	7,6%
Argentina	281	6,6%	425	8,5%	491	7,3%	213	7,5%
Alemanha	204	4,8%	246	4,9%	434	6,5%	136	4,9%
México	262	6,2%	333	6,6%	326	4,9%	142	5,0%
Países Baixos	85	2,0%	104	2,1%	301	4,5%	95	3,4%
Rússia	202	4,8%	100	2,0%	293	4,4%	115	4,1%
Estados Unidos	496	11,7%	476	9,5%	236	3,5%	115	4,1%
Espanha	142	3,4%	176	3,5%	231	3,5%	93	3,3%
Venezuela	153	3,6%	182	3,6%	229	3,4%	100	3,5%
Reino Unido	109	2,6%	106	2,1%	161	2,4%	76	2,7%
Chile	0	0,0%	0	0,0%	153	2,3%	60	2,1%
Itália	122	2,9%	116	2,3%	152	2,3%	77	2,7%
Japão	105	2,5%	85	1,7%	120	1,8%	43	1,5%
Paraguai	59	1,4%	73	1,5%	84	1,3%	35	1,2%
Noruega	48	1,1%	61	1,2%	77	1,1%	12	0,4%
Israel	64	1,5%	62	1,2%	72	1,1%	22	0,8%
Cuba	42	1,0%	52	1,0%	59	0,9%	19	0,7%
Suíça	4	0,1%	18	0,4%	55	0,8%	17	0,6%
Guatemala	6	0,2%	33	0,7%	54	0,8%	25	0,9%
Hong Kong	25	0,6%	33	0,7%	51	0,8%	32	1,1%
Egito	35	0,8%	43	0,9%	50	0,7%	21	0,7%
Tailândia	38	0,9%	40	0,8%	48	0,7%	15	0,5%
Finlândia	19	0,4%	46	0,9%	47	0,7%	3	0,1%
França	42	1,0%	41	0,8%	42	0,6%	18	0,6%
Subtotal	**3.410**	**80,4%**	**3.947**	**78,5%**	**5.591**	**83,4%**	**2.326**	**82,2%**
Demais países	**829**	**19,6%**	**1.084**	**21,5%**	**1.109**	**16,6%**	**506**	**17,8%**
Total	**4.239**	**100,0%**	**5.031**	**100,0%**	**6.698**	**100,0%**	**2.832**	**100,0%**

Elaborado pela MDIC/SECEX - Divisão de Informação Comercial, com dados brutos do Sistema ALICE da RFB, Direction of Trade Statistics, CD Rom outubro 2009.

Países Estados membros do mercado, tendo ainda sido incluídos os países associados em 2006.

(1) Dados preliminares.

(2) Dados não disponíveis em 31/12/2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total	2009 (1)	% do total
IMPORTAÇÕES (cif)								
Brasil	1.316	21,4%	1.322	17,9%	1.960	19,7%	829	21,1%
Argentina	1.107	18,0%	1.417	19,2%	1.809	17,9%	690	17,6%
China	446	7,3%	677	9,2%	1.114	11,1%	330	8,4%
Estados Unidos	531	8,6%	705	9,5%	983	9,8%	367	9,4%
Paraguai	462	7,5%	574	7,8%	655	6,5%	332	8,5%
Nigéria	287	4,7%	346	4,7%	454	4,5%	169	4,3%
Alemanha	200	3,3%	190	2,7%	228	2,3%	98	2,5%
África do Sul	10	0,2%	199	2,7%	220	2,2%	107	2,7%
Canadá	24	0,4%	26	0,4%	216	2,1%	11	0,3%
França	145	2,4%	156	2,1%	187	1,9%	60	1,5%
México	73	1,2%	99	1,3%	186	1,8%	84	2,2%
Espanha	101	1,6%	119	1,6%	164	1,6%	49	1,3%
Itália	130	2,2%	130	1,8%	154	1,5%	46	1,2%
Chile	100	1,6%	109	1,5%	133	1,3%	53	1,4%
Suíça	91	1,5%	91	1,2%	131	1,3%	63	1,6%
Reino Unido	82	1,3%	77	1,0%	125	1,2%	40	1,0%
Japão	75	1,2%	86	1,2%	116	1,2%	37	0,9%
República da Coréia	60	1,0%	79	1,1%	109	1,1%	48	1,2%
Rússia	25	0,4%	99	1,3%	90	0,9%	50	1,3%
Angola	53	0,9%	65	0,9%	75	0,7%	66	1,7%
Países Baixos	50	0,8%	71	1,0%	74	0,7%	35	0,9%
Índia	38	0,6%	52	0,7%	67	0,7%	29	0,7%
Bélgica	23	0,4%	43	0,6%	57	0,6%	25	0,6%
Hong Kong	38	0,6%	40	0,5%	55	0,5%	17	0,4%
Subtotal	**5.469**	**88,8%**	**6.789**	**91,8%**	**9.382**	**93,1%**	**3.639**	**92,8%**
Demais países	**690**	**11,2%**	**607**	**8,2%**	**694**	**6,9%**	**283**	**7,2%**
Total	**6.159**	**100,0%**	**7.396**	**100,0%**	**10.076**	**100,0%**	**3.922**	**100,0%**

Elaborado pela MDIC/SECEX - Divisão de Informação Comercial, com dados brutos do Sistema ALICE da RFB, Direction of Trade Statistics, CD Rom outubro 2009.

Países Estados membros do mercado, tendo ainda sido incluídos os países associados em 2006.

(1) Dados preliminares.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - URUGUAI [1] (US$ mil - fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	**853.138**	**1.012.598**	**1.288.440**	**1.644.126**	**1.360.078**
Variação em relação ao ano anterior	27,2%	18,7%	27,2%	27,6%	-17,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Mercosul	7,3%	7,2%	7,4%	7,8%	8,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%
Importações	**493.653**	**618.225**	**786.396**	**1.018.153**	**1.240.346**
Variação em relação ao ano anterior	-5,6%	25,2%	27,2%	29,5%	21,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Mercosul	7,0%	6,9%	6,8%	6,8%	9,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,7%	0,7%	0,7%	0,6%	1,0%
Intercâmbio comercial	**1.346.791**	**1.630.823**	**2.074.836**	**2.662.279**	**2.600.424**
Variação em relação ao ano anterior	12,8%	21,1%	27,2%	28,3%	-2,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o Mercosul	7,2%	7,1%	7,2%	7,3%	9,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,9%
Saldo Comercial	**359.485**	**394.373**	**502.044**	**625.973**	**119.732**

Elaborado pela MRE/DEPECOM - Divisão de Informação Comercial, com dados fornecidos pela SECEX/MDIC.

(1) As divergências observadas nas estatísticas de exportação brasileira e de importação de país parceiro resultam, em geral, de fatores diversos, tais como: por diferentes metodologias de apuração.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2009 (jan-jun) [1]	% do total
EXPORTAÇÕES		
Carnes e miudezas, comestíveis	517	19,0%
Cereais	391	14,4%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	340	12,5%
Leite e laticínios; ovos de aves, mel natural	170	6,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	161	5,9%
Produtos da indústria de moagem, malte; amidos	93	3,4%
Plásticos e suas obras	89	3,3%
Lã, pelos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	82	3,0%
Peixes e crustáceos, moluscos	72	2,7%
Peles, exceto a peleteria, e couros	66	2,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	55	2,0%
Produtos farmacêuticos	51	1,9%
Animais vivos	43	1,6%
Gorduras; óleos e ceras animais ou vegetais	43	1,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	42	1,5%
Livros, jornais, revistas, gravuras e outros produtos gráficos	37	1,4%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	33	1,2%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	32	1,2%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	31	1,1%
Produtos de origem animal	30	1,1%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	29	1,1%
Borracha e suas obras	27	1,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	21	0,8%
Subtotal	**2.455**	**90,5%**
Demais Produtos	**259**	**9,5%**
Total Geral	**2.714**	**100,0%**

Elaborado pela MRE/DEPECOM - Divisão de Informação Comercial, com dados fornecidos pela SECEX/MDIC/Trademap.

Divergências nas estatísticas de exportação e importação de diferentes fontes.

(1) Última atualização disponível em 10/08/2009.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2009 (jan-jun)(1)	% no total
IMPORTAÇÕES		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.633	29,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	884	9,9%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	711	8,0%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	573	6,4%
Plásticos e suas obras	425	4,8%
Adubos ou fertilizantes	305	3,4%
Produtos diversos das indústrias químicas	274	3,1%
Produtos químicos orgânicos	191	2,1%
Ferro fundido, ferro ou aço	187	2,1%
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	166	1,9%
Borracha e suas obras	151	1,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel	136	1,5%
Produtos farmacêuticos	134	1,5%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	114	1,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	101	1,1%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	92	1,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	81	0,9%
Cereais	78	0,9%
Peles, exceto a peleteria (peles com pelo)	69	0,8%
Vestuário e seus acessórios, de malha	65	0,7%
Gorduras e óleos animais e vegetais	65	0,7%
Sabões, agentes orgânicos de sup, prep, p/ lavagem	65	0,7%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	64	0,7%
Produtos químicos inorgânicos;isótopos	63	0,7%
Subtotal	**7.827**	**85,4%**
Demais Produtos	**1.306**	**14,6%**
Total Geral	**8.933**	**100,0%**

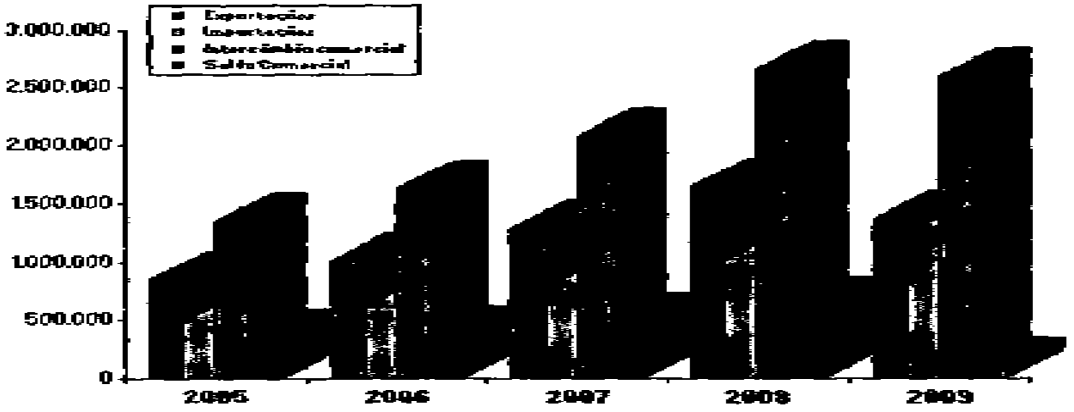
Elaborado pela MDIC/SECEX - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do SISCOMEX Web em [illegible].

Divergências nos dados estatísticos decorrem de diferentes critérios de [illegible].

(1) Última posição disponível em [illegible].

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - URUGUAI
2005 - 2009

(US$ mil - fob)



Elaborado pela MDIC/SECEX - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do SISCOMEX Web.

Aviso nº 128 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 74, DE 2010
(nº 106/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (BRASUNESCO).

Os méritos da Senhora Maria Laura da Rocha que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.



EM No 00077 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 26 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARIA LAURA DA ROCHA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (BRASUNESCO).

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a Delegação e *curriculum vitae* de **MARIA LAURA DA ROCHA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MARIA LAURA DA ROCHA*
CPF.: 15144496172
ID.: 7259 MRE

26/09/1955	Filha de Arthur Veríssimo da Rocha e Laura Martins da Rocha, nasce em 26 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ
24/01/1977	CPCD - IRBr
16/10/1978	Terceira Secretária em 16 de outubro
17/10/1978	Divisão do Pessoal, assistente
01/06/1979	Serviço de Cadastro e Lotação, Chefe
01/12/1979	Consulado em Berlim, Encarregada do Consulado em missão transitória
20/11/1980	Segunda Secretária em 20 de novembro
10/04/1981	Embaixada em Roma, Segunda Secretária
15/06/1982	CAD - IRBr
28/06/1985	Embaixada em Moscou, Segunda e Primeira Secretária
17/12/1987	Primeira Secretária, por merecimento, em 17 de dezembro
01/10/1990	Departamento de Administração, Coordenadora-Executiva, substituta
01/08/1991	Presidência da República, Administração-Geral, Diretora-Geral Adjunta
23/07/1992	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Coordenadora-Executiva
23/12/1992	Embaixada em Roma, Primeira Secretária
03/05/1995	Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Coordenadora-Geral de Documentação e Chefe de Gabinete
20/06/1995	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
22/12/1995	Conselheira, por merecimento, em 22 de dezembro
27/12/1995	Merito della Repubblica Italiana, Itália, Oficial
25/08/1996	Medalha do Pacificador, Brasil
11/01/1999	Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, Gabinete, Chefe de Gabinete
30/08/1999	Ministério da Ciência e Tecnologia, Chefe de Gabinete, e Ministra de Estado Interina
16/06/2000	CAE - IRBr, Diplomacia, Tecnologia e Defesa: o Itamaraty e a captação internacional de tecnologia sensível para o setor aeroespacial
27/12/2000	Ministra de Segunda Classe em 27 de dezembro
26/09/2001	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
15/01/2002	Ordem do Mérito Científico, Brasil, Comendador
03/04/2002	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
10/05/2002	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
04/01/2003	Embaixada em Paris, Ministra-Conselheira
12/03/2008	Secretária de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores
18/06/2008	Ministra de Primeira Classe, por merecimento, em 18 de junho
23/09/2008	Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores
23/10/2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
18/11/2008	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
30/04/2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral de Cooperação
e de Promoção Comercial
Departamento Cultural
Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
fevereiro de 2010

UNESCO

Em 2010, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) comemora seus 65 anos de existência. Foi originalmente concebida para ser a instituição encarregada da cooperação intelectual no seio do Sistema das Nações Unidas, com um nobre objetivo, conforme o seu ato constitutivo: "Como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser construídas as defesas da paz". Para atingir esse objetivo, a organização preconiza a intensificação do intercâmbio em matéria de educação, de ciência, de cultura e de comunicação, a fim de lograr uma paz baseada num ideal democrático, respeitoso da diversidade cultural de cada país. No mundo de hoje, o ato constitutivo da UNESCO permanece atual.

Fundada em 16 de novembro de 1945, a organização conta hoje com 193 Estados Membros e 7 Estados Associados. Seu orçamento para o biênio 2010-2011 eleva-se a US$ 653 milhões. Há mais de uma década o orçamento da organização está estagnado, sendo corrigido apenas pela variação da inflação. Estados Unidos e Japão, seus dois maiores contribuintes, respondem por quase 40% do orçamento total. O Brasil é atualmente o 19º maior contribuinte da organização, respondendo por 0,876% do orçamento total. O Brasil deve cerca de US$ 1 milhão à UNESCO, referente a atrasados de 2009. Para o biênio 2010-2011, a contribuição do Brasil deverá alcançar US$ 5 milhões.

Os principais órgãos da organização são a Conferência Geral, composta dos Ministros da Educação, da Ciência e da Cultura dos Estados Membros, que se reúne de dois em dois anos para votar o programa e o orçamento a serem executados nos dois anos seguintes. O Conselho Executivo é a segunda instância mais importante da organização. É composto de 58 representantes dos Estados Membros, eleitos pela Conferência Geral a cada dois anos. Reúne-se duas vezes por ano para controlar a execução do programa pelo Diretor-Geral. O Secretariado ocupa, enfim, a terceira instância da organização. Está sob a

autoridade do Conselho Executivo e da Conferência Geral. Corresponde à administração da organização e é dirigido pelo Diretor-Geral, eleito para um mandato de quatro anos, renovável por mais quatro. É eleito pelos membros do Conselho Executivo e sua candidatura é submetida à aprovação da Conferência Geral.

DADOS BÁSICOS

Fundação: 16 de novembro de 1945
Estados membros: 193
Estados associados: 7
Orçamento bienal (2010-2011): US$ 653 milhões
Diretor-Geral: Irina Bokova (Bulgária)

Áreas de atuação:
Educação; ciências sociais e humanas; direitos humanos e combate ao racismo; ciências naturais e meio ambiente; diversidade cultural; diálogo intercultural; patrimônio material e imaterial; liberdade de expressão e desenvolvimento da mídia; acesso à informação e inclusão digital.

Principais programas:
Programa Educação para Todos (EPT); Programa O Homem e a Biosfera (MAB); Programa Internacional de Geociências (PIGC); Programa Hidrológico Internacional (PHI); Programa Mundial para a Avaliação dos Recursos da Água (WWAP); Programa Internacional de Ciências Básicas (IBSP); Programa de Educação à Ética (PEE); Programa Internacional sobre a Democracia (PID); Programa de Gestão das Transformações Sociais (MOST); Programa Informação para Todos (IPT); Programa para o Desenvolvimento da Comunicação (PDC); Programa Memória do Mundo (PMM).

Principais órgãos:

Conferência Geral (bienal); Conselho Executivo (composto de cinquenta e oito Estados membros, reúne-se duas vezes por ano); Secretariado (Diretor-Geral eleito para um mandato de quatro anos, renovável por mais quatro anos)

Principais Comitês ou Comissões:

Comissão Oceanográfica Internacional (COI); Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB); Comissão Mundial de Ética dos Conhecimentos Científicos e Tecnológicos (COMEST); Comitê do Patrimônio Mundial (CPM); Comitê Intergovernamental da Convenção sobre o Patrimônio Imaterial (2003); Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Diversidade Cultural (2005).

Representantes Permanentes do Brasil junto à UNESCO (2003-2010)

Embaixador Antônio Augusto Dayrell de Lima
19 de julho de 2003 – 30 de novembro de 2005

Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares
1º de dezembro de 2005 – 22 de fevereiro de 2008

Embaixador João Carlos de Souza-Gomes
3 de março de 2008 (posse) –

Lotação da Delegação Permanente do Brasil

- 01 Representante Permanente (Embaixador)
- 01 Ministro de Segunda Classe da carreira diplomática

- 03 Conselheiros ou Secretários da carreira diplomática
- 02 Oficiais de Chancelaria
- 02 Assistentes de Chancelaria

Contribuição bienal do Brasil à UNESCO

O Brasil deve à UNESCO cerca de US$ 1.000.000, relativos a parte da parcela da contribuição brasileira para o ano de 2009.

O valor da contribuição brasileira para o biênio 2010-2011 ainda é desconhecido, mas estima-se que ultrapasse US$ 5.000.000.

O Brasil é atualmente o 19º maior contribuinte da UNESCO, respondendo por 0,876% do seu orçamento global.

Diretor-Geral da UNESCO

Nome: Irina Bokova (Bulgária)
Posse: 23 de outubro de 2009 (35ª Conferência Geral)

Escritório da UNESCO no Brasil (UBO)

Data de criação: 19 de junho de 1964 (ainda do Rio de Janeiro)
Instalação do UBO em Brasília: 1972
Chefes do UBO (1997-2007):
- Jorge Werthein (Argentina): 1997- 2005
- Rosamaria Durand (Canadá): janeiro a abril de 2006
- Vincent Defourny (Bélgica): maio 2006 até o presente.

Embaixadora Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO

- Nasceu em Sófia, em 12 de julho de 1952.
- Graduou-se no Instituto de Relações Internacionais de Moscou, a academia diplomática do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Rússia, onde também obteve MBA em relações internacionais.
- Programa de estudos sobre o processo decisório em política externa americana na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, como bolsista da Fundação Ford.
- Programa de estudos da OTAN para instituições democráticas no Europa Central e do Leste.
- Programa de liderança e desenvolvimento econômico na Escola de Governo John F. Kennedy, na Universidade de Harvard.

- Professora visitante no curso de mestrado em assuntos de integração européia na Nova Universidade Búlgara, em Sófia.
- Diplomata de carreira no Ministério de Assuntos Estrangeiros da Bulgária a partir de 1977, pelo qual serviu na Missão Permanente junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, e ocupou cargos de assessoramento em Sófia.
- Como membro da Assembléia Nacional Constituinte, participou da elaboração da nova Constituição da Bulgária nos anos de 1990 e 1991.
- Secretária de Estado para Integração Européia (1995-1997)
- Ministra de Negócios Estrangeiros (1996-1997)
- Fundadora e Presidente do European Policy Fórum, organização não-governamental para estudos e pesquisas pró-integração européia (1997-2005).
- Membro do Partido Socialista da Bulgária de 1990 até o presente.
- Membro do Parlamento búlgaro (2001-2005).
- Embaixadora da Bulgária para França e Mônaco (2005).
- Delegada Permanente da Bulgária junto à UNESCO (2005-2009).
- Eleita Diretora-Geral da UNESCO em setembro de 2009.

Candidata búlgara, Irina Bokova venceu a eleição para o cargo de Diretor-Geral da UNESCO, obtendo 31 votos contra 27 dados ao seu oponente egípcio, Farouk Hosni, numa eleição bastante concorrida. Esse resultado apertado deveu-se, sobretudo, à pressão norte-americana, somada à solidariedade européia em torno da candidatura búlgara.

Convém lembrar que, no início do processo eleitoral os candidatos que apresentavam mais chances de vitória eram o egípcio Farouk Hosni, que tinha o apoio da Liga dos Países Árabes, da União Africana e do movimento dos países não alinhados, entre os quais a Índia; a austríaca Benita Ferrero-Waldner, cuja candidatura foi apresentada pela Áustria e a Colômbia e apoiada pelos países da União Européia, onde a Sra. Ferrero-Waldner desempenhava as funções de Comissária para as Relações Exteriores; e a equatoriana Ivonne Juez Baki, antiga embaixadora nos Estados Unidos e amiga de Hillary Clinton.

Diante da forte resistência dos Estados Unidos à candidatura do egípcio Farouk Hosni, e à medida que o processo eleitoral foi-se desenrolando, observou-se uma transferência de

votos em favor da candidatura búlgara, que soube aglutinar em torno de seu nome o apoio decisivo dos países ocidentais, que a levaram à vitória.

Embora tenha apoiado o candidato egípcio, o Governo brasileiro já desenvolve uma relação intensa e promissora com a Diretora-Geral da UNESCO, como o demonstra a visita ao Brasil de Irina Bokova em dezembro de 2009 para participar da Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (CONFITEA) realizada em Belém (PA), bem como os contatos de alto nível mantidos com o Ministro de Estado Celso Amorim, em que se discutiu a participação da UNESCO na iniciativa Aliança das Civilizações, que realizará um grande Fórum de discussões no Brasil em meados de 2010, e a participação da organização no socorro às vítimas e ao Governo do Haiti após o terremoto que atingiu aquele país.

TEMAS POLÍTICOS

Prêmio Félix Houphouët-Boigny

Em maio passado, a UNESCO concedeu ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Prêmio Félix Houphouët-Boigny para a Busca da Paz. Criado com o objetivo de homenagear aqueles que contribuem significativamente para a promoção da paz e dos valores consagrados na Constituição da Organização, o prêmio é um dos mais prestigiados globalmente, e vários de seus ganhadores vieram a receber o Nobel.

Durante a cerimônia de entrega do prêmio, o Secretário-Executivo do Prêmio, Alioune Traoré, manifestou desejo de conhecer *in loco* os programas sociais em curso no Brasil, pois está ultimando relatório sobre os avanços recentes alcançados no País. Está marcada visita ao Brasil de Alioune Traoré no dia 9 de março, ocasião em que manterá encontros com o Senhor Presidente da República, o Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Candidatura do Brasil ao Conselho Executivo

O Brasil é candidato a um dos assentos do Conselho Executivo da UNESCO nas eleições que ocorrerão durante a 36ª Conferência Geral da organização, em outubro de 2011. Principal órgão de acompanhamento da gestão e de definição de estratégias da organização, o Conselho tem sido também um organismo político para o qual refluem matérias delicadas, que se beneficiam, em seu tratamento, da perspectiva humanista da organização e de sua vocação para um diálogo mais democrático. Compõem o Conselho 58 membros, metade dos quais renovada a cada dois anos. Cada região geográfica possui um número determinado de representantes, sendo que, no grupo que reúne 33 países latino-americanos, quatro mandatos encerram-se em 2011.

O Brasil esteve no Conselho por dois mandatos consecutivos, entre 2001 e 2009 e, tendo em vista sua expressiva envergadura nos campos cultural, educacional e científico, pretende voltar ao órgão nas próximas eleições. Membro-fundador da UNESCO, desde 1946 o Brasil adota um padrão de representação no Conselho Executivo que é o de estar presente por dois períodos sucessivos de quatro anos, intercalado por ausência de um biênio.

O Brasil, que lançou sua candidatura ao Conselho Executivo em setembro de 2009, com grande antecedência em relação à data do pleito, já conta com o apoio declarado de mais de 50 países . O México, também ausente do Conselho no biênio 2009-2011, lançou-se candidato em dezembro de 2009 e Cuba acaba de anunciar candidatura à reeleição. Já são três, portanto, os candidatos para as quatro vagas regionais que se abrirão. Apesar de já contar grande número de apoios, a candidatura brasileira demandará trabalho intenso em busca de votos até a data da eleição, no ano que vem.

Introdução do português como língua de trabalho

A introdução do português como língua de trabalho da UNESCO tem sido bandeira dos países lusófonos há vários anos. Nos termos da Declaração Ministerial de Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo, de 20 de julho de 2009, que reforça o compromisso dos países da CPLP de ampliar a utilização do português nos organismos internacionais, em particular no Sistema das Nações Unidas, o Brasil tem efetuado diversas gestões na UNESCO com vistas à introdução do português como língua de trabalho da organização. Durante a 35ª Conferência Geral da UNESCO, em outubro de 2009, o Delegado permanente do Brasil realizou intervenção na Reunião Plenária na qual abordou a questão. As delegações de Angola e Moçambique também se manifestaram, em respaldo à proposta brasileira como pleito comum de todos os países lusófonos.

A introdução do português como língua de trabalho continuará sendo uma das prioridades da atuação do Brasil junto UNESCO nos próximos anos e um dos principais itens da agenda brasileira no Conselho Executivo da organização.

Aliança das Civilizações

À margem da 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o Clima (COP-15), em dezembro de 2009, em Copenhague, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, manteve encontro com a Diretora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, que afirmou haver, em todas as áreas de sua Organização, ampla afinidade com o Brasil e espaço para estreitar as parcerias, incluindo-se a criação de instrumento de cooperação Sul-Sul.

Na mesma ocasião, a Embaixadora Bokova também manifestou intenção de comparecer ao III Fórum da Aliança de Civilizações (Rio de Janeiro, 28 e 29 de maio de 2010). A Aliança de Civilizações é uma iniciativa, no âmbito das Nações Unidas, que busca mobilizar a opinião pública em todo o mundo para superar preconceitos e percepções equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas. Surgida de iniciativa conjunta entre Espanha e Turquia,

tenciona estreitar as relações entre sociedades de culturas e religiões diversas, atuando contra os extremismos de forma preventiva. Segundo a visão da Embaixadora Bokova, os termos do mandato da UNESCO, em grande parte, coincidem com as propostas e objetivos da Aliança.

EDUCAÇÃO

Garantir a universalização da educação com qualidade continua a ser um dos maiores desafios do Governo brasileiro. Ajudar o País a atingir esse objetivo é uma das funções preponderantes da UNESCO no Brasil, ao identificar problemas e construir estratégias para enfrentá-los.

Os desafios educacionais cruciais identificados no Brasil pela UNESCO são:

1. Distância observada entre os preceitos e as metas definidos na legislação nacional e nos compromissos internacionais e a realidade nacional mostrada pelos indicadores educacionais.
2. Participação limitada da sociedade civil em defesa do direito à educação.
3. Desigualdades nas condições de acesso e nos resultados educacionais das crianças, jovens e adultos brasileiros, penalizando especialmente alguns estratos étnico-raciais, a população mais pobre e do campo e os jovens e adultos que não concluíram a educação compulsória na idade adequada.
4. Insuficiência na qualidade da oferta educacional, incluindo gestão dos sistemas e das escolas, currículos e propostas pedagógicas, valorização, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação.

A partir dessas premissas, o principal programa educacional implantado pela UNESCO no Brasil é o Educação para Todos (EPT), no qual são utilizados recursos orçamentários da Organização, que, somados a contrapartidas do Estado, permitem a implementação de projetos voltados para: (a) o fortalecimento das estruturas nacionais, estaduais e municipais

de ensino; (b) a capacitação técnica dos formuladores de políticas educacionais e dos profissionais da educação; (c) o apoio à implementação de políticas nacionais de alfabetização de crianças e educação de adultos; (d) o desenvolvimento de parcerias com organizações não-governamentais e instituições privadas.

Mesmo com os avanços alcançados nos últimos anos, o Brasil precisa realizar maiores esforços para atingir as metas do EPT até 2015. Para auxiliar no avanço da educação fundamental e secundária, a UNESCO monitora a implementação de atividades, avalia progressos e atua na disseminação de boas práticas em todas as regiões. O objetivo final é que o Brasil atinja sua parte nas "Metas de Dacar", estabelecidas na Cúpula Mundial de Educação, realizada na capital do Senegal em abril de 2000, que determinam reduzir a taxa de analfabetismo a 6,7% até 2015. Hoje o País tem 10% de sua população maior de 15 anos analfabeta.

Durante o ano de 2009, as discussões na UNESCO foram pautadas pelos possíveis danos que a crise financeira e econômica internacional poderia ter sobre seus programas ao redor do mundo. Com respeito à educação, durante 181ª Sessão do Conselho Executivo, em abril, o Brasil defendeu que a Organização desempenhasse papel estratégico na saída da crise. Uma das maneiras seria aumentar a ênfase em políticas de educação vocacional. Na mesma Sessão, o Brasil também se opôs à tendência apresentada por alguns atores internacionais de concentrar os esforços de cooperação num número limitado de países, e defendeu a continuidade de estratégias universais.

No plano da educação superior, as principais posições defendidas pelo Brasil foram contempladas na declaração final da Conferência Mundial de Ensino Superior, realizada na sede da UNESCO em julho de 2009. O documento reconhece o papel chave do ensino superior para erradicação da pobreza e o princípio de que esse nível de educação deve ser considerado "bem público", de responsabilidade dos governos, os quais devem assegurar investimentos adequados. Além disso, destaca que deve ser acessível a todos, em igualdade de condições. Graças à articulação dos países latino-americanos e caribenhos, com a participação ativa do Brasil, mudou-se o viés inicial do projeto, mais centrado na ampliação do acesso ao ensino superior e na promoção da privatização.

Em outubro, durante a 35ª Conferência Geral, o Brasil conseguiu ser eleito para retornar ao Conselho do Bureau Internacional de Educação (BIE) como um dos 14 novos membros para o biênio 2010-2011. Iniciando seu novo período de atuação no Bureau, logrou aprovar proposta sugerindo torná-lo o centro de excelência em matéria de planos e programas de estudos no âmbito da UNESCO.

Ainda na Conferência Geral do ano passado, os representantes do País trabalharam ativamente nas discussões sobre os direitos humanos e na liberdade de expressão como conseqüência da crise política em Honduras. Apesar da forte resistência inicial de algumas nações, o tema foi incluído no relatório da Comissão de Educação da UNESCO e mencionado na sessão plenária realizada em 22 de outubro.

Outro momento de destaque da atuação brasileira na UNESCO aconteceu na organização da Sexta Conferência sobre Educação de Adultos (VI CONFINTEA), sediada em Belém no início de dezembro. Realizada com periodicidade média de dez anos, o evento aconteceu pela primeira vez em um país do hemisfério sul e teve mais de mil participantes, incluindo 160 representantes oficiais de Estados e 50 ministros e vice-ministros de Educação.

A Diretora-Geral da UNESCO, Embaixadora Irina Bokova, participou da VI CONFINTEA e enfatizou como a aprendizagem de adultos é vital para que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas sejam alcançados. A Embaixadora afirmou que, mesmo dentro do programa Educação para Todos, o ensino de adultos é por vezes negligenciado, mas pode representar o divisor entre pobreza e oportunidade de trabalho.

Em linhas gerais, a Conferência concluiu que o investimento em educação de adultos é uma forma de combater a crise econômica e de promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável. O documento final da VI CONFINTEA foi chamado "Marco de Ação de Belém" e incluiu a principal reivindicação do grupo de países latino-americanos e caribenhos, no sentido de enfatizar a importância da Cooperação Sul-Sul. O Brasil logrou incluir no documento menções à educação de "jovens e adultos" (e não somente "de adultos") e a salientar a importância do acesso à educação, em todos os níveis, por parte dos presos.

O Brasil também se destacou nos últimos anos nas iniciativas que envolveram o Fundo de Cooperação Sul-Sul da UNESCO, concebido como instrumento para auxiliar os países em desenvolvimento a alcançar os objetivos do programa Educação para Todos e os

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no âmbito educacional, por meio da trocas de experiência, conhecimento e boas práticas entre países que enfrentam realidade e desafios similares.

Recentemente, o País tem trabalhado para aumentar os recursos do fundo que, aos dois anos de existência, continuam modestos. No momento em que o Relatório de Monitoramento Global do Programa Educação para Todos, divulgado no mês passado, indica a existência de considerável déficit de recursos para atingir globalmente as Metas de Dacar, o Brasil aponta que a disponibilização de maiores dotações financeiras para a cooperação Sul-Sul poderá desempenhar um papel importante na consecução desses objetivos.

Haiti

A UNESCO, com apoio direto do Brasil, também está engajada nos esforços emergenciais para ajuda ao Haiti. Após o terremoto que vitimou milhares no país caribenho, a Diretora-Geral da UNESCO, Embaixadora Irina Bokova, lançou apelo emergencial para reconstrução de parte do sistema educacional haitiano, no valor total de US$ 1,9 milhão.

Em 1º de fevereiro, o Brasil apresentou pronta reação e fez a doação de US$ 400 mil para financiar a íntegra do projeto "Apoio Psicossocial para Formação de Professores", um dos três que a UNESCO pretende executar durante a reconstrução do Haiti, e que vai beneficiar 110 mil estudantes de nível secundário e superior.

A iniciativa brasileira teve grande repercussão na UNESCO, onde foi considerada como possível motor para incitar novas doações por parte de outros Estados membros. A Embaixadora Bokova reiterou à imprensa internacional que o gesto brasileiro deveria servir de exemplo a ser seguido pelo restante da comunidade internacional.

Em carta de 10 de fevereiro ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Diretora-Geral da UNESCO agradeceu o aporte "importantíssimo e oportuno" do Brasil, cujo "generoso gesto", nas palavras da Embaixadora Bokova, causaram comoção e gratidão

IBECC

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) foi criado em 1946 com o objetivo de desempenhar o papel de Comissão Nacional do Brasil para a UNESCO, em cumprimento ao estatuto daquele organismo internacional. As Comissões Nacionais atuam de maneira permanente, com o objetivo de fazer uma ponte entre os órgãos governamentais e não-governamentais do país nas áreas de educação, ciência, cultura e o trabalho desenvolvido pela UNESCO.

Em 1991, os estatutos do IBECC foram revogados por decreto e, ao longo das últimas décadas, o órgão sofreu um processo de debilitação e perda gradual de suas funções originais, muitas das quais hoje assumidas pelo Itamaraty. Em razão da absoluta falta de estrutura da entidade, o IBECC suspendeu suas atividades em julho de 2009.

Diante desse quadro, o Itamaraty elaborou minuta de anteprojeto de lei que cria uma Comissão Nacional do Brasil para a UNESCO, em base moderna, e revoga o Decreto-Lei nº 9.334, que criou o Instituto. Pela proposta, caberá à Comissão auxiliar o Ministério das Relações Exteriores na difusão das políticas e dos programas aprovados no âmbito da UNESCO, em colaboração com outros órgãos governamentais.

A Comissão, de alto nível, será composta pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, pelos Secretários Executivos dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultua e da Educação e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, além de representantes da sociedade civil, a serem indicados pelo MRE, em coordenação com os demais Ministérios integrantes da Comissão.

A Presidência da Comissão ficará a cargo do Secretário-Geral do Itamaraty e o apoio técnico administrativo e o custeio das reuniões necessárias para o cumprimento de suas atividades serão prestados pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores.

CIÊNCIA

A área de Ciência tem sido objeto de reiterados debates no âmbito da UNESCO nos últimos anos. Movimento capitaneado por alguns países desenvolvidos alega que a ação da Organização nesse setor teria perdido foco, impacto e relevância. Há, assim, muita resistência à possibilidade de que a UNESCO sirva como foro político de debate científico sobre temas chaves como mudança do clima e energias renováveis.

A atuação do Brasil nos debates nessa área tem levado em conta as três grandes transformações observadas no sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ao longo da última década: a) o desenvolvimento exponencial da ciência brasileira, em termos não somente absolutos, mas também relativos, responsável pela produção de mais de 2% dos artigos indexados em todo mundo; b) a internalização do tema da inovação por governo, academia e amplos setores da sociedade brasileira, que passaram a incorporar essa estratégia como fator e elemento cruciais para o desenvolvimento; e c) a vinculação manifesta das políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência, tecnologia e inovação com programas de inclusão social.

Mesmo com a evolução, a UNESCO ainda identifica grandes desafios na área das ciências naturais para contribuir nos esforços de desenvolvimento do Brasil, notadamente a especificidade dos problemas brasileiros na área ambiental e a necessidade de priorizar e melhorar a qualidade educação da educação científica formal e não-formal.

O Brasil opõe-se aos interesses de alguns países em reduzir a UNESCO a mera agência de prestação de assistência técnica. Em coordenação com seus pares latino-americanos, defendeu no Fórum Mundial de Ciências, realizado em novembro de 2009, em Budapeste, a necessidade de coordenação e de pesquisa e desenvolvimento científicos conjuntos com os países industrializados, detentores de tecnologias e processos críticos

para o desenvolvimento sustentável. O País também lutou pela inclusão nos debates de temas como a dimensão do direito ao desenvolvimento e o desafio do combate à pobreza na equação da preservação da biodiversidade e do combate à mudança do clima, lembrando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Outros assuntos defendidos no plano das Ciências na UNESCO são a crescente participação de novos atores na pesquisa científica (anteriormente quase restrita às grandes potências) e a necessidade de discussão da "diáspora científica" que afeta os países periféricos.

Como parte dos esforços para o incremento da cooperação Sul-Sul também na área de ciências, o Brasil participou da iniciativa do Consórcio para Ciência, Tecnologia e Inovação do Sul (COSTIS). Apesar de ser uma estratégia do G-77+China, sua concepção e lançamento se deram paralelamente ao fórum da UNESCO, como forma de fortalecimento dos mecanismos entre os países em desenvolvimento por meio de programas de bolsas e intercâmbio de cientistas.

Ainda no plano de Ciências na UNESCO, é digna de menção a atuação do Brasil na Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), que trata do gerenciamento dos oceanos. O país foi reeleito para o Conselho Executivo da COI e tem participado dos debates sobre o monitoramento e os impactos que as mudanças do clima podem ter sobre os mares.

No Comitê Internacional de Bioética e no Comitê Intergovernamental de Bioética, os destaques têm sido as discussões sobre temas como clonagem humana e governança internacional, responsabilidade social e saúde.

Outro fato importante foi a criação, no final do ano passado, do HidroEx – Centro Internacional para Educação, Construção de Capacidades e Pesquisa Aplica em Água, em Frutal (MG), como centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO. O centro realizará ações de reforço de capacidades não só para o Brasil, mas para outros países da região e aqueles pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Historicamente, a atuação da UNESCO na área da comunicação e da informação tem-se concentrado na promoção do pluralismo e da independência da comunicação, bem como no acesso universal à informação. A UNESCO tem-se preocupado também com a aplicação das novas tecnologias da informação e da comunicação na promoção do desenvolvimento sustentável.

O principal programa desenvolvido pela UNESCO na área da comunicação e da informação é o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC) que busca promover o desenvolvimento, de forma pluralista e independente, dos meios de comunicação nos países em desenvolvimento. O IPDC auxilia no financiamento de projetos destinados à formação e ao treinamento de profissionais para agências de notícias e emissoras de televisão e rádio. O Brasil foi eleito, na última Conferência Geral, para compor o Conselho do IPDC, no período 2009-2013.

A UNESCO atua também na promoção da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa como direitos humanos básicos, ao encorajar governos a desenvolver instrumentos legais na área de comunicação que respeitem esses direitos. Como promotora da liberdade de imprensa, a UNESCO atribui anualmente o Prêmio "UNESCO World Press Freedom Prize", a organizações e indivíduos que se destacaram nesta área.

Quanto às novas tecnologias de informação e comunicação, a UNESCO tem ressaltado a importância do acesso à informação, por meio do programa Informação para Todos (IFA). Por outro lado, a UNESCO participou ativamente da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS), promovendo o conceito de "sociedade do conhecimento" e seus quatro princípios básicos: liberdade de expressão, acesso universal à informação e ao conhecimento, igualdade de acesso à educação e diversidade cultural.

CULTURA

O mandato da UNESCO na área da cultura tem-se concentrado na promoção da diversidade cultural por meio da proteção do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, bem como na promoção da coesão social por meio da promoção do pluralismo, do diálogo intercultural, da cultura da paz e da promoção da centralidade da cultura no desenvolvimento sustentável.

No que se refere à proteção do patrimônio cultural da humanidade, a UNESCO adotou um conjunto de convenções internacionais, cujo êxito é amplamente reconhecido pela comunidade internacional: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972); a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial (2003); a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (2009); a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954); a Convenção sobre os Meios de Proibição e Prevenção da Importação, Exportação e Transferência Ilícitas de Bens Culturais (1970); a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

Convenção do Patrimônio Mundial

O Brasil possui 17 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial:

- Cultural: Brasília (1987); Centro Histórico da Cidade de Olinda (1982); Centro Histórico da Cidade de Diamantina (1999); Centro Histórico da Cidade de Goiás (2001); Centro Histórico da Cidade de Salvador da Bahia (1985); Centro Histórico da Cidade de São Luís (1997); Missões Jesuítas dos Guaranis: San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa Maria Mayor (Argentina), ruínas de São Miguel das Missões (Brasil) (1983); Parque Nacional da Serra da Capivara (1991); Santuário do Bom Jesus em Congonhas (1985); Cidade Histórica de Ouro Preto (1980);
- Natural: Área de Conservação do Pantanal (2000); Áreas Protegidas do Cerrado : Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (2001); Complexo de conservação da Amazônia Central (2000); Costa do descobrimento – Reservas da

floresta atlântica (1999); Floresta atlântica – Reservas do sudeste (1999); Ilhas atlânticas brasileiras: as reservas de Fernando de Noronha e do Atol das Rocas (2001); Parque Nacional do Iguaçu (1986).

Comitê do Patrimônio Mundial

O Brasil foi eleito, por ocasião da 16ª Assembléia Geral dos Estados Partes da Convenção do Patrimônio Mundial, realizada em outubro de 2007, para cumprir mandato de 5 anos (2007-2011) como membro do Comitê do Patrimônio Mundial, principal órgão diretivo da Convenção.

Na 33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Sevilha, em junho de 2009, decidiu-se que o Brasil sediará a 34ª Sessão do Comitê, a realizar-se entre os dias 25 de julho e 3 de agosto de 2010, em Brasília. Naquela mesma ocasião, o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, foi eleito presidente do Comitê do Patrimônio Mundial.

A realização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em Brasília coincidirá com as comemorações do 50º aniversário da cidade. O Governo do Distrito Federal, embora empenhado nas comemorações do aniversário da cidade, não participará diretamente da organização da 34ª Sessão do Comitê em Brasília. Caberá exclusivamente ao Ministério da Cultura, com o auxílio do IPHAN, cuidar dos preparativos logísticos e custear a realização dessa importante reunião internacional em Brasília.

Encontra-se em análise pelo Centro do Patrimônio Mundial, a candidatura da Praça de São Francisco, em São Cristóvão (SE), à lista do patrimônio mundial. O dossiê da candidatura, elaborado pelo IPHAN, informa que o valor universal do sítio, que justificaria a sua inscrição na lista, deve-se ao fato de que se trata do único exemplo na América portuguesa de praça que segue o modelo urbanístico espanhol, tendo o conjunto arquitetônico sido construído no período da união das coroas espanhola e portuguesa, ao final do século XVII. A inclusão ou não do sítio na lista do patrimônio mundial será anunciada na próxima sessão do Comitê, a realizar-se em Brasília. Já a candidatura da

Aviso nº 129 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (BRASUNESCO).

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta Lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 75, DE 2010
(nº 107/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

Os méritos do Senhor José Eduardo Martins Felício que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM No 00078 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 26 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO*
CPF.: 366.501.107-87
ID.: 5293 MRE

1950 Filho de José Elias Felicio e Aurora Martins Felicio, nasce em 12 de setembro, em Presidente Prudente/SP
1973 CPCD - IRBr
1973 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense/RJ
1974 Terceiro Secretário em 18 de novembro
1974 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1975 Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, assistente
1976 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1977 Missão junto à OEA, Washington, Terceiro e Segundo Secretário
1978 Segundo Secretário em 12 de junho
1980 Embaixada em Abidjan, Segundo e Primeiro Secretário
1981 Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho
1983 Embaixada em Viena, Primeiro Secretário
1986 Conselho de Segurança Nacional, Secretaria-Geral, Adjunto da Primeira Subchefia
1986 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1987 Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
1988 Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC), Kuala Lumpur, Chefe de delegação
1988 Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe
1988 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Oficial
1989 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, Chefe
1990 Reunião do Grupo de Negociações sobre Agricultura da Rodada Uruguai, Genebra, Chefe de delegação
1990 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1991 CAE - IRBr, As Salvaguardas Internacionais
1993 Comitê Preparatório da Organização para Proibição das Armas Químicas, Haia, Chefe de delegação
1993 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Chefe do Gabinete
1994 Problems of Compliance and Enforcement of Regional Arms Limitation Treaties and Agreements, in Disarmament and Arms Limitations and Obligations, UNIDIR, Genebra
1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho
1994 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1994 Os Regimes de Controle das Tecnologias Avançadas e a Inserção do Brasil na Nova Equação do Poder Internacional, in Temas de Política Externa II, IPRI/FUNAG, Brasília
1995 Missão junto à ONU, Nova York, Ministro-Conselheiro
1995 Conferência de exame e extensão do Tratado de Não-Proliferação e Armas Nucleares (TNP), Nova York, Chefe de delegação
1996 O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com Edmundo Fujita e Achilles Zaluar, in Parcerias Estratégicas, ano 1 N. 1, Centro de Estudos Estratégicos, Brasília
1998 VIII reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, Nova York, Chefe de delegação

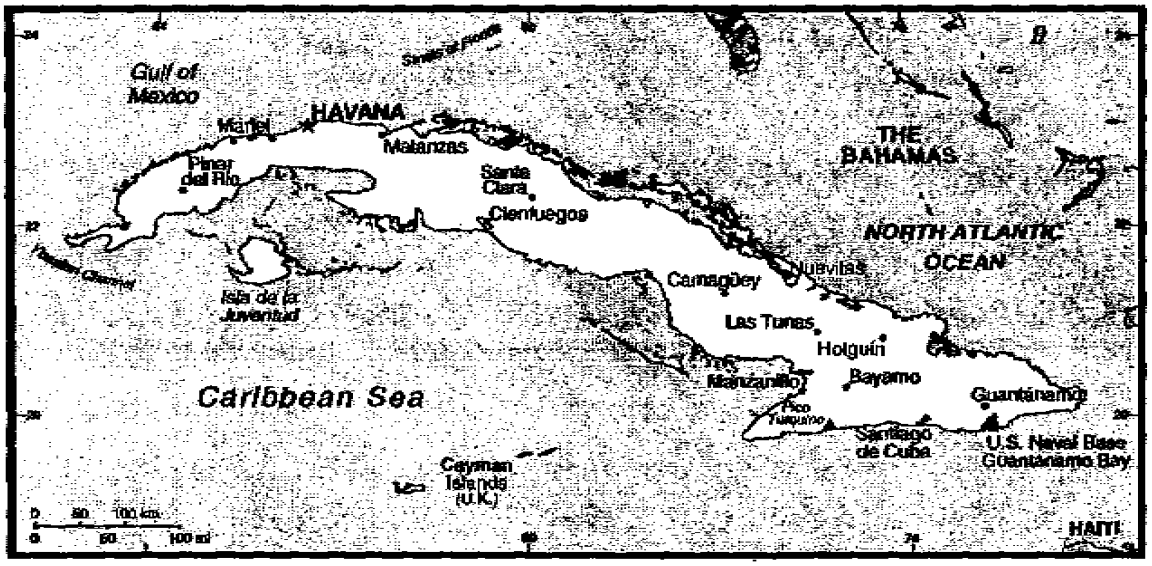
1998 Comissão do Desarmamento das Nações Unidas, Nova York, Chefe de delegação
1999 Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
2001 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial
2001 Divisão da América Meridional II, Chefe
2003 Departamento da América do Sul, Chefe
2003 Ordem El Sol del Peru, Grande Oficial
2003 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2003 Ordem do Libertador General José de San Martín, Argentina, Grande Oficial
2003 Ordem ao Mérito, Chile, Grande Oficial
2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 19 de dezembro
2004 Secretaria de Planejamento Diplomático, Secretário
2004 Ordem do Wissam Al-Alaoui, Marrocos, Grande Oficial
2005 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2005 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Subsecretário-Geral
2006 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2006 Embaixada em Montevidéu, Embaixador
2006 Medalha do Mérito Mauá, Brasil, Cruz Mauá
2007 Medalha do Pacificador, Brasil
2007 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2007 Medalha Fronteira da Paz, Câmara de Vereadores de Santana do Livramento/RS, Brasil

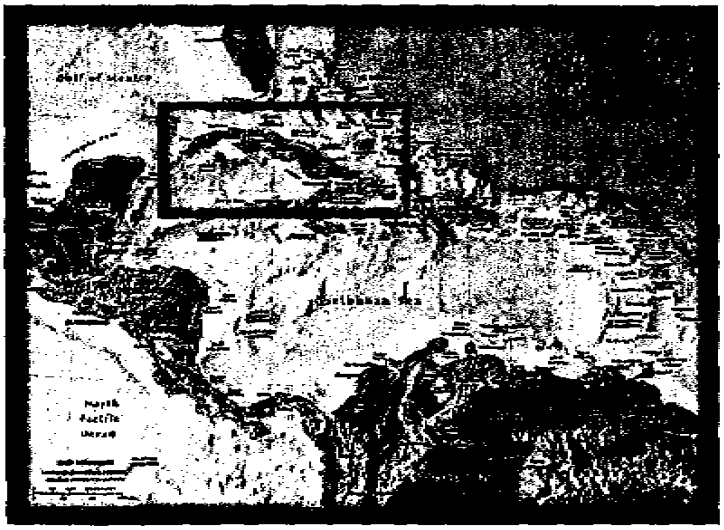
DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América Central, México e Caribe

REPÚBLICA DE CUBA
FEVEREIRO de 2010

DADOS BÁSICOS







CAPITAL:	Havana
ÁREA:	110.922 km²
POPULAÇÃO (2010):	11 milhões 451 mil
ETNIAS:	Mulatos (51%), brancos (37%), negros (11%) chineses (1%).
IDIOMAS:	Espanhol (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	85% católicos, com o restante distribuído entre protestantes, judeus e animistas.
SISTEMA POLÍTICO:	Regime de partido único (PCC) e um órgão supremo (Assembléia Nacional do Poder Popular)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Raul Castro Ruz
CHANCELER:	Felipe Pérez Roque
PIB (2010):	US$ 110. 8 bilhões
PIB PER CAPITA:	US$ 9.700
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso cubano e Peso cubano conversível

Perfis Biográficos



Fidel Castro Ruz – Secretário-Geral do PCC

• Nasceu em 13 de agosto de 1926. Formou-se em Direito pela Universidade de Havana (Doutor em Direito Civil e Licenciado em Direito Diplomático), tendo-se dedicado por breve período à advocacia.

• Em 1953, chefiou o ataque ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, pelo que foi condenado a quinze anos de prisão, dos quais cumpriu dois.

• Exilado nos Estados Unidos e no México, retornou a Cuba em 1956 para comandar guerrilha contra Fulgencio Batista. Com a vitória da revolução, em 01.01.59, tornou-se o líder do novo regime cubano, posição que ocupou até fevereiro de 2008, quando, por força de problemas de saúde, cedeu o poder ao irmão Raul Castro.



Raúl Castro Ruz – Presidente da República

• Nascido em 3 de Junho de 1931, é o mais novo dos três irmãos Castro.

• Graduado em Ensino Superior Militar, foi membro do Movimento de 26 de julho em 1953, tendo passado 22 meses na prisão. Durante seu exílio no México, conheceu Ernesto Ché Guevara e foi quem o trouxe para o grupo de revolucionários cubanos.

• Participou da Campanha de Sierra Maestra, em 27 de fevereiro de 1958, contra o Governo de Fulgencio Batista.

- Como chefe das Forças Armadas, esteve envolvido na participação militar de Cuba em Angola e na Etiópia durante os anos setenta, assim como nos esforços militares para sanear a economia cubana após o fim dos subsídios da União Soviética.
- Atribuem a Raúl Castro as reformas de mercado na agricultura feitas no início dos anos noventa, que aumentaram o suprimento de alimentos após a crise no setor gerada pela cessação dos subsídios soviéticos.
- Assumiu o poder em fevereiro de 2008.



Bruno Rodriguez Parrila – Chanceler

- Nascido no México, em janeiro de 1958.
- Formado em Direito.
- Foi representante permanente de Cuba nas Nações Unidas de 1995 a 2003.
- Foi designado Ministro das Relações Exteriores em março de 2009.
- Era Vice-Ministro de Felipe Perez Roque.

Política Interna

Desde a transmissão de poder de Fidel Castro ao irmão Raul em fevereiro de 2008, Cuba atravessa uma fase de transição. Os graves problemas de saúde do líder da revolução cubana, associados à idade avançada do atual Presidente, suscitam a questão sucessória com uma urgência inédita em Cuba.

A reforma ministerial de março último é um importante indício dos rumos imediatos da política cubana. Figuras exponenciais na Presidência de Fidel Castro, como Felipe Perez Roque e Carlos Lage, foram sacados do Governo e tiveram de apresentar cartas de auto-censura. O ex-Chanceler foi inclusive tachado por Fidel Castro, em uma de suas "Reflexões", de instrumento dos Estados Unidos. É provável que o próprio protagonismo de Perez Roque, considerado desde sempre um dos potenciais sucessores de Fidel Castro, tenha contribuído para sua queda. Tampouco é de se descartar que ele tenha mantido contatos não-autorizados com o Governo dos Estados Unidos, apresentando-se como o primeiro na linha sucessória do Comandante. A reforma ministerial levada a cabo por Raul Castro foi sempre apresentada como tendo sido feita com a total concordância de Fidel, que continua a manter o perfil de líder máximo da revolução cubana. Sinal inequívoco disto foi o aumento da presença de militares no Governo após a reforma.

O Governo cubano vem enfrentando nos últimos tempos protestos cada vez mais sonoros dos dissidentes. Em dezembro último, a associação "Damas de Blanco", que congrega parentes de presos políticos em Cuba, organizou importante manifestação em Havana, que foi prontamente atacada por simpatizantes do Governo. Estas manifestações podem tornar-se mais frequentes na medida em que os dissidentes não deixam de associar a deterioração da saúde de Fidel Castro a um enfraquecimento do Governo. Resta saber qual será o limite de tolerância a protestos que o Governo considera orquestrados do exterior por inimigos da revolução.

Os furacões de 2009 e, segundo alguns comentaristas, a franca melhoria da saúde de Fidel terão causado o adiamento do Congresso do Partido que se deveria realizar naquele ano e está previsto para ocorrer no segundo semestre de 2010.

POLÍTICA EXTERNA

O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética privaram Cuba de um dos fundamentos de sua política externa. Sem a proteção do poderoso aliado soviético, Cuba passou por um período de isolamento até aliar-se à Venezuela de Hugo Chávez.

A Venezuela é atualmente o grande aliado estratégico e econômico de Cuba. Ambos são membros fundadores da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), criada em 2005

em Havava como uma aliança de países hostis à influência dos Estados Unidos na região. Cuba passou a depender pesadamente da ajuda econômica venezuelana no campo energético ao aderir à iniciativa venezuelana denominada Petrocaribe. Os pronunciamentos cubanos e venezuelanos sobre as grandes questões internacionais apresentam grande similaridade, como atesta o repúdio à presença norte-americana no Haiti, definida como "ocupação militar". A aliança entre Cuba e Venezuela assenta no forte laço pessoal que une o Presidente Hugo Chávez e o líder Fidel Castro. Ultimamente, porém, tem-se podido notar certa continência verbal dos Governantes cubanos com relação aos Estados Unidos, devido talvez à expectativa de mudanças trazida pelo discurso inicial de Obama.

As relações entre Cuba e os Estados Unidos da América seguem viciadas pela política norte-americana de procurar obter uma mudança de regime em Cuba, ainda que não seja por meios militares. Esta política remonta à ruptura das relações diplomáticas com Cuba, determinada em 1961 como represália à nacionalização das empresas de capital norte-americano. O Governo cubano já deixou claro que não há a menor possibilidade de normalizar as relações com os Estados Unidos enquanto tal política for seguida. Cuba continua a figurar na lista norte-americana de países que patrocinam o terrorismo. Foi incluída, ainda, na lista de países suspeitos para os quais passou a vigorar uma série de medidas restritivas nas viagens para os Estados Unidos. Embora líderes parlamentares do Partido Democrata tenham manifestado a intenção de mitigar a aspereza das relações entre os dois países, ainda é pouco provável uma mudança sensível em um horizonte próximo.

A comunidade cubana em Miami, sempre procurando imiscuir-se nas tomadas de posição do Governo norte-americano sobre os assuntos cubanos, não parece disposta a diminuir a pressão sobre os congressistas para endurecer a política norte-americana relativa à Cuba. Embora sua aplicação tenha sido suavizada na Presidência Obama, a Lei Helms-Burton continua em vigor, e não há sinais de que venha a ser revogada.

Cuba esteve por muito tempo excluída da Organização dos Estados Americanos. Recente decisão da OEA de suspender o veto à presença cubana foi ignorada por Cuba, que professa não querer fazer parte da organização. Para evitar o isolamento, Cuba aposta em sua participação em mecanismos como a CALC, que não incluem os Estados Unidos. Daí o apoio de Cuba à proposta de criar uma secretaria permanete para o foro caribenho-latino-americano. A participação do Presidente Raul Castro na cúpula da CALC de Sauípe, em dezembro de 2008, pode ser considerada um marco da reintegração de Cuba no sistema inter-americano.

ECONOMIA

A economia cubana vem atravessando períodos de turbulência, tendo em vista as crises que nos últimos anos assolaram duas de suas principais atividades: o setor de turismo e o setor açucareiro, afetado pelo processo de reestruturação iniciado em 2001 (a safra de 2004/2005 foi de 1,6 milhão de toneladas, similar aos níveis de produção dos anos 50). As medidas norte-americanas do primeiro semestre de 2004, que restringiram remessas de dinheiro e ida de turistas a Cuba, contribuíram para minorar ainda mais a rentabilidade do setor turístico. Ademais, o choque de preços imposto por decreto à economia local em maio de 2004 (que gerou um aumento de preços médio de 14,2% dos bens disponíveis no mercado local) também teve efeitos nocivos, na queda dos níveis de consumo e conseqüente fechamento de bares, lojas e mesmo hotéis. A frequente passagem de furacões e a crise energética observada desde abril de 2005 (e

ainda não totalmente superada) também golpearam duramente a produtividade da economia cubana. A estes efeitos, somem-se os efeitos altamente prejudiciais causados pela Lei Helms-Burton, que cerceia drasticamente o comércio exterior cubano.

A alteração do atual cenário de recessão passaria por uma reforma na estrutura da economia cubana, hoje amarrada pelo centralismo estatal excessivo, assim como pela inibição da iniciativa empresarial da população local. A exploração do níquel é uma das principais fontes de divisas de Cuba. O país possui uma das maiores reservas do mundo, sendo o metal explorado comercialmente desde os anos 40. O setor vem passando por processo de reestruturação desde meados de 1990, que incluiu investimentos em logística, capacitação técnica e empresarial e introdução de novas tecnologias. A manutenção da competitividade do setor é, portanto, essencial para a saúde e mesmo para a sobrevivência econômica do país.

Com parceiros como Venezuela e Bolívia, e também com o Brasil através da Petrobrás, Cuba discute possibilidades de cooperação no setor energético, que está sendo objeto de profunda reestruturação, com a previsão de vultosos investimentos.

Em 2010, as autoridades cubanas devem continuar a tomar medidas para reduzir a ineficiência e aumentar a produtividade no contexto de uma economia planificada. Um debate nacional sobre política econômica deverá concentrar as atenções do Congresso do Partido Comunista Cubano, previsto para a segunda metade de 2010, e espera-se uma maior abertura de mercado e de espaço para a iniciativa privada.

O Governo cubano reduziu o déficit fiscal de 6.7% em 2008 para 4.8% em 2009, e continuará seus esforços para reduzir os gastos na tentativa de controlar o déficit. A receita, por outro lado, continuará a ser prejudicada pelos baixos preços internacionais do níquel e pela queda do turismo na ilha, o que não contribuirá para o controle do déficit. A dependência da Venezuela no setor energético oferece ainda um sério risco para as finanças públicas, pois uma eventual retirada deste apoio poderia provocar um crescimento agudo nas despesas governamentais. Segundo os prognósticos mais recentes, as autoridades monetárias continuarão a restringir a expansão monetária para conter a inflação.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, em 1986, o Brasil mantém construtivo relacionamento de cooperação com o país, notavelmente intensificado no período do Governo Lula. O Presidente da República já visitou a ilha três vezes (2003, janeiro e outubro de 2008), e tem visita programada para fevereiro próximo. Raul Castro visitou o Brasil em dezembro de 2008.

O Brasil desempenhou importante papel na reinserção de Cuba no sistema inter-americano ao convidar o Presidente Raul Castro a participar da primeira cúpula da CALC em Sauípe, em dezembro de 2008. Embora o veto a sua presença na OEA tenha sido suspenso, Cuba ainda recusa-se a tomar parte na organização, o que confere particular importância a sua admissão na CALC e, também, no Grupo do Rio.

O Brasil tem prestado ajuda humanitária a Cuba para mitigar os danos provocados pelos furacões que passaram pela ilha. No início de 2009, doou 19 ton de arroz, 405 ton de leite em pó e 900kg de sementes de hortaliças.

Após um longo período de hesitação, Cuba decidiu manifestar seu apoio ao ingresso do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. O apoio foi declarado por ocasião da terceira visita do Presidente da República a Havana, em outubro de 2008.

Brasil e Cuba mantêm um mecanismo de consultas políticas que se reúne alternadamente nos dois países. A última reunião deu-se em Havana em 2008.

Refletindo o desafio lançado pelo Ministro Celso Amorim de que o Brasil se tornasse o sócio número um de Cuba, o Ministro Miguel Jorge visitou Havana em julho de 2009, acompanhado de expressiva delegação empresarial. Patrocinou, na ocasião, a formação de várias parcerias industriais, e criou um Grupo de Trabalho intergovernamental para supervisionar a execução destas parcerias.

A Petrobras assinou em outubro de 2008 acordo de parceria com a Cupet, a estatal cubana do petróleo, para cooperação na prospecção em águas profundas. A alta hierarquia da estatal brasileira deve estar presente na próxima visita presidencial a Cubas.

O Brasil está financiando a construção do complexo portuário de Mariel em Cuba, cujas obras foram inauguradas pelo Ministro Miguel Jorge quando de sua visita a Havana. Cuba pleiteia obter do Brasil o financiamento integral da obra.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba foi instituído no ano de 1997, por ocasião da I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, a qual estabeleceu a formação de dois grupos distintos para o tratamento dos temas referentes à cooperação científica e técnica. Desde então, ocorreram nove reuniões bilaterais para a discussão de propostas de cooperação técnica. O elevado número de reuniões bilaterais realizadas ao longo dos últimos doze anos revela a importância conferida pelo Governo cubano à cooperação prestada pelo Brasil que, na maioria das atividades realizadas, conta exclusivamente com recursos aportados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Atualmente encontram-se em execução quatorze projetos, nas áreas de agricultura, geologia, saúde, vigilância sanitária, gestão bancária, metrologia e energia. As instituições executoras destes projetos, de ambos os países, demonstram constante interação e intercâmbio de ideias, o que potencializa o efeito dos conhecimentos repassados pelo Brasil e conduz ao aprofundamento das ações de cooperação. Outra importante característica do Programa Bilateral Brasil-Cuba é o caráter de "mão-dupla" de vários projetos nos quais o Brasil, a despeito de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e dos métodos adotados nas instituições cubanas. Pode-se citar, por exemplo, o projeto sobre "Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba", no qual o Brasil transfere para Cuba conhecimentos sobre implantação de próteses dentárias e, em troca, recebe conhecimentos sobre o exitoso programa de estomatologia desenvolvido pelo Governo cubano.

Dentre os projetos em execução ao longo dos últimos doze meses, destaca-se a recente conclusão do projeto "Assistência Técnica para a Produção de Soja em Cuba", o qual teve por objetivo atender à solicitação de apoio à segurança alimentar feita pelo Preidente Raúl Castro ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de 2008. A célere execução deste projeto, por meio da Embrapa, possibilitou àquele país desenvolver técnicas modernas de cultivo da oleaginosa com vistas à produção em larga escala alimentos de consumo humano com elevado teor de proteína vegetal. Outro projeto de grande importância para o Governo de Cuba refere-se ao apoio à reconstrução do sistema elétrico nacional, parcialmente destruído pelos furacões "Gustav" e "Ike". Por meio de cooperação com apoio da Secretaria de Energia Elétrica,

do Ministério de Minas e Energia, a ABC auxiliará na elaboração de plano de obras que permitirá a Cuba obter financiamento externo para o reerguimento de suas redes de transmissão elétrica.

Durante IX Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação, realizada no mês de novembro de 2009, em Brasília, foram aprovados quatro novos projetos, nas áreas de agricultura (3) e saúde (1). O início das atividades destes projetos está pendente da assinatura dos Ajustes Complementares referentes à sua execução. A ênfase do Governo cubano no desenvolvimento da área agrícola reflete a necessidade do país de garantir a segurança alimentar diante da escassez de recursos naturais da ilha - agravada por severos fenômenos climáticos, como tormentas e furacões, que debilitaram ainda mais a economia cubana – e da dificuldade de obter recursos para aquisição de alimentos no mercado internacional.

A ANVISA desenvolve importante cooperação com a CECMED cubana no campo da produção de vacinas contra a meningite AC, que têm sido aproveitadas no Programa das Nações Unidas contra a febre amarela no continente africano. No final de 2009 foram definidas as bases para a cooperação das duas agências em produtos para tecidos e sangue, bem como registro e inspeção de insumos farmacêuticos. Está sendo examinada a assinatura de Ajuste Complementar durante a próxima visita do Presidente da República à Cuba.

O Ministro Juca Ferreira realizou, em setembro último, longa visita a Havana, durante a qual assinou protocolos de intercâmbio nas áreas de audiovisual, conservação do patrimônio histórico e cultura de afrodescendentes. Ficou acertada, ainda, a realização do mês da cultura cubana no Brasil em 2010.

O Ministro Tarso Genro também realizou visita a Cuba em setembro último, e aproveitou a ocasião para acertar um intercâmbio entre a Polícia Federal e a Polícia Nacional cubana.

O comércio bilateral sentiu os efeitos da crise econômica internacional. Se em 2008 o intercâmbio comercial era da ordem de 496 milhões de dólares, em 2009 passou para 298 milhões. O saldo da balança comercial é favorável ao Brasil em 214 milhões de dólares. A principal categoria de produtos importados de Cuba pelo Brasil são os produtos farmacêuticos, ao passo que a principal categoria de produtos exportados pelo Brasil são resíduos da indústria alimentar.

Financiamentos Brasileiros

Linha de Crédito para a Compra de Alimentos

✓ Cuba possui uma linha de crédito para importar alimentos do Brasil, com limite de exposição no valor de **US$ 200 milhões** (44ª Reunião Ordinária do Cofig, 26.3.08). Essa linha configura um fluxo ("*revolving*"), em que novos financiamentos são contemplados à medida que os anteriores são pagos. Em novembro de 2009, por ocasião da I Reunião do Grupo de Trabalho criado entre Brasil e Cuba para tratar de assuntos econômicos e comerciais, Cuba postulou um incremento de US$ **150 milhões** na referida linha de crédito *revolving*.

✓ Anteriormente, fora aprovado, em caráter excepcional (Camex, 6.5.08), financiamento à exportação de café verde até o limite de **US$ 15 milhões**, dentro dos limites e nas mesmas condições para alimentos estabelecidas no Protocolo de Entendimentos Brasil–Cuba. Na LXII Reunião da Camex

(05.02.09), foi aprovado novo pedido de financiamento à exportação de café verde, no valor de **US$ 12 milhões.**

Financiamento a outros setores

✓ Foi estabelecido, para outros setores, limite total de exposição de **US$ 600 milhões,** divididos em quatro tranches anuais, cada uma no valor de **US$ 150 milhões,** para o período 2008-2011.

Sob a rubrica de 2008, foram utilizados aproximadamente **US$ 140 milhões,** distribuídos entre os seguintes projetos:

- Maquinário Agrícola para Cultivo e Colheita de Arroz;
- Plantas Farmacêuticas;
- Desenvolvimento do Turismo;
- Modernização do Sistema Automatizado de Colheita de Cana-de-Açúcar;
- Autopista Nacional.

✓ Foi também autorizado pela Camex, em 4.08.08, financiamento concessional para Pólo Científico (Centros de Pesquisa Cubanas em Saúde), com valor de US$ 6,9 milhões, nas seguintes condições:

- Prazo de financiamento: 10 anos
- Carência: 3 anos
- Taxa de juros: 2% a.a.

✓ As autoridades cubanas propõem canalizar a maior parte dos recursos destinados aos demais projetos, nas três tranches 2009-2011, para o Porto de Mariel. As autoridades cubanas propuseram, ainda, em setembro/2009, a criação de uma linha especial de crédito para complementar os recursos necessários para o projeto desse porto. Estima-se que, na sua totalidade, serão necessários **US$ 675 milhões** em financiamento brasileiro, excedendo, portanto, os valores anteriormente acordados para o período de quatro anos, no limite de US$ 600 milhões.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Restabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/06/1986	14/06/1986		
Acordo, por Troca de Notas, para Celebrar Encontros Periódicos entre Funcionários Diplomáticos para consideração de Temas de Conjuntura Internacional.	18/03/1987	18/03/1987		
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.	18/03/1987	08/06/1990	46	01/03/1991
Memorando para a Criação de uma Comissão "Ad Hoc" para Revisão dos Instrumentos Legais Vigentes entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba	18/03/1987	18/03/1987		
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	29/04/1988	03/11/1989	98784	03/01/1990
Convênio Comercial.	16/10/1989	29/11/1990	99844	18/12/1990
Acordo por Troca de Notas, Relativo à Compra de Medicamentos Cubanos.	08/04/1993	08/04/1993		
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, de 29 de abril de 1988.	16/09/1993	16/09/1993		
Memorando de Entendimento sobre a Questão da Dívida de Cuba.	04/03/1994	04/03/1994		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica, de 18/03/87, em Matéria de Mineração e Geologia.	29/08/1994	29/08/1994		
Acordo de Cooperação para Redução da Demanda Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	29/08/1994	26/04/1996	1950	08/07/1996
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, de 18/03/87, sobre Biotecnologia e Novos Materiais.	29/08/1994	29/08/1994		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, sobre o Aproveitamento de Lignina e Celulose de Bagaço de Cana-de-Açúcar.	27/06/1995	27/06/1995		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Cooperação na Área de Transportes.	30/01/1996	03/06/1997	2700	30/07/1998
Ajuste Complementar, ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Promoção e o Desenvolvimento dos Correios e das Telecomunicações.	22/02/1996	22/02/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Caxias.	08/05/1996	08/05/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Angatuba.	08/05/1996	08/05/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 24 de Março de 1987 em Matéria de Administração Tributária e Aduaneira.	27/05/1998	30/11/1998		
Acordo sobre Serviços Aéreos.	27/05/1998	21/04/2000	3465	17/05/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implantação do Projeto "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS".	19/10/1999	19/10/1999		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde da Família.	19/10/1999	19/10/1999		
Memorando de Entendimento na Área de Transferência de Tecnologia na Produção de Medicamentos.	04/12/2000	04/12/2000		
Protocolo de Intenções em Matéria de Trabalho e Emprego.	19/09/2001	19/09/2001		
Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre a Questão da Dívida de Cuba, de 4 de março de 1994.	12/10/2001	12/10/2001		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de CUBA; FASE II.	08/11/2002	08/11/2002		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Curso Diplomado Banca Comercial.	08/11/2002	08/11/2002		

Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos.	24/09/2002	02/09/2003		
Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal	24/09/2002	11/11/2007	6462	21/05/2008
Termo de Cooperação Técnica na Área de Micro e Pequena Empresa	27/08/2003	27/08/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional na Área de Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento para a Promoção do Desenvolvimento Industrial	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento na Área de Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento para a Troca de Experiência em Saúde Bucal	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Entendimento em Matéria de Meio Ambiente	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções na Área de Agropecuária	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções na Área de Educação, Saúde e Trabalho com Vistas ao Reconhecimento Recíproco de Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação "Stricto Sensu" na Área da Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções para a Cooperação Internacional em Alfabetização de Jovens e Adultos	26/09/2003	26/09/2003		
Acordo Marco	26/09/2003	26/09/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Prgrama Nacional de DST/AIDS de Cuba-Fase II	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento das Capacidades Locais para Impulsionar a Economia Territorial das Províncias Cubanas no Marco do Programa de Desenvolvimento Humano Local de Cuba-PDHL	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento Institucional do Ministério da Agricultura de Cuba na Área de Investigação Agropecuária	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Capacitação para a Aplicação de Geoestatística na Exploração Mineira de Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Avaliação e Diagnóstico sobre a Degradação Ambiental da Mina "El Cobre" de Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Estudos para Manejo e Uso Racional dos Recursos de Águas Minerais (Águas Subterrâneas) SIAGAS-Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Para Implementação do Projeto Aplicação de Modelos Econométricos	27/06/2005	27/06/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação científica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Diplomado en Banca Comercial"	27/12/2005	27/12/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recusos Hídricos em Bacias Hidrográficas".	05/12/2005	05/12/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooepração Científica,Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto " Capacitação para o Uso de Tecnologia Sig na Análise e Edição de Cartografia Geológica Digital em Cuba"	27/10/2006	27/10/2006		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooepração Científica,Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto " Diretrizes para a Validação de Métodos Alternativos para Detecção de Contaminantes Microbiológicos em Produtos de Interesse da Vigilância Sanitária"	27/10/2006	27/10/2006		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooepração Científica,Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba-	27/10/2006	27/10/2006		

Fase I"				
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica,Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Estudo da Degradação Ambiental da Mineração na região de Santa Lúcia no Ocidente de Cuba"	27/10/2006	27/10/2006		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica,Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Utilização da Geoestatística para a Classificação de Recursos e Reservas Minerais em Cuba"	27/10/2006	27/10/2006		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica,Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Gestão Integrada de Águas Litorâneas"	27/10/2006	27/10/2006		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Técnológica para Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial - Fase IV"	13/07/2007	13/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas Avançadas para Determinação de Metais Pesados em Solos, Fertilizantes, Compostos Orgânicos e Plantas Hortícolas de Cuba - Controle de Qualidade"	13/07/2007	13/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Aplicação de Modelos Econométricos - Fase II"	13/07/2007	13/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Transferência de Metodologias para a Combinação de Resistência a Isolados de Begomovirus, Tospovirus e Nemátodos em Genótipos de Tomate com Qualidade Agronômica Desejável"	13/07/2007	13/07/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em Cuba"	13/12/2007	13/12/2007		
Comunicado Conjunto sobre Cooperação Técnica para a Produção de Soja	15/01/2008	15/01/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Suporte Técnico e Extensão Intitucional do Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS) em Cuba"	15/01/2008	15/01/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais do Ministério da Saúde do Brasil e do Ministério da Saúde Pública de Cuba"	15/01/2008	15/01/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnlógica para a implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Centro para Controle Estatal de Qualidade dos Medicamentos e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na Área de Vigilância Sanitária de Medicamentos"	15/01/2008	15/01/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Assistência Técnica para a Produção de Soja em Cuba"	30/05/2008	30/05/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Técnológica para Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial - Fase V"	26/09/2008	26/09/2008		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para implementação do Projeto ``Capacitação na Utilização de Derivados de Crédito como Instrumentos Finaceiros de Controle de Risco Crediticio ``	04/05/2009	04/05/2009		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para implementação do Projeto "Modelo Conceitual de Estrutura do Banco de Dados Geológicos da República de Cuba."	04/05/2009	04/05/2009		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto ``Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Indústria Sidero-Mecânica de Cuba ``	04/05/2009	04/05/2009		

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1492	Cuba é descoberta por Cristóvão Colombo
1510	Inicia-se a ocupação da ilha
1800s	Iniciam-se as atividades dos "Padres de la Patria" cubanos
1853	Nascimento de José Martí, "Apóstolo" da Independência de Cuba
1868-1878	1ª fase das Guerras de Independência
1879-1894	2ª fase das Guerras de Independência
1895	Morte em combate de José Martí
1898	Afundamento do USS Maine – início da Guerra EUA-Espanha
1899	A Espanha é derrotada e as tropas norte-americanas ocupam Cuba
1901	A Emenda Platt é incorporada à Constituição de Cuba
1902	Declaração da Independência de Cuba
1933	Levante popular derruba o ditador Gerardo Machado
1933-1944	Governo ditatorial de Fulgencio Batista
1944-1952	Governos democráticos de Grau San Martin a Carlos Prío Socarrás
1952	Fulgencio Batista lidera outro golpe de estado e estabelece a ditadura
1953	Assalto ao Quartel Moncada, encabeçado por Fidel Castro
1954	Julgamento dos "Moncadistas" - Libertação de Fidel Castro
1956	Desembarque do iate *Granma* em Cuba (2 de dezembro)
1956-1959	Luta armada revolucionária na Sierra Maestra
1959	Triunfo da Revolução Cubana (1º de janeiro)
1961	Rompimento de relações diplomáticas com os EUA
1961	Inicia-se o bloqueio econômico dos EUA contra Cuba
1962	Crise dos Mísseis de outubro
1995	Reformas econômicas – abertura ao capital estrangeiro e ao turismo
1998	Visita do Papa João Paulo II
2006	Fidel Castro transfere temporariamente o poder a Raúl Castro
2006	Celebra-se a XIV Cúpula do MNA em Havana
2008	(fevereiro) Raúl Castro Ruz é eleito Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros

2008	(a partir de abril) são divulgadas medidas liberalizantes para o acesso dos cidadãos cubanos a bens, entre esse o uso da terra para agricultura, e serviços (como hospedagem em hotéis)
2008	Início de reforma ministerial, que se prolonga em 2009, com extinção e fusão de ministérios e troca de ministros
2008	(setembro) passagem de quatro furacões pelo território cubano danifica infraestrutura e reduz o ritmo da economia
2008	(novembro) Cuba é admitida como membro do Grupo do Rio, durante a Reunião Ministerial de Zacatecas
2008	(dezembro) Raúl Castro participa da Cúpula da América-Latina e Caribe
2009	(abril) Raúl Castro participa da Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago
2009	(junho) O recém-eleito Presidente de El Salvador reata relações com Cuba.
2009	(junho) Em sua XXXIX[a] reunião, a OEA revoga a resolução que suspendia a participação de Cuba no sistema interamericano

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-CUBA

1906	São estabelecidas relações diplomáticas com Cuba
1907	É criada a Legação do Brasil em Havana – cumulativa com a América Central
1957-1958	Contatos de diplomatas brasileiros com os insurgentes cubanos
1959	Triunfa a Revolução Cubana
1959	O Governo brasileiro reconhece o Governo revolucionário de Cuba
1961	Ernesto "Che" Guevara é condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul
1962	O Brasil se opõe à expulsão de Cuba da OEA – Conferência de Punta del Este
1964	Golpe Militar no Brasil
1964	O Governo brasileiro rompe relações diplomáticas com Cuba
1964	Período em que as relações entre os dois países se dão no plano cultural
1968	Seqüestro do Embaixador norte-americano, James Elbrick
1968	Libertação de presos políticos brasileiros em troca do Embaixador Elbrick
1985	Redemocratização no Brasil
1985	Iniciam-se, de forma oficiosa, os contatos entre os dois Governos
1986	Restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países (14 de junho)
1987	O Chanceler Abreu Sodré visita Cuba
1987-2002	Período de intensas trocas de visitas bilaterais de alto nível
1988	Assinatura do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil-Cuba
1989	O Presidente Fidel Castro visita o Brasil
1990	O Brasil passa a se abster nas votações sobre os direitos humanos em Cuba
2002	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Cuba
2003	O Presidente Lula visita Cuba – são assinados 12 instrumentos de cooperação
2003	Assinatura do Protocolo sobre reconhecimento de diplomas na área de saúde
2004	Concessão de linhas de crédito para importações cubanas de alimentos do Brasil
2004-2006	Período de franca expansão do intercâmbio comercial bilateral
2004	Inauguração da Pedra Fundamental da nova Embaixada em Havana
2005	V Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Cuba, em Havana
2006	Fidel Castro transfere o poder a seu irmão Raúl Castro
2006	O Chanceler Celso Amorim participa da XIV Cúpula do MNA em Havana
2006	Assinatura de Ajuste Complementar sobre Títulos de Medicina, em Havana

2007 - Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Cuba, em Brasília

2008 (janeiro) Segunda visita do PR Lula da Silva a Havana com celebração de acordos de cooperação em medicina, geologia e agricultura (cultivo de soja em Cuba) e concessão de crédito para compra de produtos brasileiros (alimentos, maquinário e implementos agrícolas)

2008 (setembro)- Reunião de Consultas Bilaterais em Havana, o Brasil representado pelo SGRE E. Pinheiro Guimarães

2008 (outubro) - Terceira visita do PR Lula da Silva a Havana, com inauguração do Centro de Negócios da APEX; celebração do contrato entre a Petrobrás e a Cupet para dimensionamento das reservas petrolíferas na plataforma marítima cubana. Cuba declara apoio ao pleito brasileiro de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas

2008 (dezembro)- Em sua primeira vinda ao Brasil Raúl Castro participa da CALC, na Costa do Sauípe , e realiza visita de Estado à Brasília

2009 (julho) – Visita do Ministro Miguel Jorge a Cuba à frente de uma missão empresarial

2009 (setembro) – Visita dos Ministros Juca Ferreira e Tarso Genro a Cuba

2009 (setembro) – Visita do Ministro Celso Amorim a Cuba.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

C U B A

Índice

.Dados Básicos
.Indicadores Socioeconômicos
.Comércio Exterior
.Direção do Comércio Exterior
.Composição do Comércio Exterior
.Intercâmbio Comercial com o Brasil
.Composição do Intercâmbio Comercial com o Brasil

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República de Cuba
Superfície	110.860 Km²
Localização	Norte da América Central
Capital	Havana
Principais cidades	Havana, Santiago de Cuba, Holguim, Villa Clara, Granma, Camagüey
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US$ 55,9 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US$ 4.901
Moeda	Peso Cubano

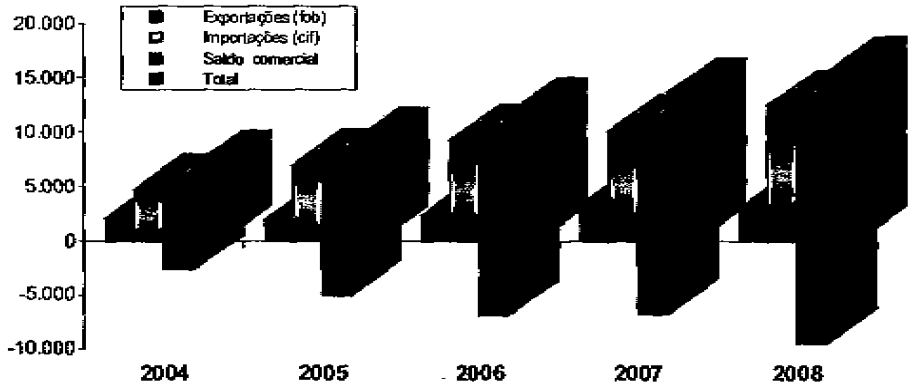
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
População (em milhões de habitantes)	11,2	11,2	11,2	11,2	11,2
Densidade demográfica (hab/Km²)	101,0	101,0	101,0	101,0	101,0
PIB a preços correntes (US$ bilhões) (2)	40,2	46,5	51,3	54,7	55,9
Crescimento real do PIB (%)	11,2	12,1	7,3	4,3	-1,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) (1)	3,3	2,5	7,5	4,4	-3,5
Reservas Internacionais (US$ bilhões) (1)	2,7	3,7	4,9	4,0	3,6
Dívida externa (US$ bilhões) (1)	14,5	16,6	17,8	19,0	20,0
Câmbio oficial (CUC / US$)	0,93	0,93	0,93	0,93	0,93
Câmbio não oficial (CUP / US$)	23,13	22,22	22,22	22,22	22,22

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.
(1) Estimativa EIU
(2) 2007 e 2008: estimativa EIU

COMÉRCIO EXTERIOR DE CUBA
2004 - 2008

(US$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD November 2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2007	2008	2009 (1)
A. Balança comercial (líquido - fob)	-6.393	-10.569	-7.362
Exportações	3.686	3.680	2.882
Importações	10.079	14.249	10.244
B. Serviços (líquido)	7.912	8.383	6.309
C. Renda (líquido)	-892	-799	-829
D. Transferências unilaterais (líquido)	-212	405	662
E. Transações correntes (A+B+C+D)	415	-2.580	-1.219

Elaboração: MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados da EIU, The Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.

(1) Estimativa EIU.

(2) Última posição disponível em 05/01/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR (1) (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (2) (3)
Exportações (fob)	2.121	2.051	2.416	3.451	3.085	992
Importações (cif)	4.784	7.049	9.310	10.236	12.551	4.216
Saldo comercial	-2.663	-4.998	-6.894	-6.785	-9.466	-3.224
Total	6.904	9.100	11.726	13.687	15.635	5.208

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD Novembro 2009.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de registro (fob e cif) e de distintas metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-junho.

(3) Última posição disponível em 05/01/2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES								
Canadá	555	23,0%	980	28,4%	857	27,8%	185	18,7%
China	480	19,9%	1.005	29,1%	821	26,6%	260	26,2%
Espanha	152	6,3%	175	5,1%	192	6,2%	67	6,7%
Países Baixos	560	23,2%	407	11,8%	171	5,5%	47	4,8%
Guiana	54	2,2%	67	1,9%	76	2,5%	34	3,4%
Rússia	42	1,8%	62	1,8%	75	2,4%	45	4,6%
Belize	52	2,1%	64	1,9%	73	2,4%	33	3,4%
Itália	18	0,7%	24	0,7%	68	2,2%	16	1,6%
Venezuela	31	1,3%	49	1,4%	62	2,0%	27	2,7%
República Dominicana	30	1,3%	27	0,8%	60	1,9%	27	2,7%
México	43	1,8%	16	0,5%	53	1,7%	23	2,3%
Gana	37	1,5%	45	1,3%	52	1,7%	23	2,3%
Cazaquistão	34	1,4%	42	1,2%	48	1,6%	19	1,9%
Brasil	*32*	*1,3%*	*89*	*2,6%*	*48*	*1,6%*	*11*	*1,1%*
Portugal	21	0,9%	27	0,8%	47	1,5%	17	1,7%
França	33	1,4%	45	1,3%	29	1,0%	13	1,3%
SUBTOTAL	2.175	90,0%	3.125	90,6%	2.735	88,7%	849	85,5%
DEMAIS PAÍSES	241	10,0%	325	9,4%	350	11,3%	143	14,5%
TOTAL GERAL	2.416	100,0%	3.451	100,0%	3.085	100,0%	992	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DNC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD Rom out/nov 2009

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-junho

(2) Última posição disponível em 09/11/2009.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES								
Venezuela	2.360	25,3%	2.847	27,8%	3.742	29,8%	1.239	29,4%
China	1.388	14,9%	1.286	12,6%	1.488	11,9%	557	13,2%
Espanha	873	9,4%	1.012	9,9%	1.261	10,0%	368	8,7%
Canadá	499	5,4%	581	5,7%	801	6,4%	179	4,2%
Estados Unidos	382	4,1%	492	4,8%	790	6,3%	344	8,2%
Brasil	*378*	*4,1%*	*356*	*3,5%*	*580*	*4,6%*	*168*	*4,0%*
Itália	389	4,2%	341	3,3%	476	3,8%	156	3,7%
Coréia do Sul	224	2,4%	236	2,3%	379	3,0%	170	4,0%
México	214	2,3%	209	2,0%	340	2,7%	154	3,7%
Alemanha	569	6,1%	322	3,1%	334	2,7%	94	2,2%
Argélia	239	2,6%	286	2,8%	247	2,0%	80	1,9%
Rússia	203	2,2%	239	2,3%	201	1,6%	75	1,8%
Países Baixos	129	1,4%	165	1,6%	198	1,6%	46	1,1%
França	131	1,4%	131	1,3%	168	1,3%	66	1,6%
Cingapura	12	0,1%	8	0,1%	104	0,8%	1	0,0%
Nova Zelândia	51	0,5%	93	0,9%	103	0,8%	2	0,1%
SUBTOTAL	8.040	86,4%	8.603	84,8%	11.212	89,3%	3.700	87,8%
DEMAIS PAÍSES	1.270	13,6%	1.633	16,0%	1.339	10,7%	516	12,2%
TOTAL GERAL	9.310	100,0%	10.236	100,0%	12.551	100,0%	4.216	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DNC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD Rom out/nov 2009

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-junho

(2) Última posição disponível em 09/11/2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008[1]	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Mercadoria Não Especificada	981	34,8%
Níquel e suas obras	627	22,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	359	12,7%
Mercadoria Não Especificada	241	8,5%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	159	5,6%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	91	3,2%
Minérios, escórias e cinzas	86	3,0%
Produtos farmacêuticos	55	2,0%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	33	1,2%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	32	1,1%
Subtotal	**2.661**	**94,4%**
Demais Produtos	**159**	**5,6%**
Total Geral	**2.820**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	834	14,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	562	9,5%
Cereais	500	8,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	372	6,3%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	206	3,5%
Carnes e miudezas, comestíveis	203	3,4%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia	197	3,3%
Plásticos e suas obras	195	3,3%
Produtos químicos inorgânicosisótopos	169	2,9%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	151	2,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	146	2,5%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	143	2,4%
Produtos químicos orgânicos	137	2,3%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	127	2,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	126	2,1%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	112	1,9%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	108	1,8%
Ferro fundido, ferro e aço	105	1,8%
Borracha e suas obras	103	1,7%
Alumínio e suas obras	83	1,4%
Subtotal	**4.576**	**77,2%**
Demais Produtos	**1.355**	**22,8%**
Total Geral	**5.931**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.
Cuba não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.
(1) Última posição disponível em 06/11/2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA (US$ mil, fob)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	132.062	245.727	343.825	323.851	526.848
Variação em relação ao ano anterior	89,7%	86,1%	39,9%	-5,8%	62,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	0,7%	1,0%	1,1%	0,9%	1,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Importações	45.309	38.877	31.596	88.790	45.364
Variação em relação ao ano anterior	102,4%	-14,2%	-18,7%	181,0%	-48,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	0,5%	0,3%	0,2%	0,4%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Intercâmbio Comercial	177.371	284.604	375.421	412.641	572.212
Variação em relação ao ano anterior	92,8%	60,5%	31,9%	9,9%	38,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI	0,6%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
Balança comercial	86.753	206.850	312.229	235.061	481.484

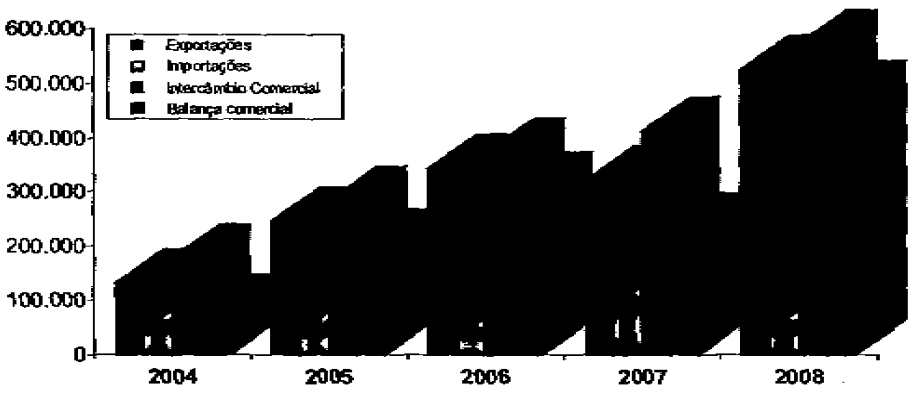
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a país-parceiro podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferenças metodológicas de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA (US$ mil, fob)	2008 (jan-nov)	2009 (jan-nov)
Exportações	462.934	256.384
Variação em relação ao ano anterior	60,0%	-44,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	1,2%	1,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,3%	0,2%
Importações	33.491	41.770
Variação em relação ao ano anterior	-49,5%	24,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	0,1%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	496.425	298.154
Variação em relação ao ano anterior	39,6%	-39,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI	0,8%	0,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%
Balança comercial	429.443	214.614

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA 2004 - 2008

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO BRASIL - CUBA (US$ mil - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	8.119	2,4%	40.850	12,6%	87.320	16,6%
Óleo de soja, refinado, em recipientes, com capacidade > 5l	7.644	2,2%	29.299	9,0%	51.240	9,7%
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	0	0,0%	10.645	3,3%	34.586	6,6%
Cereais	3.632	1,1%	0	0,0%	47.685	9,1%
Arroz semibranqueado, etc. não parboilizado, polido, brunido	3.632	1,1%	0	0,0%	40.635	7,7%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	0	0,0%	240	0,1%	46.768	8,9%
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	0	0,0%	0	0,0%	46.768	8,9%
Alimentos compostos completos, para animais	0	0,0%	240	0,1%	0	0,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	19.289	5,6%	22.143	6,8%	42.219	8,0%
Outs. máquinas e aparelhos para colheita	164	0,0%	8.790	2,7%	18.394	3,5%
Outros niveladores	0	0,0%	0	0,0%	3.060	0,6%
Partes de mágs. e aparelhos para selecionar, etc. subst.minerais	261	0,1%	502	0,2%	1.364	0,3%
Silos metálicos p/cereais, fixos, incl.as baterias, etc.	4.628	1,3%	1.257	0,4%	101	0,0%
Carnes e miudezas comestíveis	20.102	5,8%	25.245	7,8%	32.769	6,2%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	17.088	5,0%	19.418	6,0%	28.251	5,4%
Açúcares e produtos de confeitaria	51.770	15,1%	48.021	14,8%	28.733	5,5%
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose quim.pura, sol.	50.465	14,7%	46.028	14,2%	26.313	5,0%
Café, chá, mate e especiarias	9.285	2,7%	24.645	7,6%	27.545	5,2%
Café não torrado, não descafeinado, em grão	9.284	2,7%	24.645	7,6%	27.545	5,2%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	11.957	3,5%	9.479	2,9%	24.600	4,7%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	15.492	4,5%	7.888	2,4%	24.451	4,6%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	28.853	8,4%	14.727	4,5%	22.962	4,4%
Enchidos de carne, miudezas, sangue, suas prepars. aliments.	6.216	1,8%	11.739	3,6%	14.237	2,7%
Preparações alimentícias e conservas, de bovinos	22.615	6,6%	2.896	0,9%	8.349	1,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	14.586	4,2%	14.262	4,4%	20.729	3,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes	95.258	27,7%	35.901	11,1%	16.658	3,2%
Outros condutores, elétr.para tensão<=80V	3.362	1,0%	929	0,3%	3.191	0,6%
Transformador de dielétrico líquido, pot>10000KVA	8.360	2,4%	1.677	0,5%	960	0,2%
Outs. grupos eletrog.p/motor diesel, P>375 KVA, corr. altern.	25.001	7,3%	20.735	6,4%	327	0,1%
Transformador de dielétrico líquido, 650	18.019	5,2%	1.732	0,5%	0	0,0%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	8.396	2,4%	7.995	2,5%	15.777	3,0%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	15.358	4,5%	14.264	4,4%	15.472	2,9%
Plásticos e suas obras	6.060	1,8%	6.502	2,0%	8.578	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	5.366	1,6%	10.032	3,1%	7.970	1,5%
Subtotal	313.525	91,2%	282.214	87,1%	470.228	89,3%
Demais grupos de produtos	30.300	8,8%	41.637	12,9%	56.620	10,7%
TOTAL GERAL	343.825	100,0%	323.851	100,0%	526.848	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO BRASIL - CUBA (US$ mil - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos)						
Produtos farmacêuticos	22.302	70,6%	61.751	69,5%	33.166	73,1%
Extratos de glândulas, outs. órgãos, etc.para uso opoterápico	17.862	56,5%	49.840	56,1%	30.134	66,4%
Outras frações do sangue, prod.imunol.modif.(medicamentos)	4.021	12,7%	11.826	13,3%	2.730	6,0%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	2.237	7,1%	3.663	4,1%	7.783	17,2%
Cimentos "portland", comuns	2.183	6,9%	3.588	4,0%	7.697	17,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.294	7,3%	979	1,9%	2.674	5,9%
Inseticidas,rodent. fung., herb, embal. para uso domissanitário direto	2.084	6,6%	495	0,6%	2.074	4,6%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	586	1,9%	1.342	1,5%	1.027	2,3%
Produtos químicos inorgânicos	1.128	3,6%	1.340	1,5%	563	1,2%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	0	0,0%	19.618	22,1%	0	0,0%
Naftas para petroquímica	0	0,0%	19.618	22,1%	0	0,0%
Subtotal	28.547	90,4%	88.593	99,8%	45.213	99,7%
Demais grupos de produtos	3.049	9,6%	197	0,2%	151	0,3%
TOTAL GERAL	31.596	100,0%	88.790	100,0%	45.364	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CUBA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA (US$ mil - fob)	2008 (jan-nov)	% no total	2009 (jan-nov)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	46.768	10,1%	51.275	20,0%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	76.062	16,4%	31.352	12,2%
Carnes e miudezas, comestíveis	30.503	6,6%	28.177	11,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	26.429	5,7%	20.299	7,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	17.932	3,9%	20.158	7,9%
Café, chá, mate e especiarias	25.497	5,5%	16.889	6,6%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	7.377	1,6%	11.968	4,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	14.308	3,1%	11.128	4,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14.616	3,2%	9.296	3,6%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	15.211	3,3%	6.991	2,7%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	19.472	4,2%	6.636	2,6%
Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem	14.476	3,1%	6.052	2,4%
Plásticos e suas obras	7.521	1,6%	5.664	2,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	6.248	1,3%	3.263	1,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	3.677	0,8%	3.040	1,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	5.110	1,1%	2.815	1,1%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	3.402	0,7%	2.455	1,0%
Subtotal	**334.611**	**72,3%**	**237.369**	**92,6%**
Demais Produtos	**128.323**	**27,7%**	**19.015**	**7,4%**
TOTAL GERAL	**462.934**	**100,0%**	**256.384**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Produtos farmacêuticos	22.277	66,5%	28.775	68,9%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	6.823	20,4%	11.057	26,5%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.004	3,0%	785	1,9%
Produtos químicos inorgânicosisótopos	563	1,7%	557	1,3%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.674	8,0%	415	1,0%
Subtotal	**33.340**	**99,5%**	**41.591**	**99,6%**
Demais Produtos	**151**	**0,5%**	**179**	**0,4%**
TOTAL GERAL	**33.491**	**100,0%**	**41.770**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Alicweb.

Grupos de produtos ordenados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-nov/2009.

Aviso nº 130 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

. Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 76, DE 2010
(nº 108/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

Os méritos da Senhora Ana Lucy Gentil Cabral Petersen que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.

EM No 00094 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 5 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN*
CPF.: 15673723768
ID.: 7532 MRE

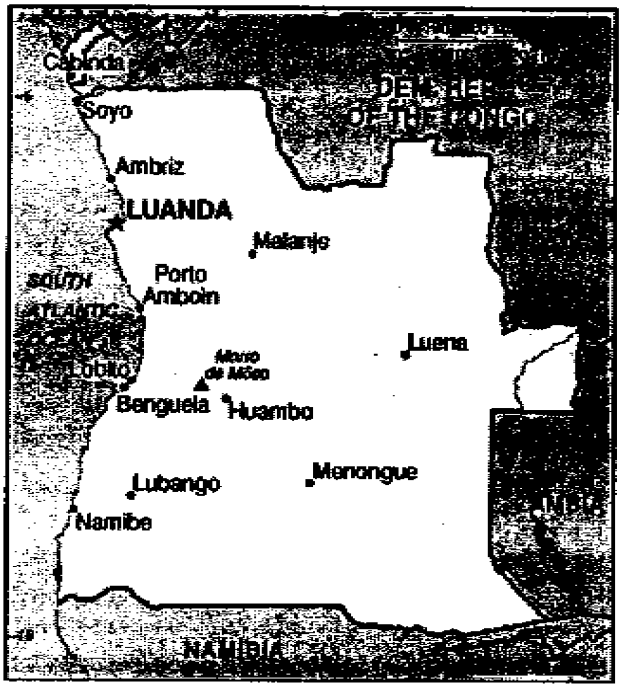
07/11/1949	Filha de Fausto Augusto Borges Cabral e Lucy Gentil Cabral, nasce em 7 de novembro, em Fortaleza/CE
15/06/1973	Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
13/02/1978	CPCD - IRBr
19/11/1979	Terceira Secretária em 19 de novembro
20/11/1979	Divisão da Europa-II, assistente
11/02/1980	Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
17/12/1981	Segunda Secretária em 17 de dezembro
03/05/1983	Embaixada em Washington, Segunda Secretária
20/05/1985	CAD, IRBr
25/06/1986	Mestrado em International Public Policy, na School of Advanced International Studies, John Hopkinks University, Washington-DC/EUA
01/09/1986	Embaixada em Budapeste, Segunda e Primeira Secretária
16/06/1988	Primeira Secretária em 16 de junho
27/06/1989	Embaixada em Kingston, Primeira Secretária
19/05/1990	48ª Sessão do Comitê Excutivo da Associação Internacinal de Bauxita, Kingston, Chefe de delegação
24/10/1991	Divisão de Imigração, Chefe, substituta
24/09/1993	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, Chefe, substituta
01/01/1995	Assessoria de Comunicação Social, assistente
22/12/1995	Conselheira em 22 de dezembro
31/05/1996	Delegação Permanente em Genebra, Conselheira
20/09/1999	Embaixada em Assunção, Conselheira
20/05/2000	CAE, IRBr, A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira
27/01/2003	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora
25/06/2003	Ministra de Segunda Classe em 25 de junho
20/09/2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
17/12/2003	Embaixada em Montevidéu, Ministra-Conselheira
08/08/2006	Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretora
19/02/2009	Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores
25/06/2009	Ministra de Primeira Classe

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANGOLA

SUMÁRIO EXECUTIVO



SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA-II

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Luanda
ÁREA:	1.246.700 km²
POPULAÇÃO (2009-FMI):	17,3 milhões
IDIOMAS:	Português (oficial), umbundo, quimbundo, quicongo
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Africanas (47%), católica (38%), protestante 15%).
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Eduardo dos Santos
MINISTRO DO EXTERIOR:	Assunção Afonso dos Anjos
PIB (2009-FMI):	US$ 69,7 bilhões
PIB PER CAPITA (2009-FMI):	US$ 4,026.00
PIB PPP (2009 - FMI):	US$ 106,974 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2009-FMI):	US$ 6,179
VARIAÇÃO DO PIB (2009)	0,5 % (est. Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Kwanza (Kz)
TAXA DE INFLAÇÃO (2009):	14% (est. Banco Mundial)
DÍVIDA EXTERNA (2007):	US$ 7,6 bilhões (est. The Economist)
EMBAIXADOR DE ANGOLA NO BRASIL	Leovigildo da Costa e Silva
EMBAIXADOR DO BRASIL EM ANGOLA	Afonso Cardoso

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL BRASIL-ANGOLA (US$ MIL –FOB)

BRASIL→ ANGOLA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
COMÉRCIO TOTAL	243.021	360.732	521.447	1.297.279	2.163.026	4.214.839	1.470.768
EXPORTAÇÕES	235.469	357.151	521.327	837.779	1.218.236	1.974.575	1.333.008
IMPORTAÇÕES	7.551	3.581	120.000	549.500	944.790	2.240.263	137.1760
SALDO	+227.917	+353.570	+521.207	+378.279	+273.446	- 265.688	+1.195.248

PERFIS BIOGRÁFICOS



José Eduardo dos Santos
Presidente da República de Angola

Nascido em agosto de 1943, em Luanda. Iniciou a atividade política em grupos clandestinos estabelecidos nos subúrbios da capital, na seqüência da criação, em 1956, do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Em 1961, após o início da luta pela independência, deixou o país e passou a coordenar a 'Juventude do MPLA' no exterior. Tornou-se, então, o primeiro representante do MPLA em Brazzaville (República do Congo).

De 1963 a 1969, estudou Engenharia de Petróleo na União Soviética. De volta a Angola, exerceu diversas funções político-militares em Cabinda. Com a independência, tornou-se Ministro das Relações Exteriores (1975-77). Assumiu a Presidência do MPLA e a posição de Comandante-em-Chefe das FAPLA (1979-80), precursoras das Forças Armadas Angolanas. Foi Presidente da Assembléia do Povo (1980-1992). Tornou-se Presidente após vencer em primeiro turno as eleições de 1992, as primeiras eleições multipartidárias de Angola.



Assunção Afonso dos Anjos
Ministro das Relações Exteriores

Nascido em Luanda, o chefe da diplomacia angolana fez os seus estudos universitários nas Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa. Ocupou os cargos de Diretor para África e Oriente Médio da Chancelaria; Diretor de Gabinete do Primeiro Vice-Primeiro-Ministro; Diretor de Gabinete do Ministro do Planejamento; e Diretor de Gabinete do Presidente da República, com a categoria de Ministro de Estado, entre 1979 e 1993. Entre 1993 e 2008, foi sucessivamente Embaixador de Angola na Espanha, na França e em Portugal. É membro do Comitê Central do MPLA.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento é intenso e o grande número de visitas de alto nível demonstra a importância que ambos os países atribuem à relação bilateral. O Presidente Lula esteve em Luanda em 2003 e 2007. O Presidente José Eduardo dos Santos veio ao Brasil pela última vez em 2005. Apenas em 2009, três Ministros brasileiros (Turismo, Defesa e MDIC) foram a Angola e cinco Ministros angolanos (Agricultura, Casa Civil, Ciência e Tecnologia, Telecomunicações e Reinserção Social) vieram ao Brasil.

Na pauta política bilateral, sobressaem as negociações em curso com vistas ao estabelecimento de uma 'Parceria Estratégica', consubstanciada em uma Declaração a ser assinada pelos Presidentes. O documento, ambicioso por natureza, serviria à coordenação da relação bilateral, delimitando áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica. Além disso, espera-se seja realizada ainda em 2010 nova visita oficial do Presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil, bem como a VII Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola.

Angola apóia oficialmente a inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas uma atuação mais incisiva do país é limitada pelas dificuldades na definição do(s) candidato(s) africanos para o Conselho. Angola é parte do "Consenso de Ezulwini" da União Africana, que prevê dois assentos permanentes com direito a veto para o continente, em forma ainda a ser decidida pelo Grupo Africano.

Na pauta econômica, Angola foi, em 2008, o segundo maior parceiro comercial do Brasil na África (o primeiro foi a Nigéria). Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US$ 4,21 bilhões, com exportações brasileiras de US$ 1,9 bilhão e importações de US$ 2,2 bilhões. Porém, em 2009, com a crise internacional, as importações brasileiras de petróleo angolano caíram 94%, o que fez com o que o fluxo comercial se reduzisse para US$ 1,47 bilhão. Angola caiu assim para quinto maior parceiro comercial brasileiro na África (após Nigéria, Argélia, África do Sul e Egito), mantendo, porém, a posição de segundo maior comprador de produtos brasileiros (após o Egito), com importações de US$ 1,33 bilhão.

O Brasil importa de Angola quase unicamente petróleo. Já as exportações são diversificadas, com grande presença de automóveis, tratores, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos, mobiliário, carnes, açúcares, combustíveis e, crescentemente, serviços. O Brasil disponibilizou linhas de crédito no valor de US$ 1,75 bilhão a Angola, as quais serão

elevadas a US$ 2,25 bilhões em 2010. As linhas de crédito são garantidas por compromisso angolano de fornecimento anual de 20 mil barris/dia de petróleo distribuídos preferencialmente em carregamentos a cada 45 dias.

O interesse do empresariado brasileiro por Angola não diminuiu com a crise internacional. Em 2009, o Brasil teve expressiva participação na 26ª Feira Internacional de Luanda, e foram enviadas missões da Apex, da Fiesp e do MDIC ao país. Durante esta última, em novembro, o Ministro Miguel Jorge acordou com seu homólogo angolano a formação de Grupo de Trabalho para definir termos de referência para a integração produtiva entre Brasil e Angola. Note-se que o Ministro Miguel Jorge foi recebido, na ocasião, pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Investimentos

O interesse crescente de empresários brasileiros em Angola se confirmou com a criação, em Luanda, em 2003, da Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN), a qual já conta com mais de trinta membros e constitui um dos principais interlocutores da comunidade brasileira em Angola. Em 2008, foi aberto o Setor de Promoção Comercial da Embaixada em Luanda. O Governo e a sociedade angolanos têm, no geral, visão bastante positiva da participação das empresas, empresários e comunidade brasileiros na grande obra da reconstrução nacional.

As maiores empresas brasileiras em atuação em Angola são dos setores de construção civil (Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Melo Júnior e Queiroz Galvão), mineração (Vale) e energia (Petrobrás). Entre os projetos em curso, incluem-se a instalação de uma fábrica de cimento pela Camargo Corrêa, no valor de US$ 200 milhões; e o estudo de viabilidade para o aproveitamento hidrelétrico do rio Cunene (por Angola e Namíbia), do qual participam Eletrobrás, Furnas, Odebrecht e Engevix.

A Petrobrás assumiu em 2008 a operação de três novos poços de petróleo na plataforma continental angolana. Um navio-plataforma da empresa está em Angola há vários meses, dedicado a viabilizar o começo da exploração, que estaria próximo. Entre os executivos da empresa no país, é forte a expectativa de que também exista uma camada de pré-sal na costa angolana. Diante disso, a Petrobras se prepara para aumentar os investimentos no país, que poderiam chegar, até 2012, a US$ 3 bilhões, apenas nos setores de prospecção e exploração. A empresa avalia, ainda, pedido de consultoria feito pela petroleira estatal angolana Sonangol para a construção da primeira grande refinaria em Angola, projeto orçado em US$ 7 bilhões (entendimentos sobre essa refinaria com os chineses aparentemente malograram).

A concorrência comercial de outros países é cada vez mais intensa, mas a maioria dos empresários brasileiros com interesses no mercado angolano tem sabido fazer valer suas vantagens comparativas da identidade lingüística e cultural, com maior disposição e atenção para a formação, capacitação e emprego de mão-de-obra local, e com maior atenção a projetos paralelos de interesse social, como o da prevenção da AIDS.

A Odebrecht, talvez como resultado da crescente saturação no campo de construção, vem diversificando seus investimentos no país. A empresa, maior empregador privado de Angola, com cerca de 30 mil funcionários, tem atuado com destaque também na agropecuária e no comércio varejista. Segundo o modelo de parcerias público-privadas, a empresa associou-se a órgãos governamentais para dois grandes projetos de produção de alimentos e bionergia. No primeiro deles, a Odebrecht assumiu a administração da fazenda estatal Pungo Andongo, de 36 mil hectares, na província de Malanje, a 400 quilômetros de Luanda. O objetivo da iniciativa, que conta com apoio da EMBRAPA, é a produção eficiente de alimentos, como milho e mandioca.

Em 2007, no contexto da visita do Presidente Lula, Odebrecht e Sonangol acordaram a construção da usina de açúcar e álcool BIOCOM, projeto de US$ 200 milhões, que visa à produção anual de 50 milhões de litros de etanol e 150 mil toneladas de açúcar. Também em 2007, a Odebrecht foi convidada pelo governo angolano a implantar a rede de supermercados populares "Nosso Super", parte do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD). A Odebrecht previa inicialmente a construção de 31 lojas Nosso Super espalhadas por todas as províncias. Em Luanda já estão em operação os primeiros supermercados da rede, onde 50% dos produtos oferecidos são de origem brasileira.

Existem ainda outras iniciativas no agronegócio, cabendo citar projeto piloto para aclimatação de cultivares de feijão em Angola, que estaria dando excelentes resultados (empreendimento privado, igualmente com apoio da EMBRAPA). Também se encontra em desenvolvimento a ampliação do plantel de gado em Angola, a partir de matrizes importadas do Brasil, de espécies igualmente adaptadas às condições locais, similares às brasileiras. Recorde-se que, após a guerra, a agricultura angolana praticamente desapareceu, o que leva o Governo a realizar maciças importações de alimentos. Trata-se, portanto, de setor estratégico para a cooperação, em vista da necessidade de Angola reorganizar sua base produtiva agrícola e pecuária.

Os investimentos de capitais angolanos no Brasil, ainda incipientes, começam a se multiplicar. Os mais expressivos são os da Sonangol, que adquiriu recentemente o controle de uma pequena companhia petroleira brasileira, a Starfish, quie opera na bacia de Campos. Por meio dessa

subsidiária, a Sonangol pretende investir, nos próximos anos, US$ 200 milhões em prospecção e extração de petróleo na costa brasileira.

Conectividade

Trata-se de tema fundamental, pois a falta de oferta adequada de transporte direto de cargas e pessoas entre Brasil e Angola retarda maior adensamento das relações. Atualmente, a empresa aérea estatal angolana TAAG opera sete vôos para o Brasil (Rio de Janeiro e Guarulhos), mas nenhuma empresa brasileira opera linhas para Luanda, o que resulta em onerosa e limitada oferta de assentos. No que se refere ao transporte marítimo, há seis linhas operando diretamente entre Brasil e Angola, em viagens que duram entre 10 e 12 dias; uma das linhas parte a cada dez dias, três a cada quinze dias e duas a cada mês.

Vistos e autorizações de trabalho

Os brasileiros que vão a Angola a negócios ou para lá trabalharem recebem visto ordinário de 30 dias, renovável por igual período, ao amparo do qual aguardam a tramitação das autorizações de trabalho, que é possível apenas quando já estão no país. A curta duração dos vistos e a demora no processamento das autorizações de trabalho expõem cidadãos e empresas brasileiras a situações constrangedoras (de eventual ilegalidade), e oneram seus custos de operação significativamente em relação a alguns concorrentes, como China e Estados Unidos, que dispõem de tratamento diferenciado, em função de concessões feitas por Pequim e Washington.

A Chancelaria e a própria Presidência angolanas já demonstraram ter ciência do problema e reconhecem que o regime de vistos angolano não está perfeitamente ajustado à densidade do relacionamento com o Brasil. Para avançar, o Brasil estendeu, unilateralmente, em 2009, o prazo de validade dos vistos de curta-duração (turismo e negócios) de 90 para 365 dias, e passou a permitir múltiplas entradas. Incidentes pontuais na imigração brasileira, porém, anularam uma possível repercussão positiva da iniciativa brasileira, de forma que Angola ainda não reciprocou. No mais grave dos incidentes, um grupo de 22 angolanos foi repatriado pela Polícia Federal após desembarcar no aeroporto de Guarulhos, sob suspeita (equivocada) de terem vistos falsos em seus passaportes. O episódio causou comoção em Angola, com ampla cobertura da imprensa local e protestos diante da Embaixada do Brasil, tendo o Embaixador brasileiro se visto obrigado a conceder entrevista coletiva e a responder, por duas vezes, chamados da Chancelaria angolana para prestar esclarecimentos. Em outro episódio, ocorrido poucos dias após o primeiro, um diplomata angolano foi expulso da sala de imigração do aeroporto de Guarulhos. A Polícia Federal, que havia permitido excepcionalmente a presença dele na sala para

demonstrar a inexistência de qualquer prática discriminatória contra seus conterrâneos, retirou-o da sala após interferência indevida no trabalho do agente que entrevistava os angolanos que chegavam. Como resultado, o Governo angolano protestou oficialmente, tendo o Chanceler Assunção dos Anjos telefonado ao Ministro Celso Amorim a respeito. O incidente foi superado mediante carta do Ministro Celso Amorim a seu homólogo, bem como nas conversas havidas quando da visita do Subsecretário-Geral de Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Oto Agripino Maia, a Luanda, em agosto de 2009.

Cooperação Institucional

De forma geral, o Brasil tem dado relevante apoio à reformulação institucional do Estado angolano, em curso desde a obtenção da paz. São freqüentes as trocas de missões entre organismos do Estado brasileiro e suas contrapartes angolanas, com vistas a possibilitar a Angola melhor conhecimento e eventual adoção adaptada de estruturas, programas e políticas governamentais brasileiras.

No caso da **administração pública em geral**, foi inaugurada em abril de 2008 a Escola Nacional de Administração (ENAD) angolana, em cerimônia que contou com a presença do Presidente dos Santos. Voltada para a formação, a capacitação e a atualização de altos funcionários do quadro público e empresarial de Angola, a Escola foi construída pela empresa brasileira Mello Junior e conta com parceria da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Além disso, técnicos da **Casa Civil** angolana visitaram a Casa Civil brasileira por duas vezes (março e maio de 2009) para estudarem a estrutura brasileira de apoio à Presidência da República, seguindo instrução direta do Presidente José Eduardo dos Santos.

Com o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** (IPEA), cujo presidente, Márcio Pochmann, visitou Luanda em outubro de 2009, foi acordada a criação de Grupo de Trabalho conjunto para o planejamento da cooperação a ser prestada pelo IPEA nas áreas de estudos estratégicos de longo prazo e planejamento orçamentário.

As **políticas sociais** brasileiras também despertam grande interesse em Angola. Em maio de 2009, o Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, liderou missão ao Brasil, com o objetivo de estudar formas de adaptar as políticas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro no Brasil à realidade angolana.

Finalmente, as Chancelarias angolana e brasileira cooperam na formação e **capacitação de diplomatas**, com o oferecimento de vagas no Instituto Rio Branco para diplomatas angolanos, e avaliam iniciar cooperação na área de organização da documentação e da informação.

Além das áreas mencionadas, ocorreram em 2009 mais de dez outras visitas técnicas de angolanos ao Brasil ou de brasileiros a Angola, nas mais diversas áreas, com destaque para Aduanas e agências regulatórias de Petróleo e Derivados. Estão sendo negociados, ainda, pedidos angolanos de cooperação institucional nas áreas de transportes, urbanização e habitação, e turismo.

Cooperação Técnica e Cultural

Angola é um dos principais recipiendários da cooperação técnica brasileira na África. Realizou-se em Angola o primeiro projeto africano de grande porte da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, inaugurado em 1999 e transferido à administração angolana, conforme previsto, em 2005. As metas ambiciosas do Centro, criado para contribuir para o esforço de reinserção social dos desmobilizados da guerra, contribuíram para dar credibilidade à cooperação técnica brasileira e ajudou a torná-la um referencial para todo o continente africano.

A cooperação técnica entre Brasil e Angola ganhou forte impulso com a primeira visita do Presidente Lula a Luanda, em novembro de 2003. Na ocasião, foram assinados diversos instrumentos relativos à cooperação técnica. Desde então, multiplicaram-se os programas de cooperação técnica que o Brasil oferece, em diversas áreas, como agricultura, esportes, educação ambiental, saúde pública, ciência e tecnologia, combate a incêndios e salvamento.

Avaliação geral desse quadro multifacetado deverá ser realizada durante a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, a ter lugar em Luanda, em data ainda a ser acordada.(A VI Reunião foi realizada no Brasil, em 2005; a VII Reunião deveria ter ocorrido em 2007, mas desde então não tem sido possível encontrar datas mutuamente aceitáveis). Em preparação à VII Reunião, e para prospectar novas possibilidades de cooperação, foram realizadas missões angolana ao Brasil (novembro de 2008) e brasileira a Angola (janeiro-fevereiro de 2009).

A seguir, uma listagem de algumas das mais relevantes iniciativas de cooperação em curso ou em estágio avançado de negociação.

Cooperação em saúde

Merecem destaque os projetos de *Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola* e de *Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária*. No primeiro, a Fiocruz auxilia o fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola, mediante a reestruturação de escolas técnicas, a estruturação de rede de bibliotecas na área da saúde (para o que foram doados quase cinco toneladas de publicações pelo Brasil), e a criação de Mestrado em Saúde Pública em Angola. No segundo, médicos

angolanos recebem capacitação no Brasil em diagnóstico e tratamento da malária.

Cooperação cultural

Já foram realizadas oito missões de técnicos brasileiros (IPHAN) a Angola no marco do programa de *Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola*, que objetiva reforçar as capacidades angolanas em gestão do patrimônio cultural, conservação e proteção de bens materiais, museologia e identificação e documentação do patrimônio cultural.

Cooperação educacional

Desde 2000, 447 estudantes angolanos foram beneficiados com vagas para graduação ou pós-graduação no Brasil no marco dos Programas de Estudantes de Convênio, em graduação e pós-graduação (*PEC-G e PEC-PG)*. Desde 2008, adicionalmente, 180 estudantes universitários angolanos vieram ao Brasil desenvolver pesquisas em laboratórios de Universidades Públicas brasileiras.

Em 2008, teve início o *Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos*, parceria entre CAPES e MRE, por meio do qual estudantes universitários angolanos vêm ao Brasil no período de férias e, sob monitoria de professores brasileiros, desenvolvem atividades de estudo e pesquisa nos laboratórios de algumas das principais Universidades públicas nacionais. Nas três primeiras edições do Programa, foram recebidos cerca 180 estudantes angolanos para cursos de verão.

Está em negociação Acordo de Cooperação na Área de Ensino Superior, o qual facilitará o intercâmbio de docentes e estudantes entre Universidades brasileiras e angolanas, a concessão de bolsas de estudo de parte a parte e a criação de redes de pesquisa que englobem universidades de ambos os países.

Além disso, o Brasil oferece capacitação de técnicos angolanos para a análise e aprofundamento da proposta curricular no programa *Capacitação para Elaboração de Reforma Curricular*, e auxilia a capacitar professores para o atendimento de estudantes com deficiência visual, auditiva ou mental no programa *Escola de Todos*.

Cooperação agrícola

O Governo angolano, plenamente consciente da necessidade de diversificar a economia e alcançar a auto-suficiência em alimentos básicos, confere prioridade à agricultura. Por isso, a cooperação bilateral na área extrapola o modelo convencional utilizado em geral pelo Brasil: o maior projeto em curso é um contrato de consultoria, por meio do qual a Embrapa presta assistência ao Governo angolano, com apoio da FAO, para a estruturação do sistema de pesquisa agropecuária angolano. O contrato

prevê que a Embrapa será remunerada pelas atividades desenvolvidas, a principal das quais é a consultoria com vistas à implantação de 16 centros de investigação especializados. Os quatro primeiros destes centros começaram a funcionar em 2009, a saber: (i) caprinos e ovinos, (ii) mandioca, batata doce e amendoim, (iii) feijão e milho e (iv) gado de leite.

A Embrapa também está envolvida em outra iniciativa, de apoio à Gesterra, estatal angolana de gestão da produção agropecuária. Foi celebrada Carta de Intenções entre as duas empresas públicas prevendo a autorização à Gesterra para a utilização e multiplicação de sementes de cultivares adaptadas ao cerrado desenvolvidas pela Embrapa. De início, devem ser implementadas lavouras com tecnologia genética brasileira na fazenda Pungo Andongo, de propriedade estatal, mas administrada, em regime de parceria, pela Odebrecht.

Por fim, como fruto da missão multissetorial organizada pela ABC no início de 2009, foi elaborado, e está pronto para assinatura, o projeto de *Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola,* que tem o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que visa à capacitação de agricultores e trabalhadores rurais angolanos.

Angola foi, ainda, um dos destinos de equipe brasileira em périplo pela África em outubro de 2009 para realizar seminários sobre zoneamento agroecológico e produção de biocombustíveis.

Cooperação em mineração

O Ministério de Minas e Energia do Brasil, em parceria com a ABC, ofereceu cooperação a Angola no campo de produção e classificação de diamantes. No contexto do Processo de Kimberley, o MME estaria disposto a transferir tecnologia de geoprocessamento, capacitar técnicos angolanos para o estabelecimento de DNA de diamantes, promover oficinas de capacitação para o cooperativismo associado à produção de diamantes, e fornecer cursos de metodologia de certificação da produção diamantífera. A contraparte angolana recebeu positivamente a oferta. Aguarda-se a negociação de projetos que possam instrumentalizar a colaboração. O Governo angolano, ademais, manifestou interesse em desenvolver cooperação com o Brasil na área de geologia, com vistas à implementação de política nacional de exploração mineral.

Cooperação em matéria de defesa

Está em negociação um Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, cuja assinatura, prevista para maio de 2009, foi adiada pela parte angolana. Apesar das recorrentes gestões da Embaixada do Brasil, os angolanos ainda não propuseram nova data para a celebração do Acordo. A despeito desse atraso, o Brasil já tem oferecido a Angola vagas para formação na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) e no Instituto

Militar de Engenharia (IME), além de vagas para formação de sargentos e sub-oficias em diversas outras academias militares nacionais.

Centros Culturais e Cessão de Terrenos

Brasil e Angola acordaram a cessão recíproca de instalações de Centros Culturais brasileiro em Luanda e angolano em Salvador (BA). No caso do primeiro, apesar da inauguração provisória pelo Presidente Lula em 2003, ainda não foi possível iniciar as atividades, por estar pendente a reforma das instalações, a cargo da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), passo necessário para a formalização da cessão do espaço ao Governo do Brasil. O Centro Cultural angolano, já instalado em imóvel cedido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), foi restaurado com recursos doados pela Odebrecht. Aguarda-se a assinatura de um Termo de Cessão entre o IPAC e a Embaixada de Angola, em análise pela parte angolana, para a formalização das respectivas cessões.

Além disso, as duas Chancelarias também acordaram, em 2009 a cessão recíproca de terrenos a serem destinados às respectivas Embaixadas e Residências Oficiais. Foi definido um terreno que será cedido a Angola em Brasília e acertada a concessão de lote anexo à atual Embaixada do Brasil em Luanda. Nessa nova área, será construído, até 2011 um anexo com pequenos apartamentos e quartos de passagem, o qual deverá facilitar muito a execução de missões oficiais brasileiras em Luanda, cidade cujos escassos quartos de hotel são reconhecidamente caros.

Cooperação em turismo

Durante sua visita a Angola, em abril de 2009, o Ministro do Turismo, Luiz Eduardo Barreto assinou Acordo Bilateral de Cooperação no Domínio do Turismo, o qual prevê auxílio mútuo na capacitação de profissionais da área, promoção da progressiva facilitação da entrada de turistas oriundos de cada um dos países na contraparte, e a promoção de investimentos bilaterais no setor de turismo e hotelaria. O Acordo foi encaminhado, em 11 de fevereiro de 2010, à Presidência para que seja transmitido para apreciação do Congresso.

POLÍTICA INTERNA

Angola esteve em guerra por quatro décadas (1961-2002). Primeiro, entre 1961 e 1975, os três movimentos de libertação do país - o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – enfrentaram o colonizador português. Depois, entre 1975 e 2002, os três movimentos lutaram entre si pelo controle do Governo. A Guerra Fria aguçou e armou as facções em luta, com atuação

de soldados cubanos junto ao MPLA e ingerência direta da África do Sul, à época sob o regime do *apartheid*, prestando apoio à UNITA. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência angolana, sob a égide do MPLA, em novembro de 1975.

O fim da Guerra Fria permitiu que se procurasse uma saída negociada para a guerra civil angolana, com o apoio da comunidade internacional. Foram realizadas duas tentativas. A primeira, representada pelos Acordos de Bicesse (1991), incluiu as primeiras eleições livres da história angolana (e até o momento a única eleição presidencial), em setembro de 1992, vencidas pelo MPLA, mas fracassou devido ao rechaço da UNITA ao resultado do pleito. A segunda, consubstanciada no Protocolo de Lusaca (novembro de 1994), chegou a lograr avanços com a criação de governo compartilhado, mas a guerra retornou em 1998. Ao longo desses anos, seguiram-se três missões de paz das Nações Unidas em Angola: a UNAVEM I, que fiscalizou a saída das tropas cubanas no fim da década de 1980; a UNAVEM II, que incumbiu-se da desmobilização e da preparação das eleições de 1992; e a UNAVEM III, que monitorou o cumprimento do Protocolo de Lusaca. O Brasil participou da UNAVEM III com um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Engenharia e duas unidades médicas.

A paz só foi efetivamente estabelecida após a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, e de seu vice-líder, António Dembo, em fevereiro de 2002. Ato contínuo, o Governo declarou a cessação unilateral das ofensivas militares e apresentou plano de paz, em conformidade com os Acordos de Bicesse e o Protocolo de Lusaca, e proposta de anistia de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado. Em 4 de abril de 2002 foi assinado o Memorando de Luena, complementar ao Protocolo de Lusaca, passando essa data a ser celebrada como "Dia da Paz e da Reconciliação Nacional".

Desde então, está em curso a normalização da situação política angolana. Foram realizadas eleições legislativas (setembro de 2008) e aprovada nova Constituição (janeiro de 2010), aguardando-se agora a realização de novas eleições presidenciais – as primeiras desde 1992 – previstas originalmente para 2012.

As eleições legislativas de setembro de 2008 foram consideradas justas e transparentes por observadores internacionais. A taxa de comparecimento, próxima a 90% em um país no qual o voto é facultativo, demonstrou a disposição do povo angolano de participar na busca de um novo começo para o país. O MPLA alcançou 82% dos votos e obteve 191 das 220 cadeiras do Parlamento unicameral. O resultado pouco surpreende ao se levar em conta que 4 milhões dos 8,3 milhões de eleitores do país são filiados ao partido. A UNITA recebeu 10% dos votos e elegeu 16 deputados; o resultado reflete o estigma que o partido ainda carrega por ter

recebido o apoio da África do Sul aparteísta, e também a inexistência de líderes que ocupem o vácuo deixado pela morte de Jonas Savimbi.

O processo de reforma da Constituição foi concluído em fevereiro de 2010, com sua aprovação pela Assembléia Legislativa. O texto aprovado foi formulado por comissão especial da Assembléia a partir de anteprojetos apresentados por todos os partidos políticos com representação no Parlamento, mas reflete, como não poderia deixar de ser, o anteprojeto básico elaborado pelo MPLA. Resumidamente, a nova Constituição prevê um regime presidencialista no qual o Presidente é eleito pelo voto direto; ele terá poderes para nomear os Governadores das províncias e, até que avance mais a experiência em curso de descentralização do Governo local, também dos municípios. Foi extinta a figura do Primeiro-Ministro, mas surgiu o cargo de Vice-Presidente, o qual deverá acumular as funções de coordenação administrativa hoje desempenhadas pelo PM. A eleição do Presidente e do Vice será por votação direta e secreta, simultânea à eleição parlamentar. Serão eleitos Presidente e Vice os candidatos de números 1 e 2 da lista partidária elaborada pelo Partido vencedor do pleito parlamentar, respectivamente. O próprio MPLA reconhece ser esse sistema de eleição para o Executivo inspirado no modelo da África do Sul.

A aprovação da Constituição teve implicações diretas sobre o terceiro dos grandes temas da agenda de política interna angolana desde 2002: a eleição presidencial. O pleito presidencial vinha sendo postergado seguidamente ao longo dos últimos três anos. Havia expectativa de que se realizasse em 2009, conforme previsto pelo próprio Governo angolano logo após as eleições legislativas de 2008. A aprovação de novo formato para a seleção de Presidente e Vice-Presidente, no entanto, definiu que o próximo pleito para o Executivo será realizado em 2012, simultaneamente à próxima eleição parlamentar. Como arranjo transitório, tendo em vista o fato de que não havia Vice-Presidente, foi nomeado para o cargo, até que se realize a próxima eleição, Fernando da Piedade Dias dos Santos, que ocupava o cargo de Presidente da Assembléia Nacional.

No contexto da reforma constitucional e após Congresso do MPLA realizado em dezembro de 2009, o Presidente José Eduardo dos Santos, anunciou a reformulação de seu Gabinete Ministerial. Além da substituição de titulares em muitos Ministérios, houve ainda a extinção de algumas Pastas, absorvidas por outros Ministérios, como é o caso dos antigos Ministérios de Turismo e Hotelaria e de Geologia e Minas, incorporados aos Ministérios do Comércio e Indústria. Também houve criação de Ministérios, com destaque para o dos Assuntos Parlamentares. O Ministério das Relações Exteriores sofreu alterações, a mais relevante das quais a redução dos Vice-Ministros de três para dois (Secretário de Estado das Relações Exteriores, George Chicoty e a Secretária de Estado da Cooperação, Exalgina Gamboa).

Cabinda

O enclave de Cabinda, separado do restante do território angolano por faixa de território pertencente à República Democrática do Congo (RDC), tem papel fundamental na Angola atual. Nele é produzido 31% do petróleo do país, o que representa (devido às condições fiscais diferenciadas) 70% da receita petrolífera, e cerca de metade das receitas fiscais totais do Estado angolano.

Desde 1975, atua na região o movimento separatista Forças de Libertação do Enclave de Cabinda-FLEC, as quais, se nunca chegaram a ameaçar o controle efetivo do território por Luanda, mostraram-se capazes de impor custos adicionais importantes ao governo nacional. Em 2006, o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo firmaram Memorando de Entendimento para a Paz e a Reconciliação Nacional da Província de Cabinda, em decorrência do qual foi promulgada anistia na região e cerca de 500 guerrilheiros da FLEC foram incorporados às Forças Armadas Angolanas e à Polícia Nacional.

Nem todas as facções das FLEC, entretanto, aderiram ao Memorando de 2006. Assim, continuaram a ocorrer ações guerrilheiras em baixa intensidade. Em dezembro de 2007, por exemplo, as FLEC assassinaram o brasileiro Helano Silva Araújo, que na época trabalhava para empresa de estudos sísmicos que prestava serviço à Sonangol em Cabinda.

O tema cabindês ganhou presença internacional, porém, com o atentado que vitimou a seleção do Togo que viajava por via terrestre a caminho da Copa Africana de Nações (CAN), em 08 de janeiro de 2010. O atentado provocou a morte de três membros da delegação do Togo e, além de macular a imagem de paz e prosperidade que o Governo de Angola tencionava veicular ao mundo por ocasião da CAN, colocou em xeque a eficácia da estratégia política para pacificação da província.

Desde então, o Governo de Angola parece ter intensificado a repressão na província, o que tem gerado críticas de defensores dos direitos humanos contra alegadas prisões arbitrárias na região. Além disso, o Governo angolano protestou junto à França pela demora daquele país em acionar os mecanismos judiciais cabíveis contra os líderes mais importantes das FLEC que vivem em território francês.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa angolana tem por objetivos a projeção do país como potência regional na África e a busca de maior expressão no cenário mundial. Em relação ao primeiro, Angola busca transformar suas vantagens econômica e militar – é a segunda maior economia da África Austral e possui um dos exércitos mais bem treinados e equipados do continente –

em influência. Quanto ao segundo, Angola se vale de sua posição como importante fornecedor de petróleo à China e aos EUA para credenciar-se como um dos principais interlocutores desses países na África.

A busca angolana por prestígio e influência alcançou bons resultados em 2009. No começo daquele ano, o país ocupou a presidência rotativa da OPEP. Posteriormente, em julho, o Presidente José Eduardo dos Santos foi convidado para participar da Cúpula G8+G5 em L'Áquila, onde defendeu a reforma das instituições financeiras internacionais e procurou garantir apoio internacional para a mitigação dos efeitos da crise internacional na África.

A seguir, uma síntese da relação de Angola com seus principais parceiros.

Portugal

Os laços com o ex-colonizador são de grande importância. Na dimensão humana, vivem hoje cerca de 100 mil portugueses em Angola e 34 mil angolanos em Portugal. Angola é o principal parceiro comercial de Portugal fora da União Européia; em nível mundial, ocupa a quarta posição, depois de Alemanha, França e Espanha. O investimento português, principalmente nos setores bancário, comercial, de telecomunicações e de construção civil, alcançava US$ 620 milhões antes da crise financeira.

O mercado português também tem se mostrado atrativo para os investimentos angolanos. A Sonangol, por exemplo, possui participações importantes no Banco Millenium BCP e na petrolífera portuguesa Galp.

Nas relações políticas, merece destaque a visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Portugal, em março de 2009, mais de 20 anos após a primeira visita de um mandatário angolano ao país europeu. Na ocasião, foi assinado memorando entre a Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos Portuguesa (CGD) para a criação de um banco de desenvolvimento, conjunto regido pela lei angolana, com capital inicial de US$ 1 bilhão, a ser aportado pelas duas entidades. Além disso, a linha de crédito concedida por Portugal a Angola foi ampliada para € 1 bilhão, e criada nova linha de € 500 milhões especificamente para funcionar como seguro de crédito para a importação por Angola de bens e serviços portugueses.

Europa

Os investimentos da **França** em Angola são numerosos e significativos, entre eles se destacando os da petroleira Total, que produz 500 mil barris de petróleo diários em Angola. As relações políticas, porém, são mais distantes em função do chamado "Angolagate", causa judicial em tramitação na França que acusa várias lideranças políticas do país de corrupção, a partir da venda de armas francesas a Angola durante a década de 1990. A visita do Presidente Sarkozy a Luanda, em maio de 2008,

contribuiu para desanuviar o clima, sem superar inteiramente as dificuldades, que permanecem.

Vários outros países europeus são importantes parceiros econômicos. A **Espanha** é origem de vultosos investimentos e mantém linha de crédito de € 200 milhões para o país. A **Alemanha** recebeu a visita do Presidente José Eduardo dos Santos em março de 2009, momento em que anunciou-se que seria aprovado financiamento de US$ 1,7 bilhão para obras de infra-estrutura angolanas. A **Holanda** anunciou recentemente significativos investimentos em projeto de gás liquefeito de petróleo em Luanda, tendo a companhia aérea KLM iniciado há pouco suas operações para aquele país. A **Noruega** também possui investimentos na área do petróleo, metalurgia e indústria de fertilizantes angolana, tendo o Chanceler Gahr Store visitado Luanda em novembro de 2009.

Angola e **Rússia** mantém tradicional relação de amizade desde a independência angolana. Em 2009, ocorreram as visitas do Chanceler Assunção dos Anjos a Moscou (maio) e do Presidente Medvedev a Luanda (junho), ocasião em que foram celebrados acordos sobre serviços aéreos e proteção de investimentos, e aprovado programa de cooperação técnica com destaque para a área de minas e geologia. Foram ainda oferecidos financiamentos russos para a construção de hidrelétricas em Angola.

Estados Unidos

As relações angolanas com os Estados Unidos têm sido corretas mas não muito próximas. Até o fim da década de 1980 os EUA intervieram na guerra civil angolana apoiando a UNITA, tendo reconhecido o Governo do MPLA apenas em 1992. Isso não impediu que as petroleiras norte-americanas, instaladas no país desde a década de 1960, fossem e continuassem a ser responsáveis direta ou indiretamente por grande parte do PIB angolano.

Em 2009, ocorreram importantes contatos bilaterais. Em maio, o Chanceler Assunção dos Anjos visitou os Estados Unidos, ocasião em que foi assinado Acordo de Comércio e Investimento. Em agosto foi a vez de Luanda receber a visita da Secretária Hillary Clinton, tendo sido então assinado documento de Parceria Estratégica entre EUA e Angola. A exortação norte-americana para que Angola atue com mais intensidade na manutenção da estabilidade e da segurança do Golfo da Guiné e da África Central vieram ao encontro das aspirações angolanas de maior protagonismo e influência no cenário regional e mundial.

África

No continente africano, Angola se vê como um país com credenciais que lhe permitem uma postura ativa na defesa de seus interesses e da estabilização definitiva da África. O país é, historicamente, um dos maiores

contribuintes para as forças de paz organizadas pela União Africana, sendo também interlocutor ativo no temas de defesa e segurança no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

As relações com a **África do Sul**, desde o fim do *apartheid* naquele país em 1994, foram marcadas por relativa frieza, com o Governo sul-africano sendo visto por Luanda como indevidamente próximo à UNITA. A eleição de Jacob Zuma como Presidente da África do Sul, em abril de 2009, parece ter dado início a um relançamento do relacionamento bilateral, como indicado por três gestos simbólicos significativos: (i) o Presidente José Eduardo dos Santos, que não participara sequer da posse de Nelson Mandela em 1994, esteve na cerimônia de posse de Zuma; (ii) logo após a instalação do novo Governo, em 17 de maio, a Chanceler sul-africana visitou Luanda; e (iii) o Presidente Zuma fez de Angola o destino de sua primeira viagem internacional, em agosto de 2009, acompanhado por 11 Ministros de Estado e mais de 150 empresários. A visita cumpriu as expectativas de evento histórico, com o Presidente Zuma agradecendo o apoio angolano na luta anti-aparteísta e conclamando as duas maiores economias da África Austral a trabalharem em conjunto.

A situação na **República Democrática do Congo** é uma das principais questões de interesse de Angola. A crônica instabilidade congolesa gerou um amplo fluxo de refugiados que se dedicam à extração ilegal de diamantes nas províncias orientais angolanas, alimentando dessa forma as cadeias de contrabando e crimes conexos. Angola tem respondido mediante campanhas de repatriação forçada que atingiram cerca de 170 mil congoleses nos últimos três anos, ao que o Governo da RDC respondeu, em outubro de 2009, com a expulsão às pressas de 50 mil angolanos de seu território. Além disso, Angola e RDC mantêm um contencioso sobre os limites marítimos entre a RDC e o enclave angolano de Cabinda; apesar de avanços terem sido logrados, o Governo congolês optou, em fins de 2009, por suspender as tratativas bilaterais e ameaça agora levar o tema aos foros internacionais.

Em relação à situação no **Zimbábue**, Angola tem seguido a postura da maioria dos países da África Austral, críticos em relação à intransigência do Presidente Mugabe, mas sem alinhar-se às posições mais extremas dos países desenvolvidos. Angola saudou a formação do Governo de coalizão zimbabuano, em fevereiro de 2009, e o Presidente José Eduardo dos Santos recebeu o PM Morgan Tsvangirai em Luanda em fins de 2009.

Quanto à **Guiné-Bissau**, Angola tem apoiado a consolidação da estabilidade do país após os assassinatos do Presidente João Bernardo Vieira e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em março de 2009. Assim, por exemplo, ofereceu linha de crédito de US$ 43 milhões para auxiliar no pagamento dos salários atrasados do funcionalismo civil e

militar. O país possui importantes investimentos na exploração de bauxita na Guiné-Bissau.

As relações com **São Tomé e Príncipe** são estreitas. Grande número de santomenses dirige-se a Angola para beneficiar-se do crescimento econômico do vizinho. Luanda desenvolve uma política agressiva de investimentos angolanos no arquipélago, dirigida principalmente para uma futura exploração de petróleo na plataforma continental.

China

Angola é o principal parceiro comercial da China na África, e beneficiária de linhas de crédito chinesas no valor total de US$ 5 bilhões. Quase 50 mil chineses possuem hoje visto de trabalho em Angola. Além disso, há contatos relevantes na área militar.

ECONOMIA

A economia angolana é dominada pelos setores petroleiro e diamantífero, os quais respondem por 97% das exportações, 90% da receita governamental e mais de 50% do PIB, estimado em 2009 em US$ 69,7 bilhões. A sociedade angolana tem consciência da fraqueza de tal base para um projeto de desenvolvimento nacional e o Governo tem envidado esforços no sentido da diversificação da economia, inclusive mediante a criação de um fundo de US$ 600 milhões para esse fim.

Os resultados econômicos entre o fim da guerra civil e a recente crise financeira internacional foram notáveis. No período 2004-2008, a economia angolana cresceu 92,4% no acumulado, o que representa taxa anual de crescimento da ordem de 17,8%. O saldo da conta corrente passou de -5,1% do PIB para +9,2%, enquanto a dívida externa caiu de 73,1% do PIB para 15,6% na comparação 2002/2008.

Com reservas da ordem de 12 bilhões de barris, Angola é tradicionalmente o segundo maior produtor de petróleo da África, mas tem ocasionalmente ocupado a primeira posição devido à queda da produção nigeriana. Em 2009, o país ocupou a presidência de turno da OPEP, fato altamente simbólico e fonte de prestígio para o Presidente José Eduardo dos Santos. Empurradas pelos altos preços do petróleo, as exportações angolanas ultrapassaram US$ 39 bilhões em 2008, gerando um superávit comercial de US$ 15 bilhões e um superávit da balança de pagamentos de 9,2% do PIB. As reservas internacionais atingiram US$ 19 bilhões.

Números tão positivos até 2008 permitiam ao governo angolano alimentar a ambição de atingir um PIB de US$ 100 bilhões – medido por PPP - no ano de 2010. Com a crise financeira internacional, no entanto, os planos para o crescimento, para o orçamento e para o gasto público tiveram que ser revistos, à medida que o petróleo perdia valor. As contas iniciais

para o ano de 2009 previam um barril a 65 dólares; posteriormente, nova projeção foi feita com o barril a 55 dólares.

A estratégia anti-crise montada no fim de 2008 pelo Governo passava pelo corte de gastos e aumento da eficiência do setor público, juntamente com um aumento dos gastos e investimentos estatais. O plano baseava-se na avaliação de que era fundamental preservar a incipiente diversificação econômica, uma vez que boa parte do crescimento dos setores não-petrolíferos e não-diamantíferos é motivado pela demanda ou indução do Estado, em particular na área da construção civil.

Os efeitos da crise se fizeram sentir em Angola mais fortemente a partir do início de 2009, e as autoridades angolanas passaram a reconhecer que a redução no ritmo de execução do projeto de reconstrução nacional era forçosamente maior do que o que se projetava quando da assunção da nova equipe econômica, após as eleições de 2008. O Governo também foi forçado a rever seu Orçamento novamente, baixando pela segunda vez a receita projetada com a renda do petróleo.

A crise trouxe de volta ao horizonte das autoridades angolanas e de parte da opinião pública local as deficiências econômicas que o crescimento acelerado dos últimos anos havia deixado em segundo plano, quais sejam: forte dependência externa ditada pela concentração das exportações em dois produtos e pela importação de quase todos os insumos e alimentos; deficiência e insuficiência importantes de capital humano; inexperiência e baixa qualificação do empresariado nacional; empresas estatais falidas ou a caminho da falência; forte concentração de renda e elevados déficits sociais.

Tentando conter a evasão de divisas, cujo resultado foi a redução de 35% (US$ 7 bilhões) nas reservas internacionais nos primeiros cinco meses de 2009, o Governo podou o Orçamento Geral do Estado (OGE), com o sacrifício de novos projetos em áreas consideradas de menor prioridade, e passou a liberar a conta-gotas recursos para a manutenção do que já estava contratado. Dessa política resultaram meses de atraso nos pagamentos de projetos financiados, no todo ou na maior parte, com recursos do OGE, o que afetou as empresas estrangeiras, inclusive brasileiras.

Como efeito colateral das políticas restritivas do Governo, ressurgiu o câmbio paralelo em Angola. O Governo desvalorizou o Kwanza de Kz 75 por US$ 1 para Kz 78 por US$ 1. Ainda assim, a escassez de dólares na rede bancária angolana levou muitos comerciantes a pagar até mais de 85 Kwanzas por dólar recebido. Note-se que a desvalorização cambial em um país que importa praticamente tudo o que consome, inevitavelmente reacendeu o temor de alta da inflação.

Em julho de 2009, durante a Cúpula de L'Áquila, na Itália, o Governo angolano solicitou à Direção do FMI a realização de missão do Fundo a Angola. Técnicos da instituição estiveram em Angola em agosto,

e, em novembro, concluiu-se a negociação de linha de crédito de US$ 1,8 bilhão, dos quais 1,4 bilhão em créditos *stand-by*. A garantia de recursos propiciada pelo acordo com o Fundo, associada à recuperação nos preços do petróleo ao longo do segundo semestre de 2009 trouxeram alívio às contas públicas angolanas. Segundo os termos negociados com o FMI, o Governo angolano comprometeu-se a quitar os débitos com fornecedores e a limitar a contratação de novos empréstimos concessionais a um total de US$ 2 bilhões durante o período de vigência do acordo (fevereiro de 2012).

Os primeiros números sobre a economia angolana divulgados pelo Banco Mundial em 2010 confirmam a reversão da trajetória de recessão do primeiro semestre de 2009. Segundo o Banco, o desempenho PIB angolano no ano passado terá oscilado entre -0,5% e 0,5%. O crescimento do setor não-petroleiro, estimado em 7,8%, teria compensado em parte a queda de 5% do principal setor da economia. Ainda de acordo com o Banco Mundial, a economia angolana voltará a crescer em 2010, mas não às taxas de dois dígitos que foram comuns entre o fim da guerra civil e 2008. O FMI coincide neste ponto e projetou, no acordo celebrado com Angola, um crescimento máximo de 8% para 2010.

A inflação não disparou como previam os mais pessimistas. Fechou em 14% em 2009, e o Banco Mundial prevê a repetição da taxa em 2010. Já as reservas cambiais, que caíram quase 50% no início de 2009 para US$ 10 bilhões, começaram a ser recompostas e encerraram o ano em US$ 12,3 bilhões, num indício de que se deve levar a sério a declaração do Presidente José Eduardo dos Santos segundo a qual seu Governo estaria comprometido com a recomposição dos US$ 20 bilhões do pré-crise.

O Orçamento para 2010 reflete visão otimista, segundo a qual o pior da crise já teria passado. Comparada com 2009, a previsão de gastos do Governo para 2010 projeta incremento da ordem de US$ 15 bilhões, alta de cerca de 50%. O Governo estaria, portanto, disposto a retomar seu ambicioso programa de reconstrução nacional. A maior parte do incremento do Orçamento resulta da ampliação da projeção do preço médio do barril de petróleo, que para 2010 foi estimado em US$ 58, contra US$ 37 no ano que se encerrou.

O otimismo das autoridades angolanas poderia, segundo especula-se, ser coroado com uma graduação do país pelo Banco Mundial, o que facilitaria a Angola o acesso a recursos da instituição financeira internacional para projetos de infra-estrutura. Além de facultar acesso a créditos do Banco, a graduação seria útil ao projeto angolano de lançar títulos públicos no mercado internacional. O Banco Nacional de Angola tentou vender seus papéis por meio do JP Morgam e do Crédit Suisse, mas a iniciativa coincidiu com o início da crise internacional e não obteve o êxito que se esperava.

Embora já se desenhe uma trajetória de recuperação para a economia angolana, a degradação dos indicadores macroeconômicos ao longo de 2009 recolocou no horizonte a preocupação com os resultados sociais do desenvolvimento do país, tema corriqueiramente ofuscado pelos números impressionantes de uma economia que crescia a quase 20% ao ano. Hoje, está evidente que nem mesmo nos períodos de bonança Angola conseguiu traduzir saúde financeira em melhoria significativa dos indicadores sociais. A população tem uma expectativa de vida inferior a 42 anos. As taxas de alfabetização dos maiores de 15 anos e de escolarização primária situam-se ainda em torno de 60%. São também cerca de 60% os que têm acesso a água potável e a saneamento básico. Mais de 63% dos angolanos vive abaixo da linha de pobreza e quase 25% aquém da linha da miséria. A taxa de mortalidade infantil ainda é de 150 por cada mil crianças nascidas vivas, e quase um terço das crianças angolanas morre antes de alcançar cinco anos de vida.

O legado de mais de 40 anos de guerra, o inchaço de Luanda e seus musseques (favelas), a marginalidade econômica como regra, e as pressões geradas em algumas províncias pelas migrações ilegais inspiram preocupação quanto à segurança no país. O alto custo de vida, a forte presença de estrangeiros competindo com a mão-de-obra nacional pouco qualificada e a elevada desigualdade socioeconômica também devem ser encarados como fatores de instabilidade.

ANEXO I - CRONOLOGIA

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE ANGOLA

1483 – Chegada dos portugueses ao atual território angolano.

1575 – Fundação de São Paulo de Luanda.

Séculos XVII e XVIII – Angola torna-se o principal centro de tráfico se escravos. Entre 1580 e 1680, mais de um milhão de escravos são embarcados para o Brasil.

1836 – O tráfico de escravos é oficialmente abolido pelo governo português. O tráfico ilegal para o Brasil perdura até 1850.

1885-1930 – Portugal consolida seu domínio sobre Angola.

1951 – Angola passa de colônia a província ultramarina.

1956 – Formação da guerrilha nacionalista Movimento Popular pele Libertação de Angola (MPLA), de orientação marxista-leninista.

1961 – Início da guerra de guerrilha; abolição do trabalho forçado.

1974 – Revolução dos Cravos em Portugal.

1975 – Independência de Angola e início da guerra civil. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola independente, sob o Governo do MPLA.

1976 – O MPLA derrota a FNLA e se torna a força dominante, tendo como opositor a UNITA.

1979 – Agostinho Neto, líder do MPLA, morre. José Eduardo dos Santos torna-se Presidente.

1987 – A África do Sul invade Angola para apoiar a UNITA.

1988 – África do Sul, Angola e Cuba assinam acordo para a retirada das tropas cubanas. A África do Sul retira-se do País.

1989 – MPLA e UNITA acordam cessar-fogo, que não é respeitado. A guerra civil é retomada.

Abril de 1991 – MPLA abandona o marxismo-leninismo em nome da social-democracia.

Maio de 1991 – Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam acordo de paz em Lisboa, que resulta em uma constituição multipartidária.

Setembro de 1992 – Eleições parlamentares e presidenciais, consideradas por monitores da ONU como livres e justas. Eduardo dos Santos ganha o primeiro turno. Savimbi contesta o resultado e retoma os combates. Não há segundo turno.

1993 – Sanções da ONU contra a UNITA. Os EUA reconhecem o governo do MPLA.

1994 – O Governo e a UNITA assinam o Protocolo de Lusaca.

1996 – Santos e Savimbi concordam em formar governo de união e em formar um só exército.

1997 – Início do governo de união. Savimbi recusa-se em participar.

1998 – Reinício da guerra civil. Avião da ONU é derrubado. Angola intervém na guerra civil da República Popular do Congo, em apoio a Laurent-Desiré Kabila.

1999 – Fim da missão de paz da ONU.

Fevereiro de 2002 – Savimbi é morto por tropas do governo.

Abril de 2002 – Governo e UNITA assinam cessar-fogo.

Agosto de 2002 – UNITA abandona seu braço-armado, tornando-se um partido político. Ministro de Defesa angolano afirma que "a guerra acabou".

Fevereiro de 2003 – Fim da missão da ONU que supervisionava o processo de paz.

Junho de 2003 – Isaías Samakuva é eleito presidente da UNITA.

Setembro de 2004 – A produção de petróleo atinge um milhão de barris ao dia.

Junho de 2005 – O Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao visita Angola e promete um crédito de mais de US$ 2 bilhões, além de uma linha de US$ 3 bilhões já disponibilizada por Beijing.

Agosto de 2006 – O Governo assina acordo de paz com as Forças de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

Outubro de 2006 – A agência da ONU para refugiados inicia a "repatriação final" dos angolanos que fugiram para a República Democrática do Congo durante a guerra civil.

Setembro de 2008 – Eleições parlamentares dão maioria superior a 80% ao MPLA na Assembléia Nacional angolana.

Março de 2009 –Papa Bento XVI visita Luanda e centenas de milhares de fiéis angolanos têm a oportunidade de assistir a missa celebrada pelo líder máximo da Igreja Católica.

Janeiro de 2010 – Aprovação da Nova Constituição angolana, que reforma o sistema político.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL

Novembro de 1975 – O Brasil é o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

1977 – A Televisão Pública de Angola exibe a primeira telenovela brasileira, "Gabriela", fenômeno de popularidade. As novelas brasileiras ainda mantêm enorme apelo popular.

1979 – Petrobras inicia sua atuação em Angola, participa de exploração de petróleo no bloco 2 e presta serviços a outras empresas.

Julho de 1982 – Realiza-se, em Brasília, a I Sessão da Comissão Mista Bilateral.

Abril de 1983 – Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica permite o financiamento de exportação de produtos e serviços brasileiros

1984 – Contrato entre FURNAS e GAMEK (Gabinete para o Aproveitamento do Médio Kwanza) para assessoria na administração da construção da Hidrelétrica de Capanda.

1985 – Consórcio entre Technopromexport (da então URSS) e a Odebrecht inicia a construção da Hidrelétrica de Capanda.

Janeiro de 1989 a julho de 1997 – Militares brasileiros participam da UNAVEM I, II e III. Na primeira, coube o comando a General brasileiro, e, na terceira, o Brasil chega a ser o maior contribuinte de tropas.

Setembro de 1992 – Quatro funcionários do Tribunal Superior Eleitoral participam como observadores das únicas eleições realizadas em Angola.

Biênio 1993-1994 – Após o fracasso das eleições de 1992, o Brasil procura sensibilizar, no CSNU, a comunidade internacional para o reconhecimento do Governo angolano.

Fevereiro de 1995 – A Embaixada do Brasil em Luanda passa a contar com um Adido Militar.

Agosto de 1995 – Renovação do financiamento pelo PROEX contra pagamento gradual por meio de embarques de petróleo angolano.

1998 – Instalação, com o apoio do SENAI, do Centro de Formação Profissional do Cazenga.

2000 – O canal de televisão Globo Internacional torna-se disponível em Angola.

Setembro de 2001 – A PETROBRÁS inicia participação na exploração de petróleo do bloco 34.

2002 – Inicia-se a concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG).

Janeiro de 2003 – Entra em funcionamento a primeira turbina da Hidrelétrica de Capanda.

2003-2004 – Com assentos no CSNU, Brasil e Angola mantêm consultas, destacando o papel da CPLP na manutenção da paz e da segurança (Guiné-Bissau, STP, Timor Leste).

Maio de 2003 – Em visita a Luanda, o Ministro Celso Amorim presdide a criação da AEBRAN - Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola.

Novembro de 2003 – O Presidente Lula inaugura o CEB Luanda, em instalações provisórias.

2004 – Instalação em Angola da Companhia Vale do Rio Doce.

Abril de 2004 – Concessão de US$ 150 milhões de crédito em novas condições (pagamento de créditos adicionais gera 20 % de novos créditos e operações de SWAP, 45 %).

Abril de 2004 – O Banco do Brasil abre Escritório de Representação em Luanda.

Abril de 2005 – Realiza-se, em Brasília, a VI Sessão da Comissão Mista Bilateral.

Maio 2005 – Concessão de linha de crédito de US$ 580 milhões, de 2005 a 2007, do PROEX, eliminando cláusulas que tratam do percentual de geração de compromissos de crédito.

Julho de 2005 – Instala-se, com apoio do SERPRO, o Telecentro no Centro de Formação Profissional do Cazenga e passa-se a direção deste para o Governo angolano.

Maio de 2006 – A PETROBRÁS aumenta substancialmente as operações em Angola, passando de dois blocos, com produção decrescente, para seis blocos, dos quais em três será operadora.

Agosto 2006 – Aditivo ao Acordo de 2005 concede crédito adicional de US$ 750 milhões, no período 2006 a 2008, com recursos do BNDES e sistema aperfeiçoado de garantias.

Outubro de 2007 – Concessão de novos créditos concessionais a Angola, no valor de US$ 1 bilhão, com desembolso previsto de 500 milhões em 2008 e outros 500 milhões em 2009.

Novembro de 2007 – Segunda visita do Presidente Lula a Angola.

Julho de 2008 – Visita do Chanceler João Bernardo Miranda ao Brasil.

Abril de 2009 – Visita do Ministro do Turismo Luiz Eduardo Barretto a Luanda a Assinatura de Acordo Bilateral.

Maio de 2009 – Extensão, em U$S 500 milhões, da linha de crédito concessional oferecida pelo Brasil a Angola.

Agosto de 2009 – Assinatura, em Luanda, dos Acordos de Cessão Recíproca de terrenos para as embaixadas e imóveis para os centros culturais.

Outubro de 2009 – Missão empresarial brasileira, chefiada pelo Ministro Miguel Jorge, visita Luanda.

INDICADORES COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República de Angola
Superfície	1.246.700 Km²
Localização	Sudoeste da África
Capital	Luanda
Principais cidades	Luanda, Huambo
Idioma oficial	Português
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US$ 83,4 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US$ 4.509
Moeda	Kuanza

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008 (1)	2009 (1)
População(em milhões de habitantes) (2)	16,6	17,1	17,6	18,0	18,5
Densidade demográfica (hab/Km²)	13,3	13,7	14,1	14,4	14,8
PIB a preços correntes (US$ bilhões)	30,6	45,2	61,4	80,0	83,4
Crescimento real do PIB (%)	20,6	18,6	21,1	13,2	-0,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) (2)	18,5	12,2	11,8	13,2	13,4
Reservas internacionais (US$ bilhões) (2)	3,2	6,6	11,2	17,9	13,5
Dívida Externa Total (US$ bilhões)	12,6	10,4	12,7	13,1	14,2
Câmbio (Kz / US$) (3)	80,78	80,26	75,02	75,17	86,60

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report January 2010.

(1) Estimativa EIU

(2) 2008: dado real

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões) (1)	2006 (%)	2007	2008 (%)
A. Balança comercial (líquido - fob)	23.084	30.734	42.932
Exportações	31.862	44.396	63.914
Importações	-8.778	-13.662	-20.982
B. Serviços (líquido)	-6.027	-12.718	-21.810
Receita	1.484	2.311	329
Despesa	7.511	13.030	22.139
C. Renda (líquido)	-6.178	-7.599	-14.504
Receita	145	623	422
Despesa	6.323	8.222	14.926
D. Transferências unilaterais (líquido)	-190	-222	-211
E. Transações correntes (A+B+C+D)	10.689	10.194	6.407
F. Conta de capitais (líquido)	0	109	7
G. Conta financeira (líquido)	-5.901	-11.830	-439
Investimentos diretos (líquido)	-229	-1.605	-891
Portfólio (líquido)	-1.439	-2.015	1.758
Outros	-3.933	-8.110	2.210
H. Erros e Omissões	1290	-1.254	-365
I. Saldo (E+F+G+H)	5.378	-2.990	5.503

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, International Financial Statistics, CD December 2009.

(1) Última posição disponível em 05/03/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (1)
Exportações (fob)	11.526	20.208	29.302	37.456	61.805	16.352
Importações (cif)	7.032	8.252	11.331	13.107	21.207	9.060
Saldo comercial	4.494	11.956	17.971	24.349	40.598	7.292
Intercâmbio comercial	18.558	28.460	40.633	50.563	83.012	25.412

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD December 2009

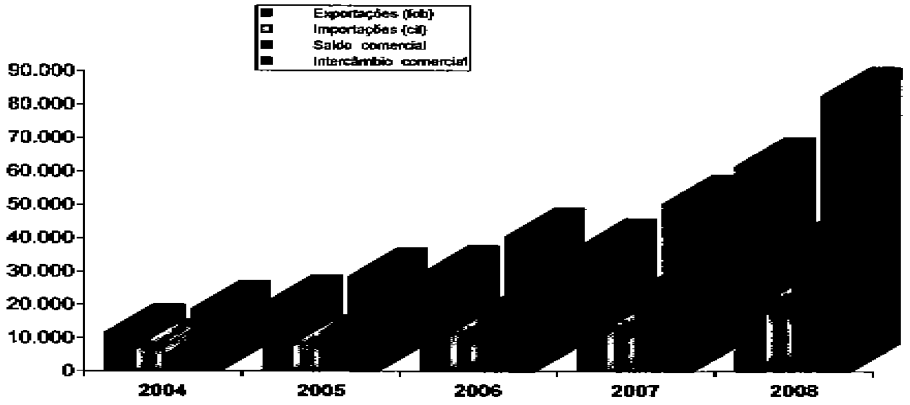
(1) Os dados são coincidentes, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-junho

(3) Última posição disponível em 05/03/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR DA ANGOLA
2004 - 2008

(US$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)	% no total
EXPORTAÇÕES								
China	9.937	33,9%	11.713	31,3%	20.336	32,9%	3.994	24,4%
Estados Unidos	11.068	37,8%	11.751	31,4%	17.726	28,7%	4.409	27,0%
França	1.412	4,8%	2.159	5,8%	3.681	6,0%	1.285	7,9%
África do Sul	368	1,2%	1.660	4,4%	2.808	4,5%	1.291	7,9%
Canadá	529	1,8%	1.159	3,1%	2.545	4,1%	427	2,6%
Brasil	464	1,6%	945	2,5%	2.432	3,9%	1.238	7,6%
Países Baixos	84	0,3%	1.102	2,9%	2.220	3,6%	534	3,3%
Espanha	426	1,5%	600	1,6%	1.642	2,7%	372	2,3%
Chile	1.197	4,1%	875	2,3%	1.493	2,4%	613	3,7%
Índia	168	0,6%	749	2,0%	1.201	1,9%	504	3,1%
Reino Unido	27	0,1%	287	0,8%	982	1,6%	157	1,0%
Alemanha	69	0,2%	178	0,5%	637	1,0%	211	1,3%
SUBTOTAL	25.748	87,9%	33.177	88,6%	57.704	93,4%	15.034	91,9%
DEMAIS PAÍSES	3.554	12,1%	4.279	11,4%	4.101	6,6%	1.318	8,1%
TOTAL GERAL	29.302	100,0%	37.456	100,0%	61.805	100,0%	16.352	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-junho.

(2) Última posição disponível em 05/03/2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - cif)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 (1)	% no total
IMPORTAÇÕES								
Portugal	2.678	14,8%	2.548	18,4%	3.628	17,1%	1.524	17,9%
China	984	6,7%	1.365	10,4%	3.224	15,2%	1.504	18,6%
Estados Unidos	1.705	15,1%	1.408	10,7%	2.328	11,0%	712	7,9%
Brasil	920	8,1%	1.349	10,2%	2.172	10,2%	918	10,0%
República da Coréia	1.141	10,1%	191	1,5%	1.393	6,6%	670	7,4%
África do Sul	747	6,6%	850	6,5%	984	4,6%	398	4,4%
França	685	6,1%	820	6,3%	814	3,8%	402	4,4%
Espanha	272	2,4%	297	2,3%	754	3,6%	268	3,0%
Alemanha	276	2,4%	560	4,3%	618	2,9%	213	2,3%
Países Baixos	271	2,4%	392	3,0%	602	2,8%	226	2,5%
Bélgica	266	2,3%	388	3,0%	599	2,8%	272	3,0%
Reino Unido	418	3,7%	602	4,6%	591	2,8%	297	3,3%
Índia	207	1,8%	272	2,1%	378	1,8%	165	1,8%
Itália	207	1,8%	297	2,3%	369	1,7%	342	3,8%
Japão	206	1,8%	205	1,6%	354	1,7%	165	1,8%
SUBTOTAL	9.991	88,2%	11.536	88,8%	18.897	88,7%	8.168	90,2%
DEMAIS PAÍSES	1.340	11,8%	1.571	12,0%	2.408	11,3%	892	9,8%
TOTAL GERAL	11.331	100,0%	13.107	100,0%	21.207	100,0%	9.060	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-junho.

(2) Última posição disponível em 05/03/2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008[1]	Part.% no total
EXPORTAÇÕES (US$ milhões, fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	62.022	98,2%
Pérolas, pedras preciosas e moedas	894	1,4%
Subtotal	**62.916**	**99,6%**
Demais Produtos	**239**	**0,4%**
Total Geral	**63.155**	**100,0%**
IMPORTAÇÕES (US$ milhões, cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3.616	19,9%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	2.747	15,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.617	8,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	1.382	7,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais	692	3,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	600	3,3%
Ferro fundido, ferro e aço	553	3,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	546	3,0%
Carnes e miudezas comestíveis	505	2,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	463	2,5%
Plásticos e suas obras	358	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	311	1,7%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	280	1,5%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	258	1,4%
Preparações à base de cereais, malte, amidos	203	1,1%
Sal, terras e pedras, gesso, cal e cimento	196	1,1%
Subtotal	**14.327**	**78,7%**
Demais Produtos	**3.874**	**21,3%**
Total Geral	**18.201**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

Angola não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 05/02/2010.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

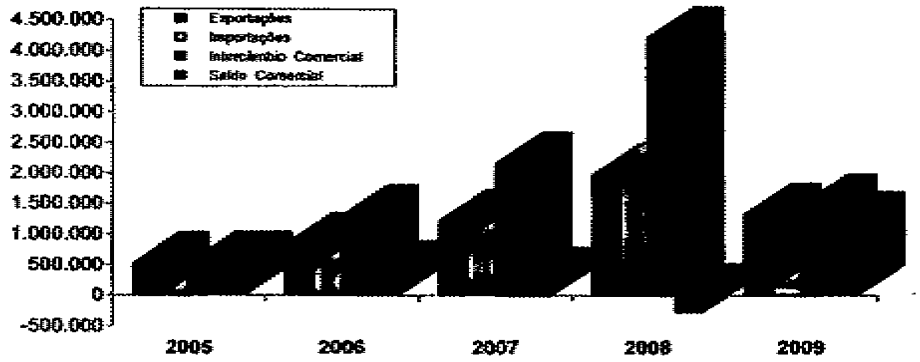
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA[1] (US$ mil, fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	**521.327**	**837.779**	**1.218.236**	**1.974.576**	**1.333.009**
Variação em relação ao ano anterior	46,0%	60,7%	45,4%	62,1%	-32,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	8,7%	11,2%	14,2%	19,4%	15,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,6%	0,8%	1,0%	0,9%
Importações	**120**	**459.500**	**946.332**	**2.236.427**	**137.760**
Variação em relação ao ano anterior	-96,6%	382816,7%	105,9%	136,3%	-93,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	5,7%	8,3%	14,2%	1,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,5%	0,8%	1,3%	0,1%
Intercâmbio Comercial	**521.447**	**1.297.279**	**2.164.568**	**4.211.003**	**1.470.769**
Variação em relação ao ano anterior	44,6%	148,8%	66,9%	94,5%	-65,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	4,1%	8,3%	10,9%	15,2%	8,6%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,3%	0,6%	0,8%	1,1%	0,5%
Saldo Comercial	**521.207**	**378.279**	**271.904**	**-261.851**	**1.195.249**

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a país vendo podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ANGOLA
2005 - 2009

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA (US$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores e ciclos	231.869	19,0%	482.808	28,4%	294.182	15,3%
Chassis c/motor diesel e cabina, carga > 20T	67.939	16,5%	92.875	4,7%	44.747	3,4%
Carrocerias para automóveis de transporte >= 10 pessoas ou carga	4.685	0,4%	28.359	1,4%	30.298	2,3%
Chassis c/motor para automóveis de transporte>=10 pessoas ou carga	3.160	0,3%	25.869	1,3%	25.148	1,9%
Carnes e miudezas, comestíveis	101.834	8,4%	176.862	8,9%	189.178	14,2%
Pedaços e miudezas, comest., de galos/galinhas, congelados	17.837	1,4%	29.165	1,5%	47.881	3,6%
Outras carnes de suino, congeladas	17.130	1,4%	26.747	1,4%	40.615	3,0%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	29.962	2,5%	35.587	1,8%	36.405	2,9%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	15.718	1,3%	41.889	2,1%	22.431	1,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	137.023	11,2%	300.568	15,2%	164.061	12,2%
Máquinas e aparelhos para ind. de açúcar	1	0,0%	0	0,0%	16.197	1,2%
Máquinas para aglomerar/moldar combustíveis minerais sólidos, ...	1.086	1,5%	14.658	0,7%	18.327	20,6%
Máquinas para misturar matérias minerais com betume	5.739	0,5%	13.215	0,7%	7.440	0,5%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões	22.433	20,9%	136.122	6,1%	98.458	7,2%
Outras construções pré-fabricadas, de ferro ou aço	57.160	4,7%	26.094	1,3%	28.213	2,1%
Outros móveis de madeira	21.345	1,8%	38.704	2,0%	28.482	2,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	78.372	6,4%	99.414	5,0%	81.998	6,2%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose	68.403	5,6%	93.197	4,5%	69.783	5,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	68.268	4,9%	164.430	8,3%	72.772	5,5%
Aparelhos p/ cozinhar/aquecer, de ferro, etc.	15.427	1,3%	18.317	0,9%	10.998	0,8%
Torres e pórticos	1.097	0,1%	13.290	0,7%	10.625	0,8%
Chapas/barras para construções	5.297	0,4%	35.219	1,8%	8.205	0,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	59.893	4,9%	108.845	5,5%	72.534	5,4%
Ferro fundido, ferro e aço	29.432	2,4%	41.121	2,1%	56.044	4,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	18.729	1,5%	53.876	2,7%	40.363	3,0%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	26.378	2,2%	38.788	1,9%	32.963	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	78.765	6,3%	74.184	3,8%	32.163	2,4%
Plásticos e suas obras	28.185	2,3%	38.152	1,9%	28.063	2,1%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	13.684	1,1%	30.418	1,5%	26.578	2,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amido	19.623	1,6%	34.462	1,7%	23.389	1,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	8.298	0,7%	11.165	0,6%	14.871	1,1%
Subtotal	1.010.944	83,0%	1.698.336	86,0%	1.135.397	85,2%
Demais Produtos	207.292	17,0%	276.240	14,0%	197.612	14,8%
TOTAL GERAL	1.218.236	100,0%	1.974.576	100,0%	1.333.009	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem de maiores vendas brasileiras em valores apresentados em 2009

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ANGOLA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ANGOLA (US$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	945.322	100,0%	2.236.352	100,0%	137.727	100,0%
Óleos brutos de petróleo	841.402	88,9%	2.170.835	97,1%	76.380	55,4%
Outros propanos liquefeitos	50.824	5,4%	54.757	2,4%	44.463	32,3%
Butanos liquefeitos	32.029	3,4%	10.761	0,5%	16.883	12,3%
Naftas para petroquímica	13.527	1,4%	0	0,0%	0	0,0%
Propano em bruto, liquefeito	8.540	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	945.322	100,0%	2.236.352	100,0%	137.727	100,0%
Demais Produtos	10	0,0%	75	0,0%	33	0,0%
TOTAL GERAL	945.332	100,0%	2.236.427	100,0%	137.760	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

Grupos de produtos listados em ordem de maiores vendas brasileiras em valores apresentados em 2009

Aviso nº 131 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA LUCY GENTIL CABRAL PETERSEN, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Angola.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

. Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

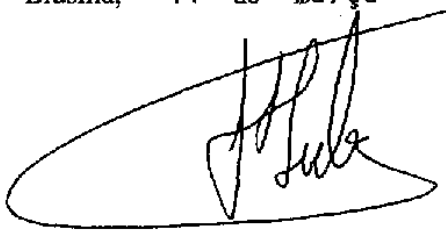
MENSAGEM
Nº 77, DE 2010
(nº 109/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Os méritos do Senhor Mario Vilalva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de março de 2010.



EM No 00095 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 5 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARIO VILALVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIO VILALVA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARIO VILALVA*
CPF.: 41019032715
ID.: 6387 MRE

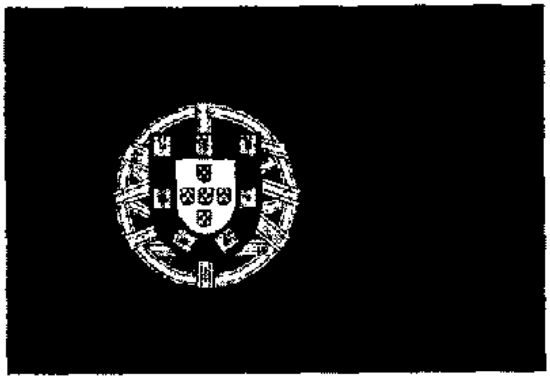
28/06/1953	Filho de Milton Castanheda Vilalva e Carolina Carmen Bardaro Vilalva, nasce em 28 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
20/12/1965	IRBr, concurso direto
06/02/1976	Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
31/03/1976	Divisão da América Meridional I, assistente
14/10/1976	Departamento das Américas, assessor
11/12/1976	Direito pela Universidade do Distrito Federal
07/07/1978	Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Cavaleiro
26/10/1978	Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
02/03/1979	Segundo Secretário em 2 de março
15/09/1981	CAD - IRBr
21/10/1982	Embaixada em Pretória, Segundo e Primeiro Secretário
29/06/1984	Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho
15/04/1985	Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
27/07/1987	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor
09/02/1988	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assessor
30/06/1989	Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
16/03/1990	Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
28/02/1991	Embaixada em Lisboa, Conselheiro
30/06/1993	CAE - IRBr, A política externa da África do Sul: do isolamento à convivência. Reflexões sobre as relações com o Brasil
04/10/1993	Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador
30/06/1994	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 30 de junho
19/01/1995	Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
09/03/1995	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
02/05/1995	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
24/06/1995	Ordem do Mérito, Itália, Grande Oficial
04/10/1995	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
23/10/1995	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
19/11/1995	Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial
29/01/1996	Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe do Gabinete
04/03/1996	Consulado-Geral em Boston, Cônsul-Geral
28/08/1996	Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
04/07/1999	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretário de Assuntos Internacionais
05/07/1999	Comissão de Financiamento Externo do MPOG, Secretário-Executivo
04/09/2000	Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
29/12/2001	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
31/05/2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
21/07/2002	Ordem do Mérito, Polônia, Oficial
11/06/2003	Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá,Grande Oficial
11/07/2003	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz

23/07/2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
07/10/2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Grande Oficial
15/12/2003 Ordem do Cedro, Líbano, Comendador
05/02/2004 Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz
20/04/2004 Ordem de Maio, Argentina, Grã-Cruz
03/03/2006 Ordem Legión d'Honneur, França, Oficial
24/07/2006 Embaixada em Santiago, Embaixador

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA

INFORMAÇÃO SOBRE PORTUGAL





FEVEREIRO DE 2010

INDICE

DADOS BÁSICOS 3
RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS 8
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS 10
POLÍTICA INTERNA 13
POLÍTICA EXTERNA 14
CRONOLOGIA HISTÓRICA 16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 17
ATOS BILATERAIS 18

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Lisboa
ÁREA:	92.391 km²
POPULAÇÃO (JULHO 2009):	10.707.924 habitantes
IDIOMAS:	Português (oficial)
GRUPOS ÉTNICOS:	Catolicismo (84,5%)
REGIME DE GOVERNO:	Semi-presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Aníbal Antônio Cavaco Silva
CHEFE DE GOVERNO:	José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
CHANCELER:	Luís Filipe Marques Amado
PIB NOMINAL (2009):	US$ 219,8 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2009):	US$ 20.528
PIB PPP (2009):	US$ 232,2 bilhões
PIB PPP PER CAPITA (2009):	US$ 21.700
UNIDADE MONETÁRIA:	EURO (€)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões fob) – Fonte: MDIC

BRASIL → PORTUGAL	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	**1.158,02**	**1.253,7**	**1.781,1**	**2.146,04**	**2.322,7**	**1.710,11**
Exportações	967,31	1.021,4	1.468,5	1.804,9	1.706,8	1.276.92
Importações	190,72	232,27	312,60	341,13	615,93	433,18
Saldo	776,58	789,17	1.155,9	1.463,7	1.090,8	843,73

ANÍBAL CAVACO SILVA
Presidente da República Portuguesa

Aníbal Cavaco Silva nasceu em 15 de Julho de 1939, em Boliqueime, Loulé (Algarve). É licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, e doutorado em Economia pela Universidade de York, Reino Unido. É casado com Maria Alves da Silva Cavaco Silva. O casal tem dois filhos e cinco netos.

O Presidente Aníbal Cavaco Silva tem o seu nome associado, como Primeiro-Ministro, ao período da mais duradoura estabilidade política registrado em Portugal nas últimas décadas. Único líder partidário a conquistar duas maiorias absolutas consecutivas, o que o tornou no Primeiro-Ministro português que mais tempo permaneceu em funções em democracia (1985-1995), Cavaco Silva deixou, nos seus mandatos como governante, uma marca de determinação e firmeza na aplicação de um vasto conjunto de reformas estruturais, que promoveram a democratização e a liberalização da sociedade e da economia portuguesas.

Exerceu o cargo de Ministro das Finanças e do Plano em 1980-81, no governo do Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, e foi Presidente do Conselho Nacional do Plano entre 1981 e 1984. Presidiu ao Partido Social Democrata (PSD) entre Maio de 1985 e Fevereiro de 1995. No período de 1995 a 2005, Aníbal Cavaco Silva afastou-se da vida política ativa, dedicando-se à atividade acadêmica.

Em 9 de março de 2006, Aníbal Cavaco Silva tomou posse como 19º Presidente da República Portuguesa. Fora eleito, em primeiro turno, nas eleições presidenciais de 22 de janeiro.

Foi docente do ISCEF, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, quando foi eleito Presidente da República, era Professor Catedrático na Universidade Católica Portuguesa. Foi investigador da Fundação Calouste Gulbenkian e dirigiu o Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, instituição à qual regressou posteriormente como consultor.

O Presidente Cavaco Silva é Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de York (Reino Unido), La Coruña (Espanha), Goa (Índia), León (Espanha) e Heriot-Watt (Edimburgo, Escócia), membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas de Espanha, do Clube de Madrid para a Transição e Consolidação Democrática e da Global Leadership Foundation.

JOSÉ SÓCRATES CARVALHO PINTO DE SOUZA
Primeiro-Ministro

Nascido em 6 de setembro de 1957, em Vilar de Maçada (Concelho de Alijó). Divorciado, dois filhos. É licenciado em Engenharia Civil e tem uma pós-graduação em Gestão de Empresas (MBA).

Tomou posse como Primeiro-Ministro do XVII Governo Constitucional, em 12 de Março de 2005 e do XVIII Governo Constitucional, em 26 de outubro de 2009. Foi eleito Secretário-Geral do Partido Socialista em Setembro de 2004.

Exerceu anteriormente cargos governativos como Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente, de 1995 a 1997; Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro de 1997 a 1999; e Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 1999 a 2002.

No Partido Socialista, foi Presidente da Federação Distrital de Castelo Branco, de 1986 a 1995; porta-voz para a área do Ambiente, de 1991 a 1995; e é, desde 1991, membro do Secretariado Nacional e da Comissão Política.

Eleito deputado, pelo círculo de Castelo Branco, desde 1987, foi vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de 2002 a 2005.

Antes de exercer atividade política foi engenheiro técnico na Câmara Municipal da Covilhã, de 1981 a 1987.

LUÍS FILIPE MARQUES AMADO
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 17 de Setembro de 1953, é casado e tem dois filhos. Obteve a licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa.

Foi auditor do Curso de Defesa do Instituto de Defesa Nacional e auditor do Tribunal de Contas, além de professor visitante na Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos.

Exerceu mandato como deputado da Assembléia Legislativa Regional da Madeira e, posteriormente, como deputado da Assembléia da República. No Partido Socialista, ocupou o cargo de Secretário Nacional para as Relações Internacionais.

Entre os anos de 1995 e 1997, Luís Amado foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna. A seguir, entre 1997 e 1999, foi o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Na administração seguinte, entre 1999 e 2002, exerceu o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

No governo de José Sócrates, em março de 2005, recebeu a pasta do Ministério da Defesa Nacional e, desde 3 de julho de 2006, tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

Trata-se de um relacionamento maduro, há muito consolidado. O instrumento basilar dessas relações, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, prevê, *inter alia*, em seu artigo 4º, a realização de Cimeiras anuais dos dois Governos, presididas pelos chefes dos respectivos Executivos. A nona e última Cimeira se realizou em 28 de outubro de 2008, em Salvador. A próxima Cimeira terá lugar no dia 17 de maio de 2010, em Lisboa.

Ademais do agendamento da X Cimeira bilateral e da realização, em abril de 2010, em Brasília, da reunião da Comissão Permanente e de suas Subcomissões, caberia mencionar alguns eventos vinculados ao relacionamento bilateral nos últimos anos:

i) I Cimeira Brasil-UE, em julho de 2007, em Lisboa, quando, sob a égide da presidência portuguesa do Conselho da UE, foi firmada a parceria estratégica Brasil-UE;

ii) Visita do Presidente Cavaco Silva ao Brasil, em março de 2008, no âmbito das comemorações dos 200 anos da partida da família real portuguesa para o Brasil;

iii) III Reunião da Comissão Permanente Bilateral, em setembro de 2008;

iv) Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, a Brasília, em 10 de outubro de 2008;

v) IX Cimeira Brasil-Portugal, em Salvador, em 28 de outubro de 2008;

vi) Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em 5 de janeiro de 2009, a Portugal.

Durante a III Reunião da Comissão Permanente Bilateral, Brasil e Portugal comprometeram-se a resolver questões pontuais sobre legislação de comércio e investimentos nos dois países e reconheceram a prioridade dos temas de investimento, energia e turismo. O Brasil propôs a criação de esquema de colaboração migratória nos moldes dos estabelecidos com Espanha, França, Reino Unido e Irlanda. Os dois países também comprometeram-se a criar um mecanismo de consultas bilaterais sobre nacionais no exterior, circulação de pessoas e outros temas consulares, assinado posteriormente, em outubro de 2008.

Na IX Cimeira Brasil-Portugal, os dois países sublinharam a importância da cooperação bilateral na busca de soluções para a crise

financeira internacional. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de Portugal destacou o crescimento do intercâmbio comercial bilateral e dos investimentos brasileiros em Portugal, em particular a decisão da Embraer de instalar duas fábricas de componentes de aeronaves em Portugal. O Primeiro-Ministro José Sócrates assinalou a importância de "aliar-se a um Brasil que se afirma como potência na cena mundial".

Assuntos Consulares e Migratórios

A questão da imigração ocupa lugar central na agenda diplomática luso-brasileira. O problema da imigração irregular levou Brasil e Portugal a firmarem, em 2003, o Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais (Acordo Lula), que vigorou até 2008 e permitiu a regularização da situação migratória de cerca de 20 mil brasileiros em Portugal.

O exercício da odontologia por cidadãos brasileiros em Portugal foi equacionado, em grande medida, pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (TACC), assinado em 2000. Os casos remanescentes deverão ser encaminhados pela Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e a seu Exercício, no âmbito da Comissão Permanente Bilateral.

Em 2007, entrou em vigor a nova Lei de Imigração portuguesa, que contribuiu para tornar mais célere o processo de regularização de imigrantes.

Em 2008, por ocasião da IX Cimeira Brasil-Portugal, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares. Concebido nos moldes de iniciativas semelhantes com a Espanha, a França e o Reino Unido, o mecanismo resultou de proposta brasileira de elevação do padrão de relacionamento bilateral em matéria migratória.

A Adidância Policial do Brasil junto à Embaixada em Lisboa, criada em 2009, revelou-se um instrumento eficaz para o encaminhamento de matérias ligadas à segurança e à cooperação policial e judicial.

A despeito do recente equacionamento de problemas relacionados à questão migratória, a associação negativa entre imigração e criminalidade, explorada com alguma frequência pela imprensa portuguesa, bem como a tendência crescente à estigmatização da imagem da mulher brasileira na sociedade local, constituem fenômenos preocupantes, que merecem atenção especial das autoridades portuguesas.

Portugal não apresenta problemas de instrumentalização política sistemática da questão migratória. A condição simultânea de país de origem e destino de movimentos migratórios condiciona sua postura construtiva na

matéria. Entre os esforços empreendidos pelo país nessa área, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Portugal possui uma economia aberta, fortemente apoiada no setor exportador. Seu principal parceiro comercial é a UE, que responde por cerca de 75% de seu comércio exterior. Seus principais parceiros comerciais são a Espanha, a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Itália e os EUA. As principais importações portuguesas são constituídas de automóveis, combustíveis, máquinas e químicos. As exportações concentram-se em automóveis, máquinas, vestuário, calçados, produtos plásticos e cortiça.

A Crise Financeira e as Contas Públicas Portuguesas

A previsão de crescimento do PIB português para 2010 é de apenas 0,5%. Nos próximos cinco anos, o FMI prevê crescimento de 1,3% a.a.

Os "credit default swaps" (CDS) da dívida da República Portuguesa estão sendo negociados em níveis equivalentes aos registrados em fevereiro de 2009, quando a crise financeira internacional era mais intensa. Os papéis portugueses chegaram, inclusive, a atingir valor acima do preço dos CDS das Obrigações do Tesouro Nacional brasileiro, situação até então inédita.

O valor do déficit público português em 2009 (9,3%) situou-se significativamente abaixo do déficit público da Grécia (13%). No entanto, verificou-se pequena redução de 2009 para 2010: apenas um ponto porcentual. A dívida pública (76% do PIB no final de 2009) encontra-se bastante abaixo da dívida pública da Grécia (113%).

As comparações entre as situações financeiras de Portugal e da Grécia provocaram danos na imagem de Portugal e repercutiram no risco pago pelo país. Já ocorreu alguma correção no risco percebido pelos mercados.

Comércio Bilateral

As trocas comerciais Brasil-Portugal somaram US$ 1,71 bilhões em 2009, a corrente de comércio mais baixa dos últimos quatro anos. A balança comercial continua sendo amplamente favorável ao Brasil, com saldo superior a US$ 840 milhões. Em 2009, o Brasil exportou para Portugal o equivalente a US$ 1,28 bilhão, número que traduz uma queda de 25% em comparação com 2008. As exportações portuguesas para o mercado brasileiro recuaram 27% em 2009, para US$ 433 milhões, após terem atingido, em 2008, o recorde de US$ 598 milhões.

Cerca de 35% das exportações do Brasil para Portugal são compostas por combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais (sobretudo petróleo). Sementes, frutos oleaginosos e grãos (majoritariamente soja) correspondem a 21% do total. A categoria ferro fundido, ferro e aço alcança 7,1%. Outras categorias importantes são plásticos, máquinas mecânicas, minérios, madeira carvão vegetal e obras de madeira, açucares e produtos de confeitaria, frutas e calçado.

Em 2009, gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais (principalmente azeite de oliva) constituíram os principais produtos de exportação portuguesa para o Brasil, com 28% do total. Além destes, continuam a ter presença importante os chamados "produtos da saudade", como peixes e crustáceos e moluscos (12%) e bebidas, sobretudo o vinho (6%). Portugal também exporta produtos com maior valor agregado, como maquinaria mecânica (10%) e elétrica (7%). Outros itens importantes são minérios, frutas, plásticos e veículos automóveis e suas peças.

A despeito do reduzido peso de Portugal no comércio externo brasileiro, a corrente de comércio entre os dois países aumentou consideravelmente nos últimos anos, quase triplicando entre 2003 (US$ 771,8 milhões) e 2007 (US$ 1,804 bilhões, recorde histórico). O superávit comercial brasileiro é característica marcante do relacionamento comercial bilateral.

Investimentos Bilaterais

Desde 1998, Portugal terá investido no Brasil aproximadamente EUR 20 bilhões. São mais de 600 empresas brasileiras com capitais portugueses, correspondendo a 110 mil postos de trabalho. Portugal foi um dos principais investidores estrangeiros no Brasil na década de 1990, ocupando hoje a sétima posição. As aplicações englobam as áreas de varejo (supermercados), energia, cimentos, telecomunicações, tecnologia da informação e, mais recentemente, turismo.

Levando-se em conta a dimensão da economia portuguesa, Portugal será possivelmente o maior investidor em termos relativos no Brasil. Embora o desinvestimento português no Brasil tenha aumentado nos últimos anos, deve-se ter presente que as empresas portuguesas têm reinvestido parte dos lucros obtidos no Brasil.

Estima-se que o estoque de recursos portugueses totais aplicados no Brasil atualmente seja da ordem US$ 15 bilhões. Portugal seria, em termos de estoque, o terceiro maior investidor no Brasil, atrás dos EUA e da Espanha. O Brasil continua a ser o principal destino do investimento direto português.

Os dados mais recentes do Banco de Portugal indicam uma estabilização do investimento no Brasil em valores um pouco acima dos 2,2

bilhões. O Banco Central (BC) do Brasil, usando metodologia diferente, registrou entradas de investimento português no Brasil no valor de US$ 300 milhões, em 2006, e de US$ 468 milhões, em 2007.

O investimento direto brasileiro em Portugal somou US$ 310 milhões em 2009, contra apenas US$ 65 milhões no ano anterior. Com essa evolução, Portugal, que em 2008 representava 0,4% de todo o investimento direto brasileiro no exterior, tornou-se o sétimo maior destino dos capitais brasileiros em todo o mundo, com 4% do investimento do Brasil.

A empresa brasileira CSN lançou Oferta Pública de Aquisição (OPA) da cimenteira portuguesa Cimpor. A proposta foi considerada "hostil" e recusada pelos acionistas da Cimpor. A Camargo Corrêa propôs uma fusão com a Cimpor, tendo conseguido comprar a participação da Teixeira Duarte na cimenteira portuguesa, onde possui atualmente 31,17% do capital. A Votorantim, por sua vez, adquiriu a posição da Lafarge na Cimpor (17,3%).

O impacto dessas operações sobre a concorrência no setor cimenteiro brasileiro poderá ser importante, já que Cimpor Brasil, a Votorantim e a Camargo Corrêa detêm grande parte do mercado. Segundo a imprensa portuguesa, a Secretaria de Estado do Direito Econômico do Brasil estaria reunindo informações sobre a movimentação das empresas brasileiras em torno da Cimpor. O objetivo seria assegurar o cumprimento das regras de concorrência e evitar a emergência de posição dominante no mercado cimenteiro brasileiro.

A Petrobrás abriu escritório de representação em Lisboa no início de 2010. A empresa desenvolverá atividades relacionadas à exploração de petróleo na costa portuguesa, juntamente com as petrolíferas portuguesas Galp Energia e Partex.

A Embraer assinou, em 2008, acordo com Portugal para a construção de duas fábricas de componentes e materiais compósitos em Évora. São previstos investimento da ordem de EUR 148 milhões e a criação de 500 postos de trabalho especializados.

A Embraer tem planos para fabricação de diversas estruturas e componentes para o novo cargueiro militar KC-390. A iniciativa poderá traduzir-se em novos negócios para várias empresas portuguesas. A Embraer identificou 16 possíveis fornecedores locais, que poderão apresentar propostas comerciais para o KC-390 e para as fábricas de produção de peças. A eventual compra de unidades do KC-390 por parte do governo português, não sendo condição sine qua non para a Embraer, poderá contribuir para a escolha de Portugal como local de montagem do aparelho, elevando os postos de trabalho a 3.000 e propiciando a formação de um "cluster" aeronáutico no país.

POLÍTICA INTERNA

O regime político português corresponde, em linhas gerais, ao modelo de democracia liberal européia, caracterizado por eleições livres com alternância de poder e pelo respeito aos valores democráticos e às liberdades e direitos fundamentais. O semipresidencialismo é o sistema de governo vigente no país.

O sistema partidário português consolidou-se em torno do eixo de competição formado pelos dois maiores partidos: o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD). Os demais partidos mais importantes são o Centro Democrático e Social - Partido Popular (CDS-PP), o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Os dois últimos integram a Coligação Democrática Unitária (CDU). Aníbal Cavaco Silva (PSD) é o Presidente da República, e José Sócrates (PS), o Primeiro-Ministro.

Nas eleições de 27 de setembro de 2009, o PS perdeu a maioria absoluta na Assembleia da República, mas manteve-se como o partido mais votado, com 36% dos votos (96 deputados). O PSD ficou em segundo lugar, com 29% dos votos (78 deputados). O CDS-PP alcançou 10% dos votos (21 deputados). O BE e a CDU ficaram, respectivamente, com 9% (16 deputados) e 7% (15 deputados) dos votos.

Em 26 de outubro de 2009, tomou posse o XVIII Governo Constitucional, que manteve oito ministros do governo anterior (entre os quais, os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Presidência) e nomeou oito novos ministros.

A movimentação política no início de 2010 parece indicar que a perda da maioria absoluta na Assembleia da República levou o governo a retomar o sistema de alianças pontuais com a oposição.

Após intensas negociações, o governo remeteu à Assembleia da República, no dia 26 de janeiro, a proposta de Orçamento do Estado para 2010, que procura conciliar a diminuição do déficit público (9,3% do PIB) com a necessidade de reduzir o desemprego (cerca de 10%) e assegurar a estabilidade social e política. Os partidos de esquerda (PCP, PEV e BE) preferiram manter distância do governo. Os partidos de centro-direita (PSD e CDS-PP), acenaram com a possibilidade de viabilizar o orçamento.

O governo logrou aprovar, em 8 de Janeiro, com o apoio dos partidos de esquerda (PCP, BE e PEV), lei que autoriza o casamento entre indivíduos do mesmo sexo. O PM empenhou-se pessoalmente na aprovação da lei (o tema constava de seu programa de campanha) e impôs disciplina partidária aos deputados do PS durante a votação. O PSD, favorável apenas a uma espécie

de "união civil", concedeu liberdade de voto a seus parlamentares. Por outro lado, o CDS-PP, que havia proposto a realização de um plebiscito, votou contra a aprovação da lei.

POLÍTICA EXTERNA

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a política externa portuguesa estrutura-se em três vetores principais: o europeu, o lusófono e o atlântico. O projeto de integração europeu ocupa lugar central entre suas principais diretrizes, particularmente em virtude do elevado grau de consenso doméstico quanto à importância da UE para o país.

A participação portuguesa no projeto europeu impulsionou o desenvolvimento social e econômico do país, ao facultar-lhe livre acesso ao mercado europeu e aos fundos de investimentos em infra-estrutura ("fundos de coesão" da UE), e fortaleceu sua dimensão européia.

Em 1° de dezembro de 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa, que se converteu na principal referência normativa da UE, ao lado do Tratado de Roma (Tratado sobre o Funcionamento da UE) e do Tratado de Maastricht (Tratado da União Européia). Foram criados os cargos de Presidente do Conselho Europeu, ocupado pelo belga Herman Van Rompuy, e de Alto Representante para a Política Externa e de Defesa, ocupado pela britânica Catherine Ashton. Em cerca de 40 domínios, a unanimidade deixou de ser necessária para o processo decisório, mantendo-se apenas para as políticas fiscal, externa, de defesa e de segurança social.

A Espanha exerce poderosa influência sobre o imaginário português. A pujança do país vizinho é quase invariavelmente cotejada com o que aqui se considera ser a menor expressão internacional de Portugal. A conversão de ambos os países em membros da UE, em 1986, bem como a intensificação das relações comerciais bilaterais, vem produzindo alterações importantes na percepção portuguesa.

O segundo vetor da política externa portuguesa é constituído pelo relacionamento com as ex-colônias africanas. Nesse caso, os laços históricos funcionam como elemento propulsor das iniciativas. Portugal procura apresentar-se como interlocutor privilegiado e fiador dos interesses dos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau) junto à UE. As relações com os PALOPs caracterizam-se pela complexidade e por sentimentos decorrentes do período de colonização portuguesa.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) desempenha papel importante no quadro das relações de Portugal com os países lusófonos. O organismo permite ao país aumentar seu peso específico nos foros multilaterais, ao mesmo tempo em que contribui para diluir as iniciativas portuguesas menos palatáveis aos PALOPs.

O terceiro vetor da política externa portuguesa é definido por suas relações atlânticas. Nesse contexto, destaca-se o compromisso de Portugal com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A realização da cimeira da aliança em Portugal, em 2010, deverá contribuir para aumentar a densidade desse vetor no curto prazo.

No âmbito multilateral, Portugal tem insistido na necessidade de reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, onde apoia o pleito brasileiro a um assento permanente e onde buscará assento como membro não-permanente para o biênio 2011-2012.

São as seguintes as principais diretrizes da política externa portuguesa para o período que se iniciou com a posse do novo governo, em outubro de 2009: i) participação ativa no processo de reorganização do sistema internacional, valorização das relações históricas com países situados fora do espaço europeu; ii) fortalecimento da construção européia, particularmente mediante a defesa dos compromissos assumidos em torno do alargamento da UE, da implementação do Tratado de Lisboa e do aumento da legitimidade democrática do projeto de integração; iii) internacionalização da economia portuguesa, com ênfase na necessidade de aumentar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos para Portugal; iv) consolidação das políticas de cooperação como instrumento de afirmação dos interesses portugueses; v) internacionalização da língua portuguesa; e vi) valorização das comunidades portuguesas no exterior - são mais de 4 milhões de pessoas, que remetem anualmente ao país cerca de 2,6 bilhões de euros (1,7% do PIB, segundo dados de 2008) e elegem 4 representantes para a Assembleia da República).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1807 – Invasão francesa e transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.
1816 – Instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
1820 – Revolução Liberal do Porto.
1822 – Independência do Brasil.
1822 – Nova Constituição, inspirada na Constituição Francesa de 1791.
1826 – Morte de D. João VI levanta crise de sucessão ao trono português (1826-1834).
1826 – Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa.
1828 – Início da Guerra Civil Portuguesa (até 1834).
1876 – Criação do Partido Republicano.
1908 – Atentado contra o Rei D. Carlos e o Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe.
1910 – Deposição de D. Manuel II e proclamação da República Portuguesa.
1926 – Golpe militar.
1928 – Antônio de Oliveira Salazar assume o Governo de Portugal.
1932 – Salazar torna-se Ministro das Finanças e Presidente do Conselho de Ministros.
1933 – Nova Constituição Portuguesa.
1949 – Portugal ingressa na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1955 – Ingresso de Portugal na Organização das Nações Unidas.
1961 – Tropas da Índia invadem os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu.
1961 – Guerra de independência em Angola. Início da Guerra do Ultramar (até 1974).
1974 – Revolução dos Cravos. O poder é assumido pela Junta de Salvação Nacional.
1975 – Realizam-se as primeiras eleições democráticas.
1975 – Independência das colônias africanas.
1976 – Promulgação da atual Carta Constitucional.
1986 – Adesão à União Européia.
1996 – Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
1999 – Portugal é um dos onze países fundadores do euro.
2002 – Independência do Timor-Leste.
2006 – Aníbal Cavaco Silva é eleito Presidente de Portugal.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1808 – Chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro.
1816 – Instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
1822 – Independência do Brasil.
1991 – Visita oficial do Primeiro-Ministro Aníbal Antônio Cavaco Silva ao Brasil e realização da I Cimeira Luso-Brasileira.
1995 – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lisboa e realização da II Cimeira Luso-Brasileira.
1997 – Visita do Primeiro-Ministro Antônio Manuel de Oliveira Guterres ao Brasil e realização da III Cimeira Luso-Brasileira, em Brasília.
1999 – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lisboa e realização da IV Cimeira Luso-Brasileira.
2000 – Visita oficial do Presidente Jorge Sampaio ao Brasil e assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta.
2001 – Realização da V Cimeira Luso-Brasileira, em Brasília.
2002 – Instalação da Comissão Permanente Brasil-Portugal, em Lisboa.
2002 – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Lisboa e realização da VI Cimeira Luso-Brasileira.
2004 – Visita do Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso ao Brasil e realização da VII Cimeira Luso-Brasileira.
2004 – Visita do Primeiro-Ministro Pedro Miguel Santana Lopes para as comemorações do Sete de Setembro.
2004 – Realização da II Reunião da Comissão Permanente Brasil-Portugal, em Brasília.
2005 – Visita do Chanceler Freitas do Amaral ao Brasil.
2005 – Visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e realização da VIII Cimeira Brasil-Portugal, na cidade do Porto.
2006 – Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro José Sócrates.
Março de 2008 – Visita ao Brasil do Presidente Cavaco Silva, na comemoração do Bicentenário da Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro.
Outubro de 2008 – Visita do Primeiro-Ministro José Sócrates e realização da IX Cimeira Brasil-Portugal, em Salvador.
Janeiro de 2009 – Visita do Ministro Celso Amorim a Lisboa.

ATOS BILATERAIS

ATOS BILATERAIS				
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PROMULGAÇÃO	
			Decreto nº	Data
Declaração para a Proteção das Marcas de Fábrica e de Comércio.	29/10/1879	29/10/1879	8121	28/05/1881
Acordo Relativo ao Cumprimento de Cartas Rogatórias.	31/08/1895	31/08/1895		
Convenção de Arbitramento.	25/03/1909	29/05/1911	8766	31/05/1911
Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística.	26/09/1922	09/04/1924	16452	09/04/1924
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/04/1923	01/05/1923		
Tratado de Comércio.	26/08/1933	23/02/1934	3933	07/02/1934
Acordo Telegráfico.	30/04/1943	01/07/1947		
Convenção Ortográfica.	29/12/1943	01/01/1944	14533	18/01/1944
Declaração Conjunta sobre a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta Concluído entre os dois Países a 16 de novembro de 1953.	11/06/1957	11/06/1957		
Declaração Conjunta sobre as Relações Económicas.	09/08/1960	09/08/1960		
Acordo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	62521	15/04/1968
Acordo de Comércio.	07/09/1966	21/04/1968	62647	03/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	07/09/1966	16/12/1967	62126	16/01/1968
Declaração sobre Cooperação Econômica.	07/09/1966	07/09/1966		
Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Consules de Carreira de ambos os Estados.	29/05/1969	29/05/1969		
Protocolo de Intenções sobre Industria Naval.	11/07/1969	11/07/1969		
Ajuste para a Concessão de Bolsas de Estudo a Instrutores Brasileiros, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 07 de setembro de 1966.	15/07/1970	15/07/1970		
Parecer Conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa ao Projeto (504/67) de Reforma Ortográfica.	22/04/1971	15/01/1972		
Convênio sobre Radioamadorismo.	17/03/1972	17/03/1972		

Acordo, PTN., Relativo ao Cumprimento das Conclusões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal sobre Investimentos Recíprocos.	23/05/1978	23/05/1978		
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima.	23/05/1978	23/09/1980	85270	21/10/1980
Acordo, por Troca de Notas, Definindo e Pondo em Vigor o Ajuste entre o Cons. Nac. de Desenv. Cient. e Tec. do Brasil e a Junta Nac. de Invest. Científica e Técnica de Portugal, de 02/02/81, como Ajuste Comp ao Acordo Básico de Coop. Téc. de 07/09/66.	03/02/1981	03/02/1981		
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.	03/02/1981	17/06/1982	87375	09/07/1982
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	03/02/1981	04/06/1985	91332	14/06/1985
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo.	03/02/1981	04/05/1982	87185	18/05/1982
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Conv. entre o Cons. Nac. de Desenv. Cient. e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Inst. de Invest. Tropical (IICT) de Portugal.	07/04/1983	07/04/1983		
Protocolo para um Projeto de Microfilmagem de Documentos de Interesse para a Memória Nacional de Portugal e do Brasil.	15/12/1983	15/12/1983		
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	05/05/1986	06/03/1990	99164	12/03/1990
Ata que Acordam para Criar uma Comissão Binacional, Encarregada de Programar, Preparar e dar Execução às Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.	26/03/1987	26/03/1987		
Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa.	03/04/1987	03/04/1987		
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social.	07/05/1991	25/03/1995	1457	17/04/1995
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal.	07/05/1991	01/12/1994	1320	30/11/1994
Memorandum de Entendimento sobre Transportes Marítimos.	07/05/1991	07/05/1991		
Acordo para a Constituição de um Grupo de Cooperação Consular Luso-Brasileiro.	07/05/1991	23/08/1993		

Ajuste Administrativo ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social.	07/05/1991	25/03/1995		
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	07/05/1991	20/04/1994	1179	04/07/1994
Acordo de Cooperação para a Redução da Procura Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas.	07/05/1991	18/06/1995	1625	08/09/1995
Tratado de Extradição.	07/05/1991	01/12/1994	1325	02/12/1994
Protocolo sobre as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.	07/05/1991	25/04/1994	1103	04/04/1994
Memorando de Entendimento (Cirurgiões-Dentistas)	09/02/1994	09/02/1994		
Memorandum de Entendimento - Protocolo de Acordo de Intercâmbio de Militares entre a Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Portuguesa.	04/07/1994	04/07/1994		
Protocolo de Alteração ao Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima, de 23 de maio de 1978.	10/10/1994	09/12/1995	1846	28/03/1996
Acordo de Cooperação Consular para Proteção e Assistência Consular, aos seus Nacionais em Terceiros Países.	20/07/1995	03/07/1997	2285	24/07/1997
Memorando de Entendimento sobre Consultas nos Planos Políticos, Econômico e Cultural.	20/07/1995	20/07/1995		
Memorando de Entendimento sobre a Futura Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático.	15/04/1996	15/04/1996		
Ajuste Complementar, ptn., ao Acordo de Cooperação Técnica de 07 de setembro de 1966, sobre o Intercâmbio de Especialistas para Desenvolver Atividades no Âmbito da Reforma e Modernização da Administração Pública.	28/02/1997	28/02/1997		
Declaração Conjunta sobre Direitos Humanos	08/09/1998	08/09/1998		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Relativo ao Intercâmbio de Informações na Área das Telecomunicações	17/04/1999	17/04/1999		
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta	22/04/2000	05/09/2001	3927	19/09/2001
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	4012	13/11/2001

Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	11/09/2003		
Protocolo de Colaboração e Empréstimo de seis Bi-fólios da Carta de Pero Vaz de Caminha	27/03/2001	27/03/2001		
Protocolo de Operacionalização da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	05/09/2001	05/09/2001		
Memorandum de Entendimente para a Criação de Mecanismos de Consultas Bilaterais na Área de Cooperação para o Desenvolvimento	05/09/2001	05/09/2001		
Protocolo de Colaboração na Área de Arquivos.	05/09/2001	05/09/2001		
Convênio entre o Departamento Cultural do MRE do Brasil e o Instituto Camões do Min. dos Negócios Estrangeiros de Portugal.	05/09/2001	05/09/2001		
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas	05/09/2001	28/11/2004	5.366	03/02/2005
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	05/09/2001	23/03/2006	5.767	02/05/2006
Protocolo de Cooperação para Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Sustâncias Psicotrópicas.	12/06/2002	05/05/2004		
Retificação do Artigo 9º do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta.	11/09/2002	11/10/2002		
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	3/01/2007	6.058	8/3/2007
Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais.	11/07/2003	19/10/2003		
Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Imigrantes	11/07/2003	12/09/2004		
Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	6.427	07/04/2008
Comunicado Conjunto	13/02/2004	13/02/2004		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países.	08/03/2004	08/03/2004		
Declaração Conjunta por Ocasião da VII Cimeira Brasil-Portugal	08/03/2004	08/03/2004		
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Mudança de Clima e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.	13/10/2005	13/10/2005		

Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009	23/11/2005	1/1/2006		
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa sobre a Implementação de Mecanismo de Consultas Políticas	28/10/2008	28/10/2008		
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares	28/10/2008	28/10/2008		

Aviso nº 132 - C. Civil.

Em 11 de março de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARIO VILALVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....

LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 319, de 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....

. Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

.....

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, a **Mensagem nº 78, de 2010** (nº 117/2010, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009 (nº 5.916/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha, sancionado e transformado na Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas **ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009** (nº 2.217/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho), que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet – para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senhoras e Senhores Senadores, a Presidência informa que encaminhou um exemplar de **Relatório Final nº 1, de 2010-SF**, às autoridades para as quais há recomendações como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 569, de 2009, do Senado Federal, com a finalidade de *apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).*

O referido Relatório Final foi publicado no Suplemento ao nº 6 do *Diário do Senado Federal* de 6 de fevereiro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a responsabilidade do transportador aéreo e as compensações devidas em caso de atraso, interrupção ou cancelamento de voo, e preterição de embarque por excesso de reserva;
- **Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004);
- **Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2007** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004);
- **Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2007** (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004);
- **Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei º 9.656, de 6 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para determinar novas regras para a manutenção da condição de titular de plano de saúde em caso de rescisão de contrato de trabalho ou de aposentadoria; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2009**, de autoria do Senador Gim Argello, que revoga o § 4º do art. 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica).

Tendo sido rejeitados em apreciação terminativa, os **Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007**, que tramitam em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004; e o 445, de 2007**, vão ao Arquivo.

Os Projetos de Lei do Senado nº 114, de 2004, e 303, de 2009, aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, vão à Câmara dos Deputados.

O SR.PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Jarbas Vasconcelos enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista do Desembargador Dôglas Evangelista, do Tribunal de Justiça do Amapá, ao jornal *Diário do Amapá*, do dia 7 de março de 2010.

Na entrevista o desembargador Dôglas destaca que o "Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elege a Justiça Criminal do Amapá como a mais célere do País". Ele destaca também a necessidade da criação de novas comarcas para melhorar o atendimento para a população, especialmente em Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Itaubal e Cutias do Araguari.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CNJ elege Justiça Criminal do Amapá como a mais célere do país

O desembargador Dôglas Evangelista destaca neste seu primeiro ano de atual gestão no Tribunal de Justiça do Amapá (Tjap), o fase de relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ter identificado a justiça Criminal executada no Estado como a mais célere do Brasil. Além disso, o Poder Judiciário amapaense ganha notoriedade nacional pelo Tjap ser um dos melhores tribunais do país, ainda segundo relatório do CNJ.

"Temos a Justiça Criminal mais célere do Brasil"

PRESIDENTE do Tjap – Desembargador Dôglas Evangelista é um dos pioneiros da Justiça no Estado do Amapá

Um jantar na sede da Associação dos Magistrados marcou a parte festiva do primeiro ano da atual gestão do desembargador Dôglas Evangelista no Tribunal de Justiça do Amapá (Tjap). Em entrevista exclusiva ao Diário do Amapá, o balanço que foi sapateiro e hoje é um ícone da história do Poder Judiciário tucuju, faz uma avaliação do desempenho do Tjap e da Justiça amapaense como um todo. "Hoje é com muito orgulho que vemos a Justiça amapaense como uma referência nacional. E só não estamos melhores porque ainda não possuímos a banda larga no Estado", registra o desembargador Dôglas Evangelista, lembrando que relatório do Conselho Nacional de Justiça comprovou que hoje a Justiça Criminal amapaense é a mais célere, e o Tjap um dos melhores tribunais do país. Incentivado por essas constatações, o presidente do Tribunal de Justiça do Amapá lista entre as suas principais ações para 2010 a execução das novas dez metas de nivelamento traçadas pelo CNJ. A entrevista a seguir.

*

"O trabalho da Justiça vai ficar muito melhor agora com a posse dos novos servidores que passaram no concurso e com a aprovação dos novos juízes substitutos. O Poder Judiciário do Amapá ganhará um suporte maior e preciso para o cumprimento das suas ações."

*

Diário do Amapá – Presidente, o senhor está satisfeito com os resultados obtidos neste primeiro ano da sua gestão no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o Tjap?

Desembargador Dôglas Evangelista – Há um ano, quando assumimos a presidência do Tjap, almejávamos executar uma gestão mais participativa junto aos jurisdicionados, atendendo sua demandas e exigência. Traçamos nossas metas administrativas e fomos traba-lhando em conjunto, assim como assumimos o compromisso de cumprir as metas de nivelamento recomendadas pelo CNJ. Para nossa satisfação os resultados positivos logo foram aparecendo.

Diário – Quais suas pers-pectivas para este novo ano?

Desembargador Dôglas – Para este ano as perspectivas são boas. Vamos dar continuidade ao trabalho que iniciamos e traçar novas metas administrativas para podermos atender melhor os jurisdicionados. E o mais importante: buscar novas conquistas no que diz respeito ao cumprimento das novas dez metas de nivelamento traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Para nossa satisfação os resultados de 2009 foram positivos. O relatório apresentado pelo CNJ comprovou que hoje somos a Justiça Criminal mais célere e um dos melhores tribunais do país.

Diário – Por ordem de prioridade, qual é a Comarca do Estado do Amapá que atualmente mais carece de recursos?

Desembargador Dôglas – A Comarca de Laranjal do Jari é a que hoje mais necessita de recursos. Nós já estamos construindo no município um novo Fórum porque o atual não comporta mais as exigências do trabalho desenvolvido pela Justiça. Lá nós temos dois juízes e atualmente a demanda carece de um total de quatro magistrados para atuação. Inclusive o Juizado da Infância e da Juventude e o Juizado Especial não possuem Vara. Muito em breve nós estaremos criando essas varas para poder levar ao jurisdicionado melhores condições de atendimento.

Diário – Existem projetos para novas criações de comarcas no Estado?

Desembargador Dôglas – Nós vamos criar novas comarcas. Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Itaubal e Cutias do Araguari são os municípios que ainda não possuem sedes da Justiça. Já providenciamos as áreas onde irão funcionar as comarcas, assim como o local das residências dos juízes. Através da Justiça do Estado já solicitamos aos prefeitos das localidades os terrenos para a construção dos prédios. Havendo movimento forense, lá, nós instalaremos a Comarca e nomearemos um juiz.

Diário – Como profundo conhecedor das possibilidades práticas de aplicação da Lei, quais são os entraves que o senhor prevê na tentativa de aplicação efetiva da Lei de Divisão e Organização Judiciária?

Desembargador Dôglas – A Lei é o que regulamenta todo o funcionamento da Justiça. O que mais emperra não é essa lei, não, até porque nós podemos alterá-la para cada vez melhorar como, por exemplo, aumentar o número de varas e juízes. Os entraves são os códigos que, pelo fato de serem antigos, acabam emperrando o processo. No nosso próprio Tribunal existem processos que rolam anos tudo por causa da burocracia da lei, que permite recursos, agravos, embargos, apelação, enfim muitas medidas que possibilitam o protelar dos processos na Justiça. Isso ocorre porque o Código admite, e todo advogado aproveita a ampla defesa que está na Constituição, de acordo com o interesse do cliente.

Diário – Qual a análise que o senhor faz do quadro funcional?

Desembargador Dôglas – É um quadro muito bom, que se empenha em desenvolver um trabalho eficaz, seguro e rápido para atender à sociedade. E agora vai melhorar mais ainda com a posse dos novos servidores que passaram no concurso e com aprovação dos novos juízes substitutos. O Poder Judiciário do Amapá ganhará um suporte maior e preciso para o cumprimento de suas ações.

Diário – Qual a análise que o senhor faz do Judiciário amapaense?

Desembargador Dôglas – O Tribunal de Justiça do Amapá já evoluiu muito desde sua instalação, ca-minhou num ritmo acele-rado para se igualar aos outros tribunais do país. Hoje é com muito orgulho que vemos a Justiça amapaense como uma referência nacional. E só não estamos melhores porque ainda não possuímos a banda larga no Estado. Ainda assim em alguns aspectos da Justiça estamos na frente, como é o caso das novas dez metas. Algumas já fizemos. Então, o Poder Judiciário do Amapá está muito bem com relação a outros tribunais, É claro que temos que melhorar em outras coisas que infelizmente não dependem só de nós para concretizá-las. O resultado que temos é po-sitivo e muito gratificante, fruto de muito trabalho realizado em conjunto com os desembargadores, juízes e servidores que se dedicam para sermos o que somos hoje. Agradeço e parabenizo a todos eles.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB –PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

Senhor Presidente,

Solicito a transcrição nos anais do Senado Federal do artigo publicado no jornal **Folha de Pernambuco**, edição de 6 de março de 2010, intitulado "Gripe Suína, vale a pena se vacinar?", de autoria do médico Ney Cavalcanti. Trata-se de uma análise objetiva e direta daquele profissional da saúde sobre a política adotada pelo Governo Brasileiro no combate à gripe causada pelo vírus H1N1, popularmente denominada de Gripe Suína, principalmente no que tange às dúvidas quanto aos efetivos benefícios da vacina, e às considerações de que a doença tem se manifestado em número muito menor do que aqueles previstos inicialmente pela OMS para a população mundial.

Sala das Sessões, 15 de março de 2010. – Senador **Jarbas Vasconcelos.**

SÁBADO
Recife, 6 a 12 de março de 2010
SABORES
FOLHA

VIDA
Saudável

Ney Cavalcanti e-mail: neycavalcanti@folhape.com.br

Gripe suína, vale a pena se vacinar?

Foi com este nome que ficou conhecida a gripe causada pelo vírus Influenza A H1N1. Até fevereiro passado, a Organização Mundial de Saúde (OMS) contabilizou apenas 16.226 casos de mortes decorrentes deste vírus. Mesmo se considerando que muitas pessoas possam ter morrido por conta desta doença, com que aquela Organização tivesse tomado conhecimento, a mortalidade foi extremamente menor do que se esperava no início da pandemia.

Apenas como comparação, quatro mil pessoas foram assassinadas em Pernambuco no ano de 2009. Enquanto que apenas cinco casos de morte no Estado foram atribuídas ao vírus. Ou seja, um pernambucano tem mil vezes mais chances de morrer assassinado do que por aquela virose. Um outro aspecto importante é que a mortalidade por gripe de uma maneira geral foi menor no mundo, em 2009, ano do surgimento da epidemia, do que em anos anteriores.

A prevalência da doença, por outro lado, encontra-se estável ou diminuindo. As exceções são alguns países do norte da África e da Europa oriental. Teria a OMS exagerado no destaque que deu àquela virose quando do seu surgimento?

Destaque este que, além de ter causado grande apreensão nas populações, imputou em muitos gastos. Na defesa da OMS, existe um forte argumento. No início, a epidemia sugeria ser muito grave, acarretando a morte em crianças, jovens e grávidas, grupos em que raramente ocorre esta terrível complicação com os vírus das gripes comuns. Felizmente, esta expectativa não se confirmou.

Os críticos da atuação da OMS, no entanto, argumentam que o grande destaque só ocorreu por conta da doença acometer, indistintamente, pobres, ricos e os jovens. Caso os grupos mais afetados fossem os idosos e/ou pobres, tamanha ênfase não teria havido. Lembram, inclusive, o tratamento que a AIDS (jovens e ricos) e a varíola (pobres) recebem. Além disso, os críticos sugerem ter havido "lobby" por parte dos laboratórios farmacêuticos, em função de lucros, que o futuro tratamento vacinal ofereceria. Já a gripe comum, também chamada sazonal, por ter um aumento de casos em determinados meses, os de menor temperatura. O agente infeccioso é um vírus Influenza dos tipos A, B e raramente C. Como sabemos, dura uns poucos dias e dificilmente traz complicações sérias. As complicações, estas, quando ocorrem, geralmente se manifestam em indivíduos com imunidade diminuída: idosos, diabéticos, aidéticos, cancerosos etc.

Por conta disso, muitos países, inclusive o Brasil, têm programas para vacinar anualmente estes grupos de pessoas. A vacinação para essa gripe confere uma imunidade que varia de ano para ano de 40% a 90%. O seu emprego, nestes grupos, conseguiu reduzir a incidência do número de casos, de complicações e mortalidade, porém a sua eficiência ainda é menor do que seria desejável.

Nos Estados Unidos, nos últimos anos, conseguiu-se aumentar a proporção de idosos vacinados de 25% para 65%. No entanto, a queda da mortalidade por gripe foi diminuta. Quanto à vacina do vírus A H1N1, as interrogações são maiores.

Em primeiro lugar, a experiência quanto a sua eficiência e segurança ainda é pequena, em razão do pouco tempo de sua descoberta. A doença não parece ter uma gravidade maior, na maioria os casos, do que a gripe comum. Inclusive é possível que muitos já a tenhamos tido sem que soubéssemos. O número de casos não vem aumentando.

Por conta destes aspectos, parte das comunidade médicas e das populações vem interrogando a validade de se vacinar contra o vírus A H1N1. Como resultado, vários países estão com estoques encalhados. Alemanha, Inglaterra, França estão entre eles. A França comprou mais de 50 milhões de doses e só conseguiu vacinar cinco milhões de pessoas. Está procurando países para que lhe comprem a sua enorme sobra.

Apesar da experiência destes países, o Brasil já comprou 83 milhões de doses desta vacina, gastando mais de um BILHÃO de reais. Cifra esta superior à destinada a todos os nossos programas vacinais: pólio, difteria, tétano, sarampo, gripe comum etc. Em um país onde ainda são escassos os recursos destinados a saúde, caso a responsabilidade da decisão fosse sua, você faria esta compra??? Duvido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 16, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009
(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009) Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-03-2010

2
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009) Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 17-02.2010)

Prazo final prorrogado: 02.05.2010

3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.*

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes*

e dá outras providências", para determinar que o atendimentode urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.*

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator:

Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.*

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicossocioeducativa").*

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.*

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007,

na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

-da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para*

tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003- COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea "j" ao inciso I do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 ¿ CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea ¿b¿ do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável,

com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

-1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

-2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

-de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

-de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 6 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (28)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (27)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (13)	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) (5,29,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (8)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12,22)	1. João Pedro (PT-AM) (18)
Fátima Cleide (PT-RO) (2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) (25)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)

*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
**. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2009
Prazo prorrogado: 23/09/2009
Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2)
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (2)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) (1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (4)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (4)

Instalação: 16/09/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) (2)
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) (3)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) (1)	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) (3)
RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1,2)
PTB
Senador Gim Argello

Notas:
1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Arthur Virgílio (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Augusto Botelho (PT)
Senadora Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (2)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (1)
PTB
Senador Romeu Tuma

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
Coordenação:

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador César Borges (PR)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)
PTB
Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)
RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Demóstenes Torres (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Marconi Perillo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)
Senador Renato Casagrande (PSB)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Almeida Lima (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)
PTB
Senador Romeu Tuma
PDT
Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE *REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

PRAZOS[1]

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)[2]
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)[2]
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009[3]
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

[1] Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.
[2] Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.
[3] Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) (13)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (5)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (9)	2. VAGO (2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (12,14,15)	1. Paulo Duque (8)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão(Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:
1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).
*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)
Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Tasso Jereissati (PSDB)
Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:
*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orbigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (6)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) (2)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (2)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. João Pedro (PT) (3)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) **(cedida ao PDT)**	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (16)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Paulo Paim (PT) (6)	1. Fátima Cleide (PT) (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) (11)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (10)
PTB	
Sérgio Zambiasi (14)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Geovani Borges (PMDB) (10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:
1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:
1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Slhessarenko (PT) (2,27)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,45,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)
Valter Pereira (PMDB) (1,43)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (38)
Marco Maciel (DEM) (35)	2. Jayme Campos (DEM) (37,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (33)	1. Mozarildo Cavalcanti (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
Lobão Filho (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,45,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (38,46)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Papaléo Paes (PSDB) (16,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (14,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,43)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (4)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)	3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (9)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (10)
VAGO (7)	3. VAGO (8)
VAGO (11)	4. VAGO (11)
VAGO (11)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:
1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (3)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) (4)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO (2,11,12)
PDT
Patrícia Saboya (CE) (5,7,8)
PR
Magno Malta (ES) (1,6,9)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) (10)
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 04/01/2010

Notas:
1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	**PRESIDENTE** Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	**1º SECRETÁRIO** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	**3º SECRETÁRIO** Senador Mão Santa (PSC-PI)[1]
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	**4º SECRETÁRIO** Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS)[2]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP)[3]	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

[1] Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

[2] O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

[3] O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) [12]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) [12]
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) [12]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) [13]
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) [14]	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br** **www.camara.gov.br/mercosul**

---

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.
[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.
[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.
[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.
[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.
[12] Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.
[13] O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.
[14] Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Emanuel Fernandes[1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 05.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03.03.2010.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



Edição de hoje: 534 páginas
OS: 2010/11103